

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**DOUTORADO EM HISTÓRIA**

**MURILO BORGES SILVA**

**MULHERES NEGRAS E PLURAIS: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE EM**  
**GOYAZ, SÉCULO XIX**

**UBERLÂNDIA-MG**

**2019**

**MURILO BORGES SILVA**

**MULHERES NEGRAS E PLURAIS: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE EM  
GOYAZ, SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de doutor em História.

**Área de concentração:** História Social

**Linha de pesquisa:** História e Cultura

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vera Lúcia Puga

**UBERLÂNDIA-MG**

**2019**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 Silva, Murilo Borges, 1986-  
2019 Mulheres negras e plurais [recurso eletrônico] : gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX / Murilo Borges Silva. - 2019.

Orientadora: Vera Lúcia Puga.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em História.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2411>  
Inclui bibliografia.

1. História. I. Lúcia Puga, Vera, 1952-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Tese de Doutorado, número 108, PPGHI				
Data:	Dezenove de setembro de dois mil e dezenove	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	13:00
Matrícula do Discente:	11413HIS016				
Nome do Discente:	Murilo Borges Silva				
Título do Trabalho:	Mulheres negras e plurais: gênero, raça e sexualidade em Goyaz, século XIX				
Área de concentração:	História Social				
Linha de pesquisa:	História e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	GÊNERO E CULTURA: DESCORTINANDO SUJEITOS E VIOLÊNCIAS				

Reuniu-se na Sala 1H48, Bloco 1H, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em História, assim composta: Professores Doutores: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior (UFU); Aurelino José Ferreira Filho (UFU/Pontal); Aguinaldo Rodrigues Gomes (UFMS); Sandra Nara da Silva Novais (UFG); Vera Lúcia Puga orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Vera Lúcia Puga, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/09/2019, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de](#)

[outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aurelino José Ferreira Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 19/09/2019, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Rodrigues Gomes, Usuário Externo**, em 19/09/2019, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Nara da Silva Novais, Usuário Externo**, em 19/09/2019, às 12:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia Puga, Usuário Externo**, em 19/09/2019, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1507451** e o código CRC **1C518DFA**.

À Ana Cláudia, Chico e Charlotte

## AGRADECIMENTOS

Escrevo estas palavras experimentando um misto de sentimentos: alívio, cansaço, preocupação, alegria e gratidão. Muitas coisas se passaram desde o início dessa jornada e, todas elas, de algum modo, afetaram-me (e afetam) bastante. Uma presidenta democraticamente eleita foi “impeachmada” após enfrentar, de cabeça erguida, um processo injusto e articulado pelas forças mais obscuras que regem a política e a elite tacanha desse país. Sua queda abriu caminho para o retorno de monstros antigos, (re)abrindo feridas ainda não cicatrizadas e escancarando traumas nunca resolvidos: racismo, intolerância religiosa, homofobia, fascismo, ditadura militar, fome, feminicídio, entre tantas outras questões que voltaram a ser naturalizadas, banalizadas, justificadas ou desacreditadas. O conhecimento e a universidade pública passaram a ser alvos de críticas infundadas, professores/as e estudantes tornaram-se inimigos de um Estado boçal e ineficiente – parece estarmos regredindo, andando para trás. Porém, mesmo no caos, agarramo-nos em ideais, sonhos e pessoas que nos oferecem algum afeto, ensinamento e solidariedade. Assim, persisti até aqui por acreditar na educação como possibilidade de transformação, no ensino e na pesquisa como práticas políticas e de resistência e por ter em quem me apoiar durante a caminhada.

De todos esses apoios, inicio agradecendo à professora e orientadora Vera Puga, por ter aceitado partilhar comigo essa caminhada. Obrigado pelo carinho, pela confiança e por não ter desistido de mim! Acredite, o respeito e a admiração que tenho por você foram combustíveis nos momentos difíceis e me motivaram a continuar e a querer fazer o melhor. Foi em 2015, quando você não pode estar tão perto, que mais me ensinou... aprendi o que não está nos livros, sendo preciso persistir e ter coragem para seguir adiante.

Agradeço, com todo coração, à Ana Cláudia. Obrigado por ter me dado as condições para passar por esse processo de maneira menos tumultuada. Sua companhia, paciência, humor e amor tornaram a trajetória mais serena. É um prazer poder construir e dividir os dias, noites e sonhos ao seu lado. Eu peço apenas “um momento no tempo” para sentirmos juntos a eternidade. Obrigado por ter me dado uma outra família, por ter somado tantos corações ao meu, aos nossos... sem o apoio, o carinho e a compreensão de seus pais, irmãs e nossos sobrinhos essa caminhada teria sido muito mais penosa.

Agradeço profundamente a meu pai, mãe e irmão, por serem uma parte tão bonita de mim e por me amarem mesmo sendo tão “torto”, mesmo parecendo tão distante do “ninho”.

Por respeitarem minhas escolhas, apoiarem e estarem sempre prontos a estender a mão, os braços ou dar colo quando preciso. Pai e mãe, obrigado por acreditarem na educação e terem nos mostrado o caminho do amor. Em nome de vocês agradeço a todos os familiares e amigos que estiveram comigo nesse percurso, torcendo e aguardando para que “esse negócio” terminasse logo. Agradeço, ainda, às minhas avós, pelo incentivo, carinho e rezas.

Aos/às colegas do Curso de História da Universidade Federal de Goiás, em Jataí, agradeço a compreensão e o apoio. Agradeço, em especial, ao amigo Marcos, por ter aberto as portas de sua casa em Uberlândia, tornando os dias ali mais confortáveis. Obrigado por incentivar e apoiar tantas almas, tantos sonhos.

Carinhosamente agradeço à Fátima, do Arquivo Frei Simão Dorvi. Obrigado por tornar meus dias em Goiás mais prazerosos, pela disponibilidade, pela dedicação e pelo cuidado com os registros desse arquivo. Em Goiás, agradeço ainda à Milena, do Museu das Bandeiras, pela presteza e pelo auxílio com os documentos guardados nesta instituição.

Agradeço ao professor Aurelino José Ferreira Filho e à professora Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro pelas valiosas contribuições e provocações durante a banca de qualificação. Estendo meus agradecimentos aos/as professores/as Aguinaldo, Florisvaldo e Sandra pela leitura criteriosa, atenta e propositiva, durante a defesa.

Aos/às demais amigos/as e alunos/as agradeço por terem, em algum momento dessa trajetória, me afetado e trazido alento.

Ao Chico agradeço por tornar meus dias mais alegres e à Charlotte pelo amor e meiguice.



Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado

rumo à favela.

A minha voz ainda

ecoa versos perplexos

com rimas de sangue

e fome.

A voz de minha filha

recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si

as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo)

## RESUMO

### MULHERES NEGRAS E PLURAIS: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE EM GOYAZ, SÉCULO XIX

No decurso do século XIX, verifica-se a circulação de discursos e práticas interessados em nomear, classificar e hierarquizar a sociedade, fabricando identidades e diferenças que são conformadas aos corpos e comportamentos dos sujeitos. Esse processo está sublinhado pelas intersecções de gênero, raça e classe/condição social, indicando que há, nesse período, um conjunto discursivo interessado na construção de mecanismos de controle, regulação e identificação dos corpos. Considerando esse jogo de elaboração das identidades e constituição dos sujeitos, propõe-se neste estudo investigar como práticas discursivas e não discursivas, legitimadas por relações de saber e poder, produziram historicamente corpos femininos negros, em Goiás, no século XIX. Para tanto, detemo-nos, particularmente, no exame dos discursos apresentados pela historiografia sobre Goiás, obras de viajantes, processos criminais e imprensa goiana. Do ponto de vista teórico e metodológico, utilizamo-nos de estudos como: Foucault (2015), Louro (2011), Lima (2003), Carneiro (2006) e Albuquerque Jr. (2007; 2013), cuja compreensão perpassa pela ideia de que os sujeitos e suas identidades são construídos no âmbito da cultura e da história, portanto, são múltiplos e distintos, variando conforme são interpelados. O argumento que defendemos é que o processo de fabricação de mulheres negras, em diferentes materialidades discursivas, sugere as investidas do controle moral sobre uma parcela social mais pobre, efetivada, com maior aparato, a partir de fins do século XIX e início do XX, mas rascunhada bem antes disso, nas narrativas de viajantes europeus e em processos judiciário e policial, por exemplo. A ideia estava em controlar, subalternizar, discriminar, disciplinar e punir comportamentos e valores incompatíveis com as normas morais, sexuais e mesmo amorosas. O propósito de tal vigilância estava na construção de uma sociedade disciplinar e econômica, incidindo-se fortemente nas mulheres e crianças, com o objetivo de torna-las dóceis, úteis e ordeiras.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras. Gênero. Raça. Sexualidade. Goiás.

## **ABSTRACT**

### **PLURAL BLACK WOMEN: GENDER, “RACE” AND SEXUALITY IN THE 19TH CENTURY GOYAZ**

It is possible to verify, along the 19th Century, the production of speeches and practices which were interested in nominating, ranking and hierarchizing the society, producing identities and differences which were shaped to the subjects' behaviors and bodies. Such process is underlined by the class/social condition, race and gender intersections, which indicates the existence, in this period, of a discursive set concerned about creating and informing the origins, the different human types and their destinations. Considering these identities' production and subject's building game, we propose, in this study, to investigate how discursive and non-discursive practices, which are legitimized by power relations, historically produced black female bodies, in Goiás, at the 19th Century. Therefore, we focused particularly on the examination of speeches which were made by the historiography concerning Goiás: travelers' works, criminal cases and the Goiás State's press. From the theoretic point of view, we used studies such as: Foucault (2015), Louro (2011), Lima (2003), Carneiro (2006) and Albuquerque Jr. (2007,2013) whose understandings runs through the idea which the subjects and their identities are built in the culture and History ambits, therefore, they are multiple and distinct, and they vary as they are asked. The argument that we defend is that the process of producing black women, in different discursive materialities, suggests the advances of moral control over a poorer social portion, effectuated, with greater apparatus, from the end the 19th Century and beginning the 20th Century, but drafted well before that, in the narratives of European travelers and in judicial and police proceedings, for example. The idea was in controlling, subaltering, discriminating, disciplining and punishing behaviors and values incompatible with moral, sexual and even amorous norms. The purpose of such vigilance was in the construction a disciplinary and economic society, focusing heavily on women and children, with the aim of making them docile, useful and orderly.

Keywords: Black Women. Gender. Race. Sexuality. Goiás.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
RESUMO .....	10
ABSTRACT .....	11
INTRODUÇÃO .....	13
Nos Caminhos da Abolição, as Mulheres Negras: delineando o tema .....	13
Na Retomada do Percurso, o Desafio do Gênero: caminhos teóricos, metodológicos e fontes .....	22
Durante o Trajeto, as Mulheres Negras: estruturando a pesquisa .....	36
CAPÍTULO I - MULHERES NEGRAS EM GOIÁS: SUSSURROS DA HISTORIOGRAFIA .....	39
1.1 História das Mulheres e do Gênero em Goiás: a produção historiográfica sobre o século XIX .....	40
1.2 Os Sussurros da Historiografia: mulheres negras em Goiás.....	60
CAPÍTULO II - A INVENÇÃO DE UM GOYAZ MESTIÇO E DECADENTE .....	77
2.1 Narrativas de Viagens e a Invenção de um Goyaz Decadente .....	81
2.2 “Sombras Deslizando no Silêncio da Noite”: representações do feminino em narrativas de viagens.....	104
CAPÍTULO III - A INVENÇÃO DAS DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE EM GOYAZ .....	129
3.1 Marcas das Diferenças: representações de mulheres negras e mulatas.....	134
3.2 Conformação de Corpos Femininos Negros: trabalho e sexualidade .....	156
CAPÍTULO IV - PARDAS, PRETAS, CRIOULAS E MUITAS OUTRAS: MULHERES NO PLURAL .....	193
4.1 Thomazia Parda, Escolástica Preta e Joaquina Crioula: insubmissas e transgressoras....	199
4.2 Anna(s), Romana(s) e Muitas Outras: tramas da emancipação, dramas da maternidade	220
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	235
FONTES.....	240
REFERÊNCIAS .....	243

## INTRODUÇÃO

### **Nos Caminhos da Abolição, as Mulheres Negras: delineando o tema**

Foi ainda durante a graduação que me interessei pela história da população negra no Brasil. O currículo do curso de história, no qual ingressara, havia sido alterado há pouco tempo e a nova matriz curricular trazia as disciplinas de História da África e História e Cultura Afro-brasileira. Foi ao cursar essa última disciplina, sobretudo, que pude melhor delimitar a temática de meu trabalho de conclusão de curso, cuja proposta consistiu em investigar a história de uma comunidade remanescente de quilombo, localizada em Goiás. Desde então, tenho me dedicado a estudos relacionados à história da escravidão e emancipação, história da educação dos/as negros/as e relações entre educação e diversidade étnico-racial.

No mestrado propus, inicialmente, discutir a pós-abolição em Jataí<sup>1</sup>. Pretendia investigar quais caminhos teriam trilhado a população afrodescendente na região, destacando os trabalhos que passaram a exercer, as condições materiais de sobrevivência dessa parcela social e as violências sofridas após a assinatura da lei áurea. Intrigava-me, particularmente, o silêncio construído sobre negros/as pela historiografia regional. O amadurecimento da pesquisa, entretanto, direcionou-me para outros caminhos. O aprofundamento de leituras sobre escravidão e emancipação, em especial aquelas produzidas a partir da década de 1980, cujo foco voltou-se para a importância de compreendermos as ações, estratégias e resistências escravas, reconhecendo-os/as como sujeitos/agentes, passaram a nortear minhas percepções.

Ao procurar por vestígios que pudessem trazer informações sobre os/as ex-escravizados/as, deparei-me com documentação cartorial – livros de notas, processos criminais e inventários – bastante significativa. Vários desses documentos continham informações sobre a escravidão na região de Jataí, tema, até aquele momento, não explorado pela historiografia local. Considerando as leituras feitas e o “encontro” com tais documentos, decidi reformular o projeto, estabelecendo outros objetivos e problemas. Naquele momento, entendia que o silêncio sobre os/as negros/as na pós-abolição estava, de algum modo,

---

<sup>1</sup> Situada no interior do Estado de Goiás, Jataí possui, atualmente, população estimada em 100 mil habitantes. A constituição da cidade deu-se na última década do século XIX, uma vez que, anteriormente a isso, esteve atrelada a vizinha Rio Verde. Segundo dados memorialistas e documentais, a ocupação da região por paulistas e mineiros ocorreu por volta de 1836; antes disso, boa parte desse território era ocupada pela população indígena. Atualmente, a cidade se destaca pela produção de grãos.

relacionado ao silêncio historiográfico sobre a escravidão e a liberdade em Jataí. Sendo assim, era importante, então, retroceder alguns anos no recorte inicialmente proposto, pensar as histórias de homens e mulheres escravizados/as e as relações que se estabeleceram naquela sociedade.

Durante essa trajetória percebi as dificuldades em se trabalhar com tais documentos. Em Jataí, por exemplo, eles não estão organizados em arquivos públicos, mas sob guarda de cartórios, quase todos lotados no fórum municipal. Não há, portanto, qualquer organização – considerando as técnicas arquivísticas – que facilite o trabalho de pesquisa. Além de certa burocracia para se ter acesso aos documentos, a instituição não dispõe de local adequado para a realização das consultas. Jataí, certamente, não é uma exceção, mas parte de uma realidade que pouco se preocupa com investimentos em conservação e acesso a “documentos históricos”. Às dificuldades apontadas até aqui, acrescentam-se aquelas próprias do uso desse tipo de fonte, quais sejam: leitura e compreensão da grafia do século XIX, fragmentação e dispersão dos registros e danos causados pela ação do tempo ou conservação e manuseio inapropriado.

Apesar das dificuldades, busquei analisar os anos finais da escravidão em Jataí com o intuito de perceber as ações de senhores/as e escravizados/as durante o processo de abolição. Ressaltei os conflitos e as tensões presentes nas últimas décadas da escravidão, bem como identifiquei estratégias cativas para resistir, sobreviver e, em alguns casos, livrar-se do cativeiro. Ainda no campo das estratégias, pude perceber as manobras feitas pelos/as proprietários/as de escravizados/as com o objetivo de atenuar a perda do poder moral que exerciam e, possivelmente, contribuir para a intenção de tornar o processo abolicionista lento e gradual.

À medida que explorava a documentação, conhecia um pouco das vivências e lutas cotidianas de homens e mulheres negros/as<sup>2</sup>. Embora alguns documentos encontrados durante a pesquisa tenham suscitado questões relativas às mulheres escravizadas ou libertas, não me

---

<sup>2</sup> Nesse trabalho utilizei o termo “mulheres negras” para me referir a mulheres de diferentes condições sociais e/ou “raciais”. A opção, assim, é um recurso de escrita e não uma tentativa de simplificar a diversidade e a complexidade da sociedade goiana dos oitocentos. Inúmeros termos, como preta, parda, mulata, cabra e outras, foram empregados nas fontes de pesquisas com o intuito de marcar diferenças e identificar grupos a partir de características comuns (ou que julgavam ser). Por outro lado, essa diversidade e complexidade implicavam em confusões e incertezas sobre a condição social e/ou pertencimento “racial”, não sendo sempre exatas. Além disso, creio que as condições sociais e/ou “raciais” aproximaram experiências de discriminação e exclusão por, de algum modo, remeterem a um (ante)passado escravista. Esse uso do termo “negro/a” é também uma escolha política, compartilhada com o Movimento Negro e com a busca de construção de identidades positivas para a população negra. Ressalto, no entanto, que, apesar da justificativa, procuro problematizar essas diferenças e complexidades anunciadas anteriormente utilizando-me dos termos empregados nas próprias fontes de pesquisa, nos casos particulares.

utilizei das perspectivas interpretativas envolvidas nos estudos sobre história das mulheres ou relações de gênero. Naquele momento, mesmo reconhecendo as diferenças existentes entre a população escravizada, acabei construindo um escravo universal, no masculino. Somente mais tarde, revisitando a pesquisa e as fontes utilizadas, percebi a possibilidade de problematizá-las a partir dos referenciais teóricos e metodológicos presentes nos estudos sobre história das mulheres e relações de gênero. Notei que havia, ainda, muitas outras histórias a serem construídas sobre as personagens daqueles registros.

Especificamente, dois processos criminais ajudaram-me a levantar as primeiras questões em relação as mulheres escravizadas e libertas em Goiás. A leitura dos documentos “mostravam-me” sujeitos identificados pela raça, procedência, condição social e gênero (categoria pouco conhecida por mim até aquele momento). O inquérito policial de 1887, desdobrado em processo criminal, envolvendo D. Francisca Ambrosina de Carvalho e a escrava Edivirge é um deles.

Tendo chegado ao conhecimento desta Promotoria, haver sido assassinado em dias de outubro ultimo, no sitio denominado Tamboril neste termo, em casa de Antonio Candido de Carvalho um ingênuo menor de um ano de idade, filho de uma escrava pertencente ao referido Carvalho, cujo assassinato se atribui ter sido praticado pela mulher do mesmo Carvalho – D. Francisca Ambrosina de Carvalho<sup>3</sup>.

Segundo o documento, o filho da escravizada Edivirge, uma criança de aproximadamente oito meses de idade, havia sido assassinado na Vila de Jataí, na casa de Antônio Cândido de Carvalho. A acusada pelo crime, conforme denúncia, era D. Francisca Ambrosina de Carvalho, esposa de Antônio Cândido de Carvalho, proprietários da cativa. De acordo com a maioria das testemunhas ouvidas no processo, D. Francisca Ambrosina de Carvalho tentava castigar Edivirge quando, acidentalmente, a escravizada esbarrou em um pedaço de pau que servia de porta, tendo este caído sobre a cabeça de seu filho. Ainda consoante as informações do registro, a criança teria morrido em decorrência da pancada sofrida.

Nenhuma das testemunhas inquiridas no processo presenciou o ocorrido; assim, seus depoimentos foram dados a partir do que ouviram dizer. Para a maioria delas – todos homens –, D. Francisca Ambrosina de Carvalho não teve culpa na morte da criança, sendo o episódio qualificado como acidente. Quando questionado sobre o crime, João Chrisantamo de Bastos, de 24 anos de idade, lavrador, casado e um dos depoentes, respondeu:

---

<sup>3</sup> Inquérito policial que consta no processo de 1887, que tem como ré D. Francisca Ambrosina de Carvalho – Cartório do Crime de Jataí – 3ª Vara Criminal.

que sabe por ter ouvido a Rafael José Gonçalves que a morte do menino que consta da petição do Promotor fora ocasionada por ocasião em que a acusada castigava a escrava mãe do ingênuo caindo um pau de porta sobre o mesmo ingênuo<sup>4</sup>.

Apesar da aparente clareza em relação as circunstâncias envolvendo a morte do ingênuo, a escravizada contou a Manoel Felisbino Furtado outra versão dos acontecimentos. Para ele, também testemunha no processo, Edivirge declarou ter seu filho morrido em razão de uma febre alta e feridas na garganta. Durante seu depoimento, a escravizada explica essa contradição, dizendo ter mentido a Manoel por temer que ele lhe fizesse algum mal – os motivos dessa provável represália de Furtado não são evidenciados no seu depoimento. Magistrado e advogados podem não ter considerado a afirmação relevante, ou quem produziu o documento pode ter deixado de registrar as justificativas de Edivirge para esse temor.

Seja qual for o motivo, certo é que documentos utilizados na produção do conhecimento histórico são também datados e, portanto, possuem sua historicidade. Ademais, não foram produzidos com a finalidade de responder as perguntas dos/as historiadores/as. São, portanto, aos nossos olhos, portadores de silêncios e contradições. O processo criminal em questão é significativo para pensarmos esses limites. Conforme afirmado anteriormente, D. Francisca Ambrosina castigava Edivirges no momento da tragédia. Ainda assim, quando questionada se sua senhora a maltratava, respondeu negativamente e, pelo contrário, disse ser tratada com bondade. Em um primeiro momento, a afirmação da escrava causa alguma estranheza, pois, como pode ser tratada com bondade se a morte do seu filho fora ocasionada no momento em que era castigada pela senhora? Uma resposta possível para o questionamento pode estar no reconhecimento da autoridade senhorial que possuía, dentro de alguns limites, prerrogativa para castigar. Assim, a qualificação de bondosa poderia estar relacionada a outras ações da senhora que, em seu conjunto, permitiam à escravizada qualificá-la dessa forma.

Assim como as contradições, o documento opera com alguns silenciamentos. A motivação para o castigo aplicado a Edivirge, por exemplo, não foi explicitada e, do mesmo modo, não sabemos as razões que a levaram a temer Manoel Felisbino Furtado. Esses silêncios inquietam-nos e suscitam questões como: a morte da criança teria sido mesmo um acidente ou resultado de alguma vingança praticada por D. Francisca? O objetivo de Manoel

---

<sup>4</sup> Processo de 1887 que tem como ré D. Francisca Ambrosina de Carvalho – Cartório do Crime de Jataí – 3ª Vara Criminal.



Filibino era silenciar a cativa a mando dos/as proprietários/as? Por que nenhuma mulher foi arrolada como testemunha no processo?

Embora, a princípio, essas indagações pareçam se relacionar apenas com o processo citado, podem informar, ainda, sobre questões mais amplas, pois abrem caminhos para problematizar relações diversas vivenciadas no âmbito de uma sociedade escravista, tais como: a violência sexual praticada contra escravizadas, ou mesmo outras violências que recaiam sobre seus corpos cativos, as estratégias de sobrevivência e resistências operadas por elas; a sociabilidade com demais grupos sociais, os dramas envoltos na maternidade de mulheres cativas ou libertas, dentre tantas outras questões que particularizam vivências e criam especificidades para determinados grupos de mulheres, como as escravizadas, as libertas ou as pobres. Isso significa dizer que passo a perceber as discussões sobre escravidão e liberdade atravessadas pelo gênero e pela raça, observando como essas categorias se interseccionam e produzem certas identidades.

Já o caso de Felícia despertou-me para outras perguntas sobre as mulheres negras. Em fevereiro de 1877, na Comarca de Rio Verde da qual fazia parte a Paróquia de Jatahy, foi registrada pelo promotor público a denúncia de que a certidão de matrícula da escravizada Felícia, de mais ou menos 18 anos de idade, pertencente a Antônio Maria de Moraes, era falsa. Tal fato contrariava o artigo 8º, § 2º da Lei do Ventre Livre, de 1871, que dispõe sobre a liberdade de escravizados/as não matriculados/as por culpa ou omissão dos/as interessados/as, uma vez que a falta do documento de matrícula configurava-se como uma brecha para a obtenção da liberdade. Segundo consta nos autos do processo, Francisco Camilo de Miranda teria vendido Felícia a Antônio Maria de Moraes; entretanto, o vendedor não possuía a certidão de matrícula da escrava, tornando a transação de venda impraticável. Como solução para resolver a situação, Francisco Camilo de Miranda acordou com Bento Lima da Cunha, funcionário público em Jathay, mediante pagamento de pecúlio, a produção de uma matrícula falsa para a escravizada. E assim foi feito!

De posse do documento falso, Francisco Camilo pode realizar a venda da escravizada a Antônio Maria de Moraes. Felícia foi vendida por 770 mil réis, como consta em escritura de compra e venda registrada no livro 01 de notas do Cartório de 1º Ofício de Jataí, do ano de 1875. Segundo a escritura, a escrava já teria sido matriculada em 1873, em Lençóis, na Província de São Paulo. Assim, pouco tempo depois, viria a denúncia de falsidade da certidão de matrícula.

Tendo Francisco Camillo de Miranda contratado vender a Antonio Maria de Moraes uma menina de 13 a 14 anos de idade que trouxera de Lençoes, Comarca de Botucatu da Província de S. Paulo e que dizia ser sua escrava, não podendo exhibir a certidão de matrícula por não a ter, foi ter-se com Bento Luiz da Cunha, então morador no Jathahy, que de pronto lhe ministrou mediante uma gratificação pecuniária um exemplar que lhe deu o título de certidão de matrícula, a qual já foi por testemunhas e com todos os fundamentos, julgada falsa<sup>5</sup>.

Por meio do inquérito policial, verificou-se a procedência da denúncia. Foi, então, recomendada abertura de processo contra o vendedor Francisco Camilo de Miranda e o falsificador Bento Lima da Cunha. Embora a autoridade policial não estivesse convencida da inocência de Antônio Maria de Moraes, o processo contra ele não teve prosseguimento em razão da falta de provas que pudessem incriminá-lo. Moraes alegou desconhecer a falsificação do documento, versão corroborada pelas testemunhas ouvidas durante o inquérito; já o processo contra os outros dois prosseguiu. No entanto, ao que parece, apenas o falsificador foi a julgamento, sendo, todavia, absolvido pelo júri. Resolvido o imbróglio, o juiz do caso mandou passar à Felícia carta de liberdade.

Apesar de não procurar por maiores informações sobre Felícia, não é descabido supor que ela nem mesmo fosse cativa e tivesse, portanto, sido reescravizada. Embora tal prática fosse algo difícil de ser concretizado, conforme observou Soares (2009), era algo que estava no horizonte de expectativas dos/as proprietários/as – muito mais pela sua possibilidade do que pela sua concretude<sup>6</sup>. O caso de Felícia levantava-me mais desconfiças a respeito da articulação entre gênero, escravidão e liberdade, apontando-me a incoerência de pensar “o escravizado” de modo universal. Ao que parecia, se de um lado as mulheres escravizadas tinham maiores chances de acumular algum pecúlio e conseguir a alforria, ou, quando libertas, dispunham de mais oportunidades para construir redes de sociabilidades que pudessem lhes ser úteis, por outro, enfrentavam desafios diferentes de outros escravizados, pois suas vivências estavam atravessadas pelas questões de gênero<sup>7</sup>.

Foi a partir dessas inquietações que pude conjecturar os problemas dessa pesquisa. Confesso, inicialmente, ter estado mais preocupado em dizer quem eram essas mulheres, que trabalhos tinham, quais relações familiares teciam. Motivado pelas leituras de história social e

---

<sup>5</sup> Cartório de 1º Ofício de Notas de Jataí – Livros de Notas. Carta de Liberdade, 1877.

<sup>6</sup> SOARES, Márcio de Souza. O Fantasma da reescravização: alforria e revogação da liberdade nos Campos dos Goitacases, 1750-1830. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E ÉTICA, XXV, Fortaleza, 2009. *Anais...* Fortaleza, 2009. p. 1-17.

<sup>7</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvidia, escrava (Sudeste, 1880). *Afro-Ásia*, n. 42, p. 157-193, 2010. p. 159. De acordo com Machado, homens e mulheres que se libertavam enfrentavam problemas diferenciados, marcados pelas questões de gênero. A autora observa, por exemplo, que a autonomia de mulheres recém-libertas “continuava a ser negociado no âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal”.

história das mulheres, acreditava poder “dar voz” a elas, fazê-las falar ou localizá-las como agentes históricas. Com o andamento e o amadurecimento do estudo, compreendi, no entanto, que estas mulheres não estavam dadas, prontas, disponíveis para serem capturadas, uma vez que atrás de uma máscara haveria sempre outras máscaras e nunca essências<sup>8</sup>. Não poderia, portanto, revelá-las ou tirar-lhes do silêncio, pois não havia nada a ser revelado. Restava, então, procurar saber como elas foram construídas, fabricadas, percebendo-as como invenções operadas por diferentes discursos e práticas. A partir de então, pude reorientar (ou deslocar) minhas questões de pesquisa. Passava agora a me perguntar: o que significava ser(em) mulher(es) negra(s) em Goiás no século XIX? Como determinadas práticas e discursos – historiográfico, literário, judiciário-policial e da imprensa – produziram-nas ao longo do século XIX? Quais identidades, diferenças e hierarquias elaboraram? Como suas vivências, seus corpos e seus comportamentos foram problematizados ou orientados por esses discursos?

Objetiva-se, portanto, analisar como práticas discursivas e não discursivas produziram historicamente corpos femininos negros em Goiás, no século XIX, nomeando-os e atribuindo-lhes sentidos e lugares sociais. Nesta mesma direção, busca-se identificar como esses discursos contribuíram para a construção de mecanismos de controle, regulação e identificação desses corpos e, assim, influíram nas relações sociais tecidas por essas mulheres. Considerando a positividade do poder e o fato de atravessar todas as relações sociais, entendemos que as mulheres negras não foram apenas produzidas pelos discursos (constantemente em movimento), mas também os afetaram, portanto, buscamos também interpelar algumas de suas práticas no intuito de perceber práticas de resistências e os modos como inverteram, questionaram ou escaparam dos modelos normativos.

Para tanto, tomo a produção historiográfica (artigos, livros, teses e dissertações), os livros de viagem, os processos criminais e as notícias de jornais como materialidades discursivas que nos dão a ler determinadas representações sociais<sup>9</sup> de mulheres negras. O recorte temporal da pesquisa foi sendo moldado no desenvolvimento dela, portanto, está mais marcado pela problemática e leitura das fontes do que fixado cronologicamente. Inicialmente imaginava delimitar a segunda metade do século XIX como recorte, pois acreditava que com o fim do tráfico transatlântico outros significados seriam atribuídos às mulheres escravizadas. No entanto, ao longo do percurso fui percebendo que deveria considerar o recorte temporal de

---

<sup>8</sup> RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995. p. 74.

<sup>9</sup> Segundo Jodelet (2001, p. 17), as representações sociais “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais”.

modo mais fluido, podendo problematizar mudanças e formas de permanências nas representações construídas pelos discursos. Encontro, portanto, nas narrativas de viagens do início do século XIX um marco importante para essas análises e caminhos até os discursos abolicionistas impressos nas páginas dos antigos jornais da capital da província de Goiás.

Percebo o século XIX como momento importante para o delineamento de identidades e diferenças, uma vez que há, nesse período, a circulação de discursos preocupados em fixar classificações e hierarquias sociais. A expansão industrial e do capitalismo, o aumento populacional, o crescimento urbano, o desenvolvimento da medicina, entre outros aspectos, potencializavam essas transformações. No Brasil, os episódios políticos de 1808, 1822, 1850, 1871 e 1888 tentavam moldar ou forjar uma população e, mais tarde, uma nação; acrescenta-se a isso, as discussões sobre raça evidentes nesse momento. Com isso, compreendo que há no século XIX um conjunto discursivo produzindo identidades e assimetrias, desenhando as populações e ordenando a sociedade a partir de um viés racista, sexista e generificado.

Na historiografia sobre Goiás encontrei poucos trabalhos dedicados a pensar as mulheres negras no século XIX. Por muito tempo, a produção regional insistiu em temas como: fim das atividades mineradas, chegada da modernidade, elites políticas e transferência da capital. Tratam-se de narrativas preocupadas em “organizar” o passado da região considerando, quase sempre, aspectos políticos ou econômicos e, como resultado desse fazer historiográfico, têm-se diferentes versões acerca do povoamento de Goiás, constituição de sua população, sistemas econômicos e políticos. Esse esforço coletivo em “construir” tal história contou, a partir das décadas de 1960-1970, com historiadores/as vinculados/as a academia e envolvidos/as em um fazer historiográfico atento às questões teóricas e metodológicas desse campo do conhecimento. Paulatinamente, variados temas, teorias e metodologias foram “aparecendo” no cenário regional, sendo que muitos dos trabalhos produzidos nesse período elegeram Goiás nos séculos XVIII e início do XX como recorte para suas elucubrações.

Apesar desse desabrochar da historiografia regional – refiro-me àquele relacionado à academia –, alguns temas demorariam a aparecer, uma vez que, somente mais tarde, estudos específicos sobre a escravidão negra e a população liberta começariam a despontar. No entanto, as investigações sobre mulheres demorariam um pouco mais: embora fossem mencionadas em certas obras, não foram alçadas a objeto de estudo. Comumente, repetiam-se informações trazidas pelas narrativas de viagens ou documentação oficial, muitas vezes carregadas de estereótipos e preconceitos construídos e projetados ao “universo” feminino. Se separadamente as investigações sobre a população negra e mulheres foram diminutas, aquelas

que se propuseram a conectar marcadores sociais como raça, condição social e gênero foram ainda mais limitadas.

Escravizados/as, libertos/as, pardos/as, crioulos/as e mulatos/as apareceram nessa historiografia como inferiores, degenerados/as e desprovidos/as de ações de resistência e negociação. Estiveram, quase sempre, restritos/as ao mundo do trabalho ou associados/as a comportamentos de vadiagem. Assim, a mestiçagem da sociedade parece ter sido problema e fator de atraso social, econômico e cultural. Arrisco a hipótese de que entre as razões para esse silêncio sobre a população negra está a quantidade de escravizados/as. A presença deles/as teria decaído devido a baixa produtividade das minas e, conseqüentemente, fim dos créditos concedidos aos mineiros para a compra de novos/as cativos/as. Para uma parte da historiografia isso se deu por conta da exploração desordenada e desenfreada do ouro e a rápida fase aurífera, que tendo seu declínio na segunda metade do século XVIII, colaborou para a decadência da província. As atividades agropastoris, alternativa de sobrevivência para quem permaneceu na região, não careciam de muitos/as escravizados/as. Além disso, nesse cenário, o controle sobre os/as cativos/as seria menor do que em engenhos, serviços de mineração ou grandes plantações monocultoras.

Segundo Palacín e Moraes (1994),

o controle rigoroso do trabalho escravo, próprio à mineração e à lavoura de monocultura, era praticamente impossível na pecuária extensiva. Por isso, ao se passar, em Goiás, da mineração para a criação de gado como forma econômica preponderante, a escravatura estava fadada a desaparecer por si mesma<sup>10</sup>.

Embora haja coerência nesse raciocínio – dados que precisam ser melhor apurados para afirmações mais conclusivas –, a escravidão em Goiás teve seu fim apenas em 1888, com a abolição. Acompanhando as argumentações dos/as autores/as, frente a dificuldade de se obter novos/as cativos/as, a falta de crédito dos mineiros e os custos de manutenção de um/a escravizado/a, era preferível alforriá-los/as e optar pela mão-de-obra remunerada – mal paga, diga-se de passagem. Além disso, acrescenta-se que a prática de alforria, crescente no decurso do século XIX, intensificaria a mestiçagem dessa população.

Apesar da predominância de uma população mestiça, segundo apontam os dados censitários, poucos estudos em Goiás detiveram-se em problematizar tal questão. Da mesma forma, é possível afirmarmos serem poucas as pesquisas focadas em problematizar a

---

<sup>10</sup> PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994. p. 32.

população escravizada, liberta ou pobre da região, uma vez que, por décadas, as preocupações de historiadores/as pareceram ser outras, que não “as gentes” de Goiás. Algumas poucas investigações, no entanto, abordaram a presença dos/as negros/as (escravizados/as, libertos/as, livres não brancos/as) na sociedade goiana. Como exemplo, tem-se a obra *Sombra dos Quilombos*, publicada em 1974 pelo advogado/historiador Martiniano José Silva. Também nessa década, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão publicou *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade em Goiás*. Um pouco mais tarde, precisamente em 1992, Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles lançou o livro *Economia e escravidão na capitania de Goiás*, resultado de seu doutoramento.

Nas últimas décadas, especialmente após os anos 2000, pesquisas abordando a população negra em Goiás aumentaram ou ganharam maior espaço de circulação. Entretanto, continuam poucas aquelas preocupadas em pensar as práticas de mulheres negras nessa sociedade goiana, bem como são ainda tímidas as pesquisas relacionadas aos marcadores identitários de raça, condição social e gênero. Atentando-me para esses silenciamentos é que proponho essa pesquisa com o intento de contribuir para a produção de conhecimento sobre o tema na região.

### **Na Retomada do Percurso, o Desafio do Gênero: caminhos teóricos, metodológicos e fontes**

Conforme mencionado anteriormente, durante a releitura de algumas fontes de pesquisa, outrora utilizadas, percebi a possibilidade de pensar sobre as práticas de trabalho, luta, negociação e resistência de mulheres negras no contexto da escravidão em Goiás. Para tal intento, foi necessário procurar por referências bibliográficas que me permitissem conhecer um pouco mais dos estudos que “falavam sobre mulheres”. Um dos primeiros ao qual tive acesso foi o da historiadora francesa Michelle Perrot (2013). De acordo com essa autora, as produções historiográficas, de um modo geral, pouco refletiam sobre as mulheres enquanto sujeitos da história; para ela, tratava-se de um campo permeado de silêncios e marcado pela invisibilidade. Embora não tivessem sido as únicas a serem invisibilizadas pela historiografia, parecia ser “sobre elas que o silêncio pesa mais”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 16.

Segundo Perrot (2013), por muito tempo, endossou-se a ideia de que a esfera privada estava destinada ao feminino, onde atuavam no cuidado da família e dos afazeres domésticos. Tornavam-se, portanto, invisíveis, posto ser apenas o espaço público merecedor de interesse e relato. Assim, por estarem em um plano invisível, poucos teriam sido os vestígios deixados por/sobre elas. As informações que dispúnhamos teriam sido produzidas pelo/no masculino e, por essa razão,

a prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos ou os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais<sup>12</sup>.

Para que fique claro, obviamente tal interpretação não afirma a inexistência das mulheres, ou mesmo, nega a atuação delas na vida em sociedade, mas informa o silenciamento provocado pelos relatos históricos. Ao que parece, essa lógica vinha se repetindo há algum tempo, pois, assim, teriam feito os primeiros historiadores gregos, as crônicas medievais, a história científica e profissional do século XIX e até mesmo o movimento dos *Annales* que, apesar das propostas de inovação e confronto ao modelo historiográfico predominante, não cogitou colocar em perspectiva histórica as diferenças de gênero<sup>13</sup>.

Ainda de acordo com Perrot (2013), somente mais tarde, na década 1960, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, teria ocorrido o que ela chamou de “emergência” da mulher enquanto objeto de estudos nas Ciências Humanas. Já na década de 1970, em razão de uma multiplicidade de questões – dentre as quais se destacavam os questionamentos sobre o marxismo e o estruturalismo, a interdisciplinaridade, o movimento de liberação das mulheres, a discussão sobre a subjetividade e a presença feminina nas universidades –, é possível perceber o interesse pela história das mulheres apresentada como outro relato, outra história<sup>14</sup>. As questões impostas naquele momento eram: quais fontes utilizar para escrever essa história, considerando o ocultamento ou mesmo a ausência de vestígios deixados por elas? Como escrever essa história?

Os primeiros esforços para realizar tal tarefa estiveram preocupados em dar visibilidade a esse grupo e “ouvir suas vozes”. Aqueles/as que se lançaram a essa empreitada procuraram evidenciar as experiências cotidianas dessas mulheres como um fato histórico a

---

<sup>12</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 17.

<sup>13</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19.

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-20.

ser descoberto e descrito. As produções brasileiras seguiram essa tendência e, em análises pioneiras, não se nota o uso da categoria gênero, até porque não podemos desconsiderar que o uso de determinadas categorias e conceitos também são históricos. Portanto, naquele momento, pouco se conhecia sobre a questão no Brasil. Os depoimentos de Soihet e Rago, publicados na Revista *Pagu*, em 1998, reiteram esse desconhecimento.

Soihet (1998) afirma ter se dedicado à história das mulheres desde a década de 1970, momento assinalado por significativas mudanças historiográficas:

os grandes temas em que os donos do poder ocupavam o cenário, cediam lugar a temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse. Some-se a esse processo a segunda vaga do feminismo, ocorrido a partir de fins dos anos 1960, do que resultou um fértil intercâmbio, alçando-se as mulheres à condição de objeto e sujeito da história<sup>15</sup>.

Entre muitos outros, um dos questionamentos que pairavam sobre a produção historiográfica nos anos 1960 e 1970 era o silenciamento desse campo do saber em relação a alguns grupos sociais, naquele momento, sintetizados pela nomenclatura “esquecidos”. Tratava-se de homens e mulheres cuja experiência histórica havia sido ignorada ou relegada a um segundo plano pela produção historiográfica<sup>16</sup> – as mulheres, de modo geral, faziam parte desse grupo silenciado. Segundo Soihet (1998), os estudos acadêmicos enxergavam esse domínio da história com certo desinteresse, sendo que foi somente mais tarde, bem depois de 1970, que as discussões sobre gênero chegaram ao Brasil. Em seu depoimento, a autora ressalta as dificuldades teóricas, metodológicas e de orientação envolvidas na produção desses estudos.

Margareth Rago (1998), outra importante pesquisadora sobre a história das mulheres e relações de gênero, relata ter sido em julho de 1990, depois de defender sua pesquisa de doutorado, que ouviu pela primeira vez as discussões sobre as relações de gênero, em Nova York, onde participava de um evento. Somente depois disso, ao voltar para Brasil, juntamente com outras colegas, dedicaram-se a estudar e conhecer melhor o uso da categoria, definida como:

construção social e cultural das diferenças sexuais [...] categoria que trazia muito desconforto para todas nós pelo desconhecimento que a cercava. Afinal, estávamos acostumadas, principalmente as historiadoras e sociólogas, a lidar com conceitos

---

<sup>15</sup> SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero – um depoimento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 77-87, 1998. p. 77.

<sup>16</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 41.



acabados como classe, informados por todo um sistema de pensamento extremamente articulado e, nesse contexto, o gênero aparecia solto, meio que caído do Norte para nos explicar a nós mesmas<sup>17</sup>.

Essa definição de gênero está, particularmente, embasada na produção da historiadora norte-americana Joan Scott. Em texto publicado no Brasil na década de 1990, defende a utilidade da categoria gênero para a história, e, ao defendê-la, tece críticas a uma história das mulheres ocupada apenas em descrevê-las<sup>18</sup>. De certo modo, a crítica da autora já estava presente no movimento feminista desde os anos de 1980, tanto no Brasil quanto em outros países<sup>19</sup>. Conforme Matos (2006), essas discussões no âmbito do movimento feminista são também processadas pela produção historiográfica com o propósito de rever interpretações naturalizadas dos “papéis sociais” atribuídos às mulheres e aos homens e o modelo universal de “identidade feminina”. A ideia era propor, então, investigações que questionassem a narrativa histórica e os mecanismos de produção de essencializações e naturalizações.

O crescimento da produção historiográfica permite apontar que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram tanto quanto os homens na história, quer destacando as diferenças de uma “cultura feminina”, perdendo-se assim a multiplicidade do ser feminino, podendo-se cair numa mera perspectiva essencialista. Após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, abre-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade, bem como procura-se um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico<sup>20</sup>.

Procuro neste estudo pensar a noção de gênero embasando-me nessas leituras e de autoras como Joan Scott (1995), para quem gênero é uma categoria analítica da divisão sexuada do mundo, servindo para questionar construções sociais baseadas em essencialismos e naturalizações. Sendo assim, pensar nesses termos significa problematizar o corpo e a diferença sexual deslocada de determinismos biológicos, uma vez que eles seriam resultados (efeitos de saber e poder) de construções históricas e culturais que produzem e legitimam

---

<sup>17</sup> RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998. p. 89.

<sup>18</sup> SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

<sup>19</sup> Não quero com essa afirmação estabelecer uma relação de causa e efeito ou de hierarquias entre conhecimento acadêmico e movimento feminista, nem, tampouco, alimentar perspectivas excludentes que acusam a produção acadêmica de despolitizada. Sobre a questão ver: SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 63-95. p. 65-67.

<sup>20</sup> MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana et al. **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006. p. 287.

diferenças, significando-as e as posicionando hierarquicamente. Em outras palavras: gênero pode ser compreendido como o saber produzido sobre as diferenças sexuais. Nesse caso, saber significa a “compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas” e o meio pelo qual as relações de poder são construídas, sendo seus usos e significados resultados de disputas políticas<sup>21</sup>. Se gênero diz respeito ao saber que estabelece significados para as diferenças corporais e o saber atua na construção das relações de poder, então gênero está inscrito no poder.

Ainda em relação ao gênero, as colocações de Teresa de Lauretis (1994) parecem-me bastante oportunas para as análises que busquei fazer, especialmente a concepção de sujeito “engendrado”, marcado não apenas pelas relações de sexo, mas também pelas de raça e classe, “um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido”<sup>22</sup>. Pensar o sujeito de forma múltipla era algo que já estava no horizonte do movimento feminista negro e do feminismo negro; contestava-se as influências deixadas pelo movimento feminista europeu que havia estabelecido as mulheres brancas, heterossexuais e pertencentes a uma classe média urbana como modelo de identificação. A ideia estava em pensar uma categoria cuja definição e aplicabilidade pudesse articular diferentes marcadores sociais de identidade, e assim permitisse uma leitura mais plural sobre as mulheres.

A interseccionalidade, então, surge como caminho possível para tal empreitada, reconhecendo o fato de que não apenas as desigualdades de gênero afetam a construção das identidades sociais das mulheres, mas também questões ligadas as diferenças de classe, raça, orientação sexual, entre outras – essas diferenças constroem assimetrias e influem na forma como vários grupos de mulheres vivenciam suas práticas. Consoante Crenshaw (2002), a interseccionalidade pode ser definida como:

uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994. p. 12-13.

<sup>22</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242. p. 208.

<sup>23</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. p. 177.

Para melhor definir o termo, a autora utiliza-se metaforicamente da ideia de que vários eixos do poder, tais como raça, etnia, gênero e classe, são avenidas por onde se estrutura a sociedade, sendo que essas avenidas frequentemente se entrecruzam, criando intersecções entre diferentes eixos de poder. As mulheres negras estão normalmente posicionadas nessas encruzilhadas, onde esses diferentes marcadores ou eixos de poder se encontram: daí considerar estarem marcadas por múltiplas opressões (que se sobrepõem), produzindo nelas identidades específicas, formando redes de desigualdades. Embora reconheçamos que isoladamente esses eixos produzem desigualdades, ou seja, o gênero pode explicar as violências sofridas por algumas mulheres, é também preciso admitir o fato de que mulheres negras são interceptadas pelo trânsito das diferenciações, tendo seus corpos atravessados por variados eixos de poder.

No Brasil, desde as décadas de 1970 e 1980, importantes estudos vêm sendo realizados no sentido de problematizar as experiências de mulheres negras. Em 1988, por exemplo, em decorrência do centenário da abolição, Lélia Gonzalez publicou importante artigo demonstrando como o mito da democracia racial no Brasil encobriu as discussões sobre o racismo no interior do movimento feminista, afirmando a impossibilidade ou a incompletude de se pensar as mulheres negras sem considerá-las como racializadas<sup>24</sup>. A autora não apenas propunha uma soma de diferenças, mas em perspectiva com o feminismo negro insinuava a necessidade de se pensar outras bases epistêmicas para a produção do conhecimento, algo como feminismo afrolatinoamericano.

Insistindo na perspectiva de reconhecer certos corpos femininos como engendrados, mas também racializados, Sueli Carneiro (2001), outra importante feminista negra, afirma:

as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras<sup>25</sup>.

Desse modo, argumenta Carneiro, as negras brasileiras não se reconhecem no mito da fragilidade feminina que justifica a proteção paternalista, pois nunca foram tratadas dessa

---

<sup>24</sup> GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

<sup>25</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO, Durban, 2001. **Anais...** Durban, 2001. s/p. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2015.

forma; trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras, nas intermináveis lidas domésticas, nas ruas vendendo quitutes ou negociando o seu corpo. Não se viam, portanto, protegidas. Da mesma forma, as mulheres negras não entenderam quando as feministas disseram que deveriam ganhar a rua, uma vez que já estavam lá há muito tempo, bem como não compreenderam a necessidade de se desfazer a imagem de rainhas do lar, pois nunca tinham sido<sup>26</sup>. Considerando essas diferenças, o movimento negro feminino e os femininos negros questionavam as categorias e os discursos universalizantes adotados pelos movimentos feministas – era preciso pensar as diferenças dentro das diferenças. Sem dúvida, o questionamento causava certo desconforto tanto ao movimento político, quanto no campo do conhecimento histórico.

Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria das “mulheres” e para introduzir a “diferença” como um problema a ser analisado. A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades<sup>27</sup>.

Os primeiros trabalhos relacionando mulheres negras e história das mulheres no Brasil, embora não utilizassem do conceito de interseccionalidade, surgem exatamente nesse contexto de revisões e questionamentos dos movimentos sociais e da própria produção do conhecimento histórico. A proximidade do centenário da abolição, comemorado em 1988, também contribuiu para esse processo. Embora muitos desses trabalhos não estivessem, propriamente, atrelados ao movimento feminista negro ou ao feminismo negro como campo do saber, certamente, não ignoravam tal debate.

A combinação dessa onda revisionista e a proximidade das comemorações oficiais do centenário da abolição também suscitaram mudanças nos modos de se pensar e produzir a história da escravidão e da emancipação no Brasil. Historiadores/as vinculados/as a temática apropriaram-se e, em certa medida, ressignificaram concepções propaladas pelos estudos de E. P. Thompson para embasar suas pesquisas<sup>28</sup>. Singularmente, utilizaram-se das concepções

---

<sup>26</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO, Durban, 2001. **Anais...** Durban, 2001. s/p. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2015.

<sup>27</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 277.

<sup>28</sup> LARA, Sílvia Hunold. Blowin in the wind - E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995. p. 46.

de uma “história vista por baixo”, cuja prioridade está nas ações de sujeitos esquecidos pela historiografia no intuito de compreender a experiência dessas pessoas no passado e suas reações às próprias experiências<sup>29</sup>.

Essas ideias permitiram pensar os/as escravizados/as como sujeitos históricos, dotados/as de aprendizagens políticas, e suas ações, então, não seriam mais entendidas apenas como resultado da dominação a que estavam submetidos/as; também não estariam determinadas por conjunturas exteriores a suas vivências, ainda que não deixassem de influenciá-las. Surge assim, de acordo com Chalhoub e Silva (2009), o “paradigma da agência”, “segundo o qual as ações de escravos, libertos e trabalhadores [...] resultam de negociações, escolhas e decisões frente às instituições e aos poderes normativos”<sup>30</sup>. Trata-se de privilegiar uma abordagem que focalize ações, atuações e reações cotidianas dos sujeitos em sociedade. Esse olhar sobre as experiências de escravos/as e libertos/as permitiu aos/as historiadores/as refletir a respeito das estratégias de sobrevivência, resistência e negociação desses sujeitos<sup>31</sup>.

Seguindo essa tendência em problematizar a presença e a ação das mulheres nas narrativas históricas, e interconectando essas demandas à pretensão de pensar os sujeitos até então silenciados pela história, tem-se a publicação de importantes pesquisas relacionadas as temáticas. Sendo assim, dessa urdidura “surgiram” mulheres negras que exerceram poder nas senzalas, nas ruas ou em outros espaços, forras que ascenderam econômica e socialmente, escravas e libertas que lutaram para a conquista da própria alforria, dos/as filhos/as ou outras pessoas de seu interesse<sup>32</sup>. Enfim, mulheres negras em suas experiências cotidianas.

---

<sup>29</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 51.

<sup>30</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009. p. 14.

<sup>31</sup> Essa perspectiva de abordagens pode ser verificada em trabalhos como: AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. São Paulo: Annablume, 2004. AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas, e abolicionismo na província de São Paulo**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/EDUSP, 1994. MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Neles, a noção de experiência está embasada em E. P. Thompson.

<sup>32</sup> Nessa conjuntura, podemos destacar estudos como: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvidia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 42, p. 157-193, 2010. SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)**. Recife: Ed. Universitária da UFP; Salvador: EDUFBA, 2011. XAVIER, Giovana;

Em pesquisa pioneira realizada na década de 1980, Maria Odila Dias (1995) destacou o cotidiano de mulheres negras e brancas empobrecidas em São Paulo, no século XIX. Não apenas “papéis sociais normativos e prescritos, mas as mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos, que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder”<sup>33</sup>. A busca por esses papéis informais e improvisados foi uma maneira encontrada pela autora para “reconstruir” as estratégias de sobrevivência dessas mulheres, localizando-as nas ruas, nos serviços domésticos, em redes de sociabilidades e solidariedades; circulavam pelas fontes, comércio, praças, vendiam produtos diversos, carregavam água e lavavam roupas, bem como faziam circular informações, tramavam redes de proteção, concubinato, movimentando a paisagem urbana.

Assim, as redes sociais que construíam eram utilizadas estrategicamente de “modo que se tornava impossível para as autoridades exercer seus mandatos, tamanha eram as intervenções – insistentes pedidos pessoais, reclamações teimosas, constantes. Muito clamor, muita briga, muito alarido”<sup>34</sup>, mas nem sempre registrados ou percebidos na documentação. Maria Odila, sem dúvida, influenciou a trajetória de muitas outras pesquisadoras, formando uma geração de historiadores/as preocupados/as, em alguma medida, com a história das mulheres e, particularmente, com as estratégias de sobrevivência e resistências estabelecidas por elas.

Ainda na década de 1980, outros trabalhos sobre mulheres negras foram publicados. O livro de Maria Lúcia Mott, *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, por exemplo, focava nas ações de mulheres escravizadas, abordagem pouco convencional até aquele momento. Para isso, tocava em questões como trabalhos exercidos pelas escravizadas, suas revoltas cotidianas e as práticas abolicionistas. Desta forma, e como ressalta o próprio título da obra, as mulheres escravizadas são compreendidas entre o binômio submissão e resistência, transitando entre esses dois lugares<sup>35</sup>.

Luciano Figueiredo (1993), em *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, debruçou-se sobre as relações sociais tecidas pelas mulheres setecentistas em Minas, direcionando seu olhar, sobretudo, às mulheres pobres.

---

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

<sup>33</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 13.

<sup>34</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 20.

<sup>35</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1991.

Nesse percurso, destacou a importância e a tensão do “comércio feminino”, reconhecendo a participação de muitas escravizadas e libertas nesses serviços e, conseqüentemente, a circulação dessas mulheres pelas ruas mineiras. A prostituição e as desordens sociais causadas por elas, ou por quem com elas se envolviam, também foi objeto de investigação do autor. No contexto em que o autor escrevia, discutir a história das mulheres remetia, de alguma forma, às práticas familiares, ao casamento, ao concubinato e aos conflitos nas relações conjugais, temas também explorados por Figueiredo. Finalmente, o autor discute o poder (aquele que incidia contra as mulheres das quais falava) e a resistência delas<sup>36</sup>.

Podemos destacar, ainda, as pesquisas de Sheila Faria, autora dedicada a pensar as relações familiares e de fortuna no Brasil colonial. Foi realizando esses estudos que percebeu a presença de mulheres forras com alguma fortuna, passando a problematizar como teriam conseguido tal façanha e que implicações tinha a riqueza na mobilidade social delas e de suas redes familiares. Destaca-se, também, a participação e a importância delas no mercado de trabalho urbano como quitandeiras, negras de tabuleiro e em outros serviços. As análises da autora estão registradas em estudos como *Mulheres forras: riqueza e estigma social*, publicado no ano 2000<sup>37</sup>.

Seguindo essa tendência, a brasileira Sandra Lauderdale Graham publica, em 2005, o título *Caetana diz não: histórias de mulheres na sociedade escravista*. Por meio de dois estudos de caso, a autora demonstra as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres na Província de São Paulo no século XIX. Em um deles, narra e interpreta a história de Caetana, crioula de mais ou menos 17 anos de idade, propriedade de Luís Mariano de Tolosa, dono da Fazenda Rio Claro. Caetana foi obrigada pelo seu senhor a casar-se com Custódio, mestre alfaiate, de vinte e poucos anos de idade; no entanto, após o casamento, a escrava não permitiu que seu marido a tocasse e, assim, o pudesse consumir. Desesperada, a escrava pediu ajuda a seu senhor que, paradoxalmente, resolveu ajudá-la no processo de anulação do enlace matrimonial. Ao longo do processo, várias outras relações vão sendo “reveladas”, e cuidadosamente algumas hipóteses são articuladas pela autora. Graham (2005) estabelece análises em uma perspectiva relacional entre homens e mulheres, utilizando-se da ideia de patriarcado (“patriarcado perturbado”) para ler as relações sociais<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993.

<sup>37</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras – Riqueza e estigma social*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

<sup>38</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Importante mencionar, também, estudos como Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do século XIX, de Maciel Henrique Silva. A pesquisa do autor demonstra como uma mulher alforriada poderia construir, pelo trabalho, pelas relações sociais que tecia com alguns membros da sociedade e pelos bens que adquiria, a imagem de mulher honrada. Nesse caso, honra não se relaciona necessariamente a questões sexuais, mas uma “posição de respeito” forjada no seio da sociedade escravista – posição esta que não é conquistada apenas pelos bens que adquiriu, mas também reforçada por práticas e condutas forjadas socialmente<sup>39</sup>.

Mais recentemente, historiadoras até então dedicadas aos estudos da escravidão e emancipação no Brasil passaram a problematizar a “construção de identidades sociais femininas no cativeiro e na liberdade”, considerando as políticas sanitárias de controle do trabalho e do corpo e a emergência de discursos médico-raciais no controle das escravizadas ou libertas. Exemplo disso é o artigo *Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvídia, escrava (Sudeste, 1880)*, de Maria Helena P. T. Machado, publicado em 2010<sup>40</sup>. A coletânea de textos publicados na obra *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* seguiu o mesmo intento na expectativa de ressaltar experiências de mulheres africanas, crioulas, cativas, forras como agentes da emancipação, interrogando como teria sido a participação delas na organização da sociedade escravista e nas primeiras décadas do pós-abolição<sup>41</sup>.

A maioria desses trabalhos esteve orientado pelas perspectivas da história social ou de uma história social da cultura, acrescentando, timidamente, contribuições advindas dos estudos feministas e até mesmo dos estudos de gênero; apesar disso, boa parte deles fez um uso mais descritivo da categoria gênero. Uma das exceções é a pesquisa de Maria Elisabeth Carneiro (2006) sobre as amas-de-leite no Rio de Janeiro do século XIX. A autora utiliza-se da categoria para pensar o que significava ser amas-de-leite naquela sociedade, indicando que os discursos interpelados por ela estavam atravessados por uma política do saber e poder,

---

<sup>39</sup> SILVA, Maciel Henrique. Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do séc. XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 219-240, 2005.

<sup>40</sup> MACHADO, Maria Helena P. T. *Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvídia, escrava (Sudeste, 1880)*. *Afro-Ásia*, n. 42, p. 157-193, 2010.

<sup>41</sup> XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.



produzindo corpos marcados pelo sexo/gênero, raça e condição social, instauradores de diferenças e assimetrias<sup>42</sup>.

A pesquisa de Carneiro (2006) inscreve-se em uma concepção teórica e metodológica da história voltada às análises culturais, sendo que essa abordagem propunha novas formas de conceber e problematizar as fontes de estudo. Segundo essa concepção, as evidências não estavam dadas nos arquivos, esperando para serem “capturadas” pela pergunta correta; portanto, a “investigação do acontecimento histórico, de qualquer objeto ou sujeito da história” se daria no presente. Assim, reconhece-se a participação dos/as historiadores/as na construção desse conhecimento: eles/as não estariam fora do discurso ou da narrativa elaborada, pois são quem fabricam os procedimentos e escolhem os aparatos teóricos e metodológicos<sup>43</sup>. Aos documentos não caberia, então, mais a função de alicerces para a reconstrução do passado; ao contrário, a história preocupar-se-ia agora em

trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. [...] ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.) que apresenta sempre e em toda a parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas. [...] em nossos dias a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos<sup>44</sup>.

É observando esse movimento da história, e consciente de se tratar de um fluir contínuo, que procurei pensar as mulheres negras em Goiás e deixar-me afetar por elas. As leituras relativas aos estudos de gênero, feminismos negros e interseccionalidades foram fundamentais nesse processo, uma vez que permitiram a compreensão de que não deveria pensá-las apenas como escravizadas ou libertas, mas imaginá-las de modo mais complexo e fluido. Elas não eram isso ou aquilo e nem estavam dadas para que eu pudesse apenas “capturá-las” nos documentos, mas foram construídas e, portanto, poderiam ser várias,

---

<sup>42</sup> CARNEIRO, Elisabeth Ribeiro. **Procura-se uma “preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 419 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

<sup>43</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. p. 26.

<sup>44</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 7-8.

múltiplas e plurais, o que dependeria de quem/como e com que intencionalidades foram produzidas, assim como dependiam do olhar que agora lanço, da leitura que faço delas.

Para realizar tal leitura, utilizei-me de um conjunto de materialidades discursivas diferentes buscando, nele, as formas como mulheres negras foram produzidas e atentando-me para as regularidades, as modalidades de controle, a disciplinarização e as normalizações. Compreendo, neste sentido, que a regularidade de alguns desses enunciados possibilita a emergência de discursos e práticas instauradores de diferenças e desigualdades. Nesse percurso, procurei observar como, além de engendrados, esses discursos são também racializados e orientadores de posições sociais.

A primeira série documental a qual recorri foi a produção historiográfica sobre Goiás, tomando-a não apenas como referência, mas também como fonte. Dessa forma, procurei organizar, recortar e ordenar dissertações, teses, livros e artigos que elegeram as mulheres goianas como objetos de estudo. Em sequência, os dividi em dois grupos: os que concebiam mulheres de modo mais universal (embora todos apontem diferenças entre elas) e aqueles cujas análises destacaram as mulheres negras.

A segunda série de documentos diz respeito a literatura de viagem. A despeito de muitos viajantes terem passado por Goiás no início do século XIX (mais de 16), recortei três deles para minhas análises, a saber: Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl e George Gardner. Esta escolha está orientada pelo fato de serem os mais mencionados na série documental investigada anteriormente. Percorri essas narrativas interessado em pensar como esses viajantes haviam construído as mulheres negras visualizadas (imaginadas) durante a passagem deles por Goiás ou no momento da escrita de seus livros. As obras dos viajantes contribuíram, ainda, para problematizarmos a invenção de Goiás como lugar decadente, de gente imoral e pouco afeita às relações matrimoniais.

O terceiro conjunto documental constitui-se de processos judiciário e policial, como: queixa crime, sumário de culpa, processo por quebra de termo de bem viver e ação de liberdade. São documentos produzidos para a investigação de atos considerados criminosos ou de perturbação do sossego e da moral pública. Estão, especificamente, orientados pelo Código Criminal do Império de 1830 e disposições seguintes, bem como pela Lei do Ventre Livre de 1871, utilizando-os no afã de compreender como o dispositivo judiciário-policial produziu mulheres negras. Com o mesmo propósito, aproprio-me de notícias publicadas nos periódicos da época, observando como construíram determinadas identidades e assimetrias para essas mulheres. As notícias observadas informam sobre processos criminais, denúncias,

práticas de liberdade ou manifestação de posicionamento político em prol do fim da escravidão. Os documentos selecionados para análise representam um conjunto de caracterizações jurídico e policial que trazem ressonância para a pesquisa, pois, entendemos apresentarem formas de permanências, espontâneas ou não, sobre as mulheres negras em Goiás.

Ressalto que, em conformidade com a noção de documento/monumento apresentada anteriormente, estou pensando a análise do discurso como uma ferramenta metodológica para a leitura das fontes de pesquisa; nesses termos, corroboro com Albuquerque Junior quando afirma ser a análise documental uma forma de análise de discurso<sup>45</sup>. A esse respeito, esclareço entender discurso conforme apresentou Foucault:

conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; [...] é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade não própria história<sup>46</sup>.

Em outras palavras, todo discurso pertence a determinada ordem discursiva, ou seja, é delineado cultural e historicamente; estão, também, implicados em relações sociais e de poder que selecionam o que pode ser dito e o que deve ser silenciado ou limitado, instituindo “verdades”. Por fazer parte de uma rede de relações, os discursos se imbricam em outros que ajudam em sua sustentação e, por essa razão, são contínuos, não havendo a possibilidade de determinar um começo (origem) ou término dele, mas pensá-lo como um jogo insistente.

Assim, busco nesses discursos as marcas de historicidade e temporalidade, fazendo uso de procedimentos externos e internos para a análise dessas produções discursivas. Os procedimentos externos dizem respeito às condições históricas que possibilitaram a emergência do discurso (relações sociais, econômicas e políticas implicadas nele), enquanto os procedimentos internos referem-se às análises de produção do próprio discurso, tomando-o como acontecimento em si mesmo. Ao serem produzidos, os discursos obedecem a uma série

---

<sup>45</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 236.

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 143.

de regras, daí a necessidade de se perguntar sobre elas, mapeando regularidades e questionando a respeito da própria constituição do arquivo<sup>47</sup>.

Ainda sobre o caminho teórico e metodológico que busquei trilhar, parece-me importante acrescentar uma questão: as análises que apresento resultam de uma “operação historiográfica” que pensa e escreve a História da “terceira margem”. Isso não significa a ausência de posicionamentos teóricos e metodológicos ou não comprometimento com essa ou aquela vertente historiográfica, mas, utilizando-se da metáfora de Albuquerque Junior (2007), compreendo que a história não se passa apenas na margem direita ou esquerda do rio, mas entre elas, no encontro, na mediação, onde elementos de uma e outra margem se misturam. Assim, embora não utilize, propriamente, dos conceitos elaborados nos/pelos estudos sobre a história da escravidão e emancipação no Brasil, na sua maioria engendrados no campo da história social, compreendo ser esta historiografia importante para este trabalho e, na medida que julgo necessário, utilizo-me dela. No mesmo sentido, aproprio-me de estudos em que se prioriza o polo do sujeito, da subjetividade, da identidade, da cultura e do discurso, assumindo a invenção e a desconstrução como possibilidades para as interpretações que elaboro. Não se trata também de um hibridismo, no qual se misturam distintas e nem sempre conciliáveis perspectivas historiográficas, mas de compreender que a “história se passa nessa terceira margem onde o que impera é o devir, o fluxo, que desmancha as formas estabelecidas de objetos e sujeitos, que mistura aspectos que parecem separados, classificados e ordenados após as práticas de análises levadas a cabo pelas ciências”<sup>48</sup>.

### **Durante o Trajeto, as Mulheres Negras: estruturando a pesquisa**

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro deles, tenho dois objetivos principais: situar a discussão a respeito da história das mulheres e os estudos de gênero na historiografia goiana, bem como discutir como essa área do conhecimento produziu representações de mulheres negras. Assim, artigos, dissertações e teses são compreendidos nesse percurso como materialidades discursivas em que emergem enunciados sobre essas mulheres. O exercício analítico me possibilitou perceber a historicidade dos campos da

---

<sup>47</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 235. A descrição minuciosa desses procedimentos encontra-se ao longo de: FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

<sup>48</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. p. 28.

história das mulheres e dos estudos de gênero em Goiás. As condições de aparecimento deles estão intimamente ligadas ao movimento da própria historiografia, a expansão dos cursos de Pós-Graduação em História e a ausência ou presença de pesquisadores/as interessados/as na temática. Por fim, observo que os estudos relacionados às mulheres negras no século XIX, em Goiás, ainda são poucos, em sua maioria centrados na categoria “mulheres” e embasados nas análises da história social.

No segundo capítulo, faço uso das narrativas de viagens para pensar duas questões. Em um primeiro momento, analiso como elas foram responsáveis pela construção de uma ordem discursiva sobre o processo de povoamento e desenvolvimento da região. Aponto que as narrativas de viagem contribuíram, fortemente, na instituição de uma “verdade”: a decadência de Goiás. Esse discurso também forjou uma sociedade indolente, pouca afeita ao trabalho e às relações matrimoniais. Pondero, entretanto, que as narrativas de viagens fazem parte de uma maquinaria preocupada em produzir diferenciações e hierarquias. No segundo momento, interrogo as representações do(s) feminino(s) nos livros de viagem, compreendo-as como históricas, localizadas e referenciadas em um determinado lugar de fala; desse lugar, produzem realidades, orientam e modelam práticas sociais, estabelecem normas, normalizações e ordenamentos. Enfim, inventam, (re)produzem e (re)significam representações, fabricando mulheres a partir de perspectivas essencialistas e naturalizadas.

No terceiro capítulo, faço uso da mesma série utilizada no capítulo anterior, no entanto, organizo, seleciono e recorto os documentos em outro nível. Continuo interessado na reflexão sobre o modo como os viajantes produziram representações das mulheres, mas, agora, especificamente as que nomeei de mulheres negras. A primeira observação diz respeito as classificações raciais, tomando-as, em conformidade com Lima (2003), como fluidas ou “cinzas” – isto significa que seus significados são móveis e, por isso, históricos. Percebo o uso do termo mestiço/a pelos viajantes como prática de nomeação e organização da sociedade, e entendo estarem desenhando a população de acordo com um viés racista e sexista que se apoiava em outros discursos e, assim, produziam identidades, assimetrias e preconceitos. A mestiçagem é apresentada como causa e efeito da degeneração da sociedade e, conseqüentemente, remete à sexualidade. Nesses termos, o concubinato – tão reprovado pelos viajantes – é inserido em uma sexualidade polimorfa e periférica, portanto, ao mesmo tempo constrói a norma e indica o que deve ser ordenado; por outro lado, pode ser visto como uma prática de reação ou resistência à norma. Em qualquer um dos casos, percebe-se a existência de um jogo discursivo mobilizando e movimentando poderes e saberes. Acrescento,

ainda, que as narrativas de viagens são fabricações discursivas marcadas pelas ideias de raça, condição social e procedência, conformando nos corpos femininos negros predicados, valores e comportamentos que justifiquem a violência, a objetificação, a sexualização e a inferioridade. Por fim, compreendo o discurso de viagem como *locus* de produção de mulheres “negras” e “mulatas”, e conformadas ao trabalho ou reduzidas à sexualidade.

No quarto e último capítulo, interpele outro conjunto documental, formado por processos jurídico-policiais e jornalísticos, tais como: queixa crime, sumário de culpa, processo por quebra de termo de bem viver, ação de liberdade e notícias envolvendo crimes, denúncias, práticas de alforria e manifestações sobre a Lei do Ventre Livre ou expectativas com o fim da escravidão no Brasil. Mobilizo, inicialmente, processos envolvendo três mulheres atravessadas, de alguma maneira, pelos eixos de poder: gênero, raça e/ou condição social; mulheres nomeadas como pretas, pardas ou crioulas. Percebo que essas designações não se relacionavam apenas a cor/raça/etnia, mas faziam parte de uma política mais ampla de nomeação, ordenação e disciplinarização dos corpos e comportamentos. Thomazia, Escolástica e Joaquina “entraram para a história” como exemplos do que não deveriam ser: prostitutas, transgressoras e insubmissas. Estou certo que a existência delas não se reduzia a isso, mas os enunciados as limitam e produzem silenciamentos. Logo em seguida, arquiteto a trama de Anna Maria, mulher livre e reescravizada após a morte do pai; mas, além desses qualitativos, Anna Maria era também mãe. Seus filhos teriam nascido sob o julgo do cativo e, agora, ela buscava libertá-los. Observo neste caso o deslizamento de uma ordem discursiva sobre as mulheres negras no Brasil, e a maternidade começa a aparecer como uma oportunidade possível a elas. Entendo, por fim, ser a existência dessas mulheres atravessada pela fluidez das identidades, interceptada pelo trânsito da diferenciação e marcada pelas intersecções entre gênero, raça e condição social.

## CAPÍTULO I

### MULHERES NEGRAS EM GOIÁS: SUSSURROS DA HISTORIOGRAFIA

A historiografia sobre Goiás, sobretudo aquela produzida antes da década de 1990, parece ter se preocupado pouco com os estudos relativos as mulheres; do mesmo modo, foi recorrente a reprodução das ideias de decadência da região. Assim como os viajantes, muitos/as historiadores/as visualizaram um povo indolente, com pouca aptidão para o trabalho, imoral e incivilizado. O fim da mineração teria trazido, neste sentido, graves consequências e espalhado a pobreza pelo lugar. A decadência, então, tornou-se uma espécie de “conceito histórico” para a historiografia regional, designando não apenas o declínio da atividade mineradora, “mas representou um quadro social, econômico e cultural (com reflexos até psicológicos) que definiu a realidade goiana do último quartel do século XVIII e em grande parte do XIX”<sup>49</sup>.

É bem verdade que os modos de “fazer” a história de Goiás variaram ao longo das últimas décadas. A implantação dos cursos de história nas universidades sediadas no Estado, as chegadas e partidas de professores/as, a abertura e consolidação de Programas de Pós-Graduação e as mudanças no próprio campo teórico e metodológico da história motivaram tais variações. Assim, a produção historiográfica regional “passeou” por diferentes caminhos teóricos e metodológicos, produzindo história pelas mais plurais abordagens. Com certo atraso, acompanhou as tendências historiográficas nacionais, mas também produziu suas especificidades.

Compreendendo que a pesquisa histórica não pode se furtar a revisão do conhecimento produzido, entendendo-o como histórico, portanto, fruto do seu tempo, procuro nesse capítulo situar a produção historiográfica sobre as mulheres e gênero em Goiás, atentando-me para as elaborações feitas sobre as escravas, as libertas e as livres negras. Para realizar tal propósito, tangencio também as produções acerca da escravidão e da liberdade na região. Finalmente, entendo que as narrativas de viagens influenciaram, sobremaneira, a história regional e, conseqüentemente, os estudos voltados para a história das mulheres e as relações de gênero.

---

<sup>49</sup> SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Para reflexões sobre o fazer histórico, ver p. 459.

Apesar disso, nos últimos anos, nota-se uma preocupação em rever essa influência e, principalmente, apontar, por meio de diferentes fontes, teorias e metodologias, outras possibilidades de se pensar historicamente o masculino e o feminino, contribuindo, assim, para a expansão das pesquisas sobre histórias das mulheres e relações de gênero.

### **1.1 História das Mulheres e do Gênero em Goiás: a produção historiográfica sobre o século XIX**

Em texto que objetiva abordar a trajetória de formação do campo historiográfico nomeado como “História das Mulheres” e “Relações de Gênero”, Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) demonstram que estudos produzidos nas décadas de 1980 e 1990, por diferentes historiadoras brasileiras, foram bastante significativos para o desenrolar desse campo do saber<sup>50</sup>. Motivadas por mudanças que ocorriam nas formas de pensar e fazer história – e também pela amplitude do movimento feminista e a expansão de lutas por direitos e igualdade –, essas autoras trouxeram em suas pesquisas, dentre tantas outras contribuições, a preocupação em recuperar as “vozes” dessas mulheres, bem como tirar da invisibilidade suas experiências e vivências cotidianas. Objetivaram romper os silêncios sobre o feminino, tão corriqueiro e arraigado no fazer historiográfico.

Mesmo antes dessas décadas, outras pesquisadoras, especialmente das Ciências Sociais, já haviam se enveredado pela temática. De acordo com Matos (2006), desde o segundo pós-guerra tem-se constatado um aumento de escritos acadêmicos produzidos por mulheres. As razões para esse crescimento estavam relacionadas a conquista de novos espaços, ampliação do mercado de trabalho feminino e intensificação de lutas por igualdade de direitos e liberdade. “Por outro lado, a discussão dos paradigmas das ciências sociais levou, entre outros aspectos, ao questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história”<sup>51</sup>. Finalmente, o campo de estudos sobre as mulheres se alargava à medida que também se compreendia que as práticas cotidianas e as relações de poder nelas inscritas estavam circundadas pelo político.

---

<sup>50</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, p. 281-300, 2007.

<sup>51</sup> MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana et al. *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006. p. 282.



Inicialmente, as pesquisas e publicações constituintes desse campo do saber primaram por estudos que contemplassem as experiências femininas no mundo do trabalho. Para Matos (2006), essa aproximação se dava por duas razões preponderantes: por ser o trabalho um dos principais aspectos da vida cotidiana e pela influência, ainda acentuada, das análises marxistas. Uma boa parte desses estudos versaram sobre o período colonial e o início do século XIX, destacando o labor feminino nos espaços urbanos. Temas como sexualidade, casamento, participação da mulher na constituição familiar e maternidade prevaleceram nas abordagens feitas sobre esse período. Já os estudos que tiveram como recorte temporal a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, embora não tivessem abandonado tais abordagens, deram mais ênfase a aspectos relacionados a “disciplinarização, os padrões de comportamento, os códigos de sexualidade e a prostituição”<sup>52</sup>. Nessa trajetória, até mesmo por consequência da ampliação da concepção de fontes históricas, vários documentos serviram como indícios para se pensar a vida, as experiências e as resistências das mulheres.

Todavia, não era suficiente inserir as mulheres na narrativa histórica, conferindo-lhes visibilidades ou, como preferiram algumas, dando-lhes vozes. Não bastava dizer que as mulheres existiram e ocuparam um lugar de importância na história. Era necessário ampliar conceitos e metodologias de modo que pudéssemos analisar os significados construídos social, cultural e historicamente para o masculino e para o feminino, destacando a complexidade das relações sociais entre os sexos e as relações de poder que circundam esse processo. Surge, assim, o gênero enquanto categoria de análise histórica preocupada em questionar as naturalizações, a hegemonia do biológico, os modelos normativos, as hierarquias construídas sobre o sexo, as universalidades e linearidades presentes no fazer histórico. Perrot (2013) sintetiza esse percurso afirmando:

a história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana et al. **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006. p. 286.

<sup>53</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-16.

No Brasil, primordialmente, a maioria desses estudos foi feita por pesquisadores/as integrantes de grandes centros de investigação, particularmente, aqueles localizados em universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Aos poucos, à medida que outros/as pesquisadores/as sobre Histórias das Mulheres e Estudos de Gênero iam sendo formados/as, o conhecimento produzido nesse processo alcançava outras localidades. Muitas dessas investigações procuraram alinhar a temática ao recorte regional, com a intencionalidade de revisar processos de ocupação, urbanização e discutir interpretações que traziam em seu bojo apenas os feitos de grandes homens, ignorando ou mencionando superficialmente o restante da população.

É preciso admitir, contudo, que em algumas localidades esse interesse pelas mulheres e pelo gênero ocorreu de maneira mais tímida. Em Goiás, por exemplo, as pesquisas sobre Histórias das mulheres e Estudos de gênero foram aparecendo, paulatinamente, a partir da década de 1990. Antes disso, as obras históricas sobre a região mencionam as mulheres esporadicamente, sobretudo, quando se referiam ao concubinato, ausência de famílias ou casamentos. Em poucos estudos, elas são apresentadas como protagonistas, estando, quase sempre, no papel de coadjuvantes de outras narrativas, de modo estereotipado ou reproduzindo generalizações. As informações disponíveis sobre as mulheres careciam, e ainda carecem, de informações mais consubstanciadas.

Em artigo que propõe um exercício de mapeamento de produções historiográficas sobre a história das mulheres e gênero, produzidas pela historiografia regional, Rogério Chaves da Silva e Ana Carolina Eiras Coelho Soares (2016) localizam alguns desses trabalhos. Sublinham, particularmente, investigações desenvolvidas e apresentadas no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, no período compreendido entre 1990 e 2006. No levantamento empreendido, destacam a produção de sete trabalhos, compreendendo que há uma “predileção por fenômenos históricos ocorridos nos séculos XIX e XX, acontecidos na Cidade de Goiás ou em Goiânia. Inferimos que, em razão do melhor acesso às fontes históricas disponíveis nos arquivos dessas cidades, essas delimitações espaço-temporais foram as mais utilizadas”<sup>54</sup>. Seguem afirmando, ainda, que os trabalhos analisados se utilizaram de diferentes conceitos, categorias e fontes históricas; além disso, primaram em evidenciar a experiência feminina na história, outrora silenciada, invisibilizada ou colocada à margem.

---

<sup>54</sup> SILVA, Rogério Chaves da; SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Deslindando os caminhos das pesquisas sobre história das mulheres e de gênero na produção historiográfica em Goiás (1990-2006). *Rev. Hist. UEG*, Porangatu, v. 5, n. 2, p. 152-175, ago./dez. 2016. p. 171.

Antes de refletirmos, propriamente, acerca das produções sobre história das mulheres e de gênero no âmbito da história regional em Goiás, parece-nos importante alguns esclarecimentos. Informamos que as obras destacadas a seguir foram selecionadas a partir de três critérios, a saber: tema – pesquisas que trouxessem experiências, ações, práticas ou representações sobre mulheres ou relações de gênero, como problema(s) da investigação; temporalidade – estudos que tenham recortado os séculos XVIII e XIX como período de análise; e, por fim, que fossem resultado de investigação histórica – escrita da história a partir do exercício da pesquisa, operacionalizada por pressupostos teóricos e metodológicos constituintes de um campo disciplinar que objetivava discutir a experiência humana no tempo.

As obras encontradas são, em sua maioria, resultantes de investigações realizadas no âmbito de Programas de Pós-Graduação em História, situados no Centro-Oeste do país, notadamente na Universidade Federal de Goiás (UFG), na Universidade de Brasília (UnB) e na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Embora tenham em comum abordagens sobre a história das mulheres ou de gênero, discorrem a respeito de aspectos diversos das vidas femininas na região, tais como: maternidade, trabalho, política, resistências, relações afetivas, transgressões, educação e intelectualidade. Evidentemente, outros trabalhos tangenciaram a temática, no entanto, não tiveram como foco a história das mulheres ou estudos de gênero, ou estavam fora do período recortado para essa seleção.

A primeira pesquisa que destacamos nesse percurso é de Maria José Bittar, intitulada *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*, defendida em 1997, no Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Segundo a autora, o trabalho intenta destacar o papel social da mulher na Cidade de Goiás. Todavia, pondera não estar interessada em apenas inserir a experiência feminina em uma narrativa histórica pronta, mas utilizar-se das relações de gênero como possibilidade de identificar a importância dos papéis femininos para a construção de um outro saber histórico, “resgatando, para mulher, seu espaço e sua significação histórica”<sup>55</sup>.

Bittar escreve sua dissertação em meados da década de 1990, quando as discussões sobre gênero começavam a ganhar algum espaço nas universidades brasileiras, ocasionando na implantação dos primeiros núcleos de pesquisas e realização de encontros e seminários voltados ao tema; a ideia, assim, era inserir a discussão na agenda das universidades e dos centros de pesquisas. A investigação realizada por Bittar, mesmo distante desses núcleos, seguia esse trajeto. A autora insiste que as experiências históricas femininas só poderiam ser conhecidas quando relacionadas com as experiências históricas masculinas.

---

<sup>55</sup> BITTAR, Maria José. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. p. 11.

Inicialmente, esse posicionamento teórico nos causa alguma estranheza, sobretudo, se considerarmos que a área de concentração do Programa de Pós-Graduação daquela universidade alicerçava-se sobre a história agrária. Somente mais tarde, com a entrada de outras professoras e de outros professores, mudanças na área de concentração e nas linhas de pesquisa do programa, bem como transformações no próprio campo historiográfico, é que se visualiza a abertura para outros temas e pesquisas. Apesar disso, Bittar trazia em suas reflexões o diálogo com uma bibliografia atualizada sobre história das mulheres e gênero, mencionando autoras como: Eni de Mesquita Samara, Maria Odila Leite, Margareth Rago, Mary Del Priore, Joana Maria Pedro, Michelle Perrot, Joan Scott, entre outras. Era o texto de Scott, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, traduzido e publicado pela primeira vez no Brasil em 1990, que embasava a discussão de gênero proposta pela pesquisadora. Aliás, indubitavelmente, o referido texto e as discussões suscitadas por ele, foram de fundamental importância para as pesquisas vindouras.

Bittar compreende que as relações sociais estabelecidas na cidade de Goiás variaram temporalmente. Essas alternâncias contribuíram para o surgimento de diferentes identidades sociais para as mulheres: a concubina, a matriarca e a intelectual. Ressalta, entretanto, que embora cada uma dessas identidades estivesse marcada por uma temporalidade e por um conjunto de qualitativos, havia imbricações e influências de umas sobre as outras. Apesar da consideração, a obra organiza-se em narrativa linear e de continuidade, cuja identidade feminina varia de acordo com o tempo e com as mudanças econômicas, sociais e religiosas. Para a construção de suas interpretações, a autora recorre a fontes diversas, como: correspondências, entrevistas, jornais, literatura e relatos de viajantes.

Em relação a esses últimos, assumiu uma postura de criticidade aos seus escritos, responsabilizando-os pela difusão de preconceitos e depreciações sobre a condição feminina; para ela, a população vilaboense sempre valorizou as mulheres no transcorrer da sua história. Apesar das críticas, entende a importância desse tipo de fonte para a construção do conhecimento histórico e acaba por reproduzir parte das percepções dos viajantes. É a partir delas que embasa afirmações a respeito do isolamento, do comportamento afetivo e sexual e da ausência de tradição para o trabalho dos/as habitantes da região. O processo de povoamento, isolamento, constante deslocamento dos homens e os altos preços cobrados para a realização de casamentos são algumas das justificativas para o não estabelecimento de padrões morais que valorizassem a constituição de laços familiares. Para a autora, as relações

de concubinato pareciam distantes da ideia de família, mesmo tendo reconhecido que muitos casais mantiveram relacionamentos duradouros fora dos regulamentos da igreja.

Nesse cenário, forja-se a primeira identidade social para as mulheres vilaboenses: trata-se da concubina. De acordo com Bittar, a concubina foi comum no período compreendido entre a povoação de Goiás e os primeiros anos do século XIX. Nesse modelo, as relações sexuais/afetivas/amorosas dessas mulheres não estavam reguladas pelo matrimônio. Apesar da ilegitimidade atribuída a esses relacionamentos, muitos casais passavam a vida toda juntos, partilhando a mesma casa, cama, criando seus/suas filhos/as, acumulando algum pecúlio, dividindo o labor do dia-a-dia. Segundo a autora, a mulher vilaboense concubina não reprimia sua sexualidade, assim como não se tornava prisioneira do lar. O discurso disciplinador e normativo de “santa-mãezinha”, que objetivava controlar o corpo e os comportamentos femininos, e engessá-la no interior da família, tão comum em outras partes da colônia, não se aplicava a Vila Boa – a explicação para essa particularidade estava, conforme a autora, no isolamento da região<sup>56</sup>.

As transformações nos quadros econômicos e sociais em Goiás, durante o século XIX, engendraram um outro tipo social: a matriarca. As mulheres passaram de “simples fêmeas” para mães – não no sentido romantizado do termo, mas como aquelas que proveem e mantêm o lar. Em uma localidade de economia predominantemente de subsistência, onde praticamente tudo era produzido em casa e nos seus quintais, era a matriarca quem garantia a sobrevivência da família. O homem estava quase sempre ausente, cabendo a elas as decisões cotidianas. A principal diferença entre concubina e matriarca estava no campo simbólico – embora, normalmente, ambas trabalhassem penosamente para assegurar a sua sobrevivência e dos seus –, uma vez que essa última passa a ser concebida como força produtiva da qual o homem não poderia abrir mão.

São ainda as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, agora particularmente aquelas associadas ao âmbito cultural, que propiciaram o surgimento do último tipo social elencado por Bittar: a intelectual. A maior importância dispensada às famílias, ao casamento, à transmissão de heranças, às cobranças mais rígidas sobre a postura das mulheres, a chegada na capital de famílias abastadas de comportamentos refinados e uma maior movimentação cultural, despertaram nas mulheres interesse pela intelectualidade e educação. A intelectual traz consigo elementos da racionalidade, possui facilidade para entender e discernir, e, pela sensibilidade, apreende a realidade que a cerca; mas também, se

---

<sup>56</sup> BITTAR, Maria José. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. p. 97.

esforça para manter seu casamento, os bons costumes, a moral cristã e sacrifica-se pelos/as filhos/as e marido. É com a construção da intelectual e pela insistência da cumplicidade entre homens e mulheres, em diferentes tempos, em Goiás, que a autora encerra sua obra.

Já no ano de 2002, Mônica de Paula P. da Silva Age defende a dissertação de mestrado *As mulheres parteiras na Cidade de Goyas (século XIX)*. Conforme anuncia o título do trabalho, a pesquisadora elegeu como objeto de estudo as mulheres parteiras, visando elucidar seus valores e suas experiências. Utilizou-se, para tanto, de um conjunto robusto de fontes, abarcando: relatórios de presidentes de província, requerimentos, ocorrências policiais, correspondências oficiais, documentos eclesiásticos diversos, códigos de posturas, relatórios médicos, entrevistas, entre outras. Assim como Bittar, a autora propõe operar sua análise a partir da categoria gênero, destacando as práticas sociais de homens e mulheres e as relações de poder implícitas entre os gêneros, com a intenção de desmistificar discursos normativos.

Dos discursos sobre os quais a autora se debruça, destacam-se aqueles fabricados pela medicina, especialmente a partir da segunda metade do século XIX: são formulações que intentavam disciplinar comportamentos femininos, interferindo no corpo, nos sentimentos, nas ações e no sexo das mulheres. É nesse contexto que as práticas exercidas por benzedeadas, curandeiras e parteiras são postas em suspeição e até criminalizadas, uma vez que relatórios sobre a saúde em Goiás apontavam a preocupação das autoridades em relação a tais exercícios; do mesmo modo, em códigos de posturas elaborados no período constam artigos proibindo-os. Todo esforço em cercear esse tipo de trabalho era também uma forma de limitar a construção e a difusão de saberes e de poderes erigidos em torno das mulheres a partir de práticas e técnicas entendidas como relativas ao feminino.

Age procura demonstrar a importância das parteiras para a história da saúde em Goiás. Foram com elas que muitas mulheres dividiram agruras da gravidez, do puerpério e do cuidado com as crianças recém-nascidas, ensinando remédios, compressas, emplastos e banhos. Em razão disso, assumiam posição privilegiada de circulação e sociabilidade, despertando, em muitos casos, a confiança e gratidão da parturiente e da família. Ao mesmo tempo, ao desobedecerem ao controle médico-legal que incidia sobre elas, transgrediam a ordem social e demonstravam resistência a esses discursos. Em alguns casos, ajudavam na prática do aborto e infanticídio, atitudes consideradas ilícitas. Aos olhos masculinos e higienizadores, as parteiras representavam uma ameaça, um incômodo, exatamente pela cumplicidade que urdiam com outras mulheres; constituíam, em um mundo tão varonil, espaços de atuação e poder femininos.

Além de conferir visibilidade para essas mulheres e problematizar os discursos que se construíram sobre elas, a pesquisa de Age tangencia a história da saúde em Vila Boa, demonstrando como a maternidade e o puerpério se constituíram em assunto relativo ao feminino. Contudo, mesmo tendo gozado de algum prestígio, a atividade de partejar foi se modificando ao longo do tempo. À medida que técnicas e saberes médico-científicos avançavam, também aumentavam as críticas sobre as parteiras de outrora – diziam ser elas despreparadas, ignorantes e anti-higiênicas. Assim, se de um lado destaca-se a importância da atuação dessas mulheres, por outro evidenciam-se discursos masculinos que objetivam desaboná-las. A percepção da autora sobre as imagens fabricadas acerca das parteiras e parturientes é perpassada pela categoria gênero e pelas relações de poder que emanam das construções feitas sobre os sexos.

Entre os anos de 1999 e 2001, produziu-se outra importante pesquisa sobre as mulheres em Goiás, mais especificamente aquelas que residiam ao norte do vasto território goiano. A investigação foi decorrente do doutoramento da professora Temis Gomes Parente, realizado na Universidade Federal de Pernambuco. Anos depois, o resultado do trabalho foi publicado em forma de livro pela editora da UFG, sob o título: *O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX*. Nessa obra, Parente manifesta sua preocupação em relação aos silêncios sobre a história do norte de Goiás, enfatizando a necessidade de se compreender o processo histórico daquela região. Para a pesquisadora, uma das formas de enfrentar esse desafio era o estudo do cotidiano das mulheres, subvertendo as abordagens de história tradicional que priorizavam as ações do masculino em detrimento do feminino.

A autora entende que abordar o cotidiano das mulheres e conhecer suas práticas sociais, conferindo-lhes importância no processo de constituição daquela sociedade, são formas de visibilizá-las. Logo no início da obra, utiliza-se da nomenclatura ‘mulheres (in)visíveis’ e expõe os silêncios ou o modo estereotipado das abordagens sobre o feminino feitas pela literatura de viagem e historiografia goiana. Posteriormente, por meio de documentação diversa, sobretudo censos demográficos, procura torná-las visíveis, demonstrando que eram as mulheres a maioria da população, bem como enfatizando a atuação delas na produção agrícola, na criação de animais, nos comércios e nas manufaturas.

Assim como outras autoras que elegeram as mulheres como objeto de investigação, Parente nota um certo silêncio sobre as ações femininas nas fontes de pesquisa, apontando como hipótese para essas lacunas o fato de, tradicionalmente, relegar-se a elas o espaço

doméstico, íntimo, portanto, menos significativo. Já os homens ocupavam o espaço público, considerado importante na visão daquela sociedade. Desse modo, muitas fontes reproduzem essa ausência, posto não ser relevante registrar o cotidiano feminino a não ser em casos em que transgrediam as normas estabelecidas, sendo apontadas como desviantes dos padrões. Apesar disso, a autora entende que esses silêncios também podem ser lidos historicamente, ou seja, problematizar o processo de escamoteamento das mulheres nas fontes pode ser um caminho para as pesquisas sobre o tema<sup>57</sup>.

Considerando essas observações, Parente (2005) encontra na cultura material possibilidades para escrever a respeito de histórias de mulheres do sertão. Utilizando-se da análise de inventários e testamentos, demonstra como as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres ajudavam na fabricação de lugares e funções sociais para cada um desses grupos. Nos inventários deixados pela população feminina, os avaliadores enfatizavam objetos de utilidade doméstica, adereços, joias, bugigangas e alguns móveis da casa. Esse olhar dos avaliadores, durante o desenrolar dos inventários, reforça a ideia de que as mulheres se dedicaram à “matéria mais humilde”. Os inventários deixados por homens, ao contrário, indicavam que seus bens eram mais consistentes e instigavam disputas entre os/as herdeiros/as, entre essas posses destacam-se: “relógios de bolso com correntes de ouro, bengalas com castão de prata e objetos de montaria feitos de metal”<sup>58</sup>.

Ao analisar a distribuição dos bens deixados aos herdeiros e às herdeiras, a historiadora infere que havia, nesse ato, a reafirmação dos lugares ocupados pelas mulheres: o espaço doméstico. Assim, atravessada pelos olhares masculinos, a partilha dos bens, embora mantivesse igualmente os valores divididos entre os/as herdeiros/as, era influenciada pelas diferenças entre homens e mulheres. A autora não faz uso da categoria gênero e apoia-se nas análises de Bourdieu para embasar suas reflexões relativas as diferenças entre os sexos. Utiliza-se, também, da ideia de atitudes mentais – costumes aceitáveis em determinada época e cultura – para elaborar sua argumentação. Por conseguinte, os testamentos e inventários analisados denotam que a mentalidade daquela sociedade delimitava os espaços sociais a partir do sexo.

Ainda em 2005, Thiago Sant’Anna defende sua dissertação de mestrado intitulada: *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*. Trata-se de

---

<sup>57</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio**: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 48.

<sup>58</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio**: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 69.



importante estudo sobre ações femininas, compreendidas pelo autor como práticas políticas. Destaca-se a atuação de senhoras, singularmente aquelas pertencentes à elite goiana, em prol da libertação de escravos/as e da abolição da escravidão; essas mulheres empenharam-se na organização de quermesses, saraus, recitais, peças teatrais e outros eventos que objetivavam levantar recursos para os fundos de emancipação criados na capital da província nas últimas décadas da escravidão – a intenção com essa arrecadação era prover a alforria de cativos/as. Algumas dessas senhoras dedicaram-se, ainda, a escritas abolicionistas e, elas próprias, como gestos simbólicos e de incentivo, alforriaram escravos/as de sua propriedade.

Para elaborar sua investigação, o historiador privilegia como fontes os jornais abolicionistas goianos que circularam pela capital da província nas últimas décadas do século XIX. Assim, inscreve seu trabalho no campo da história das mulheres e dos estudos de gênero, pois além de dar visibilidade às práticas femininas, procura interpretar os significados envolvidos nas ações abolicionistas das mulheres pesquisadas. Dessa forma, procura “dotar tais eventos de historicidade, buscar estabelecer relações entre texto e contexto, revelar a presença instauradora das representações sociais, com a de gênero, informando as experiências daquela sociedade naquele momento”<sup>59</sup>. As obras de Michel Foucault exerceram grande influência nas reflexões tecidas pelo autor, particularmente por permitirem pensar as relações de poder que compõem os discursos edificados por aquela sociedade.

Sant’Anna entende que a documentação consultada para a pesquisa, à luz dos referenciais teóricos e metodológicos utilizados, é indicativa das relações de gênero presentes naquela sociedade e naquele contexto histórico. Ao observar as descrições da imprensa feitas sobre as senhoras que alforriavam escravos/as ou que atuavam na campanha abolicionista, percebe a forma como são qualificadas: caridosas, bondosas, virtuosas, impregnadas do sentimento de redenção, características correspondente à “natureza” das mulheres. Tem-se, neste sentido, uma tentativa de naturalizar e atrelar ao feminino certos qualitativos, reafirmando imagens e representações de gênero presentes no imaginário social do período. Os homens, ao contrário, quando decidem conceder liberdade aos/às cativos/as são apresentados como importantes negociantes, abastados criadores ou lavradores, cidadãos prestantes; seja qual for o valor atribuído a eles, o certo é que dizem respeito ao universo do trabalho, enquanto aqueles desferidos a elas ressaltam o mundo privado e seus sentimentos.

---

<sup>59</sup> SANT’ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação**: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888). 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005. p. VII.

No intuito de conhecer o funcionamento, as estruturas física e administrativa e a funcionalidade da Casa de Câmara e Cadeia da antiga Goiás, no século XIX, e, singularmente, identificar as mulheres que por ela passou, é que Elis Braz da Silva Junior tece as análises apresentadas na dissertação *Velha Goiás, velha cadeia: as vozes que se pode ouvir*. Valendo-se de documentos diversos, como requerimentos, regulamento da cadeia da província e processos criminais, o autor busca, em um primeiro momento, demonstrar a finalidade das cadeias públicas no referido século, conferindo destaque para o controle e disciplinarização dos corpos, implícitos na estrutura dessas instituições.

Na segunda parte de sua investigação, Silva Junior se propõe ao desafio de ouvir as vozes de mulheres, ainda que reconheça que os documentos utilizados para tal não foram produzidos por elas<sup>60</sup>. Entende esse trabalho como um processo de conhecimento, mas também de imaginação do passado, dada a impossibilidade de se ter acesso integralmente a ele, podendo almejar apenas indícios e fragmentos dos acontecimentos passados. Dessa empreitada resultaram narrativas indicativas da movimentação feminina na província: seus trabalhos, intrigas, diferenças sociais marcadas em seus corpos e comportamentos, transgressões a ordem vigente, violências que cometiam e sofriam, relações afetivas estabelecidas e redes de sociabilidades. Contudo, as fontes utilizadas pelo pesquisador e a própria dispersão e fragmentação da documentação sobre Goiás não permitiram que se explorasse melhor a situação do feminino nos intramuros do cárcere.

Seguindo o enredo da necessidade de dar visibilidade às mulheres de Goiás, Maria das Graças Cunha Prudente procura apreender o contexto e o lugar em que estão inseridas as primeiras professoras da instrução pública de Goiás. Deste empreendimento de pesquisa surge a dissertação *O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz, século XIX*, que, de algum modo, também tangencia a história da educação na região; o recorte delimitado pela autora compreende os anos de 1832 a 1887. Assim, foi na década de 1830 que se inaugurou a primeira escola pública para meninas na Cidade de Goiás, mesmo período em que Maria Romana da Purificação, uma das investigadas pela pesquisa de Prudente torna-se professora regente na escola recém inaugurada.

Para interpretação das fontes – constituídas principalmente pela documentação sobre a instrução pública, produzida por órgãos oficiais, jornais e literatura –, a autora utilizou-se do referencial teórico produzido pelos estudos referentes a história das mulheres, situando-se no

---

<sup>60</sup> JUNIOR SILVA, Elis Braz da. *Velha Goiás, velha cadeia: as vozes que se pode ouvir*. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. p. 54.

campo da história cultural e abordando conceitos como o de representação e sensibilidade. A partir da trajetória de vida de cinco professoras, anotou as resistências sofridas pelos seus trabalhos, as dificuldades profissionais e a persistência que marcaram suas existências.

Examinando os documentos elencados para a pesquisa, Prudente constata que a profissão docente sofreu, durante o século XIX, um processo de feminização, condição acentuada após a criação de escolas para meninas, cuja presença da professora parecia trazer mais conforto aos pais. Entretanto, a suspeição sobre as mulheres também estava presente no momento de contratar ou avaliar as professoras; assim, as ponderações construídas sobre elas destacavam mais os aspectos pessoais do que os profissionais. Avaliava-se sua “moral, religiosidade, o amor ao trabalho”, bem como o tratamento dispensado “às alunas, o zelo e o capricho com a escola. Ou seja, procuravam observar, nas professoras, as mesmas qualidades construídas sobre as representações de mães e esposas daquele período”<sup>61</sup>.

Não obstante, a pesquisadora questiona essas representações construídas acerca das professoras, informando aos/às leitores/as que as imagens de submissão, docilidade e comedimento fabricadas a respeito das mulheres não foram, necessariamente, elaboradas por elas, mas para elas; eram portadoras de um ideal projetado para o feminino naquele contexto – essa prescrição nem sempre saiu como esperado. Prudente demonstra isso manuseando documentos que informam sobre atos de resistência, denúncias e não silenciamento de professoras que buscaram a imprensa – espaço público – para dar vazão às reclamações sobre as precárias condições de trabalho e estudo enfrentadas, respectivamente, pelas mestras e alunas.

Mantendo-nos no contexto educacional do século XIX e das construções arquitetadas acerca do masculino e feminino em Goiás, destacamos a pesquisa de doutoramento de Thiago Fernandes Sant’Anna: *Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)*. Defendida no ano de 2010, a investigação buscou historicizar a experiência de escolarização de crianças da província demonstrando como esse processo contribuiu para a fabricação de corpos femininos e masculinos, constituindo-se em uma experiência sexualmente desigual. Para tal empreendimento, o autor utilizou-se de fontes documentais variadas como: relatórios de presidentes de província, jornais, mapas de frequências, planos de aulas, fragmentos de livros didáticos e outros. Ainda, empregou conceitos como: gênero, diferença, representações sociais e tecnologia de gênero.

---

<sup>61</sup> PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. **O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz, século XIX**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009. p. 21.

Examinando a Primeira Lei Goiana de Instrução Pública, de 1835, Sant’Anna constata como essa legislação reforça a orientação de um ensino pautado pelo gênero. As meninas, além de ler, escrever e contar, deveriam aprender valores morais, religiosos e tarefas relativas ao universo doméstico. Esses últimos aprendizados não eram exigidos aos meninos, que tinham a possibilidade de seguir os estudos nas escolas de 2º grau, enquanto elas acessavam apenas a educação primária de 1º grau. Os direcionamentos educacionais propostos são indicativos de hierarquias e lugares de atuação de cada sujeito, demonstrando como as práticas formais de educação estavam marcadas pelas diferenças e pelo afastamento entre os sexos<sup>62</sup>. Em Goiás, mesmo nos casos de escolas mistas, havia um cuidado em delimitar as atividades masculinas e femininas e, também, supervisionar o contato entre as crianças de sexo oposto.

Conforme o autor, o acesso das meninas aos bancos escolares foi menor em relação aos meninos. O reduzido número de estabelecimentos de ensino para elas, as resistências dos pais e as incontáveis dificuldades enfrentadas pela população para manter as crianças nas escolas contribuíram para tal conjuntura. Apesar disso, a escolarização de meninas fazia parte das políticas públicas para educação na província, mesmo porque a instrução delas poderia resultar em benesses para as famílias que formariam no futuro, contribuindo, então, para a disseminação dos valores morais e civilizatórios, tão estimados naquele contexto. Logo, segundo o pesquisador, as diferenciações prescritas nos currículos, os regulamentos escolares, as vestimentas, o afastamento entre as crianças, as brincadeiras e outros elementos constituintes da instrução formal, funcionaram como tecnologias de gênero produtoras de corpos femininos e masculinos adequados às normas sociais.

No ano de 2011, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante organiza relevante obra para se pensar as mulheres goianas no oitocentos. Assim, *Mulheres em narrativas: Goiás século XIX* desdobra-se em quatro artigos que procuram evidenciar ações femininas em distintas situações: lecionando, cuidando de fazendas de gados, falando, opinando e transgredindo normas, lá estavam elas, urdindo modos de ser e viver. Reunir textos de pesquisadores/as interessados/as em estudos acerca da história das mulheres e relações de gênero foi uma proposição inédita no cenário da historiografia goiana. Trata-se, indiscutivelmente, de importante contribuição e incentivo para o desenvolvimento de estudos relativos a temática, especialmente, quando compreendemos as dificuldades em se “construir

---

<sup>62</sup> SANT’ANNA, Thiago Fernando. **Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)**. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. p. 61.

narrativas sobre mulheres, num tempo escassamente narrativizado”, tendo de enfrentar “problemas tanto de natureza das fontes, quanto de natureza metodológica”<sup>63</sup>.

Dois dos trabalhos publicados no referido livro são resultados das dissertações de Maria das Graças Cunha Prudente e Eli Braz da Silva Junior, investigações já mencionadas anteriormente. Em razão disso, atentamo-nos, exclusivamente, para os dois outros estudos que compõem a obra. O primeiro deles, elaborado pela organizadora do livro em parceria com Clerismar Aparecido Longo foi intitulado: *As mulheres sertanejas e sua inserção nas fazendas de criar gado em Goiás, séc. XIX*; já o outro foi nomeado de: *Echos do sertão: falas de mulheres em Goiás no séc. XIX*, tendo como autor Hugo Leonnardo Cassimiro. Os artigos se complementam e dedicam-se a tecer novas narrativas sobre as mulheres e o sertão, destacando suas experiências e lugares de fala, contrapondo um modelo explicativo que centraliza narrativas sobre fazendas e sertão na figura masculina. Para a construção das interpretações apresentadas, utilizaram-se do conceito de experiência, elaborado por Scott (1999), e da discussão que permeia o campo de estudo da história das mulheres e relações de gênero. As principais fontes manuseadas foram documentos como: correspondências oficiais, jornais, códigos de posturas, balancetes da Fazenda Provincial e testamentos. A documentação aponta para mulheres agricultoras, pecuaristas, comerciantes, proprietárias de escravos e terras; enfim, mulheres atuantes no espaço público e participantes das atividades socioeconômicas de Goiás, no século XIX.

Outro trabalho significativo sobre o feminino em Goiás, no século XIX, é a pesquisa de Lúcia Ramos de Souza. Defendida em 2012, a dissertação intitulada *Crimes de Maria: o gênero representado nos processos crimes, Província de Goiás na segunda metade do século XIX* analisa as representações criadas pela sociedade e, particularmente, pelo poder judiciário, compreendido como uma tecnologia social de gênero acerca das mulheres. Valendo-se de processos criminais datados desse período, a autora interroga os discursos proferidos pelas rés, testemunhas, advogados, autoridades policiais e outros/as que, por ventura, venham compor as partes de um processo judicial. Conforme demonstrado, os processos criminais constituem-se na principal fonte de pesquisa da autora, que os examina utilizando-se de pressupostos teóricos e metodológicos presentes nos estudos sobre história das mulheres e gênero.

A apreciação desses discursos permite a Souza afirmar que havia uma distância entre a moralidade idealizada para o feminino e a realidade vivenciada cotidianamente por elas. Ainda

---

<sup>63</sup> CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (org.). **Mulheres em narrativas: Goiás século XIX**. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011.

que se refira, singularmente, às mulheres criminosas, a investigação possibilita perceber as marcas de gênero entranhadas nas concepções jurídicas –marcadamente elaboradas pelo masculino – e como essas elaborações influíam nas representações forjadas para outros grupos de mulheres. Toda essa movimentação dos discursos jurídicos corrobora com o processo de disciplinarização dos corpos e comportamentos femininos, tão enfatizados na segunda metade dos oitocentos. Consoante a autora, “o Poder Judiciário como espaço político que alimentava a representação social, contribuiu para a internalização das diferenças de gênero nas relações sociais que são historicamente construídas e não biologicamente determinadas”<sup>64</sup>.

No encaixe das habitantes de Goiás, Souza deparou-se com processos criminais que lhe permitiu pensar experiências cotidianas de mulheres transformadas em réis, criminosas ou testemunhas. A documentação possibilitou tangenciar sociabilidades e solidariedades tecidas entre elas, sendo também possível vislumbrar transgressões, brigas, desacordos, ciúmes e espertezas. Os crimes cometidos pelas Marias – metáfora utilizada pela autora – possivelmente existiram, mas não se pode negar que muitas das construções que se fizeram sobre elas são produtos das imaginações masculinas projetadas em discursos jurídicos, eclesiásticos e médicos; são discursos expressivos da vontade de controlar, vigiar e punir corpos e comportamentos, particularmente, aqueles associados às mulheres populares que vociferavam pelas ruas, becos e outros caminhos de Goiás.

Recuando um pouco mais no tempo, mas abrangendo parte do século XIX, a pesquisa de Gabriel da Silva Pereira, nomeada *Senhoras de bens: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840*<sup>65</sup>, objetivou refletir acerca de mulheres que conseguiram, ao longo de suas vidas, obter alguma fortuna, prestígio e poder. Por meio de requerimentos encontrados no Arquivo Ultramarino, em Portugal, o autor demonstra o movimento de senhoras para obter a tutoria, a curadoria e a administração de seus/suas filhos/as e bens, solicitando, também, a dilatação de prazos de dívidas e proteção da família dos credores maliciosos. Além dos requerimentos, no intuito de obter informações sobre as vivências femininas, o pesquisador valeu-se de testamentos produzidos por elas.

---

<sup>64</sup> SOUZA, Lucia Ramos de. **Crimes de Marias**: o gênero representado nos processos crimes. Província de Goiás na segunda metade do séc. XIX. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012. p. 69.

<sup>65</sup> PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens**: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

Os discursos levantados pela investigação contrariam visões difundidas nos setecentos em relação as habilidades e aos comportamentos femininos, imaginados para mulheres com alguma posse. Idealmente, a elas destinavam-se funções relacionadas ao espaço privado, especificamente, o cuidado com a casa, família e gerenciamento de escravos/as ou outros/as trabalhadores/as. Esse ideal encontrava respaldo em discursos que afirmavam ser a mulher delicada, frágil, sentimental, inapta para os negócios, entre outros predicados utilizados para mantê-las afastadas do espaço público e marcar as diferenças entre os sexos.

As práticas femininas cotidianas visualizadas por Pereira destoam, em muitos aspectos, desse modelo. Trata-se de senhoras que administraram os bens do casal ou, quando solteiras, tocaram pelo menos parte de suas vidas à revelia de ordens masculinas. A viuvez ou iminência dela, entretanto, parecem ter sido fatores consideráveis para mudanças nas trajetórias dessas mulheres, uma vez que a morte do cônjuge oportunizou a muitas delas terem acesso e posse de pelo menos metade dos bens que possuíam. Tornavam-se, assim, chefes de casa e dos negócios; algumas delas requereram a tutela dos/as filhos/as, quando esses/as eram menores. As justificativas usadas para convencer os juízes foram variadas: serem capacitadas, abastadas, honradas ou de boa família. As testemunhas ouvidas em requerimentos ajudavam a conjecturar esses qualitativos e, além disso, suas falas são indicativas das relações de solidariedades e sociabilidades construídas naquela sociedade. Ao analisar estado civil, depoimento de testemunhas, filiação das testadoras, presença/ausência de filhos/as, entre outros aspectos, o autor possibilita-nos conhecer um pouco mais das relações sociais tecidas pelas habitantes de Goiás.

Como se percebe até aqui, há uma variedade de abordagens que perpassam as produções elucidadas anteriormente. Embora com certo atraso e vagarosidade, as investigações que se ocuparam das experiências e vivências femininas ou das relações históricas entre masculino e feminino têm se organizado e buscado a inserção no cenário da historiografia goiana. Essa morosidade tem suas razões, das quais podemos destacar: demora de pesquisadores/as em se interessarem pelo tema, ausência de orientadores/as dispostos/as a acompanhar trabalhos sobre a temática, áreas de concentração e linhas de pesquisas preocupadas com outros assuntos, formação acadêmica e direcionamento dos/as docentes das universidades do Estado, desconhecimento das discussões em relação a história das mulheres e estudos de gênero ou mesmo certa resistência em se dedicar a tal área do conhecimento, por ainda compreendê-la como um saber inferior.

No cenário nacional, as investigações históricas acerca das experiências femininas foram significativas nas décadas de 1980 e 1990, uma vez que, nesse período, várias pesquisas preocupadas com a temática foram apresentadas à comunidade acadêmica. A produção regional parece, contudo, não ter acompanhado essa mesma dinâmica temporal. As discussões realizadas por pesquisadores/as ligados/as às instituições de ensino goianas expressavam outras preocupações, pois estiveram mais interessados/as em explorar, sobretudo, temas como: ocupação e formação da região, constituição social, economia, política, mineração, decadência, transferência da capital, além de procurar pelos “ecos” da modernidade em Goiás. Segundo Rogério Chaves da Silva (2015), grande parte dessas investigações alicerçou-se nas análises marxistas, consubstancialmente aquelas produzidas na década de 1980 e na primeira metade da década seguinte. Além da preocupação com o método, explícita desde a década de 1970, havia naquele momento um compromisso dos/as pesquisadores/as em marcar o referencial teórico de onde emanavam as pesquisas históricas, sendo que o marxismo era, frequentemente, esse lugar.

Conforme adverte Silva (2015), embora seja possível definir tendências, é preciso reconhecer que o “fazer historiográfico” é permeado por dissonâncias. Assim, a predominância das abordagens marxistas não excluiu estudos alicerçados em outras perspectivas teóricas, como a chamada Nova História e, mais adiante, a História Cultural. A produção histórica regional, especialmente a elaborada na década de 1990, foi sublinhada pelo entrecruzamento, “trânsito”, estranhamento e inter-relação de correntes – é nesse contexto que se vislumbra uma abertura para outros temas, abordagens, objetos e fontes<sup>66</sup>. É datado exatamente desta década, segundo constatação de Silva e Soares (2016), o primeiro estudo – no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFG – que objetiva discutir experiências históricas femininas<sup>67</sup>.

A pesquisa mencionada por Silva e Soares (2016) é a dissertação de mestrado de Maria Lúcia V. Tomazini, *Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988)*, apresentada no ano de 1990. A investigação propôs discutir a mulher trabalhadora em Goiás com foco nas varredoras de rua da cidade de Goiânia. Embora não seja uma produção que tenha recortado o século XIX como temporalidade para a pesquisa,

---

<sup>66</sup> SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. p. 468.

<sup>67</sup> SILVA, Rogério Chaves da; SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Deslindando os caminhos das pesquisas sobre história das mulheres e de gênero na produção historiográfica em Goiás (1990-2006). **Rev. Hist. UEG**, Porangatu, v. 5, n. 2, p. 152-175, ago./dez. 2016. p. 154.



chamamos a atenção para esse trabalho em razão da autora utilizar-se da categoria mulher, no singular. Se consideramos a ideia de ondas, presente nos estudos feministas, o uso dessa categoria estaria em desacordo com a temporalidade prescrita por esses estudos<sup>68</sup>. Do mesmo modo, é possível perceber, nas análises da autora, a influência e a pertinência dos estudos marxistas.

Somente em 1997 um novo estudo sobre as mulheres seria defendido no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, a já comentada investigação de Maria José Bittar. Nele, a autora se utiliza das contribuições da História Cultural e das categorias mulheres e gênero por compreender que as experiências femininas devem ser pensadas de forma relacional às masculinas. Com isso queremos dizer que a historiografia regional, apesar de não se distanciar completamente das produções históricas realizadas em âmbito nacional, apresenta balizas urdidas no seu interior, consequência de uma diversidade de fatores que influi na dinâmica de produção do conhecimento histórico.

Igualmente, os estudos relativos a história das mulheres e relações de gênero produzidos em/sobre Goiás não têm, imperiosamente, seguido a noção de ondas, proposta por estudiosos/as do feminismo. As produções que levantamos e as análises acerca da historiografia regional apontam para isso. Ao examinar o uso da categoria gênero na historiografia de países do Cone Sul, focalizando Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, Joana Maria Pedro (2011) já havia advertido para essa dissonância. Segundo a autora,

podemos concluir [...] que as “ondas” do feminismo constituíram categorias de análise que foram se deslocando na direção dos países do Cone Sul, sempre com atraso e em diferentes momentos. Entretanto, o surgimento de uma nova categoria não eliminou as precedentes, que continuaram a existir<sup>69</sup>.

As produções elencadas nesse tópico são sintomáticas dessa compreensão. Os/as pesquisadores/as em Goiás utilizaram-se, sobremaneira, das categorias mulheres e gênero,

---

<sup>68</sup> As narrativas do feminino costumam dividir os estudos em ondas, cuja primeira, nos anos 1970, estaria relacionada a reivindicações de direitos políticos, sociais e econômicos; há, aqui, o uso da categoria mulher, e busca-se construir uma visibilidade para elas. A segunda onda – anos 1980 – pleiteia o direito ao corpo, prazer e lutam contra o patriarcado; é também momento de críticas às perspectivas totalizantes da onda anterior, propondo pensar o feminino a partir da categoria mulheres (no plural) de modo a reconhecer a diversidade que perpassavam suas vidas. Finalmente, já nos anos 1990, entende-se que as categorias utilizadas anteriormente não eram suficientes para compreender as experiências femininas, muitas vezes concebidas isoladamente, fazendo-se necessário pensar em uma perspectiva relacional que pudesse conceber experiências masculinas e femininas, elucidando as relações de poder que as circundam – daí a utilidade do termo relações de gênero. Ver mais em: PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. p. 271.

<sup>69</sup> PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. p. 277.

conduzindo suas investigações a partir de pressupostos teóricos e metodológicos contidos no campo de estudos intitulado história das mulheres e relações de gênero. Das pesquisas citadas anteriormente, apenas o trabalho de Pereira (2013) não menciona as discussões presentes nesse campo do saber; o autor não enfrenta esse debate, apesar de trazer em sua bibliografia obras de historiadores/as que se posicionaram no campo da história das mulheres. A esse respeito, acrescentamos que a maioria dos trabalhos não opõe ou não problematiza as diferenças contidas nas abordagens sobre história das mulheres e relações de gêneros. Percebe-se, embora isso não esteja claro nas afirmações dos/as autores/as, duas tendências em compreender esses campos/categorias: a primeira os concebe como sinônimos, e a segunda parece entendê-los como complementares.

Para embasar teoricamente as suas pesquisas, os/as estudiosos/as recorrem, especialmente, a autores/as como: Joan Scott, Michelle Perrot, Pierre Bourdier e Michel Foucault; entre as brasileiras, são citadas, principalmente: Maria Odila Leite da Silva Dias, Raquel Soihet, Margareth Rago, Eni de Mesquita Samara, Mary Del Priore e Maria Izilda Mattos. É recorrente a justificativa ou o objetivo de tornar visíveis as mulheres goianas do oitocentos, romper com os silêncios que as cercam, “dar voz a elas”, evidenciar resistências, trabalhos e sociabilidades.

Outro aspecto importante a ser mencionado em relação a essas pesquisas diz respeito as fontes utilizadas. A historiografia regional dos anos de 1990 incorporou algumas novidades, atentando-se para documentos até então pouco explorados; mesmo aqueles tradicionalmente utilizados em décadas anteriores – relatórios de presidentes de província, correspondências oficiais, portarias, resoluções, ofícios, atas e periódicos – foram revisitados a partir de outros olhares e procedimentos. Contudo, foram os testamentos e os inventários que ganharam notoriedade na historiografia goiana nesse contexto<sup>70</sup>. Indubitavelmente, esse movimento historiográfico influenciou as produções dos anos posteriores, permitindo uma maior variedade de temas e abordagens.

Essa “incursão” por outras fontes e olhares, somada ao esforço dos estudos sobre mulheres e gênero cujos objetivos, naquele momento, voltavam-se para “retirar” da invisibilidade as vivências e ações femininas, impulsionou a procura por fontes que pudessem “revelá-las”. Desse modo, a produção sobre mulheres e gênero dos anos 2000 priorizou o exame de fontes pouco trabalhadas pelos/as pesquisadores/as da história regional. Os já

---

<sup>70</sup> SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. p. 416.

mencionados testamentos e inventários, relatórios médicos, processos criminais, registros cartoriais e eclesiásticos, livros de polícia e depoimentos orais compuseram esse universo documental. Essa ampliação das fontes traz, entretanto, algumas dificuldades, sendo corriqueiro os percalços relatados pela maioria dos/as pesquisadores/as que se ocupou delas. Assim, os documentos que nos permitem “acesso” ao século XIX, em Goiás, encontram-se dispersos, fragmentados e, em alguns casos, bastante danificados.

Mesmo com a inserção dessas outras fontes, há a permanência do manuseio de documentos como: periódicos, relatórios oficiais e relatos de viajantes; o emprego desses últimos, no entanto, foi acompanhado de críticas mais contundentes. Bittar (1997), por exemplo, responsabilizou as narrativas de viagens pela construção da imagem negativa das mulheres de Goiás, e criticou, ainda, a ideia de reclusão e o silêncio sobre elas. O isolamento da região – estigma alimentado pela autora – contribuiu, na sua visão, para unir homens e mulheres contra as adversidades, forjando, nas relações de gênero, uma cumplicidade que sobrepujou conflitos. Seria, portanto, ambos, em condição de igualdade, responsáveis pela construção de uma história heroica do lugar<sup>71</sup>.

Embora a crítica às narrativas de viagens sejam válidas na ânsia de construir imagens positivas para as relações em Goiás, a autora parece exagerar um pouco nessa visão harmônica. Essa união para lutar contra as adversidades da região, provavelmente, não dirimiram conflitos de gênero; as fontes consultadas por Bittar e as interpretações elaboradas a partir delas é que norteiam essa compreensão. Cremos, então, que o uso de outra documentação poderia atenuar essa afirmação, demonstrando os conflitos envoltos nas relações – de poder, sobretudo – entre homens e mulheres de Goiás.

Apesar da crítica de Bittar e também de outros/as autores/as a respeito das narrativas de viagem, o seu uso não foi incomum nas produções historiográficas sobre mulheres e gênero. Muitos desses estudos repetiram as ideias de decadência, atraso, isolamento, ócio e imoralidade avistadas pelos viajantes que passaram pela região. A permanência dessas interpretações acabou por corroborar a ideia de ausência de famílias durante o século XVIII e boa parte do XIX. Essa perspectiva influenciou diretamente nas concepções que se construíram a respeito das mulheres goianas, pois uma das justificativas para a ausência de casamentos – e, conseqüentemente, a constituição de famílias – era, justamente, a desqualificação e o estado de incivilidade em que viviam. Desse ponto de vista, embora os estudos mencionados

---

<sup>71</sup> BITTAR, Maria José. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. p. 207.

anteriormente tenham contribuído, grandemente, para dar visibilidade ao feminino, alguns deles acabaram endossando aspectos trazidos pelas narrativas de viagens.

É relevante assinalar que os estudos históricos sobre mulheres e gênero, independente do crescimento ocorrido nas últimas décadas, ainda são exíguos, não encontrando grande ressonância na historiografia da região. Foram produzidos, em sua maioria, por mulheres e orientados por pesquisadoras vinculadas a programas de pós-graduação de universidades de Goiás. Aliás, esses programas têm se configurado como polos importantes da produção de conhecimento nessa área. Destacamos, neste sentido, o papel do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás nesse cenário, uma vez que, embora possua tempo de funcionamento muito menor ao da Universidade Federal de Goiás, sua área de concentração, linhas de pesquisas e disponibilidade de orientação nesse campo podem ter colaborado para esse destaque<sup>72</sup>. Finalmente, apesar dos limites apontados, as pesquisas nesse campo do saber têm contribuído para o questionamento dos discursos masculinos, tão presentes na narrativa histórica regional.

## **1.2 Os Sussurros da Historiografia: mulheres negras em Goiás**

Se, de modo geral, os trabalhos históricos sobre mulheres e gênero em Goiás são ainda restritos e de pouca ressonância na historiografia regional, quando atentamo-nos para alguns recortes específicos isso fica ainda mais evidente: é o caso das mulheres negras, fossem elas escravas, libertas ou livres – até mesmo as mulheres brancas empobrecidas são “escassamente narradas”. Os trabalhos destinados a investigá-las pouco têm problematizado os vínculos entre condição social e cor/raça. Das produções que levantamos apenas duas delas dedicaram-se, pelo menos em parte, ao estudo de mulheres negras em Goiás; daí a percepção de que a historiografia produziu apenas sussurros sobre elas.

Há, portanto, silêncios historiográficos ainda não “rompidos”, que poderiam nos contar acerca das relações entre gênero e raça, das construções estereotipadas feitas sobre o

---

<sup>72</sup> O programa possui como área de concentração “Cultura e Poder”, organizado em duas linhas de pesquisa: “identidades, tradições e territorialidades” e “poder e representações”. Nele, a professora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro tem se destacado como pesquisadora e orientadora de estudos voltados para o campo da história das mulheres e relações de gênero. Já no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, destacamos a atuação da professora Dulce O. Amarante dos Santos que, embora tenha orientado alguns trabalhos sobre mulheres e gênero na perspectiva regional, concentrou seus estudos no período medieval. Nesse mesmo programa atua Ana Carolina Eiras Coelho Soares, outra pesquisadora que direciona seus estudos para esse campo do saber.

corpo das mulheres negras, das violações de suas vontades e, também, de suas resistências, estratégias e práticas de sobrevivência. Praticar essa interpelação do passado poderia nos ajudar a aprofundar informações a respeito delas e, ainda, das relações tecidas com diferentes indivíduos daquela sociedade. Afinal, conforme notou Marcelo Paixão e Flávio Gomes,

ao contrário do que encontramos no Caribe e nos Estados Unidos, ainda são poucos os estudos no Brasil que tratem da sociabilidade e do cotidiano de escravas, libertas, africanas e crioulas. Nessas outras sociedades, tanto nas africanas como na Diáspora, as mulheres eram conhecidas por sua força e poder espiritual, e elaboraram formas de enfrentamento, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade<sup>73</sup>.

Alguns trabalhos publicados nas últimas décadas, singularmente a partir de 1980, têm contribuído enormemente para os estudos sobre as mulheres negras no Brasil. É provável que a mais importante delas seja a conhecida obra de Maria Odila Leite da Silva Dias: *Quotidiano e poder em São Paulo*<sup>74</sup>. Publicada pela primeira vez em 1984, a investigação debruçou-se sobre o cotidiano de mulheres pobres, escravas e forras durante o processo de urbanização de São Paulo no século XIX. Trata-se de uma obra significativa para a historiografia brasileira por demonstrar possibilidades de se conhecer papéis sociais femininos não normativos e prescritos às mulheres. Por meio de documentação diversa, a autora historiciza relações de poder, trabalhos que exerciam, a urdidura de redes de sociabilidades e as estratégias de sobrevivência e de resistência engendradas entre mulheres pobres, escravas e forras para enfrentar as agruras cotidianas.

Outra contribuição ao tema é o livro de Maria Lucia de Barros Mott, *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*, publicado em 1988<sup>75</sup>. Nele, a autora enfatiza violências que recaíam sobre as escravas e as formas encontradas por elas para resistir e sobreviver a esse regime. Mott intenta demonstrar como mulheres e homens, submetidos/as a escravidão, vivenciaram suas experiências de modos distintos. Sendo assim, embora traga, no conjunto da obra, ações de mulheres brancas, prioriza a atuação das negras, cunhando a expressão “escravidão no feminino”. Ainda na década de 1980, outros dois estudos se propuseram a investigar a vida de mulheres pobres do final do século XIX e início do XX, quais sejam: *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana*,

---

<sup>73</sup> PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 298.

<sup>74</sup> DIAS, Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>75</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **A mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1991.

1890-1920<sup>76</sup>, de Rachel Soihet, e *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*<sup>77</sup>, de Martha Abreu. Apesar desses dois últimos não versarem, exclusivamente, sobre as mulheres negras, são importantes contribuições para os estudos sobre mulheres populares no Brasil.

Sem dúvida, essa produção, acrescentada das mudanças na história social dos anos 1980, da inserção dos estudos de gênero, do aprofundamento das abordagens sobre histórias das mulheres e da disseminação da história cultural, contribuiu para o surgimento de muitos outros trabalhos nesse campo de pesquisa. No entanto, o entrecruzamento entre cor/raça e gênero nem sempre foi uma preocupação demonstrada nessas produções históricas, mesmo considerando que os anos de 1980 foram, expressamente, marcados pelas reivindicações do movimento feminista negro. No final dessa década, a antropóloga Lélia Gonzalez, apenas para citar um exemplo, defendia a necessidade de se pensar em um feminismo “afrolatinoamericano”, indicando a necessidade do movimento feminista em reconhecer as diferenças entre as experiências das mulheres negras e brancas<sup>78</sup>. Mesmo antes, estudiosas norte-americanas, como Angela Davis, publicaram obras cujo teor político e científico apontavam para a urgência de reflexões acerca das experiências de mulheres negras. Todavia, esse recorte interseccional teve, naquele momento, pouca ressonância no campo historiográfico brasileiro.

A historiografia regional não apresentou dessemelhanças em relação a esse cenário, pois pouco problematizou essa associação entre gênero, raça e condição social. Na realidade, via de regra, os estudos históricos sobre a população negra em Goiás são ainda lacunares. Embora possamos apontar algumas pesquisas referentes a temática, seu desenvolvimento não ocorreu com a robustez que parece ter ocorrido em outras localidades. Entre as razões para essa ausência, podemos apontar: a ideia de que, com o fim da mineração, a mão-de-obra escrava perdeu importância; a noção de maior benevolência com cativos/as em regiões onde predominavam atividades de subsistência; a preocupação da historiografia com temáticas relativas a decadência, isolamento, modernidade e transferência da capital; a dispersão e fragmentação de fontes de pesquisa, bem como o privilégio dado a alguns tipos delas; e, a ausência de tradição em investigações preocupadas com a condição da população negra

---

<sup>76</sup> SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

<sup>77</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>78</sup> GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

durante a escravidão e no período posterior a abolição. Além disso, as pesquisas sobre os séculos XVIII e XIX nem sempre são claras em relação as cores e condições sociais dos/as habitantes de Goiás, uma vez que esses textos parecem se preocupar mais com qualitativos, como indolência, incivilidade, preguiça e imoralidade.

Para sermos mais exatos, foi somente na década de 1970 que se destacam estudos que tratam, especificamente, da população negra e da escravidão em Goiás. No ano de 1971, a professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles – historiadora que muito contribuiu para a história da escravidão – apresentou, no encontro da ANPUH, em Goiânia, a comunicação: O trabalho escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX<sup>79</sup>. Nele, a autora discutiu o emprego da mão-de-obra escrava e/ou indígena na mineração, agricultura e pecuária, enfatizando aspectos da economia regional. No início do decênio seguinte, Salles defendeu sua tese de doutoramento, onde pode amadurecer as ideias sobre a escravidão em Goiás, esboçadas na referida comunicação. Mais tarde, esse estudo foi publicado pela editora da UFG sob o título: Economia e escravidão na capitania de Goiás<sup>80</sup>.

Foi também na década de 1970 que o então advogado, Martiniano José Silva – mais tarde o autor complementar sua formação no mestrado em História da UFG –, publicou o livro *Sombra dos quilombos*<sup>81</sup>. A investigação pautou-se na análise da comunidade remanescente de quilombos do Cedro, localizada no município de Mineiros. Embora o investigador retome discussões acerca da escravidão para tecer algumas de suas considerações, é interessante ressaltar que a obra não se atém apenas a esse período, trazendo informações sobre a população negra da região no pós-abolição. É também de autoria de Silva a obra *Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava 1719-1888*<sup>82</sup>, resultado de sua pesquisa de mestrado, defendida em 1998, e publicada, em forma de livro, no ano de 2003. Nesse estudo, o pesquisador problematiza a escravidão, destacando violências sofridas pelos/as escravos/as e as formas que encontraram para resistir a escravidão, concebendo os quilombos como expressão máxima dessa resistência.

---

<sup>79</sup> SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, Goiânia, 1971. *Anais...* São Paulo: FFLCH-USP, 1973. p. 599-637.

<sup>80</sup> SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992.

<sup>81</sup> SILVA, Martiniano José. **Sombra dos quilombos**. Goiânia: Barão de Itararé/Cultura Goiana, 1974.

<sup>82</sup> SILVA, Martiniano José. **Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava, 1719-1888**. Goiânia: Kelps, 2003.

Com o passar do tempo, outras investigações sobre a escravidão e liberdade em Goiás foram surgindo<sup>83</sup>, a exemplo do estudo *Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*<sup>84</sup>, realizado pela historiadora Maria Lemke. A pesquisa feita durante o curso de mestrado e, posteriormente, publicada pela editora da UFG, dedica-se ao exame de estratégias diversas usadas por homens e mulheres, escravizados/as ou libertos/as, que almejavam obter ou manter a liberdade. Em consonância com uma historiografia mais recente da escravidão, compreende as ações desses sujeitos como estratégias políticas, destacando, ainda, as cartas de alforrias como um dos caminhos possíveis para a obtenção dessa liberdade.

Embora significativos, os trabalhos a respeito da escravidão e liberdade em Goiás limitam-se a algumas produções; acrescenta-se que nenhum deles preocupou-se em destacar a experiência ou práticas de mulheres escravizadas, libertas ou livres negras. Ao buscarmos pelo tema na historiografia goiana, em estudos concernentes ao século XIX, encontramos poucos trabalhos dedicados ao assunto. Trata-se das pesquisas: *Entre o Atlântico e o Sertão: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás*, produzida por Tatiana Carvalho Mota, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília; *Mulheres negras: cartas de alforrias na busca da liberdade (1871-1888)*, estudo realizado por Sonia Nogueira Leandra e apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; e, por fim, o artigo *Escravas em ação: Resistências e Solidariedades Abolicionistas na Província de Goiás – Século XIX*, de autoria de Thiago Fernando Sant’Anna e publicado em periódico da área de História.

O primeiro deles, finalizado no ano de 2006, não se volta apenas às mulheres negras. No entanto, logo no resumo da obra, a autora explicita sua preocupação em destacar formas de obtenção de alforria e experiências de emancipação articuladas por “mulheres de cor”. Em uma perspectiva de gênero, Mota (2006) discute estratégias femininas na constituição de relações afetivas, familiares, de trabalho e comerciais, analisando a inserção delas na sociedade colonial. Essas “mulheres de cor” são denominadas pela autora – em arrolamento nominal, apresentado no final do trabalho – como libertas; a alguns desses nomes é

---

<sup>83</sup> A esse respeito, podemos citar os estudos: LEITE, Clara Duran. **Tecendo a liberdade**: alforrias em Goiás no século XIX. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000; SANT’ANNA, Thiago. *Escravas em ação: resistências e solidariedades abolicionistas na Província de Goiás – Século XIX*. **Em tempo de Histórias**, Brasília, n. 12, p. 53-67, 2008; SILVA, Murilo Borges. **Pelos caminhos da abolição**: os últimos anos da escravidão e as experiências de liberdade em Jataí. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011; GARCIA, Allysson Fernandes. Notas sobre a história da escravidão em Goiás. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 39-50, jan./jul. 2013.

<sup>84</sup> LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias para a liberdade**: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2009.



acrescentada identificação sobre a procedência, tais como: mina, benguela ou crioula. Apesar disso, não há aprofundamento em discussões relativas a essas classificações.

Em consonância com uma produção regional, que desde a década de 1990 tem questionado os modos como historiadores/as utilizaram-se das narrativas de viagem para a escrita da história, Mota (2006) reflete sobre as construções negativas feitas pelos viajantes acerca das mulheres de Goiás. A crítica não enseja negar o uso desse tipo de fonte, mas ponderar sobre a importância de se perceber a historicidade presente nos relatos desses estrangeiros e, conseqüentemente, problematizar as concepções que se projetaram a respeito dos modos de vida das populações que habitavam a região; é preciso rever, portanto, posicionamentos pejorativos construídos sobre o comportamento moral e social das mulheres goianas. Para isso, a autora coteja a escrita de viajantes a outras fontes documentais, como os registros feitos nos livros de notas do Cartório do 1º Ofício de Goiás e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino.

Desse “confronto” resulta a compreensão – já esboçada por estudos como o de Ribeiro (2001) – de que as narrativas de viagens, e algumas das interpretações feitas a partir delas, parecem responsabilizar as mulheres de Goiás pela degradação moral da região, uma vez que a ausência de mulheres brancas e educadas teria motivado o intercuro sexual entre europeus, negras e índias. Para os viajantes, essa aproximação era sinônimo de rebaixamento social e expressão da incivilidade daquele povo. Ao mesmo tempo, essa compreensão formulava representações que situavam as mulheres em dois grupos: de um lado, as brancas, reclusas e submissas, e, do outro, as negras, salientes, permissivas e mal-educadas. São exatamente essas concepções que Mota (2006) procura contestar, afirmando ser a sociedade goiana dos setecentos e oitocentos mais complexa, e as experiências femininas múltiplas, não podendo ser reduzidas a esse esquema elaborado pelos viajantes e ratificado por parte da historiografia regional. De acordo com a autora, a diversificação das fontes de investigação pode elucidar outros discursos sobre as vivências e ações femininas, demonstrando que “se os discursos dos viajantes destinam às mulheres qualificações pejorativas, os manuscritos evidenciam a multiplicidade de relações existentes, isso sem contar os laços tecidos à revelia dos registros oficiais”<sup>85</sup>.

Compras, vendas, doações, empréstimos e pedidos de liberdade são ações femininas vislumbradas na documentação examinada pela pesquisadora. Segundo ela, é provável que

---

<sup>85</sup> MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o Atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 59-60.

boa parte das mulheres, especialmente as libertas, tenham se dedicado ao comércio, fornecendo produtos diversos, atuando na venda de gêneros alimentícios ou em atividades agropastoris. Até mesmo as escravas encontraram formas de acumular pecúlio que as ajudaria no custeio da alforria; a circulação pelas ruas da cidade e os tipos de serviços desempenhados por elas nas áreas urbanas, possivelmente, favoreceram essa conquista. Morando por si ou juntamente ao/à proprietário/a, encontraram brechas, fossem no comércio, no pedido de esmolas, em pequenos roubos ou na prostituição, para adquirir a liberdade – quando libertas, ou livres, diziam viver de suas agências.

As cartas de alforrias consultadas pela autora informam que a maioria das mulheres conquistou o benefício por meio da compra; expressam, ainda, que as escravas nascidas no Brasil parecem ter encontrado maior facilidade em conseguir a manumissão gratuitamente e, ao que tudo indica, o acesso à liberdade, sem ônus, às mulheres africanas foi algo mais improvável. No período correspondente à pesquisa (1780-1820), por exemplo, a autora não encontrou registro de alforria gratuita para mulheres nascidas na África. Essa constatação está em conformidade com investigações realizadas sobre a temática em outras regiões do país, que apontam para uma tendência dos/as cativos/as nascidos/as no Brasil em conseguirem a manumissão gratuitamente<sup>86</sup>.

Algumas dessas libertas conquistaram bens e dispuseram deles da forma que desejaram. A fragmentação, a dispersão e o silêncio das fontes são motivos prováveis para as dificuldades em reconhecer o modo como essas mulheres adquiriram suas posses; possivelmente, foram conquistadas por meio do trabalho, relações afetivas tecidas com pessoas de alguma fortuna, herança ou doação. Embora não fosse corriqueiro, há registros documentais como: testamentos, inventários e escrituras de doação que atestam a obtenção de alguma riqueza por parte delas. A preta forra Antônia de Souza, descrita por Mota (2006), foi uma delas e, apesar de não haver esclarecimentos sobre como conseguiu seus bens, uma escritura de doação, registrada em Livro de Notas de Goiás, informa que a forra doou partes de terras localizadas em sua chácara a outras três mulheres; justificou o benefício pelo amor

---

<sup>86</sup> SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 201; ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do Sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-183**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 58. Ressalta-se, no entanto, que esses dados variaram ao longo da história da escravidão no Brasil, sendo influenciados por fatores como: espacialidade, temporalidade e tipo de economia; assim, em determinados momentos e regiões há predominância de alforrias para africanos/as. Todavia, é consenso na historiografia da escravidão, no Brasil, que as mulheres escravas lograram mais sucesso na obtenção da manumissão do que os homens.

que tinha a elas e para que pudessem viver ali com seus filhos<sup>87</sup>. A partir disso, a autora infere que Antônia poderia possuir uma rede de agregados em sua volta, entretanto, não desenvolve melhor a ideia.

Pohl, ao passar pela capital de Goiás, já havia observado a presença de mulheres negras possuidoras de alguma riqueza. Segundo o viajante, uma missa era oferecida pela madrugada exclusivamente para mulheres brancas empobrecidas, cujo objetivo era evitar o encontro delas com as negras, que frequentavam as missas ornadas com correntes de ouro e vestimentas de renda<sup>88</sup>, artigos considerados luxuosos. Não obstante a referência, o estrangeiro furta-se a esclarecer, ou mesmo desconhece, as circunstâncias em que esses bens eram adquiridos. A exemplo do viajante, Mota (2006) não consegue elucidar a questão, tendo apenas aventado algumas possibilidades.

Seguramente, o estudo de Mota (2006) traz importantes contribuições para o estudo das mulheres negras em Goiás. No entanto, algumas questões não foram ou não puderam ser enfrentadas pela autora, fosse em razão dos objetivos propostos, tempo para pesquisa ou fontes escolhidas. Seja qual for os motivos, pouco se falou a respeito das relações de sociabilidade e solidariedades estabelecidas pelas mulheres da região, especialmente aquelas tecidas entre pobres livres, escravas e libertas. Ademais, embora se utilize da expressão “mulheres de cor”, a autora não esclarece sobre o emprego do termo, o que acaba impossibilitando a reflexão acerca das diferenças existentes entre as mulheres com algum (ante)passado escravo. Em todo caso, trata-se de investigação que procura contradizer algumas das premissas divulgadas pela literatura de viagem e parte da historiografia regional, demonstrando, particularmente, “o poder de agenciamento feminino na sociedade colonial goiana”<sup>89</sup>.

Outro estudo empenhado em discutir ações femininas é a pesquisa de Sonia Nogueira Leandra intitulada *Mulheres negras: cartas de alforria na busca da liberdade (1871-1888)*<sup>90</sup>. Também em uma perspectiva de gênero, a autora propõe refletir sobre estratégias utilizadas por escravas para a obtenção da liberdade. Trata-se, até o momento, de um dos únicos estudos

---

<sup>87</sup> MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o Atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 106.

<sup>88</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 142.

<sup>89</sup> MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o Atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 107.

<sup>90</sup> LEANDRA, Sonia Nogueira. **Mulheres negras: cartas de alforria na busca por liberdade (1871-1888)**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

voltados, exclusivamente, para discussões pertinentes às mulheres escravas em Goiás. Valendo-se de cartas de alforrias registradas no Cartório de Notas da capital da província, Leandra (2016) examina as estratégias de escravas para se livrarem do jugo do cativo – faz-se relevante destacar que as fontes utilizadas pela autora foram, por ora, pouco exploradas por pesquisadores/as da história regional. O período recortado para investigação é bastante significativo em razão dos fervorosos debates sobre o futuro da escravidão, motivados pela publicação da Lei do Ventre Livre em 1871.

O estudo em questão informa sobre preços, idades, cores e procedência das escravas daquela localidade. Consoante a autora, os valores pagos para obtenção do benefício variaram entre 200 e 470 mil réis. Embora o texto não disponha de muitas informações a respeito, esse montante oscilava de acordo com o período, a idade e o serviço desenvolvido pelas cativas desejosas de sua liberdade – as idades para conquista da manumissão parecem variar segundo o tipo de alforria obtida. Assim, aquelas cuja carta fora concedida gratuitamente, fosse condicionada ou não, tinham entre 17 e 51 anos. As alforrias gratuitas, sem condição alguma, foram obtidas por escravas de idades entre 6 e 70 anos. Já as cativas alforriadas por pagamento, mas condicionadas a alguma cláusula estipulada pelo/a proprietário/a, tinham idades entre 23 e 39 anos<sup>91</sup>.

Semelhante a outros/as pesquisadores/as interessados/as na constituição da sociedade brasileira dos séculos XVIII e XIX, Leandra (2016) teve dificuldades em classificar “cores” (marcadores raciais) e procedência das escravizadas e das libertas em Goiás. Um dos fatores que impede melhor reconhecimento sobre a questão está relacionado à ausência de referências a “cor” e procedência nos registros de alforria; nem todas, ou melhor, muitas delas, não apresentam essa informação. Em todo caso, a autora pode perceber a presença de qualitativos como: parda, cabra, crioula, preta e africana. No entanto, possivelmente em razão desses limites, eles não foram suficientes para análises mais detidas como, por exemplo, identificar a existência de diferenças numéricas e, conseqüentemente, “preferências” dos/as senhores/as em alforriar escravizadas nascidas no Brasil ou aquelas cujo local de nascimento foi algum país africano.

Outra questão importante percebida pela autora, e ainda pouco problematizada pela historiografia goiana, foi o papel desempenhado pelas sociedades emancipadoras. Embora

---

<sup>91</sup> LEANDRA, Sonia Nogueira. **Mulheres negras**: cartas de alforria na busca por liberdade (1871-1888). 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. p. 72.

presentes em Goiás desde o final da década de 1870<sup>92</sup>, ainda sabemos pouco sobre sua relevância e influência nessa sociedade. Apesar disso, Leandra (2016) conseguiu localizar – utilizando-se da documentação presente nos livros de notas – escravas que obtiveram a manumissão com a ajuda de fundos arrecadados pelas sociedades emancipadoras. Nos casos relatados, a escrava pagava parte do valor de sua alforria e o/a proprietário/a recebia o restante de alguma dessas sociedades. Entretanto, a pesquisa não aprofunda a relação entre essas organizações e as alforrias concedidas às mulheres<sup>93</sup>.

Além da contribuição das sociedades emancipadoras, algumas escravas contaram com a ajuda de outras pessoas para alcançar a liberdade. Há registros de alforrias pagas por intermédio de outrem, que complementavam o pecúlio adquirido pela escrava ou pagavam o valor total exigido para aquisição do benefício. Embora nem sempre seja possível identificar as relações tramadas entre escravizadas e benfeitores/as, é certo que elas existiram e fizeram parte da dinâmica de emancipação no Brasil. Não foi incomum a organização de redes de sociabilidade e solidariedade, particularmente, entre mulheres empobrecidas com o objetivo de se apoiarem para enfrentar as agruras cotidianas<sup>94</sup>. Escravizadas utilizaram-se dessas redes estrategicamente, buscando melhores condições de sobrevivência no cativeiro e, quiçá, como possibilidade para alcançar a liberdade – essas redes envolviam sujeitos de todos os tipos: escravizados/as, libertos/as e população livre, podendo ajudar em muitos aspectos a vida dos/as cativos/as, o que dependeria da astúcia e das oportunidades construídas por eles/as.

Em relação ao tipo de alforria, a investigação demonstra uma predominância daquelas concedidas gratuitamente, fossem condicionadas a alguma obrigação imposta pelo/a proprietário/a ou não. Das 110 cartas levantadas, 66 correspondem ao tipo gratuita, sendo 46 com alguma condição e 20 sem nenhuma. As outras 44 alforrias restantes foram obtidas mediante pagamento e, dentre estas, 19 apresentaram alguma condição e 25 foram concedidas a partir de pagamento sem necessidade do cumprimento de obrigações por parte da escrava<sup>95</sup>. As exigências impostas às manumissões condicionais, pelo levantamento realizado por

---

<sup>92</sup> MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de uma oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974. p. 70.

<sup>93</sup> Alguns estudos indicam uma preferência das sociedades emancipadoras em alforriar mulheres escravas. A esse respeito, ver: COWLING, Camillia. “Como escrava e como mãe”: mulheres e abolição em Havana e no Rio de Janeiro. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas (orgs.). **Tornando-se livres**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2015. p. 162.

<sup>94</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 16.

<sup>95</sup> LEANDRA, Sonia Nogueira. **Mulheres negras**: cartas de alforria na busca por liberdade (1871-1888). 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016. p. 71.

Lorena (2016), poderiam ser de vários tipos, como: servir ao/a senhor/a por mais alguns anos (ou até a sua morte) e prestar serviços ao/a proprietário/a até determinada idade dos/as filhos/as que foram algumas das exigências feitas às escravas aspirantes a liberdade.

Constatando que a maioria das cartas de alforrias registradas em Goiás, no período recortado, corresponde ao tipo gratuito, a autora infere haver uma predisposição dos/as proprietários/as em conceder o benefício sem ônus ao/à cativo/a. Exagera, entretanto, ao sugerir que alforriar, em Goiás, era mais um ato de benevolência do que comercial, uma vez que acreditamos ser essa prática parte da política de dominação senhorial empreendida pelos/as proprietários/as que, percebendo a proximidade da abolição, intencionavam gerar libertos/as dependentes e gratos/as. Além disso, as brechas abertas pela Lei do Ventre Livre, somadas a campanha abolicionista e as negociações empreendidas pelos/as escravos/as, exerceram influências sobre a prática de manumissão.

É importante observar, ainda, que, em alguns momentos, a autora parece apropriar-se de ideias construídas sobre escravidão e liberdade para o século XVIII e empregá-las para as análises sobre o final do XIX. Embora seja possível traçarmos continuidades entre esses períodos em Goiás, presumimos haver diferenças entre os modos de ver e viver a escravidão e a liberdade no século XIX, especialmente a partir de 1850, uma vez que o fim do tráfico, a Lei do Ventre Livre, as ações dos/as escravizados/as e a difusão da campanha abolicionista trouxeram alterações às relações escravistas no Brasil. Em todo caso, o levantamento e as análises feitas por Leandra (2016) são contribuições importantes para os estudos sobre mulheres escravizadas e alforriadas em Goiás.

Ao discutir a viabilidade da obtenção da alforria, Sant'Anna (2008) tangencia um aspecto que consideramos importante para se pensar a participação das mulheres escravas no processo de emancipação. Embora não desenrole melhor a questão, assinala a preferência dos/as proprietários/as em alforriar escravos/as que tivessem famílias constituídas, premissa já observada em outros estudos acerca da liberdade no Brasil. Fazendo uso de reportagem publicada por um periódico da época, o autor demonstra a constituição do discurso abolicionista em que se declara a possibilidade de uma escrava alforriada vir a ser uma boa mãe – infere, portanto, estar esse discurso perpassado por uma perspectiva “generizada” dos papéis masculinos e femininos<sup>96</sup>.

Além dessas investigações, cuja ênfase recaiu sobre as experiências de escravas, libertas e livres pobres, os demais trabalhos mencionados anteriormente trazem, mesmo

---

<sup>96</sup> SANT'ANNA, Thiago Fernando. Escravas em ação: Resistências e Solidariedades Abolicionistas na Província de Goiás – Século XIX. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 12, p. 53-67, 2008.

esporadicamente, informações sobre as condutas dessas mulheres; no entanto, em sua maioria, tais produções não se preocuparam em esquadrihar as diferenças entre elas, parecendo construir dois tipos opostos de mulheres: de um lado, as brancas, do outro, aquelas com algum (ante)passado escravo, sem assinalar, todavia, que em cada um desses grupos havia mulheres de muitas “qualidades”<sup>97</sup>. Não acreditamos que esses/as pesquisadores/as desconheçam essa realidade, porém, na tessitura da narrativa, deixaram de registrar as complexas tramas que emolduravam as relações sociais, os lugares e as posições dos/as habitantes dessa sociedade; em outros casos, a mulher negra aparece, quase sempre, como escrava.

Bittar (1997), referindo-se a presença da mulher “negra” na região, repercute a ideia de que elas chegaram a Goiás juntamente com os primeiros bandeirantes e desempenharam importante papel no processo de ocupação; entretanto, por serem escravas, não tiveram suas histórias registradas. Segundo a autora, “a escrava – na qualidade de ‘coisa’, ‘bem semovente’, ‘peça’ – não é vista como sujeito histórico, mesmo que tenha enfrentado, junto com o homem, ‘a fome, as feras e as nações selvagens’, participando, ao lado dele, do desbravamento do sertão e da dilatação das fronteiras brasileiras”<sup>98</sup>. Logo em seguida, reafirma essa premissa insistindo na ausência de mulheres brancas na região, o que teria incentivado as relações interétnicas e o concubinato.

Embora em alguns momentos da obra se utilize da denominação mulata, a autora não faz maiores esclarecimentos entre quem seriam elas e quem seriam as “negras” e, de modo geral, as mulheres negras aparecem na investigação como escravas, amantes ou concubinas. Conforme mencionado, a pesquisadora apresenta três tipos femininos: concubina, matriarca e intelectual. As mulheres escolhidas para exemplificar cada um desses tipos femininos são brancas: Ângela Ludovico (concubina), Antônia Emília Rodrigues Jardim (matriarca), Jacintha do Couto Brandão (matriarca) e Maria Paula Fleury de Godoy (intelectual). Assim, mesmo que a pesquisadora tenha compreendido a grande quantidade de concubinatos em Goiás como uma consequência da ausência de mulheres brancas, e ratificado a presença de relações interétnicas, há um silêncio em relação as mulheres negras – elas não são contempladas nos tipos femininos elaborados pela estudiosa. Essa ausência causa ainda mais

---

<sup>97</sup> Segundo Eduardo França Paiva, “qualidades” configuram um termo geral de identificação que inclui “índios, brancos, pretos, crioulos, pardos, mulatos, cabras, mamelucos, mestiços etc.”. Ver: PAIVA, Eduardo França. Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial, escravista e mestiça capitania das Minas Gerais. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 14.

<sup>98</sup> BITTAR, Maria José. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. p. 26.

estranheza por serem essas mulheres maioria em relação as brancas, tanto no início do século XIX como no final dele<sup>99</sup>.

Mesmo não sendo seu objetivo, Parente (2005) trouxe-nos contribuições acerca das mulheres escravas e forras, porém, em razão das fontes principais de seu estudo serem testamentos de mulheres do século XIX, e poucas forras terem elaborado tal documento, as informações sobre elas são restritas. Apesar disso, logo no início da investigação a autora tece considerações a respeito do tratamento dispensado, por alguns viajantes, às “negras”, percebendo a animosidade desses estrangeiros com essas mulheres, principalmente quando elas se negavam a recebê-los. As considerações feitas sobre seus/as anfitriões/ãs variaram de acordo com o sexo, cor e *status* social, e, como vimos anteriormente, os qualitativos atribuídos às negras e mulatas, comumente, foram depreciativos.

Conforme a autora, a historiografia regional não se preocupou em questionar essa visão construída pelos viajantes; pelo contrário, a narrativa histórica, ao manter a invisibilidade feminina, parece ter corroborado com ela. Estudiosos prestigiados, como Luis Palacín e Eurípedes Funes, ao elaborarem suas interpretações sobre Goiás, teriam mencionado apenas as mulheres escravas<sup>100</sup>. Na contramão dessa perspectiva, Parente procura mostrar a importância e participação feminina no cotidiano da região, particularmente no Norte goiano, registrando a intensa participação delas em atividades agrícolas, comércio e manufaturas, sendo que, no comércio, a presença das “negras de tabuleiros” foi significativa em algumas localidades como: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, mas o mesmo parece não ter ocorrido no Norte goiano. Conforme a pesquisadora,

durante o século XIX, não se identificou esse tipo de comércio, provavelmente pelo fato de os produtos com possibilidade de venda serem produzidos na zona rural e não terem uma oferta diária. O trabalho de vender todo dia demandaria tempo e atrapalharia a própria produção; daí, o que se pode supor é que os produtores não seriam os vendedores diretos de sua produção; existiam os “atravessadores” proprietários de estabelecimentos comerciais fixos, razão para a existência de uma íntima relação da população urbana com o meio rural<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> Em relação ao início do século XIX, mais precisamente 1804, os dados podem ser observados em: POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 141. Os números relativos ao final do século XIX, podem ser verificados no recenseamento do Brasil de 1872.

<sup>100</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 25-26.

<sup>101</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 39.



A ausência das “negras de tabuleiros”, ou talvez, de registros sobre elas, não foi impedimento para que ex-escravas pudessem fazer alguma fortuna. Dos testamentos analisados pela autora, dois deles são de mulheres forras e foram escritos com antecedência do falecimento das testadoras, conforme preconizado pela igreja: Lauriana Lourenço de Carvalho o fez em 1814 e Benvinda Lopes da Silva em 1824; a primeira faleceu em setembro de 1824 e a segunda em fevereiro de 1831. Ambas se identificaram como procedentes da Costa da Mina, portanto, africanas. Laurinda declarou nunca ter sido casada e manter-se em estado de solteira, em razão disso, não tivera filhos/as. Já Benvinda disse ter sido casada com um preto forro, segundo as determinações da igreja, mas não ter tido filhos/as. De acordo com Parente (2005), o fato dessas mulheres forras não terem declarado a presença de filhos/as contradiz “aquele cotidiano do mundo escravista, em que predominava a mulher escrava ou forra, mãe de filho natural. Talvez seja por isso que, sob forma testamentária, essas mulheres fizeram questão de deixar perpetuadas as suas formas de viver, coerentes com as dos livres, dentre do modelo católico de vida”<sup>102</sup>.

Com base nos registros, a autora pode observar, ainda, que as testadoras reproduziram valores dominantes presentes naquela sociedade escravista. As duas, após a obtenção da liberdade e em posse de algum recurso financeiro, investiram parte dele, ou todo, na compra de escravos/as. Assim, prossegue a autora informando que Benvinda alforriou, gratuitamente, um dos seus escravos em testamento, sendo que ele desfrutaria do benefício após a morte da proprietária. Já Laurinda concede liberdade a Caetana por ter a escrava pago por sua carta de alforria. Deixou quartada Ana Joaquina, informando ao testamenteiro os procedimentos a serem tomados nesse caso. Sobre um terceiro escravo, descrito no documento, advertiu ainda dever uma parte do seu valor. A compra a prazo sugere que a forra possuía crédito e, certamente, alguma deferência naquela sociedade<sup>103</sup>.

Em meio as “senhoras de bens”, analisadas por Pereira (2013), destacam-se as histórias de duas libertas: Plácida de Passos e Thereza Gomes da Silva, sendo que ambas elaboraram seus testamentos em 1826 e 1828, respectivamente. Foi nesse momento que dispuseram, segundo suas vontades, dos bens adquiridos por meio do trabalho. Nenhuma delas se casou oficialmente e, no momento em que elaboraram seus testamentos, não tinham herdeiros/as naturais. Plácida chegou a ter um filho, falecido ainda criança. Ela foi “dona de

---

<sup>102</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio**: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 122.

<sup>103</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio**: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 122-123.

uma tenda de ourives e de ferreiro, [...] enriqueceu-se, possuindo várias casas, ferramentas de serviço, além de uma série de utensílios que atestavam para seu desejo de distinção”<sup>104</sup>. Thereza não dispôs da mesma riqueza, mas ainda assim adquiriu escravo, casas, terras e gado.

As habilidades comerciais femininas, inclusive das escravas e libertas, não são novidade na historiografia brasileira<sup>105</sup>. Em algumas localidades e períodos elas dominaram o comércio nas ruas, vendendo uma infinidade de produtos, especialmente gêneros alimentícios. Trabalhando para si mesma ou para seus/suas proprietários/as mulheres negras ou brancas empobrecidas fizeram circular produtos, como: frutas, verduras, aves e outros mantimentos. Algumas foram proprietárias de tabernas, pequenas lojas ou casas de prostituição e, independentemente do tipo de ofício, procuraram formas de sobreviver a escravidão e na liberdade. Foi por meio do excedente arrecadado com esses trabalhos, nem sempre fácil de obter, que algumas delas puderam comprar a alforria; outras, com mais oportunidades ou habilidades, conseguiram enriquecer-se, ou pelo menos, amealhar um montante que lhes assegurava uma vida com menos privações.

As trajetórias de vida dessas mulheres, e de tantas outras, não documentadas, perdidas no tempo ou ainda “esperando” para serem narradas, evidenciam conexões entre: mulheres, alforrias e comércio. A predominância feminina entre alforriados/as é um dos poucos consensos na historiografia da escravidão<sup>106</sup>. As circunstâncias, provavelmente, favoreceram-nas, mas, também, não podemos desconsiderar suas habilidades em negociar a liberdade. Fosse por ter preço inferior ao dos escravos masculinos, pela capacidade em encontrar brechas para obtenção de pecúlio, pela aproximação e afetividade construída entre elas e proprietários/as ou membros da família, o certo é que elas foram “os primeiros agentes de emancipação das comunidades afro-descendentes na diáspora”<sup>107</sup>.

A liberdade pode ter favorecido a inserção dessas mulheres no comércio, assim como as habilidades forjadas para o comércio podem ter oportunizado a conquista da liberdade; seguramente, essas afirmativas estão no campo das possibilidades, distantes de serem uma

---

<sup>104</sup> PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens**: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

<sup>105</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995; FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000; FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

<sup>106</sup> FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000. p. 70-71.

<sup>107</sup> SOARES, Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Negras-minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2011. p. 194.

regra. No entanto, sinalizam que a obtenção da liberdade, somada a alternativa de dedicação ao comércio, era um dos caminhos factíveis para a aquisição de alguma fortuna. A trajetória de algumas mulheres em Goiás, como as mencionadas nas investigações anteriores, parece não destoar muito dessas assertivas. Os registros deixados pela/sobre a forra Plácida, por exemplo, demonstram sua aptidão para o comércio, explicitada no cuidado com o qual conduzia seu negócio e como enriqueceu exercendo tal atividade.

Apesar dos exemplos, é provável que poucas libertas tenham conseguido fazer fortunas como a de Plácida, afinal, estamos a falar de uma sociedade hierarquizada e de uma elite preocupada em manter *status* e poder econômico. É mais comum “encontrarmos” tais mulheres lavando roupas, carregando potes de água, atuando como parteiras, domésticas ou cozinheiras; quando no comércio, seus ganhos foram, provavelmente, modestos. No meio urbano, a rua não parece ter sido um lugar estranho a elas, uma vez que ocuparam esse espaço para tramar estratégias, sociabilidades, solidariedades; mas também, fizeram dela palco de intrigas, gritos, agressões e xingamentos.

Considerando as estimativas populacionais do século XVIII e XIX em Goiás, é certo que a população negra foi atuante no cotidiano da região, influenciando modos de viver e morrer. Apesar disso, como apontado anteriormente, a historiografia regional pouco tem mencionado tais sujeitos, sendo que esse silêncio se torna mais axiomático à medida que deslocamos nossos olhares às mulheres negras. Embora seja preciso reconhecer o avanço de discussões sobre a temática nas últimas décadas, as elucubrações feitas por Dias, em 1984, ainda são bastante oportunas quando consideramos a historiografia de Goiás. A ausência das mulheres escravas, forras e pobres, e das tramas sociais de suas vidas, talvez seja antes resultado de “um esquecimento ideológico do que [...] efetiva ausência de documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito”<sup>108</sup>. Não obstante, das dificuldades apontadas pela autora talvez tenha faltado mesmo à historiografia regional o desejo de estudar essas mulheres, ou mesmo, tenha se compreendido que investigá-las era algo de menor valor histórico.

A emergência da história das mulheres e dos estudos de gênero, entretanto, parece ser um dos caminhos para romper essa trajetória de silêncios e ausências. Ainda que tímida, a associação entre gênero, classe social e raça/etnia tem indicado a complexidade de

---

<sup>108</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 13-14.

organizações sociais, forjadas nas tramas cotidianas. Trata-se, quase sempre, de ações informais e improvisadas que tiveram a mulher, singularmente as pobres, como importante expoente na construção de redes de sociabilidades e estratégias de sobrevivências, resistências e negociações. Seja como for, o levantamento bibliográfico feito aqui indica que as pesquisas precisam avançar sobre o cotidiano das pessoas comuns que habitavam Goiás no século XIX.

## CAPÍTULO II

### A INVENÇÃO DE UM GOYAZ MESTIÇO E DECADENTE

*Odiar é negar a humanidade do Outro, é diminuí-lo. É limitar nossos horizontes ao reduzir os do Outro. É ver no Outro e, portanto, em si mesmo, não um motivo de orgulho, mas um objeto de desprezo e de terror. Odiar é escolher a facilidade simplista e redutora do desdém como fonte de satisfação. É cavar um fosso onde cairão sufocados o agente do ódio e sua vítima. [...] Insidioso, dissimulado, o ódio insinua-se na linguagem, como no olhar, para perturbar as relações entre os homens e o outro, uma comunidade e a outra, um povo e o outro<sup>109</sup>.*

Exótico, pitoresco, incivilizado, indolente, imoral, inferior, subalterno... o outro. Essas foram algumas das adjetivações atribuídas aos/às habitantes do Brasil, no decurso do século XIX, por viajantes que passaram pela região. Aliás, denominações como essas foram constantemente utilizadas pelos europeus para nomearem o não-ocidental. A insistente enunciação dessas adjetivações resultou na produção – simbólica e discursiva – de identidades e diferenças, implicando em processos de exclusão, hierarquização e demarcação de fronteiras entre “nós” e “eles”. Por serem os processos de fabricação de identidades e diferenças criações simbólicas e linguísticas, conforme assegura Tomaz Tadeu da Silva (2000), elas não são naturais ou predefinidas, elas não existem *a priori*, sendo, ao contrário, criações do mundo cultural e social; nós “as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais”<sup>110</sup>. Exatamente por essa razão, identidades e diferenças são voláteis e fluidas, metamorfoseiam-se juntamente com a trama cultural e social.

Esse processo de fabricação de identidades e diferenças, e as implicações decorrentes dele, estão envoltas em relações de força e poder. Em razão disso, suas definições estão entremeadas por disputas simbólicas e materiais da sociedade, uma vez que, segundo posicionamento de Silva (2000), “identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com

---

<sup>109</sup> WIESEL, Elie. Prefácio. In: **A intolerância**. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997/Academia Universal das Culturas; publicação sob a direção de Françoise Barret-Ducroq. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 08.

<sup>110</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 76.

relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”<sup>111</sup>.

Justamente por estarem as práticas de identificação e diferenciação completamente envolvidas em relações de poder, delas resultam assimetrias, oposições, exclusões e violências. Imprime-se ao outro marcas de anormalidade, produzindo classificações, qualificações, virtudes, vícios, patologias e outros. Essas classificações são resultantes de operações de poder – também datadas e, portanto, construídas no âmbito social e cultural – que institucionalizam normas e as utilizam como estratégias de dominação<sup>112</sup>. Em outras palavras, o uso da norma é uma maneira de controle, vigilância, modelagem de corpos e comportamentos e estabelece lugares sociais ao instituir diferenças utilizando-se de marcadores de identidades, como gênero, classe, raça, origem, geração, etc.

Dessa forma, a construção da identidade e da diferença é também a construção do outro, construção espelhada, entretanto, pois, ao definir o outro, deixa-se escapar a si mesmo; o outro é quase sempre desumanizado e incivilizado, cujas vidas e corpos importam menos e, em razão disso, podem ou devem ser excluídos, transformados, moldados. Daí advém o ódio e o aniquilamento do outro. Não se trata, propriamente, de um aniquilamento físico – embora essa possa ser uma consequência desse processo –, mas, frequentemente, da negação da sua humanidade. Nesses termos, a identidade opera a partir da exclusão e exige a “produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’ [...]. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social”<sup>113</sup>. Assim, as narrativas de viagens não estão fora dessa lógica de produção de identidades, diferenças e relações de poder-saber, conseqüentemente, forjam seres abjetos e marginalizados.

As palavras, os desenhos e as pinturas difundidos pelos viajantes compõem um conjunto discursivo acerca da natureza e dos habitantes do mundo. Esses discursos – forjados e validados por relações de poder e saber – instituem “verdades” sobre coisas e sujeitos, nomeando-as e construindo identidades, assimetrias e preconceitos. As assertivas propagadas pelos viajantes não estão isoladas, fazendo parte de uma maquinaria mais ampla ocupada em descrever, classificar e ordenar a sociedade do século XIX.

---

<sup>111</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 81.

<sup>112</sup> VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKILAR, Carlos (orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 106-107.

<sup>113</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 155.

Conforme atesta Naxara (2004), há nos séculos XVIII e XIX uma crescente ambição em alcançar a inteligibilidade do mundo; essa intenção era impulsionada pelo espírito das luzes e o desejo de contribuir para o desenvolvimento científico. Por meio da observação, coleta, comparação, classificação, etc., intentava-se formular leis universais sobre coisas e pessoas<sup>114</sup>. Essa vontade de conhecer e saber não estava relacionada apenas à dimensão científica, mas significava também a possibilidade de dominação e exploração de riquezas. O olhar do viajante não era ingênuo, pelo contrário, achava-se “instrumentado, é um olhar de fora, que se coloca como superior e que toma o Novo Mundo – natureza e sociedade – como objeto de conhecimento”<sup>115</sup>, acarretando em processos de inclusão, exclusão, demarcando fronteiras, normatizações e classificações.

O uso das narrativas de viagens não é, propriamente, uma novidade na historiografia. De acordo com Cláudia Santos (2013), vários/as estudiosos/as utilizaram-nas como fonte de pesquisa, construindo interpretações históricas e sociológicas sobre o Brasil – algumas delas consagradas pela historiografia brasileira. Desde a década de 1980, entretanto, em razão da diversificação de fontes, objetos e metodologias de pesquisa, historiadores/as passaram a questionar e rever o uso das narrativas de viagens<sup>116</sup>; passaram, elas mesmas, a serem objetos de estudos. Os “novos” olhares lançados sobre esses registros contestaram a ideia de objetividade e imparcialidade, por muito tempo, imputadas a elas. Embora ricas em informações e descrições das regiões do Brasil, traziam forte carga valorativa, muitas vezes expressas em estereótipos e preconceitos.

Os conteúdos reproduzidos nas narrativas de viagens não foram homogêneos, variando ao longo do tempo. Santos (2013) indica essa diferença ao comparar relatos de viagens produzidos na primeira e na segunda metade do século XIX: a escrita dos primeiros tinha um caráter mais descritivo, com ênfase no pitoresco, descrevendo, minuciosamente, fauna, flora e as gentes do Brasil; já os viajantes que trilharam os solos brasileiros, na segunda metade do XIX, apesar de não abandonarem totalmente o modelo descritivo e o interesse pelo natural, inclinaram-se a fazer análises econômicas e políticas com a intencionalidade de “contribuir” com a construção da nascente nação<sup>117</sup>.

---

<sup>114</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 140-142.

<sup>115</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 149.

<sup>116</sup> SANTOS, Cláudia. **Narrativas de viagem e escrita da história**: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 19-20.

<sup>117</sup> SANTOS, Cláudia. **Narrativas de viagem e escrita da história**: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 21-22.

Naxara (2004) também se refere as diferentes formas de representações do Brasil e dos/as brasileiros/as durante o oitocentos, sugerindo mudanças nos registros estéticos das narrativas sobre o Brasil. Para a autora, a primeira metade do século é marcada pelas representações do belo e pitoresco, enquanto na segunda metade dá-se ênfase a composições sublimes, predominando abordagens onde se destacaram contrastes, rupturas e descontinuidades<sup>118</sup>. Como se percebe, as narrativas sobre o Brasil no século XIX variaram segundo as intencionalidades, localização e lugar de fala dos/as narradores/as.

Muitos dos viajantes estrangeiros, de passagem pelo Brasil, expressaram estranheza em relação aos habitantes dos trópicos. Manifestaram surpresa com a quantidade de homens e mulheres escravos/as, libertos/as e livres negros/as circulando pelas cidades ou em casebres de beira de estrada, fazendas e sítios. Nem sempre conseguiram, ou tiveram interesse, em esclarecer sobre a condição social dessa população, tampouco se decidiram pelas suas cores/raça. Se, por um lado, as cores/raça e condições sociais da população causavam dúvida, o prejuízo daquela “mistura racial” parecia certo. Não foi incomum atribuírem às mazelas do país a escravidão e a mestiçagem da população.

Goiás recebeu alguns desses estrangeiros. De passagem ou estabelecidos por um tempo na região, dedicaram-se a observar e anotar as impressões acerca da fauna, flora e relações cotidianas da sociedade. A maioria passou por terras goianas durante a primeira metade do século XIX, período em que a atividade mineradora já representava pouco economicamente em razão do seu declínio, desde o final do século anterior. As observações registradas apresentam uma província decadente, habitada por uma gente indolente, ociosa e imoral. Assim, as imagens de atraso e isolamento perpassaram as obras de viagens e muito influenciaram a escrita da história regional.

Igualmente, essas obras contribuíram para a construção, ou mesmo construíram determinadas identidades e diferenças, formatando os “tipos” humanos que habitavam os sertões de Goiás. Particularmente, busca-se, neste capítulo, analisar as representações produzidas sobre o feminino em narrativas de viagens, tomando-as como um lugar de produção discursiva e de identidades, atentando-se para as condições que permitiram a emergência de discursos racistas e androcêntricos sobre elas. Interessa-nos pensar, então, o modo como esses discursos construíram representações sobre as mulheres de Goiás, seus trabalhos e suas relações afetivas e familiares. Procuramos observar, também, os enunciados elaborados acerca das condições sociais e raciais das mulheres do período, entendendo-os

---

<sup>118</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 15.



como dispositivos de fabricação das diferenças envoltos em relações de saber e poder. A leitura das fontes está imbuída pela concepção de que as narrativas de viagens atuaram na construção e na difusão de diferenças de gênero, condição social e raça. São parte de um discurso cujo objetivo é fabricar/reiterar diferenças e estabelecer hierarquias; são discursos que formam e informam os corpos masculinos e femininos, corpos que “emergem” desse conjunto de falas e olhares.

## 2.1 Narrativas de Viagens e a Invenção de um Goyaz Decadente

No vasto território que forma o Centro-Oeste do Brasil, “sufocada” pelos morros da Serra Dourada e cortada pelas límpidas águas do Rio Vermelho, situa-se a Cidade de Goiás, antiga Vila Boa. As narrativas sobre sua ocupação anunciam uma região de difícil acesso, onde as estações dividem-se em seca ou chuvosa, ambas levadas ao seu extremo. Clima úmido, calor intenso e pouca ventilação, ambiente perfeito para a proliferação de moléstias. Desértico, sertanejo, isolado e distante foram adjetivações comuns para se referir a região e seu entorno. Em discurso feito pelo presidente da Província de Goiás, na abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial, em 1º de julho de 1837, Camargo Fleury lamenta a falta de investimentos por parte do Governo Geral, bem como a pouca arrecadação de impostos. Segundo seu relato, a província enfrentava problemas como: falta de estradas e pontes, regiões de grandes vazios demográficos, ausência de juízes, cadeias e carência de funcionários públicos<sup>119</sup>.

Não obstante, as reclamações que vinham dos viajantes, grupos políticos e elite econômica, paulatinamente, distante do litoral – mais ainda da Europa e dos “modos civilizados” de ser e se portar –, Goiás se fazia, era inventado, forjado. Lentamente, algumas fatias desse sertão iam sendo ocupadas, erguiam-se igrejas, umas casinhas aqui e outras acolá, calçava-se com pedras umas ruas, abria-se uma porta de comércio, um sobrado era levantado... fosse do ouro, do boi, das pequenas vendas, da oferta de prestação de serviços, os/as habitantes iam arranando formas de sobreviver. Os pequenos aglomerados de gente iam se transformando em arraiais, vilas e cidades, e Goiás ia ganhando “forma”.

---

<sup>119</sup> FLEURY, Camargo. **Discurso com que o presidente da província de Goyaz fez a abertura da primeira Sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial.** Goyaz: Typ. Provincial, n. 1, de julho de 1837.

O povoamento da antiga capital goiana teve início na primeira metade do século XVIII, com o “descobrimento” e a exploração do ouro na região. É provável que o território já tivesse sido percorrido desde o primeiro século da colonização do país, no entanto, sem intencionalidade de fixação. A procura por índios, para servirem de mão-de-obra escrava, já havia levado, há algum tempo, bandeirantes à região. Além disso, o rastro do gado já era notado pelas primeiras bandeiras que por ali passaram, levando o historiador Paulo Bertram a afirmar que, em Goiás, a pecuária antecedeu a mineração<sup>120</sup>. Todavia, foi a “descoberta” do ouro que impulsionou o deslocamento de bandeirantes e tantas outras gentes para a região, alimentados/as pela esperança de riqueza ou de uma vida melhor. Desta forma, à medida que se espalhava a notícia do descobrimento de rios propícios à mineração, outros arraiais iam surgindo em seu entorno.

Inicialmente, Goiás esteve vinculada a capitania de São Paulo e teve como superintendente Bartolomeu Bueno da Silva Filho. Contudo, a importância das minas e a necessidade de controlá-las mais de perto, além do crescimento populacional e das dificuldades decorrentes de uma administração à distância provocaram o desmembramento da região da capitania de São Paulo. A separação resultou na criação da capitania de Goiás, em 1749, e a nomeação de Dom Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, como governador. A cidade foi sede da capitania e, posteriormente, da província e do Estado. Na década de 1930 – depois de muitos embates – a capital do Estado foi transferida para Goiânia.

Estima-se que, entre os anos de 1736 e 1750, a população do território goiano tenha chegado próximo aos 40 mil habitantes. Embora haja carência de dados sobre os números da população durante a segunda metade do século XVIII, supõe-se ter havido uma pequena queda no número de habitantes após a diminuição das atividades mineradoras. O crescimento populacional, no entanto, teria retomado e continuado, progressivamente, no decurso do século seguinte<sup>121</sup>. Durante o oitocentos, áreas até então “desertas” foram, paulatinamente, ocupadas.

---

<sup>120</sup> BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, ano VIII, n. 1, jun. 2006. p. 62-67. Disponível em: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/junho2006/arquivo/revista\\_ufg\\_junho2006.pdf](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2006/arquivo/revista_ufg_junho2006.pdf). Acesso em: 8 mai. 2017.

<sup>121</sup> PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994. p. 28-30.

Imagem 01 – Vista geral de Vila Boa de Goiás desde o Largo do Chafariz. Burchell – 1828.



Os registros iconográficos produzidos pelo botânico e desenhista inglês William John Burchell, que passou por Goiás em 1828, são fontes importantes para o estudo do espaço urbano das cidades, bem como permite aos/as historiadores/as e outros/as estudiosos/as inferirem sobre aspectos sociais e culturais da população regional. Quando se entrecruzam as descrições feitas pelos viajantes a outras fontes que, porventura tratem de aspectos relativos ao espaço urbano, como imagens do lugar, relatos de Presidentes de Província e outros, têm-se possibilidades para “compor” o quebra-cabeça da urbanização em Goiás.

A reprodução de Burchell, feita em 1828, a partir do Largo do Chafariz, constrói um cenário em que é possível visualizar a cidade cercada pelos morros e casas, em geral, construídas segundo o modelo português de “parede meia” – unidas pelas suas laterais – e telhados de duas águas; esse modelo de moradia, sem suntuosidades e até mesmo rústico, parece ter sido predominante. Os sobrados, comumente mais opulentos e, conseqüentemente, dispendiosos, foram edificações raras em Goiás. Sendo assim, não apenas o exterior das casas mostrava-se simples, mas também seu interior. As descrições de Phol (1974) a esse respeito, feitas na primeira metade do século XIX, fabricam uma paisagem urbana bastante rústica e sem encantos:

as ruas são mal calcadas, mas muito bem alinhadas. Das duas praças, a maior é que ocupa uma encosta de colina, sem calçamento e coberta de ervas, formando um grande quadrilátero alongado; sua parte mais elevada se limita com a Casa do Senado e a Cadeia Pública. Um lado da praça é formado pelo quartel e o hospital; os outros são formados de casas de barro, térreas. [...] Mais plana é a praça em frente ao

palácio do Governador – o Terreiro do Paço. Enfeitam esta praça a igreja Metropolitana, a Fazenda Real, a Intendência do Ouro; as outras casas são insignificantes. A cidade tem cerca de 700 casas, a maioria construída de madeira e barro, de um só andar. [...] A decoração interna limita-se, na maioria dos casos, às quatro paredes caiadas e, raramente, algumas cadeiras de couro, restos da idade do ouro, e grosseiros e pesados armários e mesas<sup>122</sup>.

Segundo a historiografia tradicional sobre a descoberta das minas e do povoamento de Goiás, a ocupação da região teria se dado à revelia da Coroa Portuguesa, sendo um empreendimento de Bartolomeu Bueno, seus amigos e parentes. Nesse cenário, o traçado espacial dos primeiros arraiais teria sido erigido sem normas ou orientações dos colonizadores, seguindo um ritmo irracional e intuitivo, próprio de regiões de mineração. Contudo, a tese da professora Cristina de Cássia Pereira Moraes (2012) contesta essa visão, afirmando que a documentação consultada para sua pesquisa indica que a Coroa esteve atenta aos processos de ocupação de regiões sob o seu domínio, influenciando na organização espacial e social das sociedades nascentes. Segundo a autora:

o descobrimento dos veios auríferos [...] atraiu homens e mulheres e [...] sua fixação e organização social e política ocorreram a partir da sua organização religiosa, pois em torno das capelas surgiram as primeiras habitações e, aos poucos, cresceram os arraiais.

[...] com a descoberta do ouro nos sertões do sudoeste e do centro-oeste do Brasil, houve uma preocupação imediata, por parte da coroa portuguesa, de fixar populações. Posteriormente, para controlar o crescimento urbano e organizar os arraiais, foi imprescindível a edificação das capelas de Santa Ana e de Nossa Senhora do Rosário<sup>123</sup>.

Importantes edificações, de cunho público e privado, estabeleceram-se em torno dos templos religiosos; ao redor, e a partir deles, organizaram-se becos e vielas onde os/as moradores/as edificaram suas casas. Os templos religiosos também influenciaram na distribuição espacial das instituições públicas e de poder. Do mesmo modo, influíram na organização social da população, dividindo-a hierarquicamente segundo diferentes marcadores sociais de identidade como condição e raça, por exemplo. As capelas mencionadas anteriormente, fundadas em Goiás durante o século XVIII, são exemplos dessa dinâmica: de um lado, a capela de Santa Ana, levantada em 1727, e, do outro, a de Nossa Senhora do Rosário, construída em 1734, para os/as escravos/as negros/as.

---

<sup>122</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 140-141.

<sup>123</sup> MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás (1736-1808)**. Goiânia: FUNAPE, 2012. p. 30 e 32.

Ao lado da primeira capela construída, que mais tarde viria a ser a matriz de Santa Ana, estabeleceu-se a sede do governo, em prédio adaptado para ser residência e local de despacho do governador nomeado. Foi também na margem esquerda do rio que se instalaram a casa de câmara e cadeia, o pelourinho, o quartel e as residências de “ilustres” moradores/as. Era, provavelmente, em frente a matriz onde ocorriam as principais festividades e atividades do lugar e, certamente, fora lugar de circulação de todo tipo de gente: escravizados/as, libertos/as, brancos/as pobres e, também, da elite local, palco de encontros e desencontros.

Desde o final do século XVIII, com o esfacelamento das atividades mineradoras, há uma diminuição da população escrava e um aumento do número de livres e libertos/as em Goiás. À medida que se adentrava ao século XIX, a diferença numérica entre esses grupos sociais se acentuava (QUADRO 01). A atividade agropastoril, predominante na região, não exigia um quantitativo elevado de braços escravos; contudo, a presença cativa é notada em Goiás até o final da escravidão, em 1888. Apesar da carência e incompletude de registros censitários, é possível perceber que a maioria da população era formada por mestiços/as.

Quadro 01 – População livre e escrava na Cidade de Goiás (1804-1872).

Anos	Livre	Escrava	Total	% população livre/liberta sobre a total	% população escrava sobre a total
1804 (a)	4.992	4.432	9.424	52,97%	47,03%
1832 (b)	11.076	2.975	14.051	78,83%	21,17%
1848 (b)	13.478	2.096	15.574	86,5%	13,50%
1872 (c)	17.727	1.432	19.159	92,52%	7,48%

Fonte: (a) POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 141.

(b) ANRJ, Códice 808, v. 1, folha 96 e 117, citado por Cristina C. P. Moraes (1995, p. 111), *apud* RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889**. 1997. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

(c) BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. p. 163-164.

Foi esse o cenário avistado por muitos dos viajantes que passaram por Goiás e outras regiões do país: uma população de maioria mestiça e de valores sociais e culturais diferentes daqueles considerados adequados pelos/as ocidentais colonizadores/as. Ou, pelo menos, foi assim que fabricaram essa população, construindo modos de ver e dizer sobre seus

comportamentos afetivos, familiares, suas moradias, seus trabalhos e outros aspectos que rondavam o cotidiano goiano no oitocentos. Neste sentido, a narrativa de viagem parece colocar a paisagem e a população observada em outro tempo, quase imóvel, lento e ausente de progresso. Saint-Hilaire chegou a dizer que,

nas regiões escassamente povoadas as coisas mudam com extrema lentidão. Faltam a eles os elementos que propiciam um progresso rápido. Uma população rala, disseminada por vastidões imensas e entregues à sua própria sorte, atormentada por um clima ardente, sem nenhum estímulo e quase nenhuma aspiração, não deseja e não sabe mudar nada<sup>124</sup>.

As palavras de Saint-Hilaire, impressas nas páginas iniciais da obra *Viagem à província de Goiás*, sintetizam algumas das percepções do viajante sobre a região. Os relatos apresentados nas demais partes da obra não destoam dessas observações iniciais, tratando de exemplificar e justificar o quadro desolador em que se encontrava aquela sociedade; cria-se, então, um cenário de abandono, de longas extensões de terras desabitadas e clima insalubre. A pequena população era percebida como rude, deseducada e não demonstrava desejo de mudança e crescimento. Aos olhos do viajante francês, as transformações em regiões como a de Goiás se davam muito lentamente, uma vez que o progresso e a civilização eram esperanças futuras que poderiam, um dia, chegarem àquelas terras:

nos lugares onde se erguerão então cidades prósperas e populosas, havia outrora apenas um ou dois casebres que pouco diferiam das choças dos selvagens; que onde estão retinindo nos ares os ruídos dos martelos e das máquinas mais complexas ouviam-se apenas, em outros tempos, o coaxar de alguns sapos e o canto dos pássaros; que, em lugar das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e das árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil. Diante dos campos cortados por estradas de ferro, e talvez por veículos mais possantes do que nossas locomotivas de hoje, as gerações futuras sorrirão ao lerem nos livros que houve um tempo em que o viajante podia considerar-se afortunado quando conseguia percorrer, numa jornada, quatro ou cinco léguas<sup>125</sup>.

Assim como Hilaire, vários/as outros/as viajantes reiteraram essa imagem de abandono, afastamento e desencanto em relação a algumas regiões do Brasil. De um modo geral, boa parte deles/as visualizaram uma natureza e um povo pitoresco: rios caudalosos habitados por uma variedade de peixes e espécies de cobras gigantes, flores e folhas em formatos nunca vistos anteriormente, árvores grandiosas, chuvas torrenciais, seca penosa,

---

<sup>124</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 14.

<sup>125</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 14.

casebres miseráveis e arruinados, água insalubre, mosquitos e carrapatos em abundância; povo mestiço, gente inculta, improdutivo, preguiçosa e ociosa são apenas algumas das descrições que aparecem nos relatos de viagens e ajudaram a compor a paisagem de regiões do Brasil. Quanto mais distante do litoral e dos centros comerciais, maior parecia ser a penúria e mais pitoresco tornavam-se a natureza e a sociedade.

Os relatos deixados pelos viajantes indicam a preocupação em sublinhar, às vezes mais detidamente, outrora de maneira mais aligeirada, a paisagem ou a população de cada lugar em que passavam durante a viagem. Figuram em suas descrições informações sobre pequenos povoados, descampados, cabanas abandonadas, famílias mestiças, criação de animais, entre muitos outros registros sobre a natureza e a população da região. Johann Pohl, por exemplo, ao deixar Santa Luzia e seguir seu itinerário, faz o seguinte registro:

o caminho era sofrível. A região é muito pitoresca. Buritis de altos estirpes dão vida própria aos inúmeros regatos que descem murmurantes de leste para oeste. [...] No dia seguinte gastamos três horas completas, passando por dorsos e picos de montanhas para alcançar o povoado de Ribeirão da Anta, seis miseráveis cabanas cobertas de folhas de palmeiras. [...] Os arredores são ricos em plantas, mormente nas proximidades dos rios. Vi aqui folhas de formatos completamente singulares, tão belas como jamais tornei a deparar em parte alguma. [...] Em 8 de janeiro empreendemos um passeio a cavalo, durante meia hora, através da bonita região do Rio das Areias, que tem uns 17 metros de largura, recebe águas do Rio Macaco e de vários riachos e de uma hora para outra tanto se avoluma que não é possível atravessá-lo. De sua margem até a encosta da serra estendem-se milhares de palmeiras de uma espécie de alto porte, que se elevam majestosas sobre a selva escura. [...] Por longo tempo me encontrava privado da visão de uma vegetação exuberante, enquanto atravessava as pedras desnudas destas serranias<sup>126</sup>.

O olhar de Saint-Hilaire, assim como o de muitos/as outros/as viajantes, faz parte de um enredo comum ao século XIX, momento em que se intensifica a procura por explicações para as origens dos homens e natureza; ao mesmo tempo, buscavam-se explicações e elementos que pudessem forjar/inventar as nações. A vida no ocidente era o modelo civilizatório a orientar esse processo de criação das origens, fosse dos homens, da natureza ou da nação. Um conjunto de símbolos, elaborados pelo olhar dos viajantes, norteava a construção das diferenças entre europeus e os habitantes do novo mundo, ratificando concepções de incivilidade, barbárie, selvageria e atraso. A construção dessas diferenças e hierarquias são indicativas dos lugares de falas desses sujeitos, falas autorizadas e responsáveis pela instituição de um conjunto discursivo sobre o outro – um discurso que inventa, silencia e violenta o outro.

---

<sup>126</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 114-115.

No século XIX, o apogeu do cientificismo, do positivismo e, também, da sensibilidade romântica levou a uma busca pelo saber, classificação e formulação de teorias acerca do conhecimento histórico dos lugares e das pessoas, contribuindo para a construção de certas narrativas e memórias sobre o Brasil, e, em perspectiva mais abrangente, sobre a América. São discursos reiterados, autorizados e articulados em torno de sistemas de poder, atuando na construção de “verdades” sobre os lugares, os sujeitos e suas identidades.

Segundo Naxara (2004), a alegoria – forma privilegiada de representação na cultura ocidental – foi amplamente utilizada para atribuir significados ambivalentes ao que é dito, moldando percepções, representações do mundo e construindo maniqueísmos: bem/mal, claro/escuro, cidade/campo, civilização/barbárie. As tentativas de interpretar/construir uma identidade nacional no século XIX passaram por essa polarização, sobretudo, o binômio civilização/barbárie.

No século XIX enfatizou-se, nos mais diversos domínios, a busca de explicações sobre as origens – dos homens, das sociedades, das nações. Foi dentro desse quadro que se procurou conhecer e dar sentido explicativo ao Brasil, enfatizando-se ora seus aspectos selvagens e naturais, ora seus aspectos civilizados – civilização versus barbárie. Tomando-se como referência o quadro universal, ocidental, o Brasil foi frequentemente representado como um país que, na sua maior parte, precisava ser civilizado<sup>127</sup>.

Em boa parte dessas representações, a natureza adquire um certo protagonismo, destacado pela sua exuberância, grandiosidade, diversidade, pelas inquietações que seu desconhecimento despertava e, também, em razão das adversidades impostas àqueles/as que ambicionavam “dominá-la”. De acordo com Naxara (2004), o século XIX foi um momento de exaltação das representações da natureza americana, ao mesmo tempo em que se intensificava as críticas às sociedades presentes nessa natureza:

foi simultâneo, no entanto, o movimento de crítica às sociedades que nessa natureza já se encontravam, ou que nela estavam em processo de formação, ou seja, as populações autóctones e as populações coloniais de origem européia, especialmente quando mestiças. Valorizou-se a natureza americana e deprimiu-se o homem americano de origem latina<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 24.

<sup>128</sup> NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 437.



A exaltação da natureza, em oposição a pequenez da “população nacional”, foi um discurso constantemente reiterado durante o século XIX, expressando a preocupação com a definição de uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, questionando qual deveria ser o modelo representativo do povo brasileiro. No afã em responder tais indagações, um conjunto discursivo – fortalecido, sobretudo, pela literatura e pelas práticas médicas e jurídicas – elaborou e divulgou a ideia de um povo pobre, sofrido, abandonado e politicamente inoperante. Assim, a distância dessa “realidade” com o ideal de civilidade imaginado levou a elite a tentar excluir a maioria da população, ao pensar o Brasil.

Esse movimento de elaboração de uma identidade nacional que se pretendia coesa, foi, no entanto, permeado por ambiguidades, contradições e disputas. Isso porque, consoante observa Naxara (2004), os desejos e as expectativas se confrontavam com realidades existentes, percebidas ou sentidas, ou seja, pensar a nação era envolver-se, contraditoriamente, com a razão, com os sentimentos, com as emoções e com os ressentimentos. A construção da identidade nacional remetia, necessariamente, ao passado e às origens, mais especificamente, a um passado colonial e a formação racial do país; era preciso, então, tecer/inventar os vínculos com esse(s) passado(s)<sup>129</sup>.

Nesse quadro, a metrópole era o elo com a civilização, com quem deveria se manter uma política de conciliação. Já em relação às origens raciais e à “assombração” da mestiçagem, o quadro era mais confuso e complexo: com base no conhecimento desenvolvido no período – validado pela ciência ou não –, a mestiçagem era apresentada com desconfianças, incertezas e preconceitos. Essa “mistura racial” causava embaraços para a projeção de um povo branco, civilizado e homogêneo como possível representante da identidade nacional. A crença no progresso, na evolução e no embranquecimento da sociedade, contudo, permitia a projeção de um futuro melhor<sup>130</sup> – tratava-se de um país imaginado, que poderia vir a ser, mas que ainda não era.

A busca pela apreensão do “real” e pela construção de uma narrativa coerente sobre o Brasil perpassava, nesse contexto, pelas noções de raça, natureza e civilização. As narrativas de viagens do período, entretanto, não passaram incólumes a essas noções; pelo contrário, impulsionaram as discussões sobre o século XIX em uma tentativa de sistematizar

---

<sup>129</sup> NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 433-434.

<sup>130</sup> NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 444.

informações e saberes sobre a natureza e sobre a sociedade dos trópicos, reproduzindo e, ao mesmo tempo, inventando o “real”.

A literatura de viagem tornou-se, ao longo do século XIX, um tipo de leitura apreciada em vários países. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, serviu aos interesses imperialistas e colonialistas ao descrever “o outro” quase sempre de modo pitoresco, exótico e incivilizado, negando-lhes a humanidade. As descrições das paisagens naturais – rios caudalosos, grandes árvores, morros, matas fechadas e praticamente inacessíveis –, somadas ao clima e as doenças que assombravam os trópicos, ajudaram a compor o cenário do abjeto, inóspito e inabitável, e, com isso, justificavam a importância e a necessidade da colonização.

A ânsia dos viajantes em descrever, catalogar, classificar e hierarquizar não pode ser compreendida fora das relações de poder, pois não são fabricações ingênuas e desinteressadas. Pelo contrário, fazem parte de redes de poder que operam na produção e na afirmação de “verdades”, estabelecendo o que Foucault chamou de “regime de verdade”. Para o autor, a “verdade” é produzida em razão de múltiplas coerções e produz efeitos de poder.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro<sup>131</sup>.

As narrativas de viagens foram, portanto, um tipo de discurso autorizado em determinado momento histórico, portador de enunciados compreendidos como “verdadeiros”. O lugar de enunciação dos viajantes – em sua maioria europeus –, suas formações, experiências, preocupações científicas e o argumento de narrarem aquilo que “realmente” viram, outorgou-lhes o poder de produzir um conjunto discursivo “verdadeiro” acerca do lugar e das pessoas que o habitavam, estabelecendo, assim, “relações estreitas entre saber e poder; relações que se entrecruzam entre ambos os domínios, na medida em que a política se apoia nos conhecimentos e nas práticas dos estudiosos e, estes, por sua vez conduzem suas pesquisas com apoio do Estado”<sup>132</sup>, ou de particulares, não menos interessados na relação entre saber e poder.

A pena do/a viajante, ao rabiscar o diário de anotações, registrava/construía diferenças e estranhamentos em relação ao desconhecido e aos padrões culturais de outrem. Em muitos

---

<sup>131</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 52.

<sup>132</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 157.

casos, traziam ainda lamentações, descontentamentos e dificuldades passadas durante a peregrinação. Embora suas descrições se propusessem racionais e imparciais, elas trazem as marcas da “moral vitoriana”, dos ideais iluministas e as convicções de superioridade cultural, racial e da civilidade europeia. São olhares instrumentalizados, informados, marcados cultural e historicamente por outros saberes; expressam o maniqueísmo presente no pensamento ocidental e demonstram a necessidade de se definir o outro como contraponto, a fim de legitimar identidades culturais e políticas. Essa dualidade e maniqueísmo, constantemente repetida, carrega “elementos de humilhação do outro”, desqualificando “o que não reconhece como igual ou aproximado, em ações que promovem, sistemática e reiteradamente, o rebaixamento e a humilhação e humilhação dos outros”<sup>133</sup>.

O discurso sobre o outro é permeado por enunciados preconceituosos, humilhantes e desqualificadores. Embora haja uma vontade de defini-lo e classificá-lo – utilizando-se da ciência, ou não –, expressa, também, desconhecimento sobre o outro e a necessidade de afirmação das diferenças, resultando na produção de “verdades” que, por sua vez, são sustentadas por um conjunto diverso de práticas e saberes que as ratificam. Para sustentação dessas “verdades”, o ocidente buscou fundamentação na natureza, na ciência, na racionalidade e em teorias que as justificassem. De acordo com Foucault (2014),

essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas [...]. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente, sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído<sup>134</sup>.

Em consonância com Foucault (2012), consideramos o saber como um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva” e também como um “espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso”<sup>135</sup>. Nessa direção, entendemos que, no cenário do século XIX, atribuiu-se aos discursos dos viajantes um saber útil e viável, possível a partir de um jogo de relações entre saber e poder. Certamente, esses discursos não estavam apartados de outros – também recorrentes no século XIX – como os discursos médico e jurídico, por exemplo. Nesse jogo de

---

<sup>133</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. O (des)conhecimento do outro: pensando o “provinciano”. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: UDUFU, 2005. p. 348.

<sup>134</sup> FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 16.

<sup>135</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 219-220.

relações, os discursos dos viajantes produziram realidades, “verdades”, assimetrias e identidades, e, ao mesmo tempo, formavam e informavam práticas sociais.

Essa produção de identidades e diferenças, entrelaçadas pelas relações de poder e saber, corresponde a um modo de perceber, sentir e conferir determinadas representações ao mundo, sendo formas pelas quais um grupo social tenta impor concepções e valores, elegendo quais comportamentos são considerados adequados ou não, em determinado espaço e temporalidade. Essas concepções e valores são tramados estrategicamente com a clara intenção de manter posições de inferioridade e superioridade, posições que, embora criadas socialmente, são costumeiramente definidas como naturais. Nesse contexto, a humilhação do “outro” e sua construção como o diferente é uma forma de afirmar uma identidade superior, forjando o espaço e as definições da barbárie e da civilidade<sup>136</sup>.

Fosse o/a observador/a estrangeiro/a ou brasileiro/a, as narrativas de viagens não fugiam a lógica maniqueísta de classificações, sobretudo aquela relacionada à oposição civilização *versus* barbárie. Quando estrangeiro/a, o/a viajante, normalmente, tinha como referência os padrões culturais europeus e, quando brasileiros/as, percorrendo o interior do país, comumente, reportavam-se ao litoral como exemplo de civilização<sup>137</sup>. Trata-se, desta forma, do estabelecimento de outra dualidade: o litoral em oposição ao sertão; o primeiro compreendido como espaço da civilização, enquanto o sertão seria o local da natureza e da barbárie, distante do poder público e dos projetos modernizadores, o espaço não ocupado pelos/as colonizadores/as. Em todos os casos, implicam-se relações de poder que produzem diferenças, classificações e “apontam modos como as culturas se olham e olham as outras, como estabelecem igualdades e desigualdades, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro”<sup>138</sup>.

Indubitavelmente, os livros de viagem constituem-se em fonte significativa para o trabalho do/a historiador/a, mas também, como qualquer outra fonte histórica, possui seus limites e as marcas do seu tempo. As interpretações que fizeram sobre a sociedade observada não são neutras e tampouco a viagem pode ser compreendida como uma experiência de

---

<sup>136</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. O (des)conhecimento do outro: pensando o “provinciano”. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: UDUFU, 2005. p. 349-350.

<sup>137</sup> GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz: uma província no sertão**. Goiânia: Cãnone Editorial/Editora PUC-Goiás, 2010. p. 61. Para esta autora, dos textos de viajantes estrangeiros podem ser retiradas opiniões preconceituosas e informações equivocadas, fazendo incidir sobre essa produção uma diversidade de críticas. Muitas dessas críticas podem, também, ser direcionadas aos viajantes nacionais, que registraram impressões preconceituosas de forma parecida aos estrangeiros.

<sup>138</sup> BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. **Revista USP**, São Paulo, n. 30 p. 8-19, jun./ago. 1996. p. 10.

verdade: trata-se de um encontro desigual entre os viajantes e os habitantes visitados, onde os primeiros constroem e controlam a narrativa<sup>139</sup>.

Para este estudo, privilegiamos os viajantes estrangeiros que passaram pela região durante o século XIX, destacando, especialmente, os registros que produziram sobre as mulheres negras encontradas pelo caminho, mas também as interpretações que construíram sobre o local. Selecionamos três deles para nossos estudos: Auguste de Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl e George Gardner. Essa escolha se deve a influência que exerceram sobre a produção historiográfica regional, seja como fonte ou como referência; além disso, foram, possivelmente, aqueles que mais registros nos legaram de suas andanças pelo então território goiano.

Auguste Saint-Hilaire foi, possivelmente, aquele que mais escritos deixou sobre a região. O francês desembarcou no Brasil em 1816 e permaneceu até 1822, percorrendo parte do litoral e do sertão brasileiros. Sua estadia em Goiás foi de maio a setembro de 1819 e, nesse período, o botânico pode recolher muitas espécies vegetais e animais. Sua dedicação e observação da flora brasileira lhe renderam, alguns anos depois de ter voltado à França, mais precisamente na década de 1830, uma vaga na *Académie Royale des Sciences de Paris*. A partir de então, passou a publicar sobre suas experiências de viagem, orientado pelas anotações que fizera em seus cadernos de campo<sup>140</sup>. Embora tenha registrado, no prefácio de *Viagem à Província de Goiás*, que “não se deve julgar [...] o interior da América segundo os padrões europeus”<sup>141</sup>, em muitas passagens sua obra contraria essa afirmação.

Os relatos do médico austríaco Johann Emanuel Pohl também marcaram a historiografia goiana. Pohl esteve no Brasil entre os anos de 1817 e 1821, período em que se deslocou por várias regiões da então colônia portuguesa. Apesar da formação em medicina, e mesmo tendo exercido esse ofício em diversas ocasiões, o viajante veio ao Brasil encarregado, inicialmente, de cuidar de assuntos mineralógicos; entretanto, ao longo da viagem passou a se dedicar também à botânica. Assim como Saint-Hilaire, recolheu grande quantidade de material sobre a fauna e a flora brasileiras que foi levado a Viena, quando do seu retorno. É de

---

<sup>139</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Prefácio. In: SANTOS, Claudia. **Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 10-11.

<sup>140</sup> GALVÃO, Cristina Carrijo. **A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os interpretes da sociedade brasileira**. 2001. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

<sup>141</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 13.

autoria de Pohl o livro *Viagem no interior do Brasil*, cuja segunda parte, totalmente baseada em seu diário, não foi revisada por ele, que faleceu antes de sua conclusão<sup>142</sup>.

Em 1836, chegou ao Rio de Janeiro George Gardner. O botânico inglês permaneceu em terras brasileiras até o ano de 1841. Durante sua estadia, aventurou-se pelo interior do país por lugares que, segundo ele, nenhum outro britânico havia estado. Compilou relevante material botânico e registrou na obra, *Viagem ao interior do Brasil*, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841, informações sobre a fauna, flora, geografia, história e costumes desse território.

Em comum, encontramos na obra dos três viajantes referências à indolência, ociosidade e imoralidade dos/as moradores/as de Goiás. À medida que embrenhavam pelos sertões, mais enfáticos eram os relatos sobre a escassez de alimentos e outros produtos básicos, segundo eles, necessários a uma sobrevivência digna. Não são incomuns os lamentos sobre a dificuldade em encontrar alimentos, animais de carga e pessoas interessadas em prestar serviços às expedições. São recorrentes, também, descrições a respeito da maioria dos povoados, arraiais e vilas por onde passaram, qualificando-os como decadentes, insalubres, miseráveis e em ruínas. De acordo com os estrangeiros, boa parte dessa sociedade residia em fazendas e, normalmente, compareciam aos núcleos urbanos somente para alguma festividade religiosa. Gardner (1975), por exemplo, ao passar pela Vila de Arraiais considerou:

a vila é muito pequena, com uma população que não passa de trezentos habitantes, entre grandes e menores. Aqui, como em outras vilas do interior, muitas das casas pertencem a fazendeiros que só as ocupam em dias de festa. [...] Durante minha permanência entre o povo do lugar achei-o uniformemente bondoso e serviçal, dentro de seus limitados recursos, porque a maioria é muito pobre; contudo, sua pobreza é em muitos casos filha de sua indolência. Foi com grande dificuldade que conseguimos comprar alguma coisa em matéria de alimentos e é ainda para mim mistério como consegue viver a grande massa dos habitantes<sup>143</sup>.

Mesmo em regiões próximas a Vila Boa, essa paisagem se repete. Embora Saint-Hilaire (1975) tenha notado que a proximidade com a capital tornava o caminho menos desértico, com maior circulação de pessoas e mais habitações, as lamentações sobre as condições das estradas, dos ranchos onde fizeram pouso e a situação dos povoados, arraiais e vilas continuavam presentes em sua escrita. O Arraial de Ouro Fino, próximo ao Rio

---

<sup>142</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 11.

<sup>143</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

Vermelho, que teve sua existência relacionada a exploração do ouro neste rio, foi descrito pelo viajante como um lugar que apresentava

um aspecto de triste decadência. Todas as casas estão semi-arruinadas, e várias delas se acham desabitadas. Sua igreja, filiada à paróquia de Vila Boa, não tem melhor aparência do que as casas. As poucas pessoas que ainda se vêm nesse pobre arraial vivem de um modesto comércio de porcos e da magra renda de algumas vendinhas miseráveis<sup>144</sup>.

Esses relatos resultam dos olhares instrumentalizados dos viajantes que buscavam respaldo nos procedimentos científicos, tão desejados no decurso do século XIX. Trata-se de uma narrativa elaborada a partir da mobilização de diversos sentidos do viajante, predominando o registro descritivo do cenário avistado, característica da literatura de viagem da primeira metade do século XIX; parece haver, ainda, uma preocupação em compor, de modo pormenorizado, a cena que visualizavam. Em muitos casos, a sensação que temos ao ler as páginas escritas pelos viajantes é de que a população do local era coadjuvante em comparação as descrições que fizeram da natureza, das aves, dos insetos, do clima, dos rios e de outros elementos naturais, fabricando um quadro de vazio e abandono. Ao mesmo tempo, queixavam-se dessa condição ao dizer que a população era incapaz de produzir em uma região de tantas riquezas naturais e, certamente, tão fértil.

Esse tipo de reflexão é próprio da visão desses viajantes, que julgaram as populações visitadas considerando as experiências vivenciadas na Europa. Ainda que tenham expressado a vontade de serem imparciais e neutros, estão envolvidos nos modelos de sociedade que experienciaram anteriormente. Presumivelmente por essa razão, não compreenderam, ou negaram, a lógica de produção dos habitantes de Goiás e a relação estabelecida entre essa sociedade e a natureza – o trabalho para subsistência, distante da lógica de produção capitalista, causava estranhamentos aos viajantes<sup>145</sup>.

A organização da vida social dos homens e das mulheres residentes em Goiás era razão para inúmeros julgamentos. As relações estabelecidas com o trabalho, as uniões afetivas e conjugais, as manifestações culturais e religiosas, as vestimentas, as vinculações entre livres e escravos/as, o comportamento feminino, entre outras questões, fizeram parte dos registros feitos pelos viajantes. A diversidade da população e dos grupos sociais, bem como a multiplicidade de costumes encontrados em terras goianas causaram estranhamentos e

---

<sup>144</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 48.

<sup>145</sup> TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na literatura de viagem. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul. 2013.

resultaram em classificação e emissão de valores por parte dos viajantes. Embora tentassem se desvencilhar de manifestações valorativas, esbarravam nas experiências culturais que carregavam e, em muitos casos, reproduziam em seus relatos uma visão estereotipada e distorcida da sociedade visitada. A esse respeito, Naxara (2004) observa:

o relato do viajante é, antes de tudo, um testemunho de boa-fé, mas a dificuldade para o conhecimento dos homens torna-se maior e menos tranquila do que em relação à natureza exterior aos homens. Na verdade, ocorrem dois registros simultâneos, o do observador que se pretende idôneo e isento na transmissão do que vê, e o pessoal, que integra o impacto do novo e do diferente, que vai sendo conhecido e assimilado à medida em que comparado com o que o viajante traz como bagagem cultural<sup>146</sup>.

As narrativas de viagens produzidas sobre Goiás são portadoras desses estranhamentos, contradições e hierarquização, colaborando para a construção de representações sobre a região que enfatizam a existência de grandes descampados e desertos populacionais. Fabricaram um/a sertanejo/a mestiço/a, indolente, ocioso/a, sem aptidão para o trabalho e de valores morais questionáveis. Produziram, portanto, imagens de decadência, atraso e isolamento presentes em muitos dos estudos sobre Goiás; além disso, contribuíram para a formação de um modelo explicativo da realidade goiana após a fase mineradora. Essa imagem de decadência marcou, segundo Chaul, os caminhos da história de Goiás que se

mostraram sinuosos e difíceis de serem trilhados. No rol de publicações sobre essa história, há sempre uma busca de elementos que possam justificar o atraso e/ou decadência da província. Como causas da decadência de Goiás, são citados, com insistente frequência, os seguintes fatores: falta de braços escravos, parcas e quase intransponíveis estradas, mínima urbanização, despovoamento, ócio, baixa produção etc. Esta linha de argumentação, reforçada por historiadores contemporâneos, traçou um perfil de decadência que serviu e serve até hoje para ampliar a ideia de uma sociedade que parecia não ter motivos para existir, de tão inoperante. A concepção de uma terra de decadência praticamente passou a expressar a situação geral de Goiás no período pós-mineratório<sup>147</sup>.

Foi exatamente no período posterior a economia mineradora que a maioria dos viajantes passou por Goiás, encontrando, então, um cenário distinto daquele possivelmente idealizado a partir das narrativas que ouviram sobre o “Novo Mundo” e as riquezas de suas minas de ouro. Além disso, a organização econômica, social e cultural da sociedade goiana daquele período se distanciava do modelo europeu de modernidade e progresso que

---

<sup>146</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 190-191.

<sup>147</sup> CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG, 2015. p. 28-29.



vivenciava a expansão do capitalismo, o incentivo ao trabalho e um vultoso aumento populacional<sup>148</sup>.

A fase mineradora em Goiás durou pouco. As minas começaram a ser exploradas em 1726, quando também foi fundado o Arraial de Sant'Anna, que mais tarde viria a ser Vila Boa e, posteriormente, Goiás. Assim, a década de 1750 marcou o apogeu da exploração do ouro na região, mas também assinalou o declínio da atividade. A arrecadação com o quinto (imposto sobre o ouro) caiu vertiginosamente a partir desse período, indicando a escassez e a dificuldade de se obter o metal precioso<sup>149</sup>. O uso de “técnicas rudimentares de extração e exploração das jazidas, a falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitais e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto”<sup>150</sup> são apontadas como as principais razões para o declínio das atividades de mineração em Goiás.

Além dos motivos apontados anteriormente, a decadência da mineração era inevitável por ser o ouro recurso natural não renovável, fadado ao esgotamento. No entanto, é preciso distinguir a ideia de decadência da mineração da imagem de decadência moral. No último caso, estamos nos referindo a uma interpretação engendrada por viajantes, representantes de governo, eclesiásticos e estudiosos/as que perpetuaram, na historiografia e nas memórias sobre Goiás, a imagem da indolência e de rebaixamento moral e cultural da sociedade goiana pós-mineração.

Luís Palacín, historiador importante para a escrita da história regional, corrobora, pelo menos em parte, com a ideia de decadência. Para o autor, a decadência de Goiás estava manifesta em três questões: ruralização, crise do trabalho e derrotismo moral. A primeira delas se deu logo após a crise da mineração, quando, na visão do autor, ocorreu uma dispersão da população dos centros urbanos para o campo; as povoações que outrora estavam cheias de vida, encontravam-se em completo abandono na segunda década do século XIX. Segundo o historiador, o retrato era desolador: “o capim cresce nas ruas, a maior parte das casas, abandonadas por seus habitantes, se desmancha e, até as igrejas, a começar pelas suas torres, vão caindo aos pedaços”<sup>151</sup>. Faz-se relevante destacar que essa percepção de Palacín acerca da

---

<sup>148</sup> CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2015. p. 49.

<sup>149</sup> PALACÍN, Luis. **Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Oriente, 1982. p. 91.

<sup>150</sup> CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2015. p. 41.

<sup>151</sup> PALACÍN, Luis. **Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Oriente, 1982. p. 150.

ruralização e do abandono dos núcleos urbanos tem como referência os escritos de viajantes aos quais recorre, constantemente, em algumas de suas obras.

O desprezo pelo trabalho e a ociosidade da população goiana eram apontados como o maior mal a circundar a decadência. Na visão de Palacín, essa aversão ao trabalho não era apenas uma consequência da crise na mineração e, tampouco, localizava-se apenas em Goiás, pois se relacionava com o processo de colonização do país e a instituição da escravidão. No entanto, na região das minas, “a decadência, se não criou, pôs em evidência todo o seu poder dissolvente”<sup>152</sup>. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor sustentava a ideia de que os brancos/as não trabalhavam por tradição e privilégios de cor, ao passo que mulatos/as e negros/as forros/as trabalhavam apenas o necessário para sobreviverem.

Nesse cenário, a ociosidade constituía-se como expressão máxima dessa gente dos sertões do Brasil, impedindo a chegada do “progresso” e da civilização, ou mesmo forçando uma regressão social e cultural dos/as brancos/as que passaram a incorporar a cultura dos selvagens, morando em choupanas, deixando de vestir-se adequadamente, afastando-se da igreja, alimentando-se restritivamente e até mesmo abandonando o uso de moedas<sup>153</sup>. As consequências desses comportamentos têm, nas análises de Palacín, relevância considerável, levando o autor a afirmar que a decadência tornou-se

uma atividade coletiva assumida pela população: um sentimento de fracasso e derrota, de inevitabilidade dos males e da incongruência de qualquer esforço para superá-los. Traduzia-se isto num estado permanente de apatia, de resignação muito próxima a desesperança. E a tradução externa dessa atitude: a tristeza<sup>154</sup>.

Observando a historiografia de Palacín e as narrativas de viagens, é possível perceber que a ideia de decadência e ociosidade assumiram uma dimensão quase patológica, cujas consequências se materializavam na degeneração daquela sociedade, especialmente, dos/as brancos/as, já que, aparentemente, não se esperava muito da população negra e mestiça. No entanto, esse modo dos viajantes enxergarem Goiás precisa ser analisado com acuidade, posto tratar-se de uma compreensão instrumentalizada e construída a partir das experiências dos seus autores, com certa intencionalidade, inclusive. A publicação e a circulação de suas obras configurava-se como um importante instrumento de divulgação e controle de normas, valores

---

<sup>152</sup> PALACÍN, Luis. **Goiás (1722-1822)**: estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Oriente, 1982. p. 151.

<sup>153</sup> PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994. p. 47.

<sup>154</sup> PALACÍN, Luis. **Goiás (1722-1822)**: estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Oriente, 1982. p. 151.

e comportamentos, estabelecendo relações “no âmbito do poder, com claras implicações no campo social e político”<sup>155</sup>.

A despeito de sua inquestionável contribuição à história regional, a produção do padre/historiador Luis Palacín precisa ser pensada como uma obra histórica. Em Goiás 1722/1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de minas, fruto de sua tese de livre docência defendida no início dos anos de 1970, percebe-se a predominância da pesquisa empírica em relação aos aportes teóricos, a preferência pela análise de fontes oficiais, o recorte temporal de longa duração e a construção de interpretações a partir dos olhares dos viajantes<sup>156</sup> – Palacín não era o único, contudo, a privilegiar a literatura de viagem como um testemunho fundamental e legítimo. Eneida Maria Mercadante Sela (2008) indica que, entre os anos 1930-1970, foi recorrente esse uso dos relatos de viagens nas produções historiográficas sobre o Brasil; segundo a autora:

a apropriação dos relatos de viagens acabou evidenciando, muitas vezes, uma instrumentalização de fragmentos narrativos daquelas fontes como transparência do real. Tal procedimento ignorou a opacidade cultural, os códigos, os juízos e os preconceitos contidos nos excertos dos viajantes que foram incorporados acriticamente, no afã de demonstrar certas teses. Isso permitiu que interpretações por vezes conflitantes partilhassem da mesma convicção de serem as obras de viagem um dos mais autorizados documentos sobre a sociedade brasileira do século XIX<sup>157</sup>.

Entretanto, a partir da década de 1980 surgem estudos com o propósito de analisar as obras dos viajantes considerando as intencionalidades, os estranhamentos culturais e as relações de poder intrínsecas a essas narrativas. Em Goiás, reflexões produzidas nas décadas de 1980 e 1990 acompanharam essa tendência, questionando as interpretações históricas que se utilizaram dos relatos de viagens. É nesse mesmo contexto, sobretudo nos anos 1990, que as ideias de “apogeu” ou “decadência” de Goiás são contestadas, revisando-se o discurso derrotista e o cenário de tristeza e desolação construídos sobre Goiás e sua gente.

Certamente, a crise da mineração havia trazido alterações à dinâmica econômica e social da região, mas, para além disso, o fim das atividades mineradoras e a baixa expectativa em encontrar o metal dourado podem ter propiciado um melhor discernimento sobre a condição social e econômica da região que, provavelmente, não viveu o fausto propagado

---

<sup>155</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 151.

<sup>156</sup> SILVA, Rogério Chaves da. Revisitando os caminhos historiográficos de Luís Palacín. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 249-266, jan./jun. 2008. p. 254.

<sup>157</sup> SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver**: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p. 29.

pelo encontro do ouro, mas também não experimentou a decadência manifestada por parte da historiografia e das memórias de/sobre Goiás.

Utilizando-se de outros aportes teóricos e metodológicos e ampliando as concepções de fontes, a historiografia goiana passa a experimentar outras formas de fazer e escrever a história. Segundo nos informa Chaves (2015), aos poucos, a predominância de trabalhos sustentados pelas abordagens marxistas vão perdendo espaço, dando lugar a chamada “História Nova” e, mais tarde, a vertente conhecida como “História Cultural”. Ainda de acordo com o autor, a década de 1990 pode ser compreendida como um período de “trânsito” entre diferentes perspectivas historiográficas, movimentando-se em conformidade com as relações de poder estabelecidas no âmbito intelectual, mudanças institucionais e entrecruzamento entre diferentes orientações historiográficas<sup>158</sup>.

Acompanhando esse contexto de mudanças, disputas e negociações no âmbito do fazer historiográfico, torna-se recorrente na historiografia sobre Goiás o emprego de conceitos como identidades, representações e imaginário. Observa-se, também, o cuidado em delimitar com maior precisão o recorte temporal e espacial das pesquisas, confirmando uma tendência que já despontava em décadas anteriores em privilegiar análises com recortes temporais mais curtos; importante mencionar, ainda, que esse período é marcado por uma diversidade de objetos e temas de pesquisas, alguns deles inéditos para essa historiografia. Consoante Chaves (2015), passa a ser preocupação de historiadores/as goianos/as

a história do cotidiano (sob uma perspectiva cultural); os estudos no campo da etno-história e voltados para as relações étnicas; as reflexões sobre a intrincada relação entre os espaços público e privado; análises sobre a normatização dos comportamentos e acerca da formação das identidades regionais e/ou locais; a atenção destinada para a problemática do discurso e das representações, para as relações de gênero e para o patrimônio histórico; os estudos sobre a cidade (do ponto de vista arquitetônico e cultural e não meramente social), sobre a família e a infância<sup>159</sup>.

Esse contexto propiciou a emergência e circulação de outros discursos sobre Goiás, permitindo o surgimento de narrativas que contradiziam a tão arraigada ideia de decadência. Essa “onda” revisionista permitiu perceber que, durante o século XIX, a região experimentou o surgimento e a organização de muitas fazendas e outros tantos povoados, demonstrando,

---

<sup>158</sup> SILVA, Rogério Chaves da. *Reflexões sobre o “fazer histórico”*: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2015. p. 365.

<sup>159</sup> SILVA, Rogério Chaves da. *Reflexões sobre o “fazer histórico”*: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2015. p. 363.

também, que, em algumas áreas, a pecuária antecedeu a mineração; colocou em dúvida, ainda, a existência de um período de glória durante a fase mineradora, questionando, assim, a ideia de decadência. Registrou os trabalhos desenvolvidos pela população e a importância dos diferentes arranjos familiares e sociais arquitetados pelos/as habitantes de Goiás, bem como evidenciou a existência e as experiências cotidianas de diversos grupos sociais e as relações que tramavam. Essas abordagens contribuíram para que historiadores/as regionais interpelassem, de diferentes maneiras, as fontes de pesquisas utilizadas na escrita da história de Goiás, lançando sobre elas outros olhares e interpretações.

Paulo Bertran (2006), um dos expoentes dessa vertente revisionista, questiona a persistência do enredo de decadência da região. Para o estudioso, essa forma de ver a história de Goiás resultou na criação do “paradigma da decadência”, em torno do qual giraram muitas das interpretações que se fizeram acerca da sociedade que viveu em terras goianas no período pós-minerador. Esse modelo interpretativo acabou por silenciar outras histórias, encobrando o desenvolvimento de uma economia agrária, presente desde o final do século XVIII, e de paisagens urbanas, “bem compostas, sem sinais externos de decadência”. Prosseguindo com seu posicionamento, Bertran afirma:

haja decadência! No caso extremo, nada menos do que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados!<sup>160</sup>.

Porém, foi o trabalho de Nasr Fayad Chaul, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, que maior repercussão causou na historiografia regional no final dos anos 1990 e decênio seguinte. Utilizando-se de aportes teóricos e metodológicos pertinentes a história cultural, especialmente do conceito de representação, o autor questionou muitas das interpretações históricas construídas sobre Goiás, entendendo a necessidade de revisitá-las a partir de outros olhares. As propostas interpretativas de Chaul (2015) destoavam da maioria das análises históricas elaboradas naquele contexto, interrogando as ideias de decadência e, posteriormente, de atraso da região.

Para o autor, esse passado de amarguras, isolamento, tristeza, ócio, etc., era resultado, principalmente, do uso da literatura de viagem como fonte de pesquisa – não que esses registros não fossem importantes, mas era necessário pensarmos um pouco mais sobre a

---

<sup>160</sup> BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. *Revista UFG*, Goiânia, n. 1, p. 62-67, jun. 2006.

construção e as intencionalidades desses “fragmentos do passado”. A relação dos/as historiadores/as e literatos/as com as fontes de pesquisas, e as concepções que alimentavam do/no fazer historiográfico, contribuíam para formar e informar o discurso da decadência e do atraso da região.

Esse discurso atravessou o tempo, encontrando ressonância em diversos sujeitos e lugares. No princípio, foram os viajantes a propagá-los e, posteriormente, a própria historiografia; esteve presente, ainda, nos diversos tipos de literatura, nas memórias, nas correspondências e nos documentos oficiais. Esse enredo da decadência, no entanto, foi sendo “ajustado” ao longo do tempo e transformou-se na ideia de atraso. A concepção de que a produção econômica da região era baixa e sua participação política no cenário nacional ínfima corroboraram para engendrar essa ideia.

Segundo essas compreensões, Goiás abandonaria a decadência e o atraso somente nas primeiras décadas do século XX. A chegada dos trilhos da estrada de ferro e o “apito do trem” traziam os ventos do progresso e da modernidade. Entretanto, é sobretudo em meados de 1930, com ascensão política de Pedro Ludovico e a transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, que o projeto de modernidade atinge seu ápice. Alcançar a modernidade era deixar para trás, ou até mesmo silenciar um determinado passado, aquele relacionado à pequena economia agropastoril e a uma elite política/oligárquica interessada em manter o seu *status quo*; ou seja, era inserir a região na dinâmica econômica, social e política nacional.

O olhar proposto por Chaul (2015), no entanto, procurou rever esse passado “arrumado” e linear. Apoiando-se nas reflexões de Paulo Bertran, percebeu que a ênfase na atividade mineradora em Goiás encobriu a existência de outras atividades econômicas, bem como as experiências de uma população que não exercia atividades diretamente nas minas de ouro, mas que, a seu modo, havia contribuído para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Trilhando essa perspectiva, o autor questiona as ideias de fausto, durante o período minerador, e a decadência, após a crise do ouro, advertindo-nos que aqueles/as que se pronunciaram a esse respeito eram, quase sempre, vozes “estrangeiras, pessoas ligadas à burocracia provincial ou à Igreja, por vezes, administradores lusitanos, saudosos dos cais e portos, homens desejosos de ver o “progresso” em Goiás com os mesmos olhos com que haviam visto o desenvolvimento das terras d’além-mar”<sup>161</sup>.

Embasando-me nas provocações de Albuquerque Junior (2007), acrescentaria às percepções de Chaul (2015) a ideia de que a decadência de Goiás foi uma invenção política e

---

<sup>161</sup> CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade.** Goiânia: Ed. da UFG, 2015. p. 95.

histórica, transformada em um problema da história regional à medida que os discursos circulantes assim a nomearam<sup>162</sup>. Isto é, a decadência de Goiás poderia ter sempre existido (ou não), mas somente em um determinado momento, quando é de interesse de uma elite regional, esse discurso emerge, sustentando-se em relações de saber e poder. A decadência e o atraso não seriam, portanto, fenômenos naturais ou simples consequências do fim das atividades mineradoras, mas “produto histórico de práticas e discursos, como invenção histórica e social”<sup>163</sup>.

A decadência, como invenção, não foi uma narrativa apenas de Goiás, pois outras regiões brasileiras também se utilizaram dessa denominação para nomear problemas econômicos decorrentes do fim da mineração ou denunciar a situação de pobreza pela qual passavam. Em Goiás, contudo, o termo tornou-se problema e objeto histórico, chegando a ser indicado como paradigma para a compreensão da história regional. As práticas da elite goiana formavam e informavam esse discurso, dando-lhe legitimidade, ao mesmo tempo em que almejavam chamar a atenção do governo central para as carências da região. Nesses termos, a decadência deixa de ser algo natural – consequência do encerramento de um “ciclo” econômico – para ser concebida como uma invenção engendrada por diferentes sujeitos e instituições.

O discurso de decadência e atraso de Goiás não se referia apenas aos aspectos econômicos da região, mas servia, também, para qualificar e hierarquizar os habitantes daquelas terras, fabricando identidades, subjetividades, normatizando comportamentos, costumes, enfim, orientando práticas sociais. Nesse entrelaçar de fios, forjam-se homens e mulheres goianos/as do século XIX que, longe de serem sujeitos “reais” ou naturais, são invenções de determinados discursos; criam-se, assim, goianos/as ociosos/as, apáticos/as, tristes, preguiçosos/as e incivilizados/as, habitantes de um lugar ermo, isolado, pitoresco e pobre. Produzem-se masculinidades, feminilidades, lugares sociais, racialidades e subalternidades, identidades que se cruzam, entrecruzam-se e embaralham-se nas tramas da história e das relações de poder. Portanto, é no trabalho de organização, recorte, ordenação, identificação, definições de unidades ou séries, inclusão, exclusão e descrição das relações que se inventam as mulheres goianas: ora deseducadas, despudoradas, concubinas, feias... outrora, prendadas, esposas e mães – brancas, mulatas, escravas, negras.

---

<sup>162</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. p. 156.

<sup>163</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. p. 157.

## 2.2 “Sombras Deslizando no Silêncio da Noite”: representações do feminino em narrativas de viagens

Durante o dia só se vêem os homens nas ruas da cidade de Goiás. Tão logo chega a noite, porém, mulheres de todas as raças saem de suas casas e se espalham por toda parte. Geralmente fazem o seu passeio em grupos, raramente acompanhadas de homens. Envolvem o corpo em amplas capas de lã, cobrindo a cabeça com um lenço ou um chapéu de feltro. Também nessas horas elas caminham umas atrás das outras, e antes se arrastam do que andam, sem moverem a cabeça nem os braços, parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazer visitas, mas a maioria sai à procura de aventuras amorosas<sup>164</sup>.

“Sombras deslizando no silêncio da noite” foi uma das maneiras utilizadas por Saint-Hilaire para referir-se as mulheres de Vila Boa, quando esteve em Goiás na primeira metade do século XIX. A descrição feita pelo viajante, materializada e posta em circulação por meio da publicação de seus relatos, orientou parte da produção historiográfica regional ao contribuir para a construção de interpretações estereotipadas e distorcidas do feminino. Esse modo de ver e dizer dos viajantes teve – e ainda tem – efeito sobre às práticas, cristalizando ou naturalizando formas e comportamentos, bem como produzindo realidades, saberes e subjetividades.

As narrativas de Saint-Hilaire acerca das mulheres da cidade de Goiás estão em diálogo com todo um conjunto discursivo em circulação durante o século XIX, emaranhando-se aos discursos científicos, médicos e jurídicos instituindo “verdades”. A produção dessas “verdades”, ou melhor, desses discursos com efeito de verdade é permeada por relações de forças em disputas, instaurando discursos dominantes ou preponderantes em um determinado momento histórico. Ao mesmo tempo, provoca o silenciamento ou compreensões negativas que silenciam algo, alguém ou grupos sociais – o silêncio aqui não diz respeito as palavras não ditas ou aos segredos escondidos, não se trata do que está por traz das palavras, mas o que está entre elas e as atravessam<sup>165</sup>.

Referir-se as mulheres como sombras que se arrastam pela noite faz parte dessa política do silenciamento, não manifestando a ocultação ou a negação delas, mas uma forma de vê-las e significá-las. O viajante pode estar sugerindo a insignificância daquelas mulheres ao compará-las as sombras, pois, neste caso, seriam a ausência de luz. Nesse jogo discursivo e

---

<sup>164</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 54.

<sup>165</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007. p. 68-69.



maniqueísta, tramado por Saint-Hilaire, seriam os homens luzes e as mulheres suas sombras? Queria o viajante reforçar a ideia de que elas deveriam manter-se invisíveis nos espaços públicos, como a rua, por exemplo? Ou, frente a ignorância, rusticidade e incivilidade atribuídas a essas mulheres, fosse melhor deixá-las assim, visualizadas apenas superficialmente em seus contornos? Talvez, todas essas questões se entrecruzavam na imaginação dos viajantes, e, somadas as concepções culturais, experiências e preconceitos, contribuíram para a invenção das mulheres que narram em seus relatos.

Saint-Hilaire, no entanto, não foi o único viajante a se referir a vida e aos comportamentos femininos; aliás, não foi incomum, nesse tipo de produção, relatos que interrogavam os comportamentos femininos, fazendo julgamentos e condenações. Esses relatos, longe de serem despropositados, também serviam para orientar e modelar práticas sociais e culturais, estabelecer normas e ordenamentos, produzindo diferenças e identidades. Desde a década de 1980, pelo menos, estudiosos/as têm problematizado essas abordagens, sendo que Mirian Moreira Leite (1984) foi uma das primeiras pesquisadoras a refletir sobre as representações do feminino em narrativas de viagens. Tomando a segunda metade do século XIX como recorte, a autora percebe a pertinência de algumas interpretações como, por exemplo, a reclusão das mulheres brasileiras e o reconhecimento apenas das mulheres brancas como mulheres de “condição”. Em suas análises, Leite (1984) reconhece que a historiografia acabou por incorporar muitas dessas interpretações apresentadas pelos viajantes, reproduzindo visões distorcidas sobre a vida das mulheres no Brasil:

os viajantes foram responsáveis por uma série de representações, que se incorporaram à historiografia do século XIX, possivelmente por reforçarem as representações nacionais. Algumas das mais conhecidas são: a reclusão da mulher brasileira, considerar mulher de “condição” unicamente a branca rica, a brandura do regime de trabalho escravo no Brasil, a escravidão como instituição civilizadora, a hospitalidade e indolência do brasileiro, a imoralidade dos negros que depravava as crianças a seu cargo<sup>166</sup>.

As representações do feminino na literatura de viagem sobre Goiás corroboraram com a invenção da “decadência” da região, ordenando e instituindo valores; a circulação desses valores, organizados em discursos, produziram “realidades”. As leituras de Saint-Hilaire acerca do cenário que o rodeava estão orientadas por esses valores, sendo a ideia de divisão natural e binária dos corpos, segundo suas genitálias, um deles. Essa compreensão,

---

<sup>166</sup> LEITE, Mirian Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC/Ed. da Universidade de São Paulo/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. p. 31.

historicamente construída e localizada, “destinou” às mulheres o compromisso com a maternidade, com o casamento e com os cuidados com a casa e o marido, reduzindo-as socialmente. Na concepção de Saint-Hilaire, a maioria das mulheres goianas parecia não se encaixar nesse perfil idealizado do feminino, talvez por isso, associe os maus-hábitos e desregramento moral dos homens às condutas femininas. Por não atenderem aos predicados idealizados pelos viajantes e pela sociedade na qual estavam inseridas, eram então responsabilizadas pelo estado de penúria, pobreza, ócio e isolamento da região. Sobre elas recaia a responsabilidade de erguer aquela sociedade e, também, a culpa por não conseguirem tal intento. De acordo com o viajante francês:

é fácil entender por que os homens do lugar, afastados de um ameno convívio social e levando uma vida de ociosidade no meio de mulheres sem princípios e sem a menor instrução, se mostram pouco exigentes em matéria de gosto e diversão. Fica assim explicado o gosto generalizado pela cachaça entre os habitantes de Vila Boa. Enfraquecidos pelos seus próprios desregramentos, entediados por uma vida sem perspectiva, eles encontram na aguardente o estimulante que os arranca por alguns instantes de sua apatia e os impede de sentir a monotonia de sua existência<sup>167</sup>.

Os olhares normativos dos viajantes não enxergavam, na maioria das mulheres de Goiás, princípios e instrução, predicados importantes para a constituição de um lar e exercício da maternidade. De acordo com essa visão, a ausência de princípios tornava os homens pouco exigentes e afrouxava as relações familiares sacramentadas pelo casamento religioso, abrindo brechas para a prática de uniões não recomendadas, fora da lei, da ordem e da norma.

Paulo Rodrigues Ribeiro (2001), ao examinar as imagens construídas sobre as mulheres goianas no século XIX, reforça a compreensão de que os viajantes imputaram a elas a responsabilidade pelo atraso e pela pobreza da região. De acordo com o historiador, o estranhamento e desprezo dos viajantes pela população de Goiás era ainda mais eloquente quando se referiam as mulheres. Em uma perspectiva maniqueísta, tão apropriada pelos viajantes, as mulheres provocavam e materializavam a barbárie, sendo a antítese da civilização:

se para os viajantes imperava a barbárie, os costumes bárbaros se manifestavam nos traços mais elementares da vida quotidiana do povo goiano: no vestuário, na culinária, no mobiliário, nas festas. Mas, nas formas como apresentam as relações sociais de gênero, encontramos os mais fortes sintomas do seu desprezo ao

---

<sup>167</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 54.

comportamento das pessoas que vivem em Goiás, sobretudo às mulheres. Elas são, aos olhos do viajante, ao mesmo tempo resultado e expressão da barbárie<sup>168</sup>.

As qualificações atribuídas às mulheres goianas são bastante depreciativas: indelicadas, desgraciosas, inibidas, estúpidas e deseducadas são alguns desses qualitativos. Embora os relatos feitos a respeito dos homens de Goiás não expressem cortesia por parte dos viajantes, é sobre as mulheres que parece recair maior responsabilidade pela situação de penúria e abandono que vivia aquela sociedade. Nesse sentido, as falas dos viajantes produzem diferenças e hierarquias e permite-nos pensar sobre como o gênero está sendo produzido em cada uma delas; ou seja, permite-nos refletir sobre como os viajantes estão elaborando dizibilidades e visibilidades sobre as mulheres e os homens de Goiás.<sup>169</sup>

Certamente, os viajantes que passaram pelo território brasileiro, em especial os europeus, traziam uma imagem idealizada de como deveriam ser os corpos e os comportamentos femininos. Estavam imbuídos de saberes, construídos social e historicamente e envoltos em relações de poder que produziam realidades, modos de ser, de pensar e de sentir. Esses discursos e saberes inventaram essências e naturalizações sobre as mulheres, reproduzidas em discursos eclesiásticos, médicos e jurídicos com a intenção de “delimitar o papel das mulheres, normatizar seus corpos e almas, esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador, domesticá-las dentro da família”<sup>170</sup>.

Esse desejo de normatizar, domesticar e levantar suspeitas sobre o feminino não foi premissa de uma determinada sociedade, apenas. Ana Maria Colling (2014) afirma que, pelo menos, desde Aristóteles é possível perceber um discurso de designação de “papéis” sociais. Para a autora, esse discurso sofre modificações ao longo do tempo, agregando-se a outros e produzindo novos; são construídos a partir de categorias binárias e orientados por relações de poder que hierarquizam, qualificam ou desqualificam um dos lados – nesse jogo, a simbologia mais comum é o antagonismo entre o bem e o mal, os seres divinos e os demônios. As relações sociais ressignificam tais simbologias, mantendo o maniqueísmo que contrapõe

---

<sup>168</sup> RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). **Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 29.

<sup>169</sup> A esse respeito e, particularmente, sobre os olhares lançados pelos viajantes às mulheres goianas, verificar o primeiro capítulo da dissertação: LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. **De “minhoca a beija-flor”**: a participação feminina na política do sudoeste goiano, 1930-1947. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2009.

<sup>170</sup> DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 15.

homens e mulheres, onde eles simbolizam o espírito e elas os desejos terrestres<sup>171</sup>. A recorrência desses discursos contribui para a construção e o enraizamento de determinados conhecimentos, conforme observa Colling:

o discurso grego é seguido pelo religioso, através de seu mito de criação, com a expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Esta simbologia retratada no Velho Testamento foi, e muitas vezes ainda o é, usada para designar papéis e posições de gênero, assim como para criar representações femininas. A Eva pecadora e a Virgem Maria assexuada, imagem dupla feminina como que desde sempre acompanhando a história corporal das mulheres. Os fundadores dos vários discursos – religioso, médico, filosófico, psicanalítico e outros, são geralmente homens, que representam, numa relação de poder, o gênero feminino. Discursos recorrentes, sábios ou populares, enraízam-se numa episteme comum<sup>172</sup>.

São, portanto, discursos historicamente localizados, envoltos nas relações de saber e poder e que enraízam determinadas ideias sobre as coisas e pessoas, permitindo a emergência de concepções como a de “natureza feminina”. Nessa perspectiva, os comportamentos femininos – considerados apropriados ou não – são compreendidos como algo inerente a sua natureza ou essência, e diretamente relacionados a sexualidade. Essa ideia de “natureza feminina”, tão presente no pensamento ocidental, vai sendo moldada e retramada ao longo do tempo, mas mantém a noção de que as mulheres eram inferiores por serem, naturalmente, imperfeitas – e, por essa razão, deveriam se submeter aos homens.

No século XVIII e, principalmente, ao longo do XIX, essa preocupação com o corpo feminino torna-se ainda mais exacerbada. Iluminado pelas normatizações médicas, o Estado assumia uma preocupação com a saúde do útero no intento de gerar cidadãos saudáveis e úteis; a maternidade passa a ser a maior função social das mulheres, uma vez que deveriam cuidar e ser cuidadas para terem um corpo saudável, propício à reprodução e à geração de filhos/as sadios/as. A política de disciplinamento dos corpos e comportamentos femininos associava-se a pretensão de organizar a vida em sociedade, demarcando os espaços públicos e privados e definindo no qual deles deveriam atuar homens, mulheres e crianças. Segundo essa divisão, as mulheres deveriam, preferencialmente, ocuparem-se do ambiente doméstico, da vida familiar e do cuidado com a prole. Afinal, à medida que se encaminhava o século XIX, maior as responsabilidades atribuídas a elas no processo de constituição de uma sociedade saudável, útil e civilizada.

---

<sup>171</sup> COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. da UFGD, 2014. p. 43-44.

<sup>172</sup> COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. da UFGD, 2014. p. 43.

Os olhares dos viajantes que passaram por Goiás, certamente, estiveram influídos pela ideia de uma “natureza feminina”, pois remetiam a naturalizações e essencializações. Colling (2014), ao problematizar os discursos que definiram o ser feminino em textos filosóficos, médicos, jurídicos e religiosos, aponta a recorrência de dois tipos de discursos: um negativo, que as apresenta como irracionais, indiscretas, covardes, medrosas, histéricas, vaidosas, traidoras, etc., e outro, aparentemente, menos negativo, cujas descrições definem as mulheres como frágeis, dóceis, sensíveis, bondosas e recatadas. Nos dois casos, o feminino é fabricado a partir de concepções naturais ligadas a morfologia, biologia e psicologia<sup>173</sup>.

Isso explicaria, em partes, os relatos tão pejorativos e desagradáveis em relação as mulheres, com descrições que as colocavam em suspeição, fazendo insinuações sobre suas condutas, criticando o modo como falavam, andavam, se vestiam e se portavam diante das visitas. Não se trata, propriamente, da imaginação dos autores viajantes, tampouco diz respeito a “realidade” avistada por eles: suas falas estavam na confluência desses dois lugares, foram resultantes dos encontros e desencontros dos discursos circulantes no período e das relações de poder e saber que os permitiram emergir e circular.

Os viajantes, comumente, registravam os hábitos “estranhos” da população com a qual se deparavam, isto é, os comportamentos e relações sociais que lhes causavam estranheza, sendo que, quando se referiram as mulheres, não foi incomum a comparação entre brasileiras e europeias. Para Ribeiro (2001), esses discursos fomentavam a dicotomia civilização e barbárie, além de servir de justificativa para a dominação. As europeias eram descritas como aquelas que possuem “hábitos finos, conhecem as regras de boas maneiras e são elegantes. [...] as goianas, ao contrário, são grosseiras, tímidas, de hábitos rudes e propensas à libertinagem”<sup>174</sup>. Em ambos os casos, os discursos dos viajantes operam como dispositivos na (re)produção de efeitos de feminino e, conseqüentemente, de masculino, modelando identidades de gênero. Contribuem, ainda, para fundamentar a lógica do colonizador ao propagar os argumentos de atraso, barbárie e incivilidade, indicadores da necessidade dessa sociedade ser assistida pelo outro, civilizado.

Outro aspecto importante a ser dimensionado diz respeito a finalidade das obras de viagem. O objetivo não era registrar, exclusivamente, a vida das mulheres, uma vez que elas eram um elemento a mais na paisagem visualizada e descrita – aliás, alguns livros de viagem

---

<sup>173</sup> COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. da UFGD, 2014. p. 45.

<sup>174</sup> RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). **Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 36.

nem mesmo fazem menções a elas<sup>175</sup> e, em outros, é possível encontrarmos, aqui e ali, alguns poucos relatos aludindo-as. Assim, esse não dizer faz parte de uma política de silenciamento cujo objetivo é construir invisibilidades e negatividades. Todavia, ao olharmos para os discursos dos viajantes como “monumentos” deixados pelo passado, é possível criarmos significações para esses fragmentos, lançando mão da imaginação para narrarmos/refletirmos sobre a atuação das mulheres.

Os olhos de Saint Hilaire (1975) viram apenas os homens circulando pelas ruas de Goiás durante o dia, pois as mulheres, em contraposição, foram vistas somente ao cair da noite. Nesse modo de ver/construir o mundo, o dia, análogo a luz e ao espaço público, era franqueado aos homens, ao passo que a noite, similar a escuridão e ao oculto, era povoada por mulheres de “todas as raças”. Ao definir a noite como o momento de movimentação das mulheres, os viajantes estão silenciando sobre as atividades que elas desenvolviam durante o dia e ocultando a possível presença e circulação delas pelas ruas de Goiás, fosse vendendo produtos diversos, lavando roupas ou exercendo alguma outra atividade. Apesar do silêncio, é provável que elas estivessem lá, observando e sendo observadas, movimentando as ruas e becos de Goiás, colorindo a paisagem, fazendo das palavras e dos seus gestos instrumentos de sobrevivências e resistências.

É preciso considerarmos, também, que as descrições feitas pelos viajantes, em forma de desenhos ou relatos escritos, são limitadas e insuficientes, uma vez que não conseguem abarcar as diferenças culturais em sua totalidade. Por mais que se esforçassem, não conseguiam “transpor” para o papel ou prancha a diversidade de cores, cheiros e formas com as quais se deparavam. Então, na ânsia de atingir tal intento, muitas vezes recorriam às descrições de outros viajantes, ou mesmo, tentavam encaixar aquilo que viam em um quadro de conhecimento já em circulação. Portanto, essa insistência em hierarquizar e catalogar não dava conta da multiplicidade e das particularidades dos diversos elementos de um plano observado, construindo-o apenas parcialmente e, muitas vezes, de modo contraditório.

Talvez por isso, os viajantes ora reduziram as mulheres a criaturas sem encantos, estúpidas e sem educação, enquanto em outros momentos perceberam muitas delas vivendo sós e assumindo as rédeas de suas próprias vidas – mulheres proprietárias, casadas, solteiras, viúvas, pobres, ricas, de todos os tipos, cujas descrições, mesmo contidas, deixam escapar diferentes e controversas representações do feminino. Embora as classificações,

---

<sup>175</sup> Miriam Moreira Leite, ao delimitar as obras que utilizaria para escrever *A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*, descartou vários livros de viagem por não conterem registros sobre as mulheres.

generalizações e intencionalidades orientassem as percepções dos viajantes, é preciso reconhecer que não se trata de um único olhar, mas de diferentes olhares, no plural. Isto é, os viajantes nem sempre estão sob controle, aplicando, automaticamente, as convenções aprendidas na/sobre a Europa, pois o encontro com o outro também o transforma e o (re)significa. Segundo Luciana de Lima Martins,

há uma brecha notável entre intenções oficiais e o que é realmente produzido após uma viagem, pois os viajantes nem sempre estão sob o controle; suas descrições, na verdade suas identidades, são formadas pelo encontro com o outro, através da oscilação dos estados subjetivos que eles impõem ao mundo e o mundo impõe a eles<sup>176</sup>.

Compreendemos que há um conjunto de interesses políticos, econômicos, intelectuais e de poder influente na organização das expedições, no traçado de suas rotas e nas percepções dos viajantes. No entanto, em consonância com Martins (2001), não desprezamos a importância da experiência do “encontro” entre viajantes e o outro, pois dele resultam formas de ver e dizer sobre ambos, ou seja, o olhar europeu não é estático, mantendo-se sempre da mesma forma. À medida que formam e informam sobre o outro, também se ressignificam, afirmam identidades, constroem subjetividades. Portanto, as diferentes representações que elaboram não são, simplesmente, decorrentes de contradições, mas da pluralidade, da incoerência e da instabilidade dos olhares dos viajantes; são resultados de experiências em contínuo movimento, a depender das relações de saber e poder que as orientam.

Embora seja possível notar essa dinamicidade no olhar europeu, alguns discursos são continuamente reiterados, corroborando para invenção e instituição de realidades às mulheres, uma vez que a afirmação sobre a ausência delas nas ruas, durante o dia, é um desses discursos que teimam em aparecer. Vários viajantes, de passagem pelas terras brasileiras, mencionaram a ausência ou reclusão das mulheres, mesmo admitindo as visitas regulares às missas e outras celebrações religiosas. Tania Quintaneiro (1995), ao analisar as descrições a respeito do cotidiano feminino, feitas pelos viajantes, durante o século XIX, percebe a recorrência do discurso de reclusão e ausência, pois os excertos examinados pela autora levaram-na a afirmar que se tratava de uma prática comum esconder a parte feminina da família. Em ocasiões de visitas, as senhoras poderiam até aparecer, mas, normalmente, mantinham-se distantes do visitante. De acordo com a estudiosa,

---

<sup>176</sup> MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico 1800-1850**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 36.

no início do século XIX era uma “verdadeira curiosidade” encontrar à luz do dia mulheres de família transitando, sozinhas ou mesmo acompanhadas, nas ruas do Rio de Janeiro. Nas cidades do interior, senhoras de posição respeitáveis tampouco estavam “acostumadas a mostrar-se”. A oportunidade de os viajantes observarem representantes do *sexo* feminino nos locais públicos foi, de certa maneira, restrita por limites materiais e morais explícitos. [...] no dia-a-dia, a rua permaneceu fechada ao trânsito de mulheres sozinhas durante quase todo o século<sup>177</sup>.

Embora apontamentos como o de Quintaneiro (1995) tenham sido comuns e, possivelmente, ainda encontrem ressonâncias em algumas produções, leituras mais recentes sobre o passado têm permitido encontrarmos outras alternativas interpretativas, questionando a ausência dessas mulheres e, principalmente, indicando a importância de se pensar as diferenças entre elas. Margareth de Almeida Gonçalves (2005) associa a ideia de reclusão, construída pelos viajantes, a compreensão que eles formularam sobre os espaços públicos e privados no Brasil, cuja dilatação da esfera pública tornava a diferenciação entre esses espaços mais tênue. De modo contrário, a ordem burguesa ocidental procurava marcar com mais precisão esses lugares e, possivelmente, reside aqui o descompasso: embora as mulheres circulassem pelas ruas para ir à igreja – e mesmo a outros espaços públicos –, os viajantes compreendiam tais andanças como extensão do privado.

Nos diferentes relatos de viajantes, mesmo o tipo de sociabilidade oferecido pelas cerimônias religiosas, e sucessivamente ao longo do oitocentos pela ópera e por espetáculos de teatro, aparece mais como uma afirmação do espaço privado em dia de festa. Nessa acepção, o público emerge como possibilidade de constituição performativa do mundo<sup>178</sup>.

A ambiguidade dessas (in)definições não estava apenas na oposição entre público e privado, mas na própria concepção de um e de outro; via de regra, os viajantes indicavam o espaço público tanto como lugar de perigo, quanto como lugar do riso, do vozerio alto e da confraternização. Eram exatamente essas atribuições que tornavam esse espaço inapropriado para as mulheres, especialmente as brancas com alguma posse, pois, segundo os discursos em circulação no período, exibir-se nas ruas, nos comércios e em outros espaços públicos configurava-se como uma atitude reprovável, de transgressão ao comportamento honrado e decente, imposto ao feminino. Assim, as mulheres residentes no país teriam passado suas vidas encasteladas entre os cômodos e o quintal de suas casas, sujeitadas aos serviços domésticos, à criação dos/as filhos/as e aos cuidados com o marido.

---

<sup>177</sup> QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de Mulher**: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 69. Grifo nosso.

<sup>178</sup> GONÇALVES, Margareth de Almeida. Artificio e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 613-627, set./dez. 2005. p. 616.



Se aceitarmos de pronto essas descrições, deixaríamos de refletir acerca das concepções elaboradas pelos viajantes, possivelmente formuladas antes mesmo de chegarem as terras brasileiras. Ou, poderíamos ratificar, sem maiores análises, os relatos de autores que nem mesmo estiveram na localidade sobre a qual escreveram, mas utilizaram-se da leitura de outros textos de viagens, diários ou relatos orais para fazê-la. Não que isso seja necessariamente um problema, uma vez que nossa preocupação não está em verificar a veracidade desse ou daquele discurso, mas em apontar suas possibilidades de emergência e de circulação.

Considerando tal intento, e mesmo reconhecendo o encontro do viajante com o outro como momento de (re)significação de certezas previamente fabricadas, não é possível negar a influência das vivências e teorias consumidas anteriormente por esses homens. Sela (2008) impressiona-se, inclusive, com a semelhança e pertinência de alguns relatos ao afirmar:

independente do tempo e das formas de contato [...], os europeus tinham algumas concepções prévias, muitas vezes geradas pela própria literatura de viagem consumida antes do desembarque [...]. Partindo desses referenciais, os viajantes acabavam por ratificar ou discordar de juízos preconcebidos, esse fenômeno é parcialmente explicado pela existência de uma intensa rede de veiculação de tópicos<sup>179</sup>.

A perpetuação da imagem da reclusão das mulheres poderia, também, estar relacionada às poucas alternativas de sociabilidades nos espaços públicos. Em uma de suas descrições a respeito do cotidiano da cidade de Goiás, Saint Hilaire informa que “a cidade não tem absolutamente vida social. Cada um vive em sua casa e não se comunica, por assim dizer, com ninguém”<sup>180</sup>; eram, portanto, poucas as ocasiões em que as mulheres tinham oportunidade de saírem às ruas. Ainda segundo o viajante,

a não ser em ocasiões extraordinárias, as mulheres do interior do Brasil não saem provavelmente à rua senão para à igreja. [...] as senhoras do lugar caminhavam o mais lentamente possível, envoltas em longas capas de lã, a cabeça coberta com um chapéu de feltro, sempre em fila indiana, jamais aos pares, eretas como estacas, mal erguendo os pés do chão, sem olharem para lado nenhum, quando muito respondendo com um leve aceno de cabeça aos cumprimentos que lhes faziam<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p. 153.

<sup>180</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 52.

<sup>181</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 24.

De acordo com o francês, mesmo quando iam à missa as senhoras encobriam-se; envolviam-se em tecidos e adornos que ocultavam boa parte de seus corpos como estratégia para se manterem anônimas e protegidas quando estavam nas ruas. Nessa perspectiva, os lugares públicos se conectam à ideia de perigo, por isso os véus, mantos e chapéus como recursos para preservá-las<sup>182</sup>. Seus movimentos eram discretos e suas reações ponderadas, notando apenas leves e tímidos acenos com a cabeça, sendo que essa descrição sobre a performance corporal do feminino está presente em diversas passagens do texto – e é sintomática da percepção do autor que compara e reduz as mulheres de Goiás a sombras deslizando pela noite.

Os gestos discretos, os olhares tímidos e o encobrimento do corpo são, ao mesmo tempo, invenções discursivas e efeitos delas sobre as práticas. As ilações de Foucault (2015) sobre a sexualidade ajudam-nos a pensar a questão: segundo o autor, ao contrário do que se imaginou por algum tempo, há, no final do século XVIII e ao longo do XIX, uma explosão discursiva a respeito do sexo. A sociedade deste período não se negou a conhecê-lo e, de maneira oposta, implantou aparelhos para produção de discursos “verdadeiros” sobre o sexo, inscrevendo-o em um regime ordenado de saber e poder. De acordo com o estudioso,

a sociedade que se desenvolve no século XVIII – chama-se burguesa, capitalista ou industrial – não reagiu ao sexo com uma recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada. Como se suspeitasse nele um segredo capital. Como se tivesse necessidade dessa produção de verdade. Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa economia do prazer, mas também num regime ordenado de saber. [...] ele se tornou, [...] o ponto frágil através do qual nos chegamos às ameaças do mal; o fragmento de noite que cada qual traz consigo<sup>183</sup>.

Tem-se, nesse momento, a instauração de discursos e práticas que objetivam conhecer, classificar, ordenar, hierarquizar e modelar corpos e comportamentos com atenção especial às mulheres, crianças e aqueles/as considerados/as de sexualidades desviantes ou fora das normas. De acordo com Foucault (2015), desde o século XVIII é possível verificar um conjunto de estratégias que, emparelhadas, instituíram dispositivos específicos de saber e poder sobre o sexo, dentre eles destacamos: histerização do corpo da mulher, pedagogização do sexo da criança e psiquiatrização do prazer perverso. O primeiro deles diz respeito ao

---

<sup>182</sup> GONÇALVES, Margareth de Almeida. Artificio e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 613-627, set./dez. 2005. p. 617.

<sup>183</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 78.

processo em que os corpos das mulheres foram analisados e compreendidos como corpos saturados de sexualidade, integrando-os ao campo das práticas médicas. No segundo caso, a preocupação recai sobre as crianças, considerando que todas elas se dedicam a uma atividade sexual que, quando indevida, pode trazer perigos físicos e morais, sendo papel dos pais, famílias, médicos e demais “agentes educadores” evitar esses perigos. Finalmente, a psiquiatrização do prazer a qual se refere o autor, diz respeito as análises clínicas feitas dos sexos desviantes – considerando instinto sexual como biológico – com o objetivo de tratar as anomalias<sup>184</sup>.

Ainda segundo Foucault (2015), essas estratégias não representam uma luta contra a sexualidade, mas dizem respeito a própria produção dela, assinalando-a como uma construção histórica. Nessa perspectiva, as descrições dos viajantes em relação as mulheres incluem: reclusão, timidez, rudeza e o encobrimento dos seus corpos, fazendo parte de uma maquinaria que as produz. Isto é, são resultado da circulação de determinados discursos, conhecimentos, mecanismos de controle e resistências orientados por estratégias de saber e poder.

As descrições dos viajantes são, também, sinais do exercício do poder sob os corpos femininos. Esse poder, certamente, não incidia apenas sobre elas, pois tratava-se da produção de corpos úteis que pudessem ser transformados e aperfeiçoados. No entanto, conforme assertiva anterior, foi, sobretudo, nas mulheres e crianças que essa política econômica dos corpos mais efeitos produziu, objetivando a fabricação de um corpo que “se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”<sup>185</sup>.

Esses mecanismos de controle e sujeição dos corpos, que lhes institui uma relação de docilidade/utilidade, é chamado por Foucault (2008) de disciplinas. Segundo o autor, embora os processos disciplinares existam há muito tempo, foi no decurso dos séculos XVII e XVIII que se tornaram fórmulas gerais de dominação. Nesse período, especificamente, os corpos passam a sofrer coerções em todo seu mecanismo de funcionamento, incidindo sobre eles uma política de atenção aos detalhes, gestos, movimentos e atitudes com a intencionalidade de torná-los mais “dóceis” e úteis.

Essa política de disciplinamento dos corpos e comportamentos é aperfeiçoada, ao longo do século XIX, a partir da organização de um conjunto de estratégias de relações de forças que desenvolvem dispositivos de saber e poder<sup>186</sup>. A literatura de viagem do início do XIX descreve corpos, comportamentos, examina os gestos em suas minúcias e, assim,

---

<sup>184</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 113.

<sup>185</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 117.

<sup>186</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 113.

contribui para a formação e a informação desses processos disciplinares. Saint-Hilaire, por exemplo, ao ver as mulheres andando pela rua, observa o caminhar, a postura, os olhares e acenos dela; os relatos provenientes de seus exames, fossem eles resultados daquilo que viu ou fruto de sua imaginação, concorrem para a maquinaria de poder que esquadrinhou, desarticulou e recompôs os corpos, exercendo domínio sobre eles.

O viajante francês insiste, então, na ideia de reclusão das mulheres em Goiás, assimilando a prática a um costume do lugar. Segundo informa, em várias de suas paragens as mulheres não se colocaram em sua presença e de sua tropa, embora muitas delas tenham conversado com o grupo por intermédio de outras pessoas. Ao chegarem na aprazível fazenda do Riacho Fundo, por exemplo, propriedade de algumas moças e de um homem jovem, Saint-Hilaire refere-se a uma transação comercial feita entre seu arrieiro José Mariano e as moças da casa. De acordo com a narrativa do estrangeiro, José Mariano “vendeu às moças algumas bugigangas, mas conforme o costume elas não vieram à nossa presença. O irmão serviu de intermediário, levando a elas as mercadorias para escolha e informando qual o preço que se dispunham a pagar”<sup>187</sup>. Esses relatos instituíram uma cortina de invisibilidade sobre senhoras e senhoritas, perpetuando estereótipos sobre a reclusão delas, seus corpos e comportamentos; ao mesmo tempo, contribuíram para reforçar a representação do masculino como protetor e guardião da honra feminina.

As formulações do viajante endossam discursos recorrentes sobre as mulheres. Conforme assegura Colling (2014), desde Platão – passando por Aristóteles, Rousseau, Kant e Freud – há um entrecruzamento de discursos, em sua maioria apoiados em concepções biológicas, responsáveis pela formulação de diferenças entre homens e mulheres. A construção dessas diferenças utiliza-se da variedade anatômica para sugerir uma naturalização dos corpos e, conseqüentemente, dos “papéis” atribuídos a cada um deles. Nesse entrecruzamento de discursos, produtor de saberes e enredado às relações de poder, tramou-se mulheres incapazes de dominar suas vontades, frágeis, suspeitas, histéricas e que deveriam ser protegidas dos males externos, mas, principalmente, daqueles inerentes a elas e sua “condição de mulher”. Assim, o discurso moralizante da Igreja, os tratados médicos e as interpretações jurídicas fabricaram o feminino como naturalmente inferior, em oposição a superioridade masculina, justificando a necessidade de serem tuteladas por alguém. De acordo com autora, esses discursos

---

<sup>187</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 23.

consideram as mulheres carentes de capacidades para se regerem a si próprias, devendo estar, por isso mesmo, sujeitas à tutela de alguém. Explica que os fundamentos desta sujeição [...] são altruístas, destinando-se a proteger a própria mulher. Antes do casamento, estão sob a *patria potestas* do pai, depois, como pupilas, sob a curatela do marido: assim assimilou o direito os ensinamentos religiosos. A transposição do princípio de autoridade/Deus na “autoridade legítima” do pai/marido é identificável nas estruturas legais. As leis civis de diversos países do ocidente ilustram esta tese<sup>188</sup>.

Saint-Hilaire (1975), certamente, não estava alheio à circulação desses discursos, sendo possível que tentasse localizá-los nas práticas sociais e culturais encontradas pelo caminho; ou mesmo, e talvez fosse essa a questão, estivesse interessado em regular tais práticas no intuito de construir “verdades” sobre o masculino e o feminino no Brasil oitocentista. Embora a intenção de neutralidade e “cientificidade” orientasse as observações e análises dos viajantes, em muitos momentos, deixaram escapar juízos de valor. O modo de ver e dizer sobre as moças da fazenda Riacho Fundo fora, provavelmente, uma expressão do estranhamento de Saint-Hilaire diante do “outro”, e ajudava-o a compor o quadro desolador que pintava sobre a rusticidade das coisas e pessoas da região, em oposição a “civilização” europeia da qual fazia parte. Sendo assim, esconder as moças das visitas e de tantos outros perigos que poderiam cercá-las foi tomado/inventado como expressão da ignorância da população, além de ratificar a ideia já preconcebida de que muitas moças não eram capazes de governar seus corpos, emoções e desejos e, em razão disso, deveriam ser constantemente vigiadas.

Em uma das passagens da obra *Viagem à Província de Goiás*, o autor relata a conversa entre ele e o proprietário de uma fazenda próxima a Meia Ponte. O homem era pai de algumas moças, mantidas, pelo menos durante a visita dos estranhos, em um quarto sob proteção e supervisão paterna. De acordo com o viajante, o diálogo teve o seguinte teor:

no meio da ligeira discussão que tivemos inicialmente, o bondoso homem tinha exclamado: “Só se passarem por cima do meu cadáver os senhores porão os pés no quarto ocupado por minhas filhas!” Nessa província, onde tantas moças se prostituem, é natural que um pai de família decente use uma linguagem desse tipo, pois os costumes da região exigem que uma mulher que se preze permaneça afastada do convívio de homens estranhos<sup>189</sup>.

O cuidado do pai em manter suas filhas afastadas dos visitantes foi interpretado como testemunho do recolhimento das moças de Goiás. Ao viajante e sua tropa não foi permitido se

---

<sup>188</sup> COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. da UFGD, 2014. p. 72.

<sup>189</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 24.

hospedarem no interior da casa, mas o fazendeiro garantiu-lhes uma choça onde puderam passar a noite e descansar das léguas percorridas durante o dia – ao que tudo indica, as moças permaneceram afastadas do convívio com os visitantes. Mantê-las distantes, compreende o viajante, era uma precaução necessária em uma região onde havia tanta prostituição. Ademais, a passagem serve para que o viajante reforce sua construção de um lugar atrasado, de hábitos bárbaros e avesso a civilização, oposto ao lugar de onde falava e escrevia.

Se o diálogo narrado por Saint-Hilaire (1975) existiu ou não, jamais saberemos, mas interessa-nos por permitir refletirmos sobre como sua narrativa insere-se em toda uma rede discursiva produtora de saberes e poderes, cuja intencionalidade se relaciona à fabricação do masculino e feminino. Com esse relato, certamente, o viajante desejava explicitar o poder do pai sobre as filhas, ao mesmo tempo em que dizia ser a prostituição um caminho indevido. Nessa lógica discursiva, as mulheres, fabricadas como inferiores, incompletas e submissas, teriam de se submeter a proteção masculina, a quem cabia proteger a honra das filhas e da família, validando o seu lugar na sociedade patriarcal – esse enredo orientava as práticas sociais e a formulação de códigos de normalização.

A ideia de manter as filhas afastadas do convívio com os outros homens e evitar, assim, prejuízos à honra e dignidade delas, parece ter sido uma preocupação crescente ao longo dos séculos XVIII e XIX. Aliás, pensando com Foucault (2015), podemos inferir que todo esse enredo faz parte da própria produção da sexualidade, fazendo entrecruzar discursos, conhecimentos, controles e resistências<sup>190</sup>. Embora a inquietação e o domínio sobre o feminino fossem bem mais antigos, é no decorrer desses séculos que se intensificam cuidados e controles na intenção de garantir um corpo saudável e fértil, apto para a maternidade; um corpo dócil, manipulável e útil.

Como forma de garantir esse domínio sobre os corpos, tem-se uma combinação de práticas discursivas e não discursivas que integram um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, estrutura arquitetônica, regulamentações, propostas filosóficas, tratados científicos, etc., chamados por Foucault (2015) de dispositivos. A preocupação do pai em afastar as filhas dos visitantes, certamente, configura-se como uma dessas regulamentações. De acordo com Jurandir Freire Costa (2004), os Estados modernos buscavam meios de controlar demográfica e politicamente a população no intuito de assegurar o desenvolvimento industrial; na expectativa de garantir esse controle, sem violar as liberdades individuais – primordial para a ideologia liberal –, criam-se normativas que, “defendendo a saúde física e

---

<sup>190</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 115.

moral das famílias, executavam a política do Estado em nome dos direitos do homem”<sup>191</sup>. A regulação apresenta-se como um mecanismo de controle de comportamentos e sentimentos, sendo por ela que os “indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais”<sup>192</sup>.

O discurso sobre a clausura feminina, verificado em muitas narrativas de viagens, tem certa pertinência. Apesar de haver, hodiernamente, estudos questionando essa prática, ou, mais precisamente, o destaque dado a ela pela literatura de viagem e pela historiografia, Leila Mezan Algranti (1993), ao analisar a reclusão de mulheres em conventos e casas de recolhimento no Brasil colonial, alerta-nos para a importância do tema. De acordo com a autora, não apenas a reclusão institucional esteve presente na vida das mulheres residentes no país, mas, também, a doméstica<sup>193</sup>. Embora possamos afirmar que há um exagero por parte de algumas narrativas acerca da reclusão feminina, ela não poder ser negligenciada, afinal, não podemos perder de vista a ideia de que há diversas formas de masculinidades e feminilidades forjadas social, cultural e historicamente.

No entanto, mesmo a literatura de viagem tendo repetido constantemente a ausência das mulheres nas ruas, e até mesmo a reclusão delas em cômodos da casa, pudemos localizar relatos significativos de encontros entre viajantes e senhoras que põem em dúvida a recorrência dessas narrativas, confirmando a necessidade de problematizarmos esse tipo de escrita, suas intencionalidades e a maneira que atuaram na construção de “verdades” ou realidades históricas, bem como discutir a invenção de essências e naturalizações em relação aos corpos e comportamentos dos/as habitantes de Goiás. Isso significa compreender a historicidade da fonte e de quem a produziu, admitindo que o olhar cauteloso do/a historiador/a (também subjetivo) pode apontar para subjetividades postas na construção da fonte e de interpretações sobre ela.

É nessa impossibilidade de neutralidade e objetividade que repousam as ambiguidades e contradições apresentadas nas narrativas de viagens – contradições e ambiguidades que se tornavam mais latentes quando os viajantes procuram compreender a população da região. A diversidade e pluralidade de costumes e “tipos humanos” confunde, constrange e obscurece as classificações previamente definidas, sujeitando os viajantes a fazerem emissão de “juízos

---

<sup>191</sup> FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 51.

<sup>192</sup> FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 50.

<sup>193</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: Edunb, 1993. p. 61.

valorativos, centrados na sua própria cultura [...] adotando-se, portanto, um ponto de vista etnocêntrico”<sup>194</sup>. Isso não muda a intenção de credibilidade do relato de viagem que continua propondo-se idôneo e de boa fé, mas torna o processo de classificação e generalização mais complexo. Para Naxara (2004), os registros se confundem: de um lado, o registro isento, resultado daquilo que “realmente” se vê e, do outro, o estranhamento com o diferente, possível de ser descrito apenas a partir de um conjunto de referências culturais já elaboradas anteriormente pelos viajantes. Talvez incida, exatamente, nessa complexidade e pluralidade da sociedade as contradições que podemos notar nos registros dos viajantes.

Em algumas das propriedades visitadas pelo caminho, os viajantes ou seus encarregados foram recepcionados por mulheres, sendo que muitas delas moravam sós, sem a companhia de homem algum. Situações desse tipo pareciam causar algum estranhamento aos visitantes, pois faziam questão de ressaltar o fato de serem recebidos por mulheres que não se escondiam com a chegada deles e de seus companheiros de viagem. Aliás, a cada parada ou pouso procuraram descrever aqueles/as por quem foram recebidos, qualificando-os/as física e moralmente. Do mesmo modo, examinavam as condições das moradias, associando a arquitetura, o estado e a organização das casas ao comportamento das pessoas do lugar. Compreendemos, entretanto, que as observações tecidas pelos viajantes não são naturais, mas construídas textualmente com o objetivo de instituir identidades tanto para os/as habitantes de Goiás, como para eles, europeus “civilizados”.

Saint-Hilaire (1975) registrou em suas anotações alguns desses encontros, chegando a “reproduzir” diálogos que teria tido com certos/as interlocutores/as. Ao passar por lugar denominado Sítio da Lage, onde repousou por uma noite, foi recebido por uma mulher; aliás, segundo suas observações aquela casa era ocupada apenas por mulheres:

passei a noite numa casa denominada Sítio da Lage, que era habitada unicamente por mulheres. A dona da casa não se escondeu à minha chegada. Pelo contrário, recebeu-me muito bem e conversou comigo longamente. [...] As mulheres que moravam na Lage não viviam na miséria. A mais graduada delas usava até mesmo joias de ouro. No entanto, nem porta tinha a sua casa<sup>195</sup>.

Os viajantes também encontraram mulheres à espera de seus maridos, irmãos ou pais, ausentes em razão de alguma viagem ou realizando algum serviço no campo. Essa não parece ter sido situação incomum, mesmo porque, se considerarmos as distâncias, as dificuldades de

---

<sup>194</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004. p. 190.

<sup>195</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 46.



deslocamentos e as oportunidades de trabalho na região, não é difícil pressupor que muitas mulheres passavam boa parte de suas vidas sozinhas, obrigadas a cuidar da casa, dos filhos e da gerência dos negócios. Outras, solteiras ou viúvas sem filhos, apoiavam-se em redes de solidariedades que pudessem amenizar a vida dura nos sertões goianos.

Assim como Saint-Hilaire, Pohl também relatou o encontro com mulheres sós, ainda que momentaneamente, como a irmã do Capitão Felipe Antônio Cardoso, no Engenho Sumidouro:

depois de viajarmos quatro léguas, chegamos ao Engenho Sumidouro, que pertence ao Capitão Felipe Antônio Cardoso [...]. Conhecera o atual proprietário em Vila da Palma e fora por ele convidado a passar por sua propriedade. Entretanto, não o encontrei em casa. Com vários escravos, saíra a pescar. Mas a sua irmã recebeu-nos muito bondosamente e deu-me uma grande sala para minha hospedagem. [...] Prepararam uma saborosa refeição; os homens e a bagagem foram abrigados no grande engenho. Só tarde da noite voltou nosso hospedeiro, com 200 peixes que havia pescado, e acolheu-me cordialmente<sup>196</sup>.

Os encontros com moças e senhoras vivendo sós – ainda que fosse uma condição momentânea – aponta-nos para a existência de dinâmicas sociais diversificadas. Em regiões de privações e dificuldades como Goiás, a sobrevivência de homens e mulheres, especialmente delas e das crianças, dependia das improvisações tramadas no cotidiano. Em razão disso, não é incomum percebermos alterações nos “papéis socialmente prescritos” ao masculino e ao feminino. Mulheres vivendo sós deveriam desempenhar todas as atividades relativas à sua sobrevivência. Quando abastadas, na ausência de figuras masculinas, restaria a elas a administração da fortuna e família. Se pobres – é provável ter sido elas a maioria das mulheres vivendo sós –, precisavam encontrar meios para se manterem, fosse trabalhando como domésticas, lavadeiras, costureiras, doceiras, carregadeiras de água, ou tantos outros serviços que lhes oportunizassem a sobrevivência.

O estudo de Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) sobre o cotidiano de mulheres pobres em São Paulo, no século XIX, foi um dos primeiros a apontar diferenciações nas atuações “prescritas” para homens e mulheres. O modo como concebe e trata suas fontes e a insistência em perseguir os “papéis sociais” não normativos e prescritos, legou a história das mulheres e estudos de gênero no Brasil relevantes contribuições. Para a autora, as normas e convenções, herdadas de Portugal, nem sempre faziam sentido quando confrontadas com a realidade brasileira. Em São Paulo, por exemplo, o trabalho – ou mesmo o descompromisso e

---

<sup>196</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 278.

abandono da família – levou muitos homens a se ausentar de suas casas, responsabilizando as mulheres pela manutenção, sustento e educação da família e/ou agregados. Embora Dias (1995) refira-se a São Paulo, na segunda metade do século XIX, essa condição de viver só e enfrentar o cotidiano, utilizando-se de redes de sociabilidades e solidariedades, foi comum em diversas regiões do país.

As ocupações masculinas – que os distanciavam da família – não foram, todavia, explicações únicas para tais ocorrências, uma vez que outras circunstâncias contribuíram para dar o tom às relações entre homens e mulheres no Brasil. O processo colonizador, as diferenças numéricas entre eles/as, a condição social e as mestiçagens são conjunturas “que modificaram costumes e tradições ibéricas, dando coloração improvisada e peculiar às relações sociais como um todo, e mais especificamente, às relações entre homens e mulheres”<sup>197</sup>.

Os relatos sobre a dona do Sítio da Lage e a irmã do Capitão Felipe Antônio Cardoso permitem, com algumas reservas, visualizarmos essa diversidade de relações sociais e, ao mesmo tempo, contradizem interpretações sobre a clausura das mulheres de Goiás. A primeira, vivendo com outras mulheres em um sítio, não apresentava estado de pobreza, até mesmo ostentava algumas joias, e não se escondeu com a chegada do viajante, recebendo-o muito bem. Apesar dessas descrições, Saint-Hilaire não informou a ocupação dessas mulheres, ou situação outra que lhe permitiu afirmar que não viviam na miséria. É relevante considerarmos, ainda, o fato de ter conversado longamente com a dona da casa, algo que costumava fazer apenas com homens que julgava possuir alguma cultura. Essa cordialidade e destreza em estabelecer um longo diálogo, no entanto, ressalta o viajante, era consequência do contato entre a dona da casa e um missionário, de quem recebera conselhos e ensinamentos. Além do silêncio sobre a ocupação das moradoras do Sítio da Lage, seus nomes também foram ocultados, tratando-se de uma política de silenciamento que omite sobre aquilo ou quem não importa ou não interessa dizer.

Muitas das referências feitas às mulheres seguiram essa lógica. Tratam-se de representações “distorcidas”, postas em cena sem muita clareza; no entanto, esse silenciamento é político e proposital, ocorrendo conforme a conveniência do viajante. Desse modo, se, por um lado, construíram invisibilidades acerca de seus nomes e ocupações, por outro não se furtaram a descrições pejorativas a respeito de suas vestimentas, modos de andar, falar, falta de refinamento ou beleza. Tampouco, deixaram de levantar inúmeras suspeitas

---

<sup>197</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 55-56.

sobre a circulação de mulheres pela noite ou becos pouco movimentados das cidades. Ao que parece, esse jogo de sombras orquestrados pelos viajantes faz parte da maquinaria que produz saber e poder sobre os corpos, moldando e influenciando comportamentos e reiterando modos “civilizados” de ser e viver.

A esse respeito, parece oportuno observar como as narrativas de viagens constroem e reiteram lugares para o feminino e o masculino a partir da lógica dual entre público e privado. As descrições e os juízos de valor elaborados pelos viajantes – não apenas por eles, por tratar-se de uma concepção em circulação – associam o feminino ao espaço doméstico e a rua como lugar, por excelência, do masculino. Os encontros que tiveram com algumas das mulheres descritas em suas narrativas deram-se quase sempre no espaço do lar: era dali que partia qualquer movimento e importância delas. Muitos desses observadores repetiram a ideia de que as mulheres só saíam às ruas para irem à Igreja; por outro lado, não é incomum encontrarmos descrições bastante pejorativas sobre mulheres circulando pelas ruas – nesses casos, as descrições vêm acompanhadas da suspeição de suas atividades e quase sempre trata-se de mulheres pobres.

Saint Hilaire, insistentemente, fala de uma movimentação noturna nas ruas e becos por onde passou. Tal observação aparece em mais de uma de suas obras e remete à ideia de que homens e mulheres circulando pela noite estavam a praticar ilícitudes. No caso delas, estavam quase sempre à procura de “aventuras amorosas”. O uso de tal expressão é possivelmente uma escolha consciente do autor no intuito de reforçar a ideia de ilicitude dos “passeios” noturnos e imoralidade das mulheres locais. Além disso, oportunamente, o viajante menciona a prostituição como consequência da situação de pobreza em que viviam muitas das mulheres do país, sendo a comercialização dos seus corpos um “quase” destino.

A esse respeito, parece-me importante acrescentar que, diferentemente de outras localidades, não há, nos registros de viagem sobre Goiás, descrição sobre mulheres pobres e/ou escravizadas circulando pelas ruas durante o dia. Segundo evidenciam as narrativas, apenas à noite elas tomavam as ruas e os becos das cidades. Vendedoras de tabuleiros, carregadeiras de água, quitandeiras, vendedoras de legumes ou outros produtos e bugigangas necessários a uma sobrevivência cotidiana, corriqueiramente mencionadas em anotações sobre São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outras províncias, por alguma razão, não foram visualizadas e descritas pelos viajantes de passagem por Goiás. Essa ausência causa-nos estranhamento, pois, mesmo se ínfima, é improvável a inexistência de uma circulação de

pessoas pobres e negras pelas ruas das cidades que, em sua maioria, eram constituídas de negros/as, mulatos/as e escravos/as.

A fabricação desse silenciamento a respeito de algumas das vivências femininas é seletivo e controlado pelos observadores. O olhar do viajante seleciona e recorta aquilo que deseja “mostrar”, construindo assim padrões de comportamento, modelando corpos e mentes. A construção que Pohl faz da irmã do Capitão Felipe Antônio Cardoso é um exemplo dessas artimanhas, pois incute generalizações e modelos ideais de ser e estar no mundo. Ao descrever a recepção feita a ele e seus companheiros pela irmã do capitão, ressalta sua bondade, receptividade e presteza. No entanto, ao mesmo tempo, podemos ler em sua descrição aquilo que não foi explicitado: a irmã do capitão encontrava-se só na sede da fazenda e parecia ser bastante desembaraçada na recepção de estranhos, além de se mostrar ativa nos mandos e afazeres da fazenda.

Como percebemos até aqui – em consonância com tantos outros trabalhos relativos a história das mulheres no Brasil –, as mulheres de Goiás não estiveram inertes, enclausuradas ou escondidas, embora fosse essa a representação sugerida pelas narrativas de viagens; todavia, muitas delas não foram nomeadas. Apenas alguns homens foram dignos de ter seus nomes “revelados” pelos viajantes e, na maioria dos casos, não há preocupação em dizer quais foram as atividades desempenhadas pelas mulheres da região, aparecendo apenas quando contribuíam para desqualificá-las. Quando falaram e apresentaram alguma erudição é porque tinham aprendido com algum homem. Quando receberam com cortesia, ao invés de educadas, distintas ou cultas, foram apenas bondosas. Esses qualitativos, somados as atitudes de escuta, espera, silêncio da fala, expressões gestuais, aceitação, conformação, obediência e submissão, correspondiam a um conjunto idealizado de posturas femininas<sup>198</sup> em circulação no século XIX.

Muitas das informações trazidas pelos viajantes sobre as mulheres são lacunares e imprecisas, mas procuram explicitar marcadores sociais de identidades que, articulados, projetam leituras do mundo social de forma binária. Assim, embora inseridas nas tramas da vida cotidiana, as mulheres são representadas “pela matéria que modela o feminino”, reiterando papéis e localizações sociais<sup>199</sup>. Trata-se de uma aparição controlada pelo discurso dos narradores que fabricam representações do mundo social, isentas de neutralidades e

---

<sup>198</sup> PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 10.

<sup>199</sup> CARNEIRO, Elisabeth Ribeiro. **“Procura-se uma “preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 419 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 295.

atentas a interesses de determinados grupos, com intenção de impor aos outros “sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”<sup>200</sup>. As representações, forjadas pelos discursos dos viajantes, não fogem a essa lógica.

Esses discursos elaboraram modos de ver, mas, também, silenciam-se sobre determinados aspectos da vida cotidiana da população, contribuindo para afirmações de diferenças e hierarquias entre masculino e feminino. O olhar do viajante pode ser compreendido como portador e construtor de diferenças de gênero: se, por um lado, expressa a carga de vivências e experiências que carregavam, por outro reforça essas diferenças e fabricam sentidos para elas. Nessa perspectiva, ao eleger o que descrever, omitir e as formas de elaborar narrativas, o viajante nos lega percepções sobre seus preconceitos e julgamentos; denotam, ainda, relações de poder e saber presentes nas práticas de observação e escrita, orientadoras de práticas sociais.

A passagem a seguir, escrita por Saint-Hilaire (1975), ajuda-nos a pensar os relatos de viagem como mecanismos reguladores de localizações sociais, estabelecendo hierarquias, definindo marcas e medidas nos corpos. Ademais, é indicativo da classificação e do ajuizamento de valores acerca dos comportamentos dos/as habitantes observados/as, particularmente, às mulheres.

Os olhos negros e brilhantes das mulheres de Goiás traem as paixões que as dominam, mas seus traços não têm nenhuma delicadeza, seus gestos são desgraciosos e sua voz não tem doçura. Como não receberam educação, sua conversa é inteiramente desprovida de encanto. São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens<sup>201</sup>.

Segundo o viajante, as mulheres de Goiás não possuíam delicadeza, graça ou doçura na voz; também não controlavam suas vontades e permitiam que seus desejos as dominassem. A descrição de Saint-Hilaire não é, propriamente, novidade. Como demonstrou Colling (2014), há, desde a antiguidade, a circulação de discursos cujo conteúdo desqualifica e inferioriza as mulheres. Além disso, como mencionado anteriormente, desde o século XVIII organiza-se um conjunto de estratégias com a finalidade de estabelecer regularidades à sexualidade, sendo que a histerização do corpo da “mulher” é uma delas. De acordo com Foucault (2015), trata-se de um processo de análise do corpo feminino em minúcias, qualificando e desqualificando-o:

---

<sup>200</sup> ROGER, Chartier. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002. p. 17.

<sup>201</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 54.

como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), como espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, por meio de uma responsabilidade biológico moral que dura todo período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível dessa histerização<sup>202</sup>.

As descrições do viajante francês reforçam a imagem da “mulher” histórica que, desprovida de razão, entregava-se as suas vontades, reduzindo-se a “fêmeas” para os homens. Ou seja, definidas pelo corpo e por um aparelho genital específico, são portadoras de uma desordem “natural” associada ao domínio que o útero exerceria sobre elas. Seus corpos tornam-se, assim, lugar privilegiado para o domínio médico que os esquadriha, explica-os e determinam suas fraquezas e defeitos. Com isso, queremos dizer que os discursos construídos pela literatura de viagem não são fruto de ilações livremente inventadas, nem tratam de descobertas, mas de construções viáveis em virtude das relações de poder e saber estabelecidas segundo as condições históricas, políticas, culturais e sociais.

Descrições pejorativas e depreciativas sobre o feminino, como as citadas anteriormente, não foram incomuns nos relatos de viajantes, crônicas jornalísticas e em documentos oficiais expedidos por órgãos ligados a administração pública. Também não estiveram limitadas apenas ao território goiano, pelo contrário, integram discursos, aflorados no decurso do século XIX, presentes em relatos de várias regiões do país. Consequentemente, colaboram para a construção de imagens depreciativas do feminino, além de reafirmarem modelos ideais de comportamentos e ressaltarem diferenças e hierarquias.

As narrativas de viagens consultadas enfatizam descrições sobre a aparência física, o envelhecimento, a conversa ou o silêncio, as vestimentas, os adornos, os hábitos e os gestos femininos – porém, a mesma preocupação não é dispensada aos homens. Sobre eles, corriqueiramente, encontramos relatos sobre preguiça, inclinação para uso de bebidas alcoólicas e vestimentas. Quando mais abastados, foram reservados ao masculino discursos sobre seus trabalhos, posses e envolvimento na vida pública. Entretanto, não são comuns detalhes sobre seus corpos, movimentos, comportamentos e atitudes, uma vez que a masculinidade não precisa ser regrada, submetida ou dominada, posto ser o falo “fundamento

---

<sup>202</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 113.

e significante geral do poder, símbolo de autoridade, direito e uso da palavra em todo lugar, sobre todos os assuntos, principalmente no que diz respeito às mulheres”<sup>203</sup>.

Esse modo de ver e dizer sobre o masculino e o feminino utilizou-se das diferenças anatômicas dos corpos e produziu uma feminilidade frágil, recatada, maternal, onde a afetividade sobrepõe-se a intelectualidade. Como contraponto, o masculino constituiu-se como lugar da força física, da autoridade, da virilidade, do tato para os negócios e da racionalidade; para elas reservou-se os espaços privados e, para eles, o público<sup>204</sup>. Certamente, a visão dos viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil e, particularmente por Goiás, na primeira metade do século XIX, estava, de algum modo, imbuída dessas concepções.

O enredo que construíram sobre o modo como as moradoras de Goiás se portavam, vestiam, circulavam pelas ruas, falavam, recebiam o visitante ou se escondiam, foi balizado pela crítica à postura feminina, bem como de reafirmação do masculino como lugar de poder e saber. Julgavam ser o comportamento feminino não condizente com a ideia de civilização, propagada pela e sobre a Europa do século XIX, referência de organização social. Porém, se por um lado preocuparam-se em esquadrihar os corpos e comportamentos femininos, qualificando e desqualificando-os, por outro, quando tiveram oportunidade de evidenciar seus nomes, ocupações e ideias, deixaram de fazê-los e silenciaram-se. Este silenciamento não é decorrente de ausências ou inexistências, mas efeito de relações de saber e poder, cuja atuação orienta os discursos e as práticas, indicando o que pode ser dito e o que deve ser silenciado. Segundo Foucault,

os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita, e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também afrouxa seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras<sup>205</sup>.

No bojo desse jogo intrincado e complexo de poder, os discursos dos viajantes inventam, re(produzem) e re(significam) representações, fabricando o feminino como

---

<sup>203</sup> SWAIN Tânia. Mulheres indômitas e malditas: a loucura da razão. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL FOUCAULT, 10, 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.tanianavarrosain.com.br/brasil/foucault2011br.htm>. Acesso em: 21 mai. 2019.

<sup>204</sup> SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 19-20.

<sup>205</sup> FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 110.

portador de uma identidade “natural”. Essa fabricação do feminino é marcada por ideias dicotômicas – divisão biológica dos corpos – que produzem diferenças e assimetrias. As narrativas de viagens, neste sentido, são portadoras do desejo de classificação dos seres, generalizações e universalidades. Não obstante, as representações construídas sobre as mulheres são também atravessadas por outros marcadores sociais de identidade, como condição social e raça. Esses outros marcadores tornam ainda mais complexas as identidades sociais e suas possibilidades de leitura, indicando a diferença na diferença. De acordo com Louro,

o exercício do poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição. Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de “homem dominante *versus* mulher dominada”<sup>206</sup>.

Perceber essas fraturas ou oposições significa romper com teorias baseadas em universalidades e unidades em benefício de compreensões plurais que possam superar as abordagens binárias tradicionais, assim como desfazer naturalizações construídas intencionalmente em determinados contextos. Trata-se, ainda, de reconhecer os documentos como produções históricas marcadas pelo lugar e pelo tempo de produção, ou seja, reconhecer que não há igualdade em cada lado da oposição, mas um jogo de inclusão e exclusão das diferenças. Ocultar esse jogo, então, é negar a multiplicidade das interseções sociais, culturais e políticas como condição social e de raça, omitindo as assimetrias construídas sobre determinados corpos, produzindo hierarquias e localizações sociais.

---

<sup>206</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 37.



### CAPÍTULO III

#### A INVENÇÃO DAS DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE EM GOYAZ

Pensar a diferença não se resume na superação da lógica binária masculino e feminino ou dominantes e dominados; não há uma forma única e permanente de se observar as relações entre esses dois elementos, pois se trata de relações cujo poder se exerce em várias direções e não apenas na oposição entre homens dominantes e mulheres dominadas. Para além da importância de superarmos essa visão binária, faz-se necessário compreender a multiplicidade presente em cada uma dessas oposições, ou seja, reconhecer marcas de identificação que forjam diferenças, questionando normalizações e pressões para a instituição de padrões de comportamentos e de condutas<sup>207</sup>.

Há, no século XIX, um conjunto de discursos e práticas instauradoras de realidades históricas que ambicionam produzir identidades uniformes e generalizantes sobre a população do Novo Mundo, ressaltando, para isso, as diferenças entre distintos grupos populacionais. Essa maquinaria procurava etiquetar e classificar os seres, construindo assimetrias de gênero, classe, raça, condição social e outros. Todavia, a diversidade da população dificultava esse processo de classificação dos/as habitantes dessas terras, tratando-se, certamente, de desafio bastante embaraçoso. Aliás, pensar termos como identidade e nação brasileira foi um desafio que adentrou ao século XIX e XX, momento em que diversos intelectuais, ligados a distintas instituições, formularam modos de ver e dizer sobre o Brasil. A heterogeneidade da população, entretanto, configurou-se como grande entrave a ser enfrentado para a construção de uma unidade nacional.

O processo de colonização portuguesa resultou em uma população mestiça, de formas e culturas variadas. Essa “variedade” causava estranhamento aos/as observadores/as vindos/as de países europeus e, provavelmente, trazia dúvidas e incertezas aos enunciados científicos, filosóficos, religiosos, médicos, jurídicos e outros que intentavam – por meio de argumentos diversos – nomear ou encontrar lugares para distintos sujeitos na escala de civilização. Segundo aponta Naxara:

---

<sup>207</sup> MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005. p. 487.

o olhar que [...] lançaram aos povos do Novo Mundo procurava realçar a diferença, ou seja, a individualidade e os traços comuns de raças e nacionalidades, para encontrar um lugar na escala de civilização, ou seja, da alegoria ocidental entre o bem e o mal, entre a barbárie e a civilização, o atraso e o moderno<sup>208</sup>.

Segundo nos informa Schwarcz (2012), a partir do século XVIII a discussão sobre a diferença entre os/as habitantes de distintas regiões é retomada tendo como ênfase o “homem americano”. É a partir desse cenário que a concepção de Novo Mundo passa a ter conotações mais negativas ainda, como a utilização da noção de degeneração a qual se recorria para designar as gentes da América. Assim, a visão construída sobre a América é de um lugar inferior e decadente, percepção acentuada pelos estudos científicos do século XIX e início do XX preocupados em estabelecer hierarquizações e classificações. Ainda de acordo com a autora,

os modelos darwinistas sociais constituíram-se em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas, e mais uma vez, o Brasil surgia representado como um grande exemplo – desta feita, um “laboratório racial”. Se o conceito de raça data do século XVI, as teorias deterministas raciais são ainda mais jovens: surgem em meados do XVIII. Além disso, antes de estar vinculado à biologia o termo compreendia a ideia de “grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum”, não indicando uma reflexão de ordem mais natural<sup>209</sup>.

Embora tenha sido construída, tradicionalmente, uma temporalidade específica para definir a trajetória do termo raça, conforme preconiza Schwarcz (2012), é preciso acentuar que essas distintas concepções ou atribuições de conceitos se entrecruzam e se embaralham em alguns contextos, impossibilitando-nos de traçar uma linha temporal precisa para o uso do termo. Por essa razão, a “aplicação” das teorias raciais não deve acontecer indeliberadamente, sem que se considerem as fontes utilizadas, seu processo de produção e as possibilidades de circulação de determinados enunciados. Portanto, parece-nos mais apropriado problematizarmos a atribuição de sentidos e significados aos termos utilizados para designar “racialmente” grupos sociais, compreendendo-os como produções localizadas e determinadas historicamente.

Essas formulações estão envoltas em relações de poder e saber e instituem “regimes de verdades”, ou seja, produzem uma “verdade” sobre os sujeitos e as coisas no intuito de elaborar ou (re)afirmar identidades coerentes/coesas. Os registros desses discursos e sua

---

<sup>208</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 192.

<sup>209</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 20.

circulação estão atrelados a sistemas de poder e saber que colaboram para validar o lugar de prestígio dos enunciadores (civilizados) e desqualificar o “outro” (bárbaro), em um exercício maniqueísta de reprodução do bem *versus* o mal. São exatamente essas identidades coesas ou essencialistas que questionamos por entender tratem-se de sujeitos múltiplos e contraditórios, construídos discursivamente considerando componentes diversos como: raça, etnia, classe, idade, sexualidade e outros.

Seguindo esse propósito, uma das primeiras questões a ser considerada quando se discutem as classificações raciais refere-se ao emprego de termos como: brancos/as, negros/as, pardos/as e mulatos/as. Compreendemos que essas denominações não são naturais, mas produzidas e localizadas em determinados momentos da história, acomodando-se aos corpos e empenhando-se em classificar e ordenar tipos humanos<sup>210</sup>. Isto é, são denominações racializadas, localizadas e históricas, com sentidos e significações cambiantes a depender de quem profere o discurso, da intencionalidade e do lugar que ocupa. Isto significa que o sentido atribuído a elas são fluidos, ora se apresentando como insulto, desqualificação, ora como uma “imagem positiva”; em qualquer um dos casos, no entanto, há marcas de identificação e diferenciação. Reduzir essas designações a somente um significado implicaria na negação da complexidade social e classificações raciais. Consoante Ivana Stolze Lima (2003),

nenhuma designação racial tem um sentido trans-histórico ou invariável [...]. Toda forma de denotar carrega um conjunto de objetivos, de interesses, de usos e finalidades, que obedece tanto a lógicas variáveis segundo o sujeito que profere o discurso – uma conversa informal ou privada, as diversas instâncias da justiça, o censo populacional, o exercício da disciplina etc. – como ao próprio contexto histórico vivenciado<sup>211</sup>.

Ao analisar variados tipos de documentos no intuito de pensar a mestiçagem no Império brasileiro, Lima (2003) percebe diferentes representações em torno dessa experiência. Segundo a autora, tal fato a afastou de compreensões generalizantes, principalmente aquelas engendradas no final do século XIX e ao longo da primeira metade do XX, em que as representações sobre a mestiçagem cambiam entre polos positivos e negativos. O primeiro caso sugere a existência de uma democracia ou aliança harmônica entre grupos distintos; já no segundo, verifica-se a associação da mestiçagem às ideias de degeneração e criminalidade.

---

<sup>210</sup> LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, p. 235-245, 2007. p. 244.

<sup>211</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 32.

Essa segunda representação trazia consigo uma ameaça à idealização de identidades homogêneas, ou mesmo a formação, no futuro, de uma sociedade mais próspera e distante da mancha da escravidão. Nenhuma dessas alternativas podem ser tomadas como síntese inquestionável do processo de mestiçagem durante o Império no Brasil; pelo contrário, parece haver uma confusão nessas definições, ou, conforme aponta Lima (2003), remete à ideia de genealogia de Foucault, “a história das percepções raciais parece portanto ser “cinza”<sup>212</sup>.

A utilização, pela autora, da expressão “cinza” sinaliza para as complicações e complexidades a serem consideradas quando tratamos das relações raciais no Brasil. Conforme demonstra, há variações nessas classificações dependendo da situação, do emissor, do período ou da intencionalidade. Em um dos episódios narrados em sua obra, a autora demonstra que a denominação pardo foi utilizada genericamente, sendo reproduzida de modo polivalente pela documentação policial e pela imprensa, variando de acordo com quem fazia o registro do acontecimento. Segundo ela,

a palavra pardo parece uma espécie de coringa: foi utilizada para um escravo, um livreiro, um sujeito que era perseguido, e para os heróis da nacionalidade. [...] A referência à identidade racial é correlata aos momentos em que é silenciada. Compõe-se de vestígios, incertezas, mobilidades, precisões sempre circunstanciadas<sup>213</sup>.

A qualificação “cinza”, mencionada anteriormente, foi utilizada por Foucault (2015) para fazer referência a sua proposta genealógica de pensar a história. De acordo com ele, a genealogia é “cinza”, pois não pode ser compreendida linearmente, nem se apresenta de maneira ordenada; é complexa e embaralhada. Nessa perspectiva, cabe aos/as historiadores/as conceber os documentos como descontínuos, cheios de artimanhas e disfarces. Para a genealogia, é indispensável “marcar a singularidade dos acontecimentos, [...] apreender seu retorno para não traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna”<sup>214</sup>. Em congruência com a articulação teórica proposta por Foucault, compreendemos que as discussões a respeito das relações raciais no Brasil não podem ser simplificadas a uma lógica evolutiva e contínua, mas, pelo contrário, serem percebidas como algo descontínuo e plural a depender das relações de poder e saber instituídas no jogo das relações sociais.

---

<sup>212</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 75.

<sup>213</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 75.

<sup>214</sup> FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 55.

Portanto, embora o processo de colonização, e mais tarde o movimento de constituição do Estado-nação tenha pretendido conformar brancos/as, negros/as e índios/as em determinados papéis, ou melhor, condicionar seus corpos e vontades às diferenciações e hierarquizações gestadas em cada um desses contextos, isso nem sempre foi possível. Do mesmo modo, a invenção da noção de mestiçagem, como possibilidade de mediar a diversidade entre os grupos humanos que compunham a sociedade brasileira e forjar uma unidade nacional, também possui certa indefinição – se, por um lado, a mestiçagem parece a saída para o problema da heterogeneidade no Brasil, por outro corrobora com o silenciamento das identidades negras, alimentando o mito da democracia racial.

Daí a importância de observarmos as descontinuidades e pluralidades contidas nos enunciados e seus conjuntos, problematizando a pretensão de “verdade” desses registros – amparados pelas ideias de cientificidade, racionalidade e descrição do real –, bem como as operações políticas de produção de sujeitos e identidades. Desta forma, é no bojo da produção discursiva desses sujeitos e identidades que percebemos as articulações para demarcar, delinear e definir corpos, não apenas corpos generificados, mas também racializados, corpos marcados pela diferença. Nessa perspectiva de leitura, os corpos são e não são ao mesmo tempo, ou seja, “algo pode ser, ao mesmo tempo, isso *e* aquilo”<sup>215</sup>, a depender de suas condições históricas de produção e análise.

Os marcadores de identidades, conformados aos corpos, são diversos e produzem distintos sujeitos e efeitos. Como assinalado anteriormente, no contexto do século XIX há uma preocupação em definir corpos masculinos e femininos na intenção de transformá-los em corpos úteis e dóceis. As marcas impressas e conformadas nesses corpos nos remetem às discussões acerca do gênero, mas também a condição social e raça, indicando que há, nesse período, todo um conjunto discursivo preocupado em formar e informar sobre as origens, os diferentes tipos humanos e seus destinos. Além disso, indicam que os sujeitos se constituem de múltiplas e variadas identidades, sendo elas transitórias e circunstanciais.

No jogo intrincado de produção das identidades e constituição dos sujeitos interseccionam-se diferentes marcadores, forjando assimetrias e diferenças, sendo que os discursos de viagens, médicos, jurídicos e políticos atuam nesse processo de constituição de sujeitos e diferenças. Por essa razão, oportunamente, procuram nomear aquilo ou aqueles/as

---

<sup>215</sup> LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, p. 235-245, 2007. p. 238.

que fogem ou se afastam da norma<sup>216</sup> com o intuito de normalizar gestos, comportamentos, enfim, moldar modos de ser e viver, investindo em uma economia produtiva dos corpos. Assim sendo, é no bojo da construção desses conjuntos discursivos que se inscrevem termos como: mulato/a, pardo/a, preto/a, cabra, crioulo/a, entre tantos outros, (re)inventados e preenchidos de significados políticos, culturais e históricos. São termos que, juntamente com tantas outras classificações relativas ao trabalho, as relações familiares e ao exame da honra, registram, constroem, nomeiam as diferenças e orientam as práticas sociais.

### 3.1 Marcas das Diferenças: representações de mulheres negras e mulatas

Apesar de reconhecer a transitoriedade das identidades e seus entrecruzamentos, é preciso admitir a pertinência de alguns discursos sobre determinados grupos sociais, pois, sob os corpos e comportamentos femininos, por exemplo, perpetuam certas representações. Colling (2014), analisando os discursos sobre a construção do corpo feminino na história, em diferentes tempos, informa-nos da recorrência de alguns deles. Segundo a autora, os discursos filosófico, religioso, médico e psiquiátrico, particularmente, buscaram incutir um sistema binário de relações em que se desvaloriza um dos pares, em um jogo intrincado de saber e poder<sup>217</sup>. Todavia, no interior de cada um desses lados há outros marcadores de diferenciação, grifando os corpos e as experiências de seus componentes.

As mulheres negras escravizadas no Brasil, por exemplo, certamente conformaram em seus corpos vivências relacionadas às definições de raça, sexualidade e condição social diferentes daquelas vivenciadas pelas proprietárias. A condição de escravizadas deixavam-nas ainda mais suscetíveis a humilhações, violências e trabalhos forçados, além de, certamente, ter imposto dificuldades para a construção de laços familiares e afetivos. Entretanto, é certo, também, que análises históricas realizadas nas últimas décadas informam sobre a proximidade da trajetória de vida de mulheres escravizadas, forras, ou mesmo brancas pobres. Conforme demonstrado por Dias (1995), as condições de sobrevivência de algumas dessas mulheres não

---

<sup>216</sup> Em consonância com Jurandir Freire Costa, compreendo norma como a combinação de práticas discursivas e não discursivas que não se impõe, essencialmente, pela punição ou coerção, mas à margem da lei, tendo a regulação como mecanismo de controle de comportamentos e sentimentos, adaptando-os à ordem do poder. Nesse sentido, o Estado moderno esforçou-se em implantar equipamentos de normalização com o intuito de fazer convergir certas práticas, para que outras (as “anormais”) pudessem ser criadas, classificadas e controladas (COSTA, 2004, p. 50-51).

<sup>217</sup> COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. da UFGD, 2014. p. 43-44.

foram muito distintas. Ainda de acordo com a autora, a urbanização incipiente de São Paulo (e provavelmente de outras localidades), durante o século XIX, produziu grande população de mulheres pobres; eram mulheres com poucos/as escravos/as, dependente dos trabalhos deles/as para sobreviver; ou sem escravos/as, mas possuidoras de agregados/as domésticos/as de cujos serviços necessitavam para assegurar a sobrevivência. Assim, a existência precária aproximava as trajetórias de vidas dessas mulheres:

gravitavam nas margens das classes dominantes para um mundo de reversão completa dos valores senhoriais. Conviviam com vizinhas mestiças, pardas, mulatas, forras, que tendiam, aos poucos, a aumentar em número, seja como agregadas domésticas, seja como chefes de fogos mestiços. Dentre elas, cerca de 10% das mulatas forras tinham escravos e 60% mantinham agregados<sup>218</sup>.

Por isso a necessidade de compreendê-las como sujeitos plurais “que ocupam diferentes lugares, que se deslocam conforme são tomadas pelo discurso”<sup>219</sup>. Nessa direção, pensar as mulheres no Brasil e, particularmente, em Goiás no século XIX, é compreender que elas são frutos dos discursos construídos no período; é admitir a existência de representações plurais: donas, escravas, esposas, honradas, mulatas, brancas, concubinas, pobres, de posses, mães; carregadeiras, lavadeiras, donas de vendas, costureiras, do lar ou sem profissão definida. No entanto, trata-se, sobretudo, de reconhecer a possibilidade de a existência dessas mulheres ser atravessada por muitas dessas denominações, produzindo identidades múltiplas a depender do discurso analisado de quem o profere e das condições de circulação.

A aliança entre diferentes discursos e práticas institui a produção de representações assimétricas que se enraízam em uma episteme comum, como se existisse uma matriz ou um padrão que definisse lugares e papéis para as mulheres ou os/as negros/as em um sistema de representações. Indicam, também, a insistência de imagens alicerçadas em uma concepção colonialista e eurocêntrica que continua a fornecer elementos para a representação de grupos historicamente discriminados<sup>220</sup>. Embora se reconheça a descontinuidade na/da história, consideramos a possibilidade de referências do passado se articularem em novas roupagens e ampararem a construção de determinadas representações generificadas e racializadas.

---

<sup>218</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 110.

<sup>219</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. p. 106.

<sup>220</sup> BORGES, Rosane da Silva. **Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra**. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii/Brasília: ABPN, 2012. p. 188.

A articulação entre esses diferentes marcadores sociais e identitários produzem corpos femininos negros “naturalmente” sexualizados, sedutores, fetichizados, inferiores, exóticos, degenerados ou anti-higiênicos. São corpos, *a priori*, tratados como curiosidade e com espanto, mas que, posteriormente, transformam-se em objeto científico. Aliás, no contexto do século XIX, a ciência é impulsionada pela urbanização, expansão imperialista e colonial, teorias evolucionistas, antropologia física, anatomia e outros campos do conhecimento em ebulição naquele momento. Todo esse movimento ajudou na fundamentação e justificativa de diferenças raciais e sexuais, isto é, tiveram empenhadas em comprovar hierarquias raciais, de gênero e classe.

A história da Vênus de Hotentote é significativa desse processo. Nascida no final do século XVIII, em um país da África do Sul, Sarah Baartman tinha nádegas avantajadas e grandes lábios hipertrofiados, causados pela manipulação da genitália. As “singularidades” corporais de Baartman chamaram a atenção de viajantes e cientistas ingleses que a levaram para a França, onde passou a ser exibida diariamente ao público, atraindo grande número de pessoas, sobretudo, homens. Os zoológicos humanos surgem nesse momento como espaços para projeção do curioso e do exótico, entrecruzando espetáculo e produção de saberes. Ao mesmo tempo que serviam à exposição, auxiliavam como material empírico para pesquisas e construção do conceito de raça. Na visão de Rago (2008), esse entrecruzamento será importante para a afirmação de corpos diferentes e racializados, pois, de acordo com a autora, “a racialização do corpo diferente reforça a inferiorização biológica, nessa construção do olhar sobre o outro, que não deixa de ser uma valorização dos ‘civilizados’ e que das elites passa para toda a sociedade”<sup>221</sup>.

A exibição de humanos, animais e objetos considerados exóticos pelos/as europeus/ias não foi prática incomum durante o século XIX. Pelo contrário, nesse período, aflora-se o interesse de colecionadores por aquilo que era considerado diferente: pedras, ossos, penas, plantas, animais vivos, anões, pessoas com deformidades foram expostos/as como curiosidades. Essas exposições eram também estratégias de produção da normalidade e anormalidade, reverberadas em hierarquias que alimentavam o ideário de superioridade europeu e inferioridade dos povos colonizados.

A apresentação desses “tipos diferentes” enfatizava aspectos naturais e relacionava-os a determinados comportamentos e costumes. A exibição da Vênus de Hotentote em jaulas e a manipulação do seu corpo, por exemplo, explorava a ideia de selvageria e, ainda, servia para

---

<sup>221</sup> RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. *Labrys, Estudos Feministas*, v.1, n. 13, n.p, jan./jun. 2008. n.p.



associá-la a uma noção de sexualidade perigosa e incontrolável. Aliás, é válido lembrar que a medicina, durante o século XIX, esteve bastante empenhada em esquadrihar o corpo feminino como se dissecasse-o parte por parte, no afã de compreendê-lo, controlá-lo e manipulá-lo – a ginecologia ganhava espaço e fomentava o “destino natural” das mulheres saudáveis: a maternidade.

Nessa mesma ordem discursiva, o desenvolvimento científico, intrincado aos valores biológicos e “naturais”, articula saberes e poderes em torno de discursos diversos, como religiosos, médicos (científicos), jurídicos e outros, construindo a imagem das mulheres negras como mais libidinosas e impulsivas em relação as brancas – daí a ideia de serem mais afeitas e entregues à sexualidade. Com efeito, interseccionavam aí diferentes marcadores sociais: de gênero, por considerar o corpo feminino incompleto e perigoso; e de raça/procedência, que classificava os/as africanos/as e descendentes como inferiores intelectualmente, afastando-os/as da racionalidade humana e aproximando-os/as dos animais. As representações dessas figuras tentam produzir sujeitos incompletos como se estivessem ainda no meio do processo evolutivo.

A pertinência de algumas dessas representações ao longo do tempo permite-nos refletir sobre as condições de existência das mulheres negras no Brasil. Não uma reflexão que nos leve a dizer quem foram elas, mas a pensar como foram produzidas em determinado tempo e como algumas dessas produções imbricam-se em outros tempos. Aqui também parece necessário esclarecer: não se trata de ressaltar continuidades, mas de perceber regularidades discursivas, em tempos diferentes, com a intenção de re(produzir) e re(afirmar) diferenças.

Uma crônica publicada pela Revista Oeste, em 1943, em comemoração aos 55 anos da abolição da escravidão, parece-nos interessante para pensarmos como algumas representações das mulheres negras ainda pairavam (e, certamente, ainda pairam) no imaginário social. Na ocasião, escreveu J. B. Félix Bulhões:

a preta Joana lembrava as bruxas das histórias que nos contavam. Encarquilhada, muito feia, muito trêmula, ainda tinha as mãos aleijadas, parecendo duas garras, só com a pele negra a cobrir os ossos. Ela muitas vezes apareceu nas noites de pesadelos para me carregar para alguma gruta tenebrosa. Por isso, quando ela passava pedindo esmolos eu me escondia medroso.  
Passaram-se anos e já ouvia, não histórias de fadas e bruxas, mas de vice-reis, D. João VI, Deodoro. Estas não me perturbavam o sono, mas quando falavam dos tempos da escravidão eu via sempre a preta Joana nas senzalas, nos quilombos, nos

troncos, requebrando-se toda nos batuques e candomblé à noite e trabalhando sob o chicote dos feitores o dia inteiro<sup>222</sup>.

A descrição da preta Joana, feita por Bulhões, provavelmente, não foi uma colocação isolada e estranha aos leitores da revista, que circulou entre os anos de 1942 e 1944, em Goiânia, então nova capital do Estado de Goiás. Editada pela Imprensa Oficial do Estado de Goiás, foi inicialmente criada com o objetivo de ser propagadora da literatura, particularmente, do trabalho de Bernardo Élis<sup>223</sup>. Todavia, em seus demais números buscou associar as funções de veículo difusor da literatura com a divulgação dos princípios políticos do Estado-Novo, sendo bastante elogiosa às atividades de Pedro Ludovico e Getúlio Vargas<sup>224</sup>. Em seu exercício, a revista contribuiu para a construção de representações políticas do lugar, especialmente, para a afirmação de Goiânia como símbolo da “modernidade”, deixando para traz o passado de atraso e decadência.

Em sua crônica, Bulhões parte de uma posição de repulsa a Joana para, em seguida, reconhecer seu passado de dor e violência, passado que, em certa medida, justifica seu estranho comportamento. Qualificada como encarquilhada, feia, trêmula e aleijada, a mulher negra descrita pelo cronista pedia esmolas pelas ruas e proferia impropérios em direção àqueles/as que tentavam com ela conversar; parecia não ter muita paciência ou não querer se lembrar de sua vida no passado. As representações de Joana, construídas pelo autor, re(afirmam) a conformação de lugares e ideias sobre os/as negras/as: relaciona-os/as a escravidão, a senzala, ao tronco, aos batuques e candomblé, ou seja, a uma espécie de discurso “fundante” que identifica e aprisiona seus corpos.

Certo dia, Joana resolveu falar. Agradada com fumo para o cigarro de barro, contou parte de sua história. Disse ter nascido escrava em um engenho e que desde criança trabalhava acompanhando a mãe; aliás, um dos seus temores era a possibilidade de ser vendida e separada da progenitora. Ao que parece, a mãe morreu quando a escrava ainda era bem jovem e, desprotegida, tornou-se alvo das investidas do sinhozinho, e pela sua condição de cativa não pode resistir a tal violência. Joana engravidou e viu-se obrigada a desistir de seu desejo de casar-se com Joaquim, segundo ela, negro muito bom; Joaquim, ao ficar sabendo da gravidez

---

<sup>222</sup> BULHÕES, J. B. Félix. As saudades da Preta Joana. **Revista Oeste**, Goiânia, ano II, n. 4, maio 1943.

<sup>223</sup> Bernardo Élis Fleury de Campos Curado é romancista brasileiro, tendo sido o primeiro goiano a entrar na Academia Brasileira de Letras. É autor de obras como: *Ermos e Gerais*, *O tronco* e *Chegou o Governador*.

<sup>224</sup> NEPOMUCENO, Maria de Araújo. A Revista “Oeste”: seus intelectuais e a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, Aracaju, 2008. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008. p. 1-11.

de sua companheira enlouqueceu e tentou contra a vida do ‘sinhô’ com uma faca. O castigo veio certo, tendo sido cruelmente açoitado, sendo que os ferimentos lhe tiraram a vida.

Até aqui, a narrativa criada por J. B. Felix Bulhões aproxima-se de muitas histórias contadas sobre a escravidão no Brasil, tanto do ponto de vista das personagens que as povoam (escravos/as, sinhozinho conquistador/violentador, feitor e sinhá), quanto pela perspectiva dos enredos (escrava violentada, filho/a enfeitado/a, ciúme, humilhação, morte do/a companheiro/a, amores interrompidos e famílias desfeitas) – são histórias possíveis, e que certamente recortaram a vida de muitas mulheres negras. Maria Odila Dias (2013), ao discutir as práticas de sobrevivência e resistência de mulheres negras escravizadas, registra casos que se assemelham a crônica publicada pela Revista Oeste:

Os senhores não tinham pudor em separar famílias (com a venda de um ou mais de seus membros) ou estimular uniões transitórias que levavam as escravas a terem filhos de vários homens. Além disso, os próprios senhores ou seus capatazes costumavam se servir sexualmente de suas escravas.

[...]

Surras de chicote, humilhações e estupros eram frequentes no cotidiano das escravas. Em 1856, na fazenda Jaraguá, em São Paulo, um escravo africano originário de Cabinda foi processado por agredir o feitor motivado por ciúmes de sua mulher, Felicidade, constantemente assediada por este<sup>225</sup>.

Como se vê, a história da preta Joana, narrada por um dos Bulhões, não parece ter sido excepcional no Brasil escravista. Em outras localidades, e mesmo em Goiás, outras mulheres devem ter tido trajetórias que ora ou outra aproximam-se daquela contada pela crônica publicada na revista. São histórias de dores, amores, afetos e desafetos que, apesar de sua pertinência, não definem a escravidão ou as experiências de mulheres escravizadas. Embora, como observado anteriormente, não se possa negar tratarem de descrições comuns às narrativas sobre a escravidão recriadas na tradição memorialista, literária e, também, historiográfica no pós-emancipação.

A narrativa de J. B. Félix Bulhões trazia, ainda, mais um episódio marcante da vida da mulher, como acontecimento que se aproxima de algumas histórias “macabras” envolvendo, principalmente, escravizados/as, senhores/as e crianças<sup>226</sup>. São narrativas dificilmente encontradas em documentos de arquivos criminais, mas presentes em livros de memorialistas

---

<sup>225</sup> DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 364-365.

<sup>226</sup> Refiro-me, por exemplo, ao conto de Arthur Cortines, publicado em julho de 1888 no Correio Paulistano, em que a negra Tia Josefa foi acusada de fazer deliciosos pastéis com carne de crianças enterradas no cemitério ao lado de sua casa. O conto aparece na introdução do livro *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*, de Célia Maria Marinho Azevedo e, também, na análise de Lilian Schwarcz em *Retrato em Branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*.

ou de viagens, e que, de algum modo, ajudaram na composição de certo imaginário da/sobre a escravidão e os/as escravizados/as no país. Nelas, enfatiza-se a misticidade africana ou afro-brasileira, práticas de curandeirismo, feitiçaria e todo um universo cultural estranho à cultura ocidental. Assim, são enunciados que dizem respeito ao estranhamento sobre o outro, servindo, também, ao processo de construção de identidades e diferenças.

De acordo com a crônica publicada nas páginas da Revista Oeste, o filho da escravizada Joana nasceu muito parecido ao seu senhor. As semelhanças físicas entre a criança e o provável pai despertou ciúmes e descontentamento em sua senhora que, a partir de então, passara a persegui-la, atribuindo-lhe serviços cada vez mais pesados e castigando-a com chicoteadas por qualquer razão. A esse respeito, tanto a literatura quanto a historiografia dedicaram algumas de suas páginas para explorar a “rivalidade” entre escravas e senhoras. Essas narrativas, então, preocuparam-se em destacar a violência praticada pelas mulheres proprietárias, enfatizando o ciúme como razão para as querelas; açoites, prisões em calabouços ou porões, mutilação de parte do corpo e queimaduras foram algumas dessas violências. Há narrativas em que se chega a afirmar a perversidade de senhoras brancas em servir à mesa partes dos corpos de cativas que, por algum motivo, haviam lhes contrariado<sup>227</sup>. Mott (1991), escrevendo sobre mulheres e escravidão, afirma que “a mulher proprietária de escravos aprendeu direitinho a ser senhora e o foi, nos mínimos detalhes, seja alforriando seja castigando, premiando ou punindo”<sup>228</sup>.

A despeito do descontentamento e da perseguição de sua senhora, Joana continuou a labutar na fazenda, agora acompanhada de seu pequeno filho. Certo dia, estava ela a remexer um tacho de caldo de cana e a criança em sua volta, brincando e andando de um lado para outro quando, de repente, ele caiu dentro do tacho com líquido fervendo. A negra reage impulsivamente e mergulha suas mãos dentro da fervura para tentar retirar o filho e, se não fossem os/as demais a sua volta lhe segurarem, também teria se atirado dentro do tacho – essa era a explicação para a deficiência em suas mãos. Como ficou inválida para o trabalho, foi alforriada, passando a vagar de fazenda em fazenda pedindo esmolas e chorando de saudades do filho e de Joaquim.

---

<sup>227</sup> Gilberto Freyre (2002) cita o caso de sinhás que “mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentre da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos [...] mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas” (FREYRE, 2002, p. 392-393).

<sup>228</sup> MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1991. p. 27.

As marcas que J. B. Félix Bulhões imprime ao corpo de Joana na crônica da década de 1940 não são muito distintas daquelas exaltadas por observadores/as do século XIX ao se referirem à população negra, particularmente, às mulheres. Schwarcz (1987), pensando as representações de negros/as em jornais paulistas publicados em diferentes momentos do século XIX, fala-nos sobre uma variedade delas: o/a negro/a em ocorrências policiais, o/a violento/a, aqueles/as envolvidos/as em notícias escandalosas, serviçal ou objeto de discursos científicos; anúncios, contos e notícias publicados pelos jornais referem-se a negros/as fugidos/as, alugados/as, libertos/as, feiticeiros/as, entre tantos/as outros/as. Trata-se de composições plurais e nuançadas que se complementam e se chocam, ao mesmo tempo<sup>229</sup>.

Apesar dessa pluralidade, percebe-se a insistência de algumas dessas representações. A fisionomia da preta Joana perturbava as lembranças de Bulhões, pois fazia-lhe recordar histórias de bruxas e o temor de ser levado por ela para alguma caverna tenebrosa. A deformidade nas mãos da ex-escravizada e, muito provavelmente, o fato de ser mulher negra, descrita como feia e trêmula, devem ter colaborado para as reminiscências temerosas do autor. A pertinência desse medo, certamente, relaciona-se a um conjunto discursivo que constrói representações negativas sobre os corpos negros, associando-os a feitiçaria, bruxaria, sujeira, ao crime e perigo; ou seja, as marcas de raça/cor alertavam para algum perigo ou desconfiança. Embora diferentes, e cada qual com seu enredo, muitas histórias procuram construir corpos femininos negros, escravizados ou não, como corpos marginais, abjetos, portadores de deformidades, capazes de despertar repulsas, suspeitas ou mesmo pena. É como se fossem portadores de

insígnias do regime da propriedade humana, e a naturalidade de uma violência, de uma ordem, uma configuração social assimétrica. [...] “evidência” de uma localização inferior, historicamente construída e naturalizada na cultura, como se ‘sempre tivesse sido assim’. A cada enunciação parecem dar a ler, e ainda, ensinar a ler, a ordem social, ao mesmo tempo em que escondem o caráter político daquela ordenação violenta e desigual dessa sociedade<sup>230</sup>.

As descrições acerca do corpo de Joana, e de tantas outras mulheres negras, lembramos o caso da Vênus de Hotentote, esquadrihada pela curiosidade em nome da ciência e para justificar diferenças e identidades. São corpos negros classificados e localizados historicamente de modo proposital, servindo ao discurso colonial como elo “de uma série de

---

<sup>229</sup> SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 99.

<sup>230</sup> CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Corpos que importam: lugares para a história. **Labrys, Études Féministes/Estudos Feministas**, n. 30, jul.2016/jun.2017. n.p.

diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural”<sup>231</sup>; são, ainda, corpos forjados nas/pelas relações de saber e poder nos quais imprimem-se definições sexuadas e racializadas.

Considerando a literatura de viagem como discurso produtor de efeitos de sentidos que corrobora para a construção de representações, compreendemos que a visão dos viajantes sobre as mulheres, particularmente as negras, atribuem sentidos às existências e vivências delas. Em outras palavras, as descrições e/ou invenções dos viajantes criam realidades a respeito dessas mulheres no intuito de ordenar o passado e orientar práticas sociais. Esses sentidos e significados atribuídos à(s) existência(s) feminina(s) racializada(s) estão inscritos na cultura e operam para a instituição de identidades e diferenças. Embora esse tipo de registro possua especificidades, muitos outros documentos/monumentos acompanharam algumas das ideias legadas pelos viajantes.

O estranhamento dos viajantes às coisas e pessoas do Novo Mundo é também um registro daquilo que constitui e escapa a norma. Além de expressar repulsa, desejo de conquista e dominação, essas narrativas são ainda marcadas pelo registro dos comportamentos exóticos, desviantes ou inadequados (ou, pelo menos, assim nomeados pelos viajantes). Tendo seus fundamentos alicerçados nos Estados modernos dos séculos XVIII e XIX, a norma torna-se importante instrumento de poder na instauração de uma sociedade padronizada e homogênea, em seus diversos aspectos, tais como: educação, saúde, processos e produção industrial, entre outros. Ao mesmo tempo em que procura homogeneizar as diferenças, a norma tem em si “um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares [...], pois individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças”<sup>232</sup>.

As representações do feminino nas narrativas de viagens, quase sempre construindo figuras desgraciosas e estereotipadas, (re)inventam hierarquias e classificações no sentido de produzir, ordenar e julgar lugares sociais, valores morais, hábitos e costumes. Ao acentuar as diferenças raciais, de procedência, língua, vestimentas, entre outros elementos que marcavam corpos e comportamentos de homens e mulheres negros/as, as narrativas de viagens permitem perceber a circulação de dizibilidade e visibilidade sobre determinados grupos sociais, além de nos informar acerca da conexão entre esses registros e os saberes produzidos sobre a classificação da espécie humana e ordenamento do social, tão presentes no final do século XVIII e decurso do XIX.

---

<sup>231</sup> BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. p. 107.

<sup>232</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 153-154.

Balizar temporalmente o início das discussões sobre classificação entre os seres humanos é tarefa complexa. Entretanto, sabemos que desde as grandes navegações e, conseqüentemente, do contato entre europeus e habitantes do Novo Mundo, há uma necessidade mais evidente em definir/conhecer o “outro”. Desde então, denominações diversas têm sido experimentadas no intento de construir explicações plausíveis ou convincentes para diferenças biológicas, culturais ou de procedência. Dentre essas denominações, o conceito de raça é um dos principais, cujo propósito esteve relacionado à organização de sistemas classificatórios da diferença. Embora se tenham notícias da utilização do termo desde o século XVI definindo grupos de pessoas reunidas por uma origem comum, apenas no final do século XVIII e no decorrer do XIX passou a ser empregado mais frequentemente em sentido biológico e com conotação científica. Atualmente, contudo, sabe-se que o termo é uma construção discursiva impossível de ser sustentada no terreno biológico ou genético, sendo, portanto, definida no âmbito histórico e cultural<sup>233</sup>.

Outro termo constantemente acionado para demarcar as diferenças sobre a espécie humana é a denominação mestiço/a ou mestiçagem, sendo que seu emprego também deve ser percebido de modo histórico e cultural, ou seja, não pode ser lido como natural e, assim, os significados atribuídos a ele variam no tempo e no espaço. Em uma tentativa de historicizar o termo, Larissa Viana (2007) procura localizar historicamente seus significados e usos, consciente de seu conteúdo hierarquizante e relativista. Em conformidade com a autora, percebemos que a ideia de mestiçagem não possui apenas conotação de “misturas” físicas ou culturais, mas “trata-se, antes, de um movimento hierárquico perpassado por relações de poder capazes de influenciar as relações cotidianas”<sup>234</sup>.

Nesse sentido, a mestiçagem não foi um elemento natural, mas um conjunto de saberes, discursos e estratégias que atuaram (e ainda atuam) na conformação de diferenças e identidades. Para se ter uma ideia, o mestiço (ou indivíduo construído como tal) que no século XVII almejasse conquistar um título em alguma ordem militar poderia enfrentar problemas para alcançar tal intento; isso porque poderia ser classificado como alguém impuro, por apresentar alguma mancha de “raças infectas”, herdada de algum/a ascendente. Acontece, no entanto, que essas determinações eram também transitórias, podendo variar de acordo com as circunstâncias, cuja “fama pública” muito influenciava. Em outras palavras: “a fama de um

---

<sup>233</sup> HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, ano VIII, n. 2. Disponível em: [http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/#\\_edn4](http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/#_edn4). Acesso em: 12 jun. 2018.

<sup>234</sup> VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. p. 42.

indivíduo era sempre relativa e socialmente construída no interior da comunidade à qual pertencia”<sup>235</sup>. A pertinência da afirmação está exatamente nos casos de mestiços que encontraram brechas e puderam contornar estigmas ligados à mestiçagem, assumindo posições de prestígio na sociedade colonial.

Tratando especialmente de Portugal e do Ultramar, Viana (2007) prossegue informando que os estatutos de “pureza” já haviam se proliferado no século XVII, incorporando-se nos meios religiosos e políticos das instituições, fazendo parte das relações sociais. Contudo, elas tornavam-se cada vez mais complexas à medida que se intensificavam as alforrias e a mestiçagem no também crescente Império Português. A incorporação de novos elementos ao corpo do Império tornava as relações cada vez mais tensas e ameaçadoras à ordem social, sendo preciso produzir categorias de classificação que organizassem as funções e o lugar social dos grupos; desse modo, a ideia de “impureza” do sangue mestiço viria bem a calhar. A observância à ascendência e aparência física passavam, então, a imputar a condição de mestiço a um indivíduo. Apesar da afirmação, não podemos perder de vista que, em ambos os casos, as diferenças não se dão no âmbito do natural, mas das construções culturais e políticas atravessadas pelas relações de poder.

É de se imaginar que os viajantes do século XIX não estivessem alheios a essas discussões, pois, provavelmente, a maioria deles teve acesso as discussões acerca das teorias raciais que se formulavam naquele momento. Essas elucubrações certamente influenciaram suas narrativas, considerando que seus discursos operavam no sentido de construir classificações, ordenações e hierarquias entre as populações observadas. Em diversas passagens de seus textos, utilizaram-se de termos que podem ser lidos como instituidores de alguma “classificação racial”. Contudo, embora deixem perceber a intenção classificatória, o emprego de termos como negros/as, pretos/as e mulatos/as parece não ter seguido preceitos claros ou fixos, podendo os significados atribuídos a cada um deles serem alterados de acordo com o emissor, sua localidade ou intencionalidade.

Os significados atribuídos a esses termos são cambiantes e polissêmicos, impossíveis de serem reduzidos apenas a atributos físicos e, portanto, precisam ser pensados em sua historicidade. Dizem respeito a historicidade das percepções e classificações raciais como

---

<sup>235</sup> VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. p. 48.



parte de “um jogo de forças múltiplas, de códigos válidos para determinadas situações, mas não para outras, de regras e transgressões, de combinações entre controle e tolerância”<sup>236</sup>.

Saint-Hilaire (1974), ao passar por Goiás, parece ter se preocupado em registrar as “marcas raciais” de algumas das pessoas com quem esteve ou observou. Essas marcas justificavam alguns dos comentários e percepções do viajante sobre o comportamento de indivíduos ou conjunto de pessoas. A procedência e a mistura da população justificariam, até mesmo, a situação de pobreza e decadência visualizada pelo narrador. Uma das personagens que estivera bem próxima a Saint-Hilaire durante boa parte da viagem, e sobre quem recaiu alguns dos julgamentos do viajante, foi seu arrieiro, José Mariano. O homem, descrito como habilidoso e inteligente, ajudou a tornar a viagem menos tediosa ao manter, com o chefe da expedição, ligeiras conversas. Porém, ao mesmo tempo, provocava algumas contrariedades por não executar, com eficiência, todas as suas tarefas. Em uma de suas reclamações atribui as falhas de seu arrieiro a mestiçagem:

antes de deixar o Rancho das Areias não consegui escapar a uma discussão com José Mariano, o que já tinha acontecido várias vezes. Esse homem, tão correto no início da viagem, deixava-se dominar agora pelas esquisitices do seu temperamento. [...] deixava frequentemente de cumprir suas obrigações e o seu comportamento se tornara insuportável. Tinha uma habilidade fora do comum, e bastante inteligência, o que me permitia manter ligeiras conversas com ele. [...] Esses homens, geralmente mestiços, têm a inconsistência inata dos negros e dos índios. Faltam-lhes princípios morais básicos, e a maioria não tem família<sup>237</sup>.

No trecho destacado, Saint-Hilaire associa a mestiçagem aos/as negros/as e indígenas, especificamente. Considerando tratar-se do início do século XIX, e por ter Goiás uma estrutura administrativa minimamente constituída, o viajante, possivelmente, está compreendendo o intercuro entre europeus – que migraram para região no século anterior em razão da exploração do ouro e instituição da máquina administrativa –, negros/as e indígenas. Pelo que se pode notar no registro do autor, sua concepção de mestiçagem estava alicerçada na reprovação da ascendência dos mestiços e nos defeitos, nas fraquezas e nas imperfeições em que essas misturas poderiam resultar: uma gente inconsistente.

A afirmação do viajante sobre a inconsistência dos mestiços faz parte de toda uma maquinaria que está empenhada em (re)produzir identidades, assimetrias e preconceitos. Nesse tocante, a mestiçagem aparece como justificativa para o atraso, a degeneração ou o

---

<sup>236</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 22.

<sup>237</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 46.

fracasso daquela população. Assim, o olhar do viajante está desenhando e ordenando a sociedade de acordo com sua visão de mundo e segundo todo um conjunto discursivo emergente naquele momento. Para Saint-Hilaire, mesmo José Mariano sendo inteligente e habilidoso deixava-se dominar pela inconsistência proveniente de sua “mistura racial”, isto é, a mestiçagem parecia um fator determinante para essa população, pois, ainda que tivessem outros predicados, eram essas marcas que a definia. A mestiçagem era, ainda, causa e efeito da moralidade deturpada e da ausência de famílias, questões bastante problemáticas para esses observadores e lamentadas em diferentes ocasiões em suas narrativas.

Compreendendo que o emprego dos termos mestiço/a e mestiçagem são descontínuos, percebem-se mudanças no seu uso ao longo dos séculos XIX e XX, quando parecem estar mais alinhados a fatores biológicos e naturais. As disputas em torno de suas definições indicavam as incertezas e as esperanças sobre o futuro dos habitantes do território brasileiro; em torno delas também giraram as discussões a respeito da constituição de uma identidade nacional, algo que pudesse dizer quem eram e como se constituíam os/as brasileiros/as. Os elos entre raça, mestiçagem e identidade nacional suscitaram acaloradas discussões, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando se nota maior empenho – envolvendo, inclusive, a figura do imperador – em forjar uma história e identidade nacionais. As discussões sobre a questão ainda são latentes, tendo perpassado as obras de diversos/as intelectuais do país e fora dele<sup>238</sup>.

No final do século XVIII e início do XIX, o uso do termo raça envolvia a discussão acerca da ideia de unicidade ou pluralidade das espécies humanas. Os defensores da primeira entendiam que as diferenças eram produzidas ao longo do tempo, influenciadas por fatores como: clima, alimentação e contato com os outros. Em seus estudos, utilizavam-se do método naturalista, por meio do qual buscavam-se aspectos naturais que pudessem justificar as diferenças entre as raças. O termo é, portanto, utilizado com o princípio de apontar as diferenças entre grupos e indivíduos. A craniologia estava entre esses métodos, e consistia em estudos acerca da configuração do crânio, especificamente, suas medidas, sendo que, a partir

---

<sup>238</sup> Autores como Francisco Adolfo Varnhagem, Capitrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, dentre tantos outros, ao tentarem explicar a história colonial brasileira, envolveram-se com a temática da mestiçagem adotando caminhos diversos para explicá-la e seus efeitos. Na maioria dos casos, a discussão referia-se a aspectos biológicos e comportamentais. Para uma síntese sobre o pensamento desses autores ver: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2007.

delas, inferia-se as probabilidades de os indivíduos comportarem-se dessa ou daquela maneira<sup>239</sup>.

Os/as defensores/as de outra perspectiva teórica, chamada de poligenismo, defendiam a existência de mais de uma espécie humana; para parte deles/as haveria duas espécies e cada uma delas se dividiria em várias raças. A identificação delas dependeria das medidas do crânio associadas a outro elemento, melhor identificável externamente: a cor. Contudo, adverte-se que o mais importante em qualquer uma das perspectivas teóricas apresentadas é o exercício de classificação e de diferenciação a partir de oposições. Nas palavras de Lima (1994), o que estava em jogo era “a construção, na realidade, de molduras capazes de dominar e controlar seus contornos múltiplos”<sup>240</sup>.

Outra questão que perpassava as discussões sobre a classificação humana diz respeito ao cruzamento entre espécies e/ou raças, podendo-se dizer que a definição desses termos e a preocupação com os cruzamentos está associada a um ordenamento e controle da mestiçagem. Dessa forma, impunha-se na ordem discursiva uma série de argumentos cuja intencionalidade estava em inviabilizar, impedir ou condenar a prática de mestiçagem. Entre esses argumentos pode-se destacar a noção de que o cruzamento entre diferentes geraria indivíduos estéreis ou produziria sujeitos fracos e degenerados – estas discussões em torno do assunto estenderam-se por décadas, atravessando os séculos seguintes. No decurso do século XIX, contudo, os estudos de Darwin, referentes a evolução das espécies, influenciaram fortemente as análises vindouras.

Apesar da suspeição em relação a mestiçagem, a ausência de consenso para defini-la e a falta de conhecimento acerca de suas consequências, desde o final do século XVIII alguns estudiosos compreendiam a impossibilidade de se falar em pureza de sangue, visto que a história da humanidade está fortemente marcada pelos cruzamentos. De todo modo, muitos desses estudos entendiam a mestiçagem como transgressão as leis naturais, responsável pela geração de indivíduos degenerados, estéreis ou inferiores. Por outro lado, havia quem enxergasse a mestiçagem positivamente – ao menos a longo prazo –, pois, após sucessivos cruzamentos, a população branca imporia sua superioridade racial às demais, eliminando

---

<sup>239</sup> LIMA, Ivana Stolze. **O Brasil mestiço**: discursos e práticas sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. 1994. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994. p. 39-40.

<sup>240</sup> LIMA, Ivana Stolze. **O Brasil mestiço**: discursos e práticas sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. 1994. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994. p. 41.

traços de degeneração. Assim, até a materialização dessa perspectiva, mestiços/as continuariam a ocupar posição de inferioridade em relação aos/as brancos/as.

Sumariamente, esse teria sido o panorama das discussões em relação a mestiçagem ao longo do século XVIII e início do XIX. Somente na segunda metade dos oitocentos, com o progresso da ciência, que o saber ocidental passa a formular e experimentar outras hipóteses sobre o tema. No entanto, se por um lado as teorias científicas caminhavam lentamente, por outro, os aspectos políticos passavam a ser cada vez mais presentes nas discussões a respeito da mestiçagem. A esse respeito, considera Munanga:

por falta de qualquer conhecimento preciso sobre as leis da hereditariedade, o saber ocidental não conquistou progresso até a segunda metade do século XIX. As alternativas teóricas permaneceram em grande parte as mesmas, mas, cada vez mais, na medida em que o tempo passava, elas assumiam também aspectos políticos. Os frutos da mestiçagem, antes objeto da história natural, estavam se transformando em sujeitos da história civil<sup>241</sup>.

Os viajantes, de passagem por Goiás e outras regiões do país, em sua maioria instruídos e interessados nas discussões sobre história da humanidade e classificação dos seres, muito provavelmente acompanhavam, influenciavam e ajudavam a construir as concepções de raça, espécie(s) humana(s) e mestiçagem. Ademais, seus discursos atuavam na instituição e ordenação de práticas sociais, orientando comportamentos e etiquetando a população. Embora as representações formuladas sobre as sociedades colonizadas fossem, de um modo geral, desqualificantes, as referências a homens e mulheres mestiços/as parecem ainda mais degradantes. Trata-se de um jogo discursivo, do ponto de vista dos poderes em movimento, formando e informando as diferenças. Essas diferenças apontadas pelos viajantes ao nomear o/a mestiço/a, o/a negro/a ou o/a mulato/a não são naturais, mas estabelecidas no âmbito da cultura e, além de apontarem para uma ordenação dos corpos e comportamentos, também serviram à produção de identidades.

Considerando o período em que os viajantes passaram por Goiás – primeira metade do século XIX –, parece correto afirmar tratar-se de momento de indefinições e incertezas em relação a ideia de mestiçagem, sendo incerta até mesmo a elaboração de definições como as de espécie(s) humana(s) e raça(s). Por essa razão, é complicado precisar a utilização dos diversos termos empregados por eles para classificar a população, tais como: nativos/as, crioulos/as, mestiços/as, mulatos/as, pretos/as, brancos/as, negros/as, escravos/as e outros. O

---

<sup>241</sup> MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 29.

olhar do viajante, neste sentido, é como um feixe de luz de um caleidoscópio, tornando visível apenas parte do observado e, por isso, são parciais e localizados. Entretanto, nosso interesse não está em precisar definições para esses termos, mas perceber a formulação deles como parte de uma maquinaria que produz esferas de branquitude, negritude ou mesmo mestiçagem, como na passagem em que Saint-Hilaire (1974) tece observações sobre o capelão de Jaraguá:

o capelão de Jaraguá era mulato. Já elogiei sua cortesia, mas havia nele uns laivos de humildade cuja origem é a situação de inferioridade em que são mantidas as pessoas mestiças na sociedade brasileira (1819) e que elas nunca esquecem quando se acham no meio dos brancos. Essa inferioridade não existe realmente, se se comparar a inteligência de uns e de outros. Poderíamos mesmo afirmar que os mulatos tem mais vivacidade de espírito e mais facilidade para aprender as coisas do que as pessoas da raça caucásica pura. Contudo, mostram a inata inconsistência da raça africana e todos eles, filhos ou netos de escravos, têm sentimentos menos elevados que os brancos, sobre os quais, entretanto, não deixam de se refletir fortemente os vícios da escravidão<sup>242</sup>.

Interessante as observações que faz Saint-Hilaire sobre o Capelão de Jaraguá. A classificação mulato colocava-o entre dois mundos, nem sempre coerentes, claros ou acomodados, mas inventados como premissa de uma sociedade hierarquizada: de um lado, os/as mulatos/as aproximavam-se da servidão e, de outro, afastavam-se dela. Contudo, como temos demonstrado até aqui, a população tramada nos trópicos era mais complexa que essa dicotomia entre ser ou não cativo/a – os/as mulatos/as eram um desses grupos que desestabilizavam a possibilidade de uma estrutura hierárquica rígida. Sobre esse grupo, todavia, recaia algumas singularidades como aponta Pessoa (2013): além de terem pais de lugares distintos, pesava, sobretudo, a proximidade com a escravidão; em outras palavras, uma provável ascendência escrava. Ademais, os/as mulatos/as eram, em sua maioria, frutos de relações fortuitas, não reconhecidas como prática conjugal legalmente válida para o período<sup>243</sup>.

O capelão de Jaraguá parece ter sido alguém que soube gerenciar bem as estruturas hierárquicas daquela sociedade e aproveitar-se de suas nuances. As atribuições elogiosas feitas a seu respeito pelo viajante estrangeiro demonstram como estavam embaralhadas as identidades “raciais” inventadas naquele contexto, pois o viajante reconhecia nele várias qualidades nobres e enfatizava as ações positivas daquele homem em prol da igreja e da

---

<sup>242</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 44.

<sup>243</sup> PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente de sorte: a invenção dos mulatos no Brasil Colonial**. Goiânia: Ed. da UFG, 2013. p. 21.

população local. A gentileza, o domínio de outras línguas, o conhecimento filosófico e outros predicados não foram suficientes, entretanto, para “apagar” as marcas “raciais” atribuídas ao religioso. Assim, na impossibilidade de desqualificar a inteligência, o trabalho ou a moralidade do homem, restou a Saint-Hilaire recorrer a algo bastante subjetivo: “laivos de humildade”, que foi a expressão utilizada para justificar a condição de mestiço e inferioridade do capelão.

A continuação das considerações do autor insiste na inferioridade e na inconsistência dos descendentes de africanos, além de responsabilizar a escravidão pelos vícios dos/as mestiços/as. Nesse mesmo trecho, percebe-se que a construção de identidades raciais envolvia mais elementos do que aqueles ditos naturais, ou seja, mesmo aparentemente tendo utilizado a descendência africana e/ou escrava para justificar a inconsistência do mestiço, a construção de sua inferioridade se efetiva no âmbito político: os/as brancos/as manteriam as pessoas mestiças nessa condição, de modo que eles nunca se esqueçam que estão em posição de desigualdade e inferioridade. Observa-se, dessa feita, que as representações sobre eles/as possuem uma regularidade discursiva, com intencionalidade de recolocar as coisas no lugar.

Pohl e Gardner também registraram as diferenças entre a população, uma vez que ambos se utilizaram dos qualitativos “raciais”, procedência, comportamento e posição social para tecer seus relatos e explicitar classificações. O termo raça não foi incomum a nenhum dos dois. Para se ter uma ideia, o viajante austríaco, ao passar por Meia Ponte, observou que a maioria dos habitantes era “de nativos ou crioulos de raça mestiça e mulatos pobres”<sup>244</sup>. Já o botânico inglês Gardner, ao refletir sobre a diversidade no Brasil, ponderou:

as raças mestiças recebem nomes diferentes dos que lhes dão em territórios espanhóis. Os descendentes de europeus e negros chamam-se mulatos; os de europeus índios indígenas [sic], mamelucos; os de negros e índios, caboclos; os de mulatos e negros, cabras; o termo crioulo aplica-se à descendência dos negros<sup>245</sup>.

Se pensarmos em termos de regularidade discursiva, podemos dizer que os registros deixados pelos viajantes citados percebem a mestiçagem como elemento desabonador; mesmo reconhecendo os valores dessa gente, ora ou outra acabam deixando escapar características que denunciavam o olhar classificador e de suspeição sobre os/as mestiços/as. Percebe-se, também, que a invenção dessas diferenças entre eles e os “outros” são articuladas em torno de

---

<sup>244</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 116.

<sup>245</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 27.

dispositivos diversos de poder presentes em discursos, leis e instituições, com a intenção de forjar identidades e lugares sociais. As invenções sobre os/as mestiços/as envolvem, então, elementos como “pureza de sangue”, ascendência, raça/cor, atributos físicos, origem e as interações sociais de dado contexto.

Embora os viajantes do início do século XIX se utilizassem dos termos raça e mestiço/a como parte do seu vocabulário, e evidenciassem as diferenças entre a população dos trópicos como forma de distinção, faltavam-lhes aportes científicos, vivência e conhecimento sobre as relações étnicas e sociais do país, dificultando a compreensão sobre vários aspectos daquela sociedade. As inúmeras possibilidades de cruzamento, a quantidade de alforriados/as e as proximidades materiais e comportamentais entre libertos/as, escravos/as e pobres mestiços/as tornavam esse entendimento ainda mais intrincado. Mesmo acompanhando as discussões sobre raça e mestiçagem<sup>246</sup>, não podemos afirmar que a denominação tenha sido utilizada na acepção que ganhou a partir da segunda metade do século XIX, pois, conforme afirmado anteriormente, seu uso não está relacionado apenas a aspectos biológicos ou naturais, mas também políticos e culturais.

Aliás, a mestiçagem observada no Brasil parece ter causado alguma confusão ou imprecisão nas referências feitas pelos viajantes estrangeiros. Evidentemente, a variedade que anotaram sobre a população não ignorou a cor da pele, mas não se restringiu a esse aspecto, utilizando-se de elementos relacionados ao comportamento e a herança africana e escravista para justificarem qualificações como negro/a, preto/a, pardo/a, crioulo/a, cabra e mulato/a. Esses termos formavam uma espécie de linguagem racial em que a menção a “cor” aparecia em momentos específicos, na intencionalidade de desclassificar ou depreciar socialmente um indivíduo. Reis e Silva (1989), por exemplo, estudando o desenrolar dos acontecimentos da Independência na Bahia, alertam para a existência de várias forças sociais existentes entre grupos que se imaginavam coesos, divisões étnicas, ideológicas, políticas e sociais<sup>247</sup>. Essa linguagem, portanto, servia para a construção de identidades raciais e políticas.

Essa linguagem racial, embora certamente causasse certa confusão aos viajantes, ajuda-nos a pensar sobre como esses homens construíram identidades raciais a partir de suas observações da sociedade brasileira; não é difícil imaginar que, em muitos casos, nem mesmo

---

<sup>246</sup> Importante lembrar que, em alguns casos, a publicação dos escritos do viajante estava distante temporalmente do momento da viagem. Saint-Hilaire, por exemplo, esteve no Brasil entre 1816 e 1822 e sua obra, no entanto, foi publicada apenas no final da década de 1840. Além disso, estudos sobre as narrativas de viagens chamam a atenção para a circulação e troca de informações entre viajantes, complementando ou revisando informações.

<sup>247</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-80.

souberam ou puderam fazer essa distinção. Gardner (1975) talvez tenha sido, entre os viajantes mencionados, quem mais se preocupou em esclarecer os termos “raciais” utilizados para a qualificação da sociedade brasileira, uma vez que a intenção do viajante estava em ressaltar as diferentes nomenclaturas utilizadas na Espanha e no Brasil, e dizia respeito aos nomes atribuídos aos indivíduos fruto de algum cruzamento.

Interessante perceber que, embora mencione termos como mameluco, caboclo e cabra, eles não são empregados ao longo das narrativas desses viajantes e, quando descrevem numericamente a população, utilizam-se apenas das categorias: brancos/as, negros/as, mulatos/as, escravos/as. Com exceção dos/as escravos/as, essas classificações foram, normalmente, acompanhadas do estado civil dessa população (casado/a ou solteiro/a). As denominações negros/as e mulatos/as são empregadas sem maiores informações, ou seja, se tinham nascido livres ou haviam conquistado a liberdade em algum momento de suas vidas. É bem provável que os viajantes não tivessem elementos suficientes para fazer esse tipo de distinção, acabando por diluir cores/raça em categorias genéricas. A esse respeito, Ilka Boaventura Leite observa:

deparando-se com libertos e escravos – os primeiros ocupando várias posições na sociedade – e com um grande número de mestiços de negros com brancos, os viajantes nem sempre conseguiram estabelecer uma relação entre procedência, cor da pele e posição social. Tornava-se difícil, para eles, formular um critério de classificação para a população do Brasil. Isto justifica, talvez, o fato de terem utilizado, às vezes, fórmulas tão variadas para identificação de negros, brancos, mulatos e também de escravos ou libertos<sup>248</sup>.

Apesar das indefinições, os olhares estrangeiros não foram tão levianos ou displicentes; pelo contrário, serviram para marcar e identificar a população, buscando maneiras de nomear diferenças e ordenar o social. Aliás, esse processo de definição/invenção sobre os corpos – se brancos/as, negros/as ou mulatos/as – faz parte da engenharia de construção e conformação dos corpos e comportamentos. As classificações raciais são, portanto, parte de um jogo identitário mais amplo, que envolve outras denominações e servem à invenção de identidades mestiças e de um Goiás decadente. Nesses termos, o olhar do viajante transforma o “outro” em atrasado, indolente e imoral; um “outro” irracional que age guiado pelos instintos, por sua condição inferior de mestiço/a e não pela razão, sendo as mulheres alvo principal desses julgamentos, sobretudo, o corpo das negras, construído como lugar da alteridade, do “não-europeu”. A esse respeito, Rago se pronuncia da seguinte forma:

---

<sup>248</sup> LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996. p. 109.



a fantasia e o desejo coloniais transformam o outro em corpo exótico, expressão da irracionalidade e da sensualidade excessiva, domínio absoluto de instinto sobre a razão, logo, incapacidade de autogoverno. Em especial, é a figura feminina que se torna o principal repositório dos preconceitos sexuais e das estigmatizações construídas cientificamente desde as teorias da degenerescência, que floresceram na Europa do século XIX<sup>249</sup>.

Ao analisarmos os encontros entre viajantes e suas tropas com algumas mulheres negras, mulatas ou escravas, percebemos a pertinência das observações da autora. Esses encontros são comumente marcados por alguma tensão, além de indicarem o estranhamento dos observadores em relação aos aspectos físicos e psicológicos delas – daí a necessidade de marcar a diferença a partir de elementos como: aparência física, vestimentas, trabalhos, modos de andar, esconder, sentar, etc. As anotações não se limitaram aos aspectos externos, mas também diziam respeito a um provável comportamento psicológico, afirmando certa inclinação para a prostituição e imoralidade, como se estes fossem destinos naturais às mulheres negras e pobres ou àquelas desamparadas – como se, em algum momento de suas vidas, a “fragilidade” ou o “pecado”, que dizem guardar em seus corpos, afluísse.

Apesar desse olhar esquadrihador, os viajantes nem sempre fizeram distinção entre livres, libertas ou mesmo escravas, embora seja possível perceber, nos textos analisados, que os termos escravas e mulatas parecem não compor o mesmo campo semântico<sup>250</sup>, ou seja, não há menção a mulatas escravas. Ainda sobre esse processo classificatório, é interessante ressaltar que, se por um lado, os olhares dos viajantes pouco enxergaram as mulheres brancas de elite, segundo eles, ausentes dos espaços públicos e protegidas pelos maridos ou familiares, as mulheres negras são visíveis a partir de sua presença nas ruas, hospedarias, cozinhas, beira dos rios ou realizando algum serviço doméstico. Os estudos de Leite (1996) a respeito de escravos/as e libertos/as na literatura de viagem, em Minas Gerais do século XIX, apontam que as referências às mulheres negras estavam, usualmente, associadas ao trabalho que desenvolviam, a reprodução de braços escravos e a ações alusivas à sexualidade e afetividade. Na visão da autora, o contato dos viajantes com as mulheres negras

---

<sup>249</sup> RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. **Labrys, Estudos Feministas**, v. 1, n. 13, n.p, jan./jun. 2008. n.p.

<sup>250</sup> Em conformidade com outros estudos, como os de Ivana Stolze Lima (1994; 2003), percebemos que os viajantes consultados não associam o termo mulata à escravidão. O termo, normalmente, aparece sem especificação da condição social ou complementado pela informação de que eram livres. Apesar dessa observação, ressalta-se que a análise dos termos deve levar em consideração a situação discursiva em que são mencionados, no intuito de verificar o sentido atribuído ao vocábulo.

se dava de forma diferente, já que estas frequentavam os salões de festas e os espaços reservados aos senhores nas residências onde se hospedavam os viajantes, como serviçais. Isso explica, em parte, porque as referências a esses grupos aparecem, sobretudo, associadas à ideia de trabalho. Em seguida, encontramos a ‘mulher de cor’ como ‘reprodutora’ de braços escravos, e também em papéis vinculados à vida sexual e afetiva<sup>251</sup>.

As menções de Saint-Hilaire, Pohl e Gardner a respeito das mulheres negras de Goiás aproximam-se, em alguns aspectos, das constatações feitas pelos estudos de Leite (1996), uma vez que a maioria das alusões sobre elas associaram-nas ao trabalho ou a vida sexual e afetiva. Não são comuns, no entanto, referências as mulheres escravas como reprodutoras, estratégia que poderia elevar o número de cativos/as. Entretanto, dado o esgotamento da atividade mineradora, o tímido comércio da região, o predomínio de fazendas de criação de gado e a grande quantidade de negros/as e mestiços/as livres, os viajantes podem ter compreendido não fazer sentido o incentivo à reprodução de braços escravos que, nesse cenário, poderia ser uma prática desvantajosa.

Outro fator a ser considerado nessa reflexão diz respeito ao período em que os viajantes em questão passaram pela região. A preocupação com a reposição da mão de obra escrava, por meio do nascimento, intensificou-se somente com o fim do tráfico em 1850; antes disso, adquiri-los/as por meio da compra parece ter sido uma alternativa mais plausível. Talvez por isso não haja registros sobre a questão nas narrativas dos viajantes, especialmente quando remetem a primeira metade do século XIX. Certamente, a problemática não fazia parte do repertório inventivo deles, fosse por não existir, por não conseguir visualizá-la ou por registros desse tipo não interessarem às narrativas produzidas.

Apenas Saint-Hilaire, de passagem pela fazenda de Joaquim Alves de Oliveira, comandante de Meia Ponte, faz alguma observação sobre a gestação das escravas. Durante a visita, elogia a organização e a beleza da propriedade; segundo ele, tratava-se da mais bela fazenda que encontrou pela região de Goiás. Enalteceu, ainda, a conservação da casa e a disposição dos cômodos e do engenho-de-açúcar. Da sala de jantar ou da varanda era possível observar o trabalho e a movimentação dos/as trabalhadores/as na caldeira e no moinho de cana. De um dos lados da casa estava o alojamento para escravos/as casados/as, dividido por paredes e coberto por telhas. Ainda de acordo com o viajante, Joaquim Alves era um senhor

---

<sup>251</sup> LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996. p. 131.

que mantinha seus/suas escravos/as bem alimentados/as, vestidos/as e preocupava-se em cuidar deles/as quando doentes<sup>252</sup>.

Como parte desse “zelo”, o proprietário promovia, anualmente, casamentos entre seus/suas cativos/as. As crianças que nasciam ali ficavam sob a responsabilidade de suas mães, que voltavam ao trabalho na lavoura apenas quando as crias já dispensavam seus cuidados; depois disso, eram entregues a uma única mulher, que se encarregava da tarefa de cuidar das crianças<sup>253</sup>. Para Leite (1996), essa preocupação de alguns senhores em promover casamentos entre cativos/as, garantir à mãe acompanhar o/a filho/a e depois providenciar o zelo para as crianças nascidas em sua propriedade pode ser compreendida como uma forma de incentivar o nascimento de novos/as escravos/as. De acordo com a autora, quando os viajantes mostram “uma imagem humanizada da escravidão, registrando os cuidados com a maternidade – trabalhos mais leves, contato mais estreito entre a mãe e o filho, ou incentivo aos casamentos entre escravos –, não escondem o interesse do sistema escravista em superar a escassez de mão-de-obra”<sup>254</sup>.

Embora seja compreensível que a prática de incentivar a reprodução tenha sido mais usual após a proibição definitiva do tráfico transatlântico, não é difícil imaginar que, em uma região onde a logística para obtenção de novos/as escravos/as poderia ser complicada, o estímulo à reprodução das escravas fosse uma alternativa possível, ou pelo menos considerada como um ganho, mesmo durante a primeira metade do século XIX. Por outro lado, esses “cuidados” e incentivos poderiam estar relacionados a estratégias e negociações arquitetadas por senhores/as e escravos/as: de um lado, representavam a possibilidade de manutenção da ordem e paz nas senzalas, de apego ao lugar e ao senhor e, de outro, as ações de escravos/as na tentativa de construir um cativo melhor e, quiçá, mais justo.

Advertimos, entretanto, que os modos de ver e dizer dos viajantes são permeados por pluralidades, conotando as suas narrativas alguns contrassensos. Com isso, queremos dizer que um mesmo viajante pode, em suas obras, fazer observações que, a nosso ver, são contraditórias. Desta forma, o importante é não as tomar como generalizantes e reconhecer a diversidade e a contradição dos visitados e visitantes (e do historiador que agora revisita essas obras). A descrição sobre o bom tratamento dispensado aos/às escravizados/as, especialmente

---

<sup>252</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 98.

<sup>253</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 98-99.

<sup>254</sup> LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996. p. 133.

o cuidado com as parturientes da fazenda de Joaquim Alves de Oliveira, feita por Saint-Hilaire, por exemplo, parece não ser algo recorrente naquele período. O próprio autor, em outra obra, afirma que muitas mulheres escravas voltavam ao trabalho logo após o parto, ficando impedidas de cuidar de seus/suas filhos/as de maneira adequada, elevando o número de mortalidade desses/as menores<sup>255</sup>.

Ainda sobre a visita de Saint-Hilaire a fazenda do comandante de Meia Ponte, parece-nos interessante destacar o tom elogioso – algo incomum aos estrangeiros de passagem pela região – à construção e administração da propriedade. A descrição que o viajante faz do proprietário e da construção indicam seu apreço pela organização e pelo controle sobre as pessoas e os trabalhos que executavam. A arquitetura da casa, segundo o relato, era simples, mas projetada para que o proprietário ou encarregado pudesse ter controle sobre todas as atividades realizadas ali. Os espaços de trabalho, como o engenho, estavam conectados aos demais cômodos públicos da casa, estando apenas os quartos dispostos de modo mais reservados – o que parece despertar apreço no viajante não é apenas a engenhosidade da propriedade e seu dono, mas o controle e a vigilância que a arquitetura permitia.

Do mesmo modo, as narrativas acerca dos “direitos” dos/as escravizados/as na fazenda, tais como dispor de um pedaço de terra para cultivar, ter uma venda com produtos que agradavam os/as negros/as, ser bem alimentados/as e vestidos/as e receber cuidados quando doentes, não parecem estar relacionadas a preocupações humanitárias, mas também à manutenção da ordem. Na visão de Saint-Hilaire, essas ações coíbiam a ociosidade, evitavam a tentação do roubo e contribuíam para que os/as escravizados/as se apegassem ao lugar e se tornassem mais produtivos/as. O que estava em jogo, então, era toda a maquinaria construída para controlar e disciplinar os corpos cativos, tornando-os corpos dóceis e úteis economicamente.

### **3.2 Conformação de Corpos Femininos Negros: trabalho e sexualidade**

Por falar em corpos úteis, muitos corpos femininos, sobretudo os negros, “entraram” para a história a partir dos registros que outros/as fizeram de seus trabalhos; aliás, o trabalho

---

<sup>255</sup> SAINT-HILAIRE, 1974 *apud* MOTT, Maria Lúcia de Barros. A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, p. 57-68, 1979. As análises da autora, considerando as obras de viagens, apontam para o desinteresse dos/as proprietários/as de escravos, durante a primeira metade do século XIX, em fomentar o nascimento de crianças escravas em suas propriedades.

parece ter sido uma preocupação constante nos relatos dos viajantes que estiveram em Goiás. Remeteram-se ao tema em diversos momentos de suas narrativas, na maior parte das vezes para desabonar os trabalhos realizados pelos homens e pelas mulheres que encontraram pelo caminho. Empenharam-se, ainda, em expressar a incapacidade daquela gente em explorar as riquezas que poderiam ser produzidas a partir do manuseio adequado das terras.

Ao passar por Vila Boa, Saint-Hilaire registrou, superficialmente, que a maior parte dos habitantes estava empregada em serviços públicos, enquanto outros eram comerciantes e alguns viviam do cultivo da terra. Havia, também, os/as artesões/ãs que, concomitantemente, dedicavam-se a vários ofícios: produziam velas, lápis ou faziam consertos<sup>256</sup>. Pohl indicou que parte da população da capital vivia do comércio, alguns de ofícios manuais e outros/as da lavoura, sendo raros aqueles/as que se dedicavam à mineração do ouro<sup>257</sup>. Nas demais vilas e povoados, segundo descrição desses autores, a maior parte da população se ocupava de atividades agropastoris, a qual foi também a principal ocupação no norte de Goiás. Segundo relatos de Gardner, a maioria da população se dedicava a atividades relacionadas a agricultura ou pecuária, sendo daí que vinham artigos para serem vendidos nas vilas<sup>258</sup>.

Pohl (1976), ao passar pelo Arraial de Corumbá, observa, por exemplo, a dificuldade em se encontrar alimentos como feijão e milho, pois, segundo ele, eram produzidos em pequena quantidade. Ao ouvir as lamentações do capelão local sobre a pobreza dos habitantes, pensou que o homem “deveria antes se queixar da preguiça deles, pois aqui o solo, a mata e a serra abundam em riquezas para o homem laborioso”<sup>259</sup>.

Saint-Hilaire (1975) também teceu comentários a esse respeito. Estando em Vila Boa e tendo conhecido Fernando Delgado, governador de Goiás à época, relatou as dificuldades do político em convencer a população da necessidade do trabalho, especialmente aqueles ligados a agricultura e ao comércio, posto ser, naquele momento, improvável sobreviver apenas da mineração. Como solução para a agilidade e o escoamento dos produtos aventava-se a possibilidade de facilitar a navegação nos rios Araguaia e Tocantins, mas a empreitada era muito grande e demandaria duas questões, aparentemente, difíceis: gente disposta e disponível para o trabalho e investimento financeiro. Assim, considerando os relatos dos viajantes, o

---

<sup>256</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 52.

<sup>257</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 142.

<sup>258</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 157.

<sup>259</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 116.

governador encontrava resistência dos/as habitantes, classificados/as como passivos/as e apáticos/as; ademais, a indiferença do governo central com a região tornava-se um outro complicador.

A regularidade discursiva sobre a apatia, a indolência ou a passividade da população residente nas diversas partes de Goiás é, no entanto, contrariada, ou ao menos colocada em suspeição, em alguns trechos das narrativas. Saint-Hilaire, quando chega a Vila Boa, nota a ausência de médicos, farmácia e limitações na produção de grãos ou outros gêneros que poderiam enriquecer a alimentação dos/as habitantes; entretanto, destaca a presença de funcionários públicos, comerciantes, lojas em número considerável e bem abastecidas. Além disso, ressalta a presença de artesões/ãs muito habilidosos/as, capazes de reproduzir com maestria e bom acabamento peças que lhes fossem encomendadas<sup>260</sup>.

Particularmente, as mulheres negras entremeiam as obras de viagem, fosse no meio rural, nos arraiais ou vilas, lá estavam elas: a receber o visitante na porta, trazer-lhes frutas, preparar algum alimento ou limpar o alojamento, bem como recepcionar, varrer, cozinhar, lavar, carregar, que se configuram em algumas das ações indicadoras das ocupações que elas assumiram em Goiás. Melhor dizendo, são nestas funções que os discursos dos viajantes conformaram os corpos femininos negros determinando a eles lugares, posições sociais e usos e, por essa razão, apresentam-nas como domésticas, cozinheiras, lavadeiras ou mesmo prostitutas. Com base nesse raciocínio, o trabalho não seria apenas o caminho para a humanização, civilização, desenvolvimento espiritual e moral, mas, principalmente, uma maneira eficiente de controlar e produzir corpos úteis, sobretudo, os corpos femininos negros.

Entretanto, é curioso observar que, apesar das menções aos trabalhos das mulheres negras, os autores analisados vão insistir na ideia de indolência e preguiça da população goiana. Em outras palavras, a ausência de prosperidade tinha como uma de suas causas a falta de “coragem” e indisposição para o trabalho. Considerando tratar-se de observações vindas de homens, brancos e de elite, é possível perceber o desprezo deles com as atividades desempenhadas pelas mulheres negras ou pobres. Pelas narrativas apresentadas, o trabalho feminino pouco contribuía para a economia regional, mas, ao menos, servia para o controle dos comportamentos, das normalizações e da exploração do trabalho feminino. Certamente,

---

<sup>260</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 52. A esse respeito, acrescenta-se a discordância entre Saint-Hilaire e Pohl. Para o segundo, a produção artesanal em Goiás era bastante pobre e precária; ademais, considerou os artigos vendidos nas lojas de comércio de qualidade questionável, sendo o imbróglio indicativo das percepções subjetivas de cada um dos viajantes a respeito de certas questões. Assim, embora mantenham coerência em muitas de suas observações, outras tantas variam conforme o lugar do qual fala o viajante, bem como de suas experiências e vivências.

como já adiantamos em outras passagens, estamos a falar de como as narrativas de viagens forjaram ou inventaram, em determinado momento, as mulheres negras e o povo mestiço de Goiás, e de como essas invenções atuaram para a instituição de determinados sujeitos e práticas.

Sendo assim, negar o envolvimento da população de Goiás com o trabalho poderia fazer parte da estratégia de construção/invenção de um lugar decadente e habitado por gente inferior. Ao mesmo tempo, essas construções apontavam para o interesse dos viajantes em despertar/incutir na população o desejo e a importância do labor, pois entendiam ser esses os caminhos para alcançarem a civilização e o progresso. O convencimento sobre a importância do trabalho também se relacionava com o controle e o adestramento de corpos e de comportamentos: rotinas, horários, divisão de tarefas, produção excedente, entre outros símbolos do progresso e da civilização que só seriam possíveis com investimento produtivo sobre os corpos.

As versões construídas pelos viajantes, contudo, podem ser confrontadas com outros registros encontrados e analisados por pesquisadores/as que, dedicando-se ao estudo da história regional, utilizaram-se de documentos como testamentos e inventários<sup>261</sup>. Esses estudos indicam que, mesmo com a crise do ouro, no final do XVIII, alguns/mas poucos/as homens e mulheres moradores/as de diferentes partes de Goiás constituíram alguma fortuna. Os documentos informam, ainda, a respeito da posse e do destino de bens, como: casas, móveis, escravizados/as, cabeças de gado, objetos de ouro, prata ou cobre, moedas, terras, ferramentas, baús, camas e peças de porcelana, além de doações a irmandades ou algum tipo de caridade. Tratam-se de um universo amplo de bens a serem distribuídos e de manifestações das últimas vontades a serem realizadas, os quais nos ajudam a pensar sobre as condições econômicas de alguns/mas moradores/as, a circulação de riquezas e os produtos disponíveis na região, além de possibilitar, a depender das análises, refletir a respeito das constituições

---

<sup>261</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio**: vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed. da UFG, 2005; PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens**: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013; SILVA, José da Silva. **A (re)invenção da morte**: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012; OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006; CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa; LONGO, Clerismar Aparecido. As mulheres sertanejas e sua inserção nas fazendas de criar gado em Goiás, Séc. XIX. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (org.). **Mulheres em narrativas, Goiás século XIX**. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011; CASSIMIRO, Hugo Leonnardo. Echos do sertão: falas de mulheres em Goiás no séc. XIX. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (org.). **Mulheres em narrativas, Goiás século XIX**. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011.

familiares, descendências legítimas e ilegítimas, ritos que envolviam o morrer no século XIX, entre outros assuntos.

Apesar da multiplicidade de temas passíveis de serem explorados historiograficamente, interessa-nos, particularmente, destacar as menções feitas pelos/as estudiosos/as que utilizaram para suas pesquisas de testamentos ou inventários deixados por mulheres negras. O contraponto entre diferentes documentos podem indicar a seletividade ou o “descuido” dos olhares dos viajantes que, por alguma razão, não fizeram referência a existência de mulheres negras de posses em Goiás. Na realidade, ao que tange o trabalho feminino, independente de raça ou condição social, podemos falar em um silenciamento ou limitação das ações femininas, reduzindo-as ao trabalho doméstico entre os muros de suas casas ou roças.

Os estudos sobre mulheres em Goiás têm indicado a possibilidade de outras narrativas historiográficas, contrapondo-se aquelas que silenciaram a participação feminina no comando dos negócios, demonstrando como muitas mulheres assumiram a direção de fazendas, comércios ou outras atividades econômicas que lhes garantiram o sustento, de suas famílias e, muitas vezes, de toda uma rede de agregados/as. A esse respeito, é interessante observar que o aparecimento e a visibilidade de estudos com esse tipo de documentação passam a ser produzidos e difundidos no Brasil com maior amplitude a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990<sup>262</sup>. Contudo, a maioria das pesquisas privilegiou como recorte espacial regiões do Sudeste ou Nordeste brasileiro, sendo que apenas mais tarde pesquisadores/as voltaram seus olhares para as mulheres do interior do Brasil.

Todavia, parece haver uma tendência em representar as mulheres que alcançaram algum poder social, econômico ou mesmo político nos “sertões” do Brasil como autoritárias, violentas, cruéis, amarguradas ou despudoradas. Os predicados para desqualificá-las são muitos, e acabam por questionar a honra socialmente imputada as mulheres de elite, famílias tradicionais ou que apresentassem algum *status* social. Muitas dessas representações aproximam-nas de comportamentos considerados como masculinos, como se o contato com o poder e o espaço público contrariasse ou pusesse em suspeição a “feminilidade” prescrita,

---

<sup>262</sup> DIAS, Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1995; SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989; FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993; FARIA, Sheila de Castro Damas mercadoras: as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII-1850). In: SOARES, Mariza. C. **Rotas atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2007.



transformando-as em “coronelas” próximas ao modelo masculino do “homem cordial”<sup>263</sup>. São, portanto, representações que as masculinizam, utilizando para tal artifícios diversos como: a crueldade no trato com escravos/as ou outros dependentes, a infidelidade ao marido ou à sua memória quando viúvas, ou mesmo o desinteresse pelo casamento e a constituição de uma família, juntando-se a isso as menções ao vestuário ou a aparência física. Seriam, enfim, mulheres que, a despeito de viverem as durezas do “sertão”, foram também (re)vestidas de uma pele áspera, de uma moral questionável e classificadas como naturalmente más.

Por outro lado, há também representações que exaltam os feitos dessas mulheres, enaltecendo-as pela coragem, bravura, pelo envolvimento em atividades religiosas e de caridade e, ainda, em razão de suas capacidades administrativas e políticas; somam-se a isso o ideal materno manifestado no zelo pelos/as filhos/as, o cuidado e o respeito ao marido e o amparo a dependentes ou desvalidos/as. Esse enaltecimento e elogio ao comportamento dessas mulheres, embora pareça reconhecê-las e dar visibilidade às suas ações, aprisionam-as a uma visão colonizadora e machista, definindo e (re)afirmando os ideais de honra, moral feminina e maternidade.

Há, portanto, disputas entre essas distintas representações, ora construindo mulheres honradas e outrora transgressoras. Gilberto César de Noronha (2015), ao analisar as representações produzidas sobre Joaquina do Pompéu, figura tornada ilustre no “sertão” mineiro demonstra essas contradições. Na visão do autor, construíram-se duas formas de visibilidade sobre a personagem: a primeira classifica-a como uma dama do sertão, exaltando sua caridade e tino para os negócios e a política, sendo que a composição dessa imagem localiza Joaquina do Pompéu como expoente da civilização e destaca sua bravura; a segunda, popularizada na memória mineira, embora não negue seu poder econômico e influência política, concebe-a como mulher naturalmente má, capaz de cometer inúmeras atrocidades que iam da malvadeza com os/as escravizados/as ao roubo de gado em fazendas. Para completar a imagem negativa de “sinhá braba”, aciona-se o suposto despudor de Joaquina, conotando a ela uma sexualidade exacerbada, transgressora e moralmente condenável: Joaquina do Pompéu seria dada aos prazeres sexuais, dominadora e conduziria o homem ao pecado<sup>264</sup>.

---

<sup>263</sup> RAGO, Margareth. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. *Verve*, São Paulo, v. 6, p. 279-296, jun. 2004. p. 288.

<sup>264</sup> NORONHA, Gilberto César de. Joaquina do Pompéu: Sinhá Braba ou Dama do Sertão? In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera Lúcia (orgs.). **Histórias das mulheres e do gênero em Minas Gerais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2015. p. 183-212.

As diferentes representações levantadas pelo autor partem de lugares distintos de enunciação e, muitas vezes, edificam polos extremamente opostos; outras vezes são indicadoras das tênues nuances em que sujeitos são construídos e alicerçados na memória, literatura ou historiografia. A esse respeito, duas considerações parecem importantes para amarrar esse enredo entre as distintas versões construídas sobre certos personagens: considerar os diferentes marcadores sociais que recortam a vida dessas mulheres – gênero, classe e raça, como forma de desnaturaliza-las e assentir a pluralidade que as formam; e, reconhecer que, por estarem envoltas em redes de poder e saber, nenhuma delas pode ser tomada como mais próxima do real, pois estão em disputas. As duas representações importam e, certamente, nesse jogo discursivo, encontram, entrecruzam-se, desencontram-se e multiplicam-se muitas vezes.

Histórias como a de Joaquina do Pompéu “escondem-se” em memórias e arquivos de muitas cidades brasileiras, embora poucas devam ter conseguido reunir o legado dessa “sinhá braba” e/ou “dama do sertão”. Entretanto, paulatinamente, a produção historiográfica vai localizando-as e apresentando as engrenagens discursivas que permitem refletirmos sobre suas existências. Em Goiás, estudos como os de Parente (2005), Cavalcante e Longo (2011) e Cassimiro (2011) identificaram, em documentos diversos, os afazeres, os bens e as responsabilidades assumidas pelas mulheres no decurso do século XIX, sendo elas bem mais diversas do que aquelas apresentadas pelos viajantes. Parte delas foram proprietárias de terras, casas e gado, tendo recebido os bens de seus maridos ou outros parentes; outras conseguiram, por meio de seu trabalho, juntar algumas economias. Documentos relativos ao pagamento de impostos ou taxas ao governo indicam, ainda, que muitas delas foram donas de tavernas e outros negócios. É possível localizar, também, documentos que nos levem a imaginar que haveria certo reconhecimento público de seus ofícios, como nos casos em que negociam diretamente com agentes públicos ligados ao governo, como no caso de Helena Rodrigues Martins, que negociou com o Coletor de Rendas Provinciais o fornecimento de azeite para lampiões:

como indica um recibo assinado por Helena Rodrigues Martins em que esta declara ter recebido do “Senhor Capitão Pulqueiro José dos Santos Colletor das Rendas Provinciais”, de um negócio por ocasião do fornecimento de azeite para as “luzes do Mercado desta mesma Cide” [...] ela própria assina o recibo deixando claro sua participação na transação financeira da mercadoria. Trata-se do [...] exemplo de participação dessas mulheres em espaços públicos, como o comércio, e por se tratar

de uma venda para [...] administração pública, pode significar, também, possibilidades de relações políticas de Helena Rodrigues e autoridades públicas<sup>265</sup>.

É certo que essa documentação interpela muitas das narrativas de viagens, localizando os trabalhos desenvolvidos por muitas mulheres e a participação efetiva delas no cotidiano do trabalho em Goiás. Ademais, possibilita-nos questionar o silenciamento desses viajantes sobre mulheres negras enriquecidas ou que desfrutavam de algum poder econômico para se manterem, minimamente, em comodidade. Aliás, considerando que os próprios viajantes afirmam ser a maioria da população constituída de mestiços/as, e as mulheres serem boa parte desses números, intriga-nos os silêncios fabricados sobre elas em seu labor. Mas quem sabe a ideia não era essa mesma: silenciar ou dissimular a participação delas? Quem sabe não se tratassem mesmo de “falas, discursos, [...] feitos para silenciar, seriam memórias para fazer esquecer, escritos não só para inscrever mas também para apagar, para reviver e matar [...] ao mesmo tempo, tratariam de construir e ocultar”<sup>266</sup>.

Construir e ocultar talvez sejam mesmo bons verbos para se atribuírem as ações dos viajantes; as duas coisas ao mesmo tempo, por mais que possam parecer contraditórias. Construir, a partir de olhares localizados, determinados corpos, comportamentos, valores, estigmas, estereótipos, etc. um exercício de construção e (re)afirmação do “outro” e de si. Concomitantemente, esses mesmos olhares selecionavam o que esconder, ocultar ou silenciar a depender dos interesses e das relações de poder estabelecidas. Esse jogo de visibilidades e invisibilidades é perpassado (e perpassa) por marcadores sociais de identidades, tais como: raça, gênero e condição social. Juntos, intencionam e tencionam para escancarar ou silenciar algo ou alguém e, talvez por isso, as narrativas de viagens tenham construído imagens de corpos femininos negros como escravas ou mulatas, em ambos os casos, visíveis apenas no trabalho ou na crítica à mestiçagem da sociedade.

Em poucos momentos, mencionaram a existência de mulheres negras com alguma posse, deixando escapar apenas alguns “sinais, restos ou rastros” que nos permitem “criar imagens e versões do passado”<sup>267</sup>. Ao passar pela cidadezinha de Santa Luzia, Pohl (1976) faz registros esparsos sobre o lugar e sua gente, e, dentre as afirmações narradas pelo autor, uma

---

<sup>265</sup> CASSIMIRO, Hugo Leonnardo. Echos do sertão: falas de mulheres em Goiás no séc. XIX. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (org.). **Mulheres em narrativas, Goiás século XIX**. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011. p. 88.

<sup>266</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: Os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan./jun. 2013. p. 12.

<sup>267</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: Os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan./jun. 2013. p. 24-25.

delas nos chama a atenção: na intenção de corroborar com a ideia de que a população de Goiás era pouco afeita ao trabalho, diz que a preguiça contamina até mesmo os portugueses estabelecidos no local, cujo interesse estava em fazer fortuna trabalhando pouco. E acrescenta, ainda:

então se não podem tornar-se ociosos enriquecidos pelo casamento com alguma mulata rica, escolhem viver precária e miseravelmente para gozarem o bem-aventurado *far niente*. Preferem passar todas as privações a compartilhar do trabalho do negro, nem sempre robusto, para quem ele, orgulhoso de seu sangue europeu, olha de cima para baixo<sup>268</sup>.

Ficamos a nos perguntar quem eram essas mulatas ricas? E por qual razão aparecem tão “borradas” nas imagens construídas pelos viajantes? Nos questionamos, ainda, sobre o silenciamento a respeito de outras possíveis mulheres negras que circularam por Goiás nesse período. Onde estariam as negras de tabuleiro, as parteiras, as benzedeiras, as lavadeiras, as carregadeiras de água? E o barulho das conversas nas ruas da cidade, nas tabernas, os batuques em casas suspeitas onde se consumia bebidas espirituosas? Se observarmos de modo panorâmico, veremos que há ausências significativas da imagem dos/as negras/os nessas narrativas. Mas, como ensina Albuquerque Junior (2013), “o silêncio também significa”<sup>269</sup>, ou seja, as narrativas de viagens trazem marcas produzidas por esses silêncios; silêncios sobre coisas que os viajantes não souberam dizer, não conseguiram, não encontraram palavras para expressar ou, simplesmente, não quiseram dizer.

Pode ser que a mestiçagem da população fosse a razão limitadora para afirmações mais contundentes, mas pode ser também que os viajantes tenham preferido construir um Goiás lacunar, decadente, rural e afastado da civilização. Esse Goiás das narrativas de viagens do início do século XIX era o que sobrara do suposto fausto da mineração de décadas anteriores: era o resto da economia, os rastros de uma gente, os sinais de um passado forjado a partir do olhar europeu. Poderia dizer respeito, ainda, a um processo colonizador persistente, cujo objetivo estava em normalizar práticas sociais e culturais, controlar corpos, conhecer, dominar, explorar, “indicar” os caminhos do progresso e da civilização. Por fim, os silêncios e as ausências das narrativas de viagens podem ser resultado da combinação dessas e de tantas outras hipóteses.

---

<sup>268</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 112.

<sup>269</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: Os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan./jun. 2013. p. 21.

Ainda nos escritos de Pohl (1976) encontramos referências a negras que compareciam as igrejas adornadas com colares de ouro e vestidos de renda. Segundo ele, em Vila Boa havia uma peculiaridade nas missas de domingo: uma delas acontecia às 5 horas da manhã, conhecida como missa da madrugada, e tinha por intuito receber, principalmente, mulheres brancas pobres que se sentiam constrangidas em frequentar a Igreja mais tarde, quando negras com colares de ouro e vestidos de renda apareciam, em gestos de ostentação. Na visão do autor, esse acontecimento demonstrava o estado de inatividade e preguiça dos/as brancos/as, a quem faltava até mesmo o traje decente para aparecer na Igreja.

Com se percebe, os discursos de viagens insistem em encontrar elementos que justifiquem os argumentos de decadência da região e o estado de letargia em que vivia a maioria dos/as habitantes dos sertões goianos. A diferença de horários na realização de missas aos domingos, apontada por Pohl (1976), parece-nos mais uma dessas justificativas na intenção de corroborar com a argumentação sobre a pobreza dos/as brancos/as, cujas vestimentas seriam vergonhosas em comparação com aquelas utilizadas pelas mulheres negras. Consoante o autor, com o fim da mineração e o processo de ruralização, os/as brancos/as teriam decaído tanto a ponto de mal possuírem condições de se vestirem adequadamente. No entanto, apesar da afirmação, não há maiores esclarecimentos sobre como essas mulheres negras teriam conseguido condições financeiras para ostentar tais adornos e vestimentas. Ficamos a nos perguntar, então, quem eram essas mulheres, qual a condição social delas e o que faziam para possibilitar-lhes tal ostentação?

Saint-Hilaire (1975), de passagem por Pilões, registrou serem os habitantes da localidade todos/as mulatos/as ou negros/as livres que se dedicavam à mineração esperançosos por encontrar ouro ou diamante. Ressalta, também, que aquela população não estava interessada em cultivar a terra e, por isso, adquiriam os produtos necessários à sobrevivência de negociantes que vinham de Vila Boa. Na época das chuvas, quando os deslocamentos se tornavam impraticáveis, faltavam produtos para compra. O cenário descrito pelo viajante não se diferia muito dos registros sobre outras localidades; no entanto, uma questão chamava atenção: embora reconhecesse ser prática comum entre negras e mulatas de regiões mineradoras, espantou-se com a quantidade de ouro enfeitando os corpos negros que visualizava.

Em todas as regiões auríferas até mesmo as mulheres de poucas posses usam colares e brincos de ouro maciço. Muitas vezes causou-me espanto, em Pilões, a quantidade de ouro que ornava o corpo de algumas infelizes criaturas, cujos andrajos denunciavam uma extrema pobreza. Os garimpeiros, que trocam facilmente um

valioso diamante por uma garrafa de cachaça, não podem recusar o ouro às suas mulheres e amantes<sup>270</sup>.

Interessante observar que apesar de adornadas com peças de ouro, elemento valioso em uma região cuja expectativa em encontrar o metal precioso se mantinha vívida mesmo após o declínio da mineração, os corpos femininos negros eram construídos pelos viajantes de modo bastante pejorativo: “infelizes criaturas” vestidas de roupas esfarrapadas e pobres. De acordo com o viajante, o ouro era o único, ou o mais importante, capital que essas/as habitantes tinham de reserva, porém não vendiam as joias por inteiro, mas em pedaços; desfaziam-se delas com facilidade, trocando-as por garrafas de bebidas, por exemplo, ou presenteavam suas mulheres e/ou amantes. Embora a argumentação do autor faça algum sentido, parece-nos interessante algumas interpelações: se a população daquela região vivia da busca por ouro ou diamante, sendo as margens do Rio Claro disputadas até por outros/as garimpeiros/as de outras localidades, não nos parece plausível a assertiva de que trocariam valioso diamante por bebida, ou pelo menos que atos como esses eram bem mais restritos do que parece sugerir a narrativa do viajante.

Ademais, chama-nos atenção a afirmação de que os garimpeiros não poderiam recusar o ouro às suas mulheres e amantes; aparentemente, mais uma vez as mulheres foram responsabilizadas pelas atitudes dos homens. O fato deles não pouparem o ouro ou não utilizarem dele para algum investimento futuro que pudesse levar a uma vida melhor, pode ser lido como uma insinuação ao comportamento desqualificado e desregrado do feminino. Ao contrário de cumprirem as expectativas atribuídas a elas, de serem esteio e alicerce do lar, contribuindo para o equilíbrio da vida familiar em seus diversos aspectos, elas pareciam ser a razão dessa desarmonia. Como afirmado pelo próprio viajante em outro momento da obra, a ausência de mulheres de “bom costume” levava ao relaxamento moral dos homens e a desqualificação da população, isto é, trata-se de uma imagem esculpida pelo viajante e construtora de identidades masculinas e femininas, além de servir como exercício de poder em que se reafirma a imagem civilizada do observador e selvagem dos/as observados/as.

Ainda sobre as joias adornando os corpos negros e mulatos, acentua-se que o uso de determinados enfeites ou trajes poderia remeter a valores simbólicos, forjados na dinâmica cultural de cada sociedade, afinal, conforme nos lembra Louro (2011), esses “diferentes

---

<sup>270</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 81.

códigos, símbolos e recursos” são acionados no processo de constituição dos sujeitos<sup>271</sup>. Ou seja, os lugares, as posições, as práticas, as vestimentas e os gestos descritos pelos viajantes não são naturais, pelo contrário, fazem parte do processo de “fabricação” dos sujeitos e identidades. Sendo assim, as descrições dos viajantes sobre essas mulheres adornadas, particularmente nomeadas de negras e mulatas, por causarem-lhes espanto ou fugirem das representações que intentavam construir, são compreendidas como pitorescas ou inusitadas, sem que maiores esforços fossem utilizados no intuito de conhecê-las melhor. Dessa forma, “entram” para a história apenas como mulatas ricas ou pobres mulheres negras adornadas. Devemos considerar, ainda, que ao dar forma ao/à desconhecido/a, os viajantes nem sempre conseguiram recorrer aos seus referenciais culturais e sociais, pois, muitas vezes, poderiam não ser suficientes para explicar o que era experienciado<sup>272</sup>.

Podem, portanto, terem deixado escapular o sentido simbólico daquelas joias ou outros adornos e vestimentas utilizadas pela população negra. Eduardo França Paiva (2001), ao perceber a pertinência desses objetos em testamentos e inventários, pergunta-se sobre o porquê deles e interessa-se em compreender como esses objetos de valor chegaram as mãos de mulheres libertas, mestiças livres e até mesmo escravas. Para o autor, o tráfico de escravizados/as e o comércio escravista interno possibilitou a recepção e (re)significação de práticas culturais africanas diversas, provocando mobilidades e encontros físicos e culturais. Com isso, podemos imaginar que muitos dos ornamentos corporais vistos pelos viajantes faziam parte de universos simbólicos, cujos significados poderiam ser variados.

No geral, os pingentes eram representações de fertilidade e da sexualidade femininas e eram emblemas do poder exercido por mulheres sobre o processo de formação das famílias e de outros grupos sociais. Alguns penduricalhos, porém, podem ter tido significados particulares para iniciados em práticas religiosas africanas e afro-brasileiras. O que parecia, portanto, ser um adorno sem especial importância para uns, era indicador de autoridade, de poder, de devoção e de proteção para outros. E estes signos maquiados estendiam-se, também, à indumentária, às cores usadas e aos corte e arranjo de cabelos<sup>273</sup>.

Pensar esses adornos como signos permite-nos interpelarmos melhor as narrativas de viagens que descreveram apressadamente a presença de mulatas e negras exibindo suas joias,

---

<sup>271</sup> LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 104.

<sup>272</sup> HORA, Claudia Regina Cabral Reis da. **Corpos desvendados ou esculpido?** Discursos sobre mulheres negras nos livros de viagens no Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. p. 50.

<sup>273</sup> PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001. p. 221-222.

uma vez que a prática de enfeitar os corpos com conchas, ouro ou prata poderia ser expressão de dinâmicas culturais e sociais, e não apenas ato impensado de exibicionismo ou rudeza. O olhar apressado, descuidado ou preconceituoso dos viajantes pode tê-los impedido de visualizar esses símbolos. A ideia de que africanos/as e descendentes eram desprovidos/as de conhecimento e capacidade intelectual, responsáveis por espalhar imoralidade e degeneração, bem como afastados dos ideais de civilização, certamente reforçavam as concepções pejorativas dos viajantes, fosse por limitação dos observadores ou consequência de um silenciamento provocado.

Por outro lado, sabemos da existência de mulheres negras ricas ou com alguma posse, embora nem sempre seja possível identificar de onde veio tal riqueza. A historiografia tem nos informado sobre a existência de escravizadas que conseguiram comprar sua alforria e de familiares, assim como de outras que puderam, após livrarem-se do cativeiro, até mesmo fazer certa fortuna. Esses estudos indicam, também, a importância de seus trabalhos para a comunidade, especialmente, no comércio urbano. Apesar de haver uma compreensão recorrente afirmando o estado de pobreza vivenciado por forros/as no Brasil, outros estudos apontam para concepções diferentes. Sheila Castro Faria (2000), por exemplo, questiona a ideia de que o destino das mulheres forras fosse, inevitavelmente, a pobreza. Para a autora, é possível que muitas delas, de fato, sofressem com a pobreza após a conquista da liberdade, mas, por outro lado, se enquanto escravas tiveram condições de juntar pecúlio e pagar pela alforria, por que agora, em liberdade, estariam condenadas a pobreza?<sup>274</sup>

Seja qual for a razão, os viajantes não viram, registraram esparsamente ou deixaram de registrar a existência de mulheres como Plácida de Passos. Plácida era moradora de Anicuns, solteira, dona de uma tenda de ourives e ferreiro; era, ainda, mulher liberta, adjetivação que serve para imprimir em seu corpo marcas “raciais” e sociais indicativas de sua estreita relação com a escravidão – talvez tenha sido essa a razão do silenciamento sobre ela. Segundo dados registrados em seu testamento, no ano de 1826, possuía fortuna considerável para região, pois, dentre os bens, estavam 11 casas, 124 oitavas de ouro, 12 escravos/as, créditos de dívida e artigos de luxo feitos em prata e cobre, além, é claro, das ferramentas de sua tenda. Plácida era filha natural de Rosa da Trindade dos Passos, nunca se casou e não possuía herdeiros naturais, embora tivesse dado a luz a uma criança, um filho que logo morreu<sup>275</sup>.

---

<sup>274</sup> FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. **Tempo**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

<sup>275</sup> PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. p. 118.



A tenda e sua proprietária eram certamente conhecidas na região, uma vez que a produção de ferramentas não era prática para qualquer pessoa, tanto pela necessidade de equipamentos adequados, quanto pela especialização do trabalho. Além do mais, é provável que existissem poucos estabelecimentos como o de Plácida, dado o tamanho e as demandas do lugar. Assim, acrescenta-se que o patrimônio levantado pela liberta, a partir do seu trabalho, não era proeza que a deixaria passar incólume por aquela sociedade. Dadas essas considerações, fica complicado supor que Pohl, que esteve no Brasil entre os anos de 1817 e 1821, ao passar por Anicuns, não a tivesse visto ou sabido de sua existência e de sua tenda; aliás, permitindo-nos imaginar um pouco mais, não seria disparatado supor que o próprio viajante ou alguém de sua tropa tivesse necessidade de comprar algo na tenda, porquanto estavam sempre a reclamar da ausência de estabelecimentos que pudessem suprir suas necessidades diversas.

Apesar de nossas inferências, o registro de Pohl acerca de sua passagem por Anicuns diz pouco sobre a população do lugar. Segundo o viajante, havia ali em torno de 250 cabanas de barro cobertas de palhas e uma igreja, acrescentando, também, que a pobreza reinava na pequena cidade, faltando provisão de sal, farinha de milho e víveres. A mina que tornara o lugar povoado era, consoante ele, explorada inadequadamente, dificultando o trabalho e, conseqüentemente, os ganhos. Não obstante citar equipamentos e ferramentas utilizados nas atividades de mineração, tais como perfurador, martelos, nora (aparelho para retirar água da mina), nada fala sobre o comércio local onde esses utensílios poderiam ser encontrados. Em relação as mulheres do lugar, apenas um rastro: uma outra mina teria recebido a denominação de Pedreira das Mulheres por ter sido descoberta por um grupo de mulheres. Daí, apenas a sugestão, já apresentada pela historiografia, do envolvimento das mulheres no trabalho de mineração.

Embora as estruturas de poder alicerçadas no Brasil oitocentista fossem bastante desfavoráveis às mulheres negras, Plácida não foi a única delas a deixar testamento. O estudo de Parente (2005) sobre o norte goiano sugere que outras mulheres forras serviram-se desse expediente para dispor de seus bens e registrar seus últimos desejos. São os casos de Lauriana Lourenço de Carvalho e Benvenida Lopes da Silva que ditaram seus testamentos em 1814 e 1824, respectivamente. De acordo com as informações levantadas pela autora, ambas eram mulheres forras, procedentes da Costa da Mina e haviam conseguido a liberdade após a morte

de seus senhores; nenhuma delas teve filhos/as, embora Benvinda tivesse sido casada, em face da Igreja Católica, com Luis preto, já falecido<sup>276</sup>.

Gardner (1975) foi um dos viajantes que muito circulou pelo norte goiano, mas poucas foram as narrativas em que fez menção às mulheres negras. Em uma delas, conta-nos sobre sua passagem pela fazenda chamada Mato Virgem, onde pode acompanhar a fabricação e comprar um pouco de farinha. Para ele, a dona da casa onde ficaram alojados era uma mulata moça que se ocupava do trabalho de produção da farinha juntamente com outros oito escravos. O viajante, entretanto, foi econômico em suas palavras, apenas observando que quase todos/as sofriam de papeira (papo no pescoço); espantou-se, ainda, com a situação das vestimentas dos/as escravizados/as: esfarrapadas e sujas, induzindo ser o problema de responsabilidade do dono da fazenda, que parecia ser um velho bem avarento<sup>277</sup>.

Outra questão interessante a ser observada nos testamentos ditados por essas mulheres forras é o fato de, entre os bens que possuíam, figurarem escravizados/as. Com isso, podemos sugerir que, quando libertas e possuidoras de recursos, tenderam a repetir os modelos sociais da população branca e dominante, valendo-se do trabalho escravo como recurso para a sobrevivência; não apenas isso, mas se preocuparam em aproximar seus modos de viver com as convenções perpetuadas por aquela sociedade (ao menos na escrita dos testamentos). Afirmavam, portanto, terem sido casadas em face da Igreja Católica, solicitavam missas para familiares e para si, faziam recomendações para o funeral, deixavam dinheiro para irmandades. Ademais, quando a situação econômica permitia, libertavam escravizados/as ou deixavam a eles/as algum bem – essa prática não era incomum e pode ser lida como uma forma de benevolência, cuja intenção estava em abrandar os pecados e erros cometidos em vida, para a hora do julgamento final.

A prática de alforriar em testamento ou deixar bens para os/as cativos/as poderia, ainda, ter outras conotações. Ao menos Benvinda Lopes da Silva e Plácida de Passos, citadas anteriormente, interpela-nos a imaginar outras situações. Benvinda determinou em testamento que, na ocasião de sua morte, fosse dada a Francisco, de Nação Mina, sua alforria pelos bons serviços que havia prestado a ela<sup>278</sup>. Já Plácida, além de conceder a alforria a alguns/mas de seus/suas escravizados/as, ainda deixou para quatro deles/as alguns de seus bens. A escrava

---

<sup>276</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 121-123.

<sup>277</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 154.

<sup>278</sup> PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005. p. 122.

Catherina, por exemplo, maior beneficiária da herança, deveria receber a casa onde funcionava a Tenda de Ferreiro, empréstimo de 12\$000 para ir trabalhando e pagando ao protetor da Igreja N. S. do Rosário, gancho, balança, mesa, caixa, roda de fiar e um valor de 200\$000, correspondente a sua coartação<sup>279</sup>. Deixou casas, ainda, para Efigênia, Timóteo e Perpétua; para esta última deixou, também, instrumentos de trabalho, mais especificamente, uma roda de fiar e um descaroçador, sendo que a herança sugere a atividade da qual Perpétua se ocupava ou poderia se ocupar. Do mesmo modo, o destino da tenda de ferreiro pode nos levar a intuir que Catherina dominava o ofício ali praticado ou conhecesse bem o funcionamento da tenda, podendo dar continuidade ao negócio.

Embora essas inferências estejam no campo das possibilidades e construídas a partir dos rastros, restos e raros “pedaços do passado”, elas não deixam de ser plausíveis – no entanto, apenas isso! De qualquer forma, mesmo em se tratando de pedaços, costurados aqui e acolá, e sempre lacunares, instigam-nos a interpelar as narrativas fabricadas pelos viajantes, compreendendo-as como versões localizadas, históricas e propositadas que, de certo modo, acabam por “esconder” a dinamicidade e a fluidez daquela sociedade. Apesar desse comedimento, em algumas circunstâncias deixaram “escapar” informações que nos remetem ao cotidiano de trabalho de alguns grupos sociais, sobretudo, de mulheres negras que encontraram pelo caminho.

Notamos que alguns desses encontros não foram agradáveis e corteses. Os viajantes parecem ter construído narrativas indicadoras do desconforto que tiveram ao se relacionarem, em situações cotidianas, com mulheres negras, sugerindo, até mesmo, certo desprezo por elas, fabricando corpos e comportamentos subalternos e, ao mesmo tempo, incômodos. Há uma persistência, ainda que sutil, em (re)produzi-las como grosseiras, rudes e inferiores, montando cenários e imaginando diálogos que serviram para conformar em seus corpos marcas de gênero, raça e condição social. Saint-Hilaire, além das reclamações e dos estranhamentos com seu guia, protagonizou contendas com algumas mulheres, nomeadas por ele de negras e mulatas. No caminho para Corumbá, relatou uma dessas indisposições com a moradora de um casebre à beira da estrada:

uma mulher negra estava à porta, mas como não desejasse receber-nos ela nos garantiu que faltava apenas uma légua para chegarmos ao arraial. [...] A mulher, a quem pedi licença para dormir em sua casa, respondeu-me que não tinha permissão

---

<sup>279</sup> PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens**: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. p. 119.

do dono para isso. ‘Pois bem’, retruquei, ‘eu mesmo me dou essa permissão’, e fui entrando sem cerimônias<sup>280</sup>.

Desconfiado da informação dada pela mulher e desacreditado nas informações de seu guia, o viajante decidiu invadir a casa da mulher para fazer ali seu pouso e de sua tropa. Ele mesmo, como destacou, se deu permissão para entrar na residência e cometer tal ato, “sem cerimônia”. Em nenhum outro momento da narrativa, embora haja reclamações constantes sobre seus/suas hospedeiros/as e suas residências, o viajante tinha se comportado desse modo invasivo, desrespeitando a vontade da anfitriã e ocupando sua casa. Em outras ocasiões, pareceu impaciente com o tratamento dispensado a ele e sua tropa, indicando a inferioridade daqueles/as que os recebiam, bem como sua posição de superioridade atestada pelo fato de ser homem, branco e europeu.

Ao que tudo indica, a negra encontrava-se sozinha no casebre e, mesmo argumentando não ter permissão do dono para conceder a hospedagem, teve sua fala ignorada e desacreditada – seu desejo não importou ao viajante. Na ausência do dono da casa, aquele corpo negro não deveria ter sua vontade considerada, afinal, que ousadia uma negra dizer o que deve um branco europeu fazer ou deixar de fazer! Isso contrariava a ordem e a configuração social do período. Discursos como esses construíram – e (re)constroem – o lugar de inferioridade dispensado a essas mulheres, elaboraram assimetrias e as posicionaram, historicamente, como tipos subjugadas. Além disso, ressaltam os marcadores de gênero, raça e condição social que tangenciaram esses encontros. A esse respeito, Carneiro salienta que

as marcas da diferença sexual imprimem-se em corpos negros que, além daquele significado geral que remete à origem africana ou dela descendente, produzem sentidos específicos e escondem seu caráter construído. Marcados histórica e culturalmente pelo sexo e pela “mancha de raça”, são corpos definidos, reconhecidos, porque sexuados e racializados, porque assim distribuem-se no território imaginário da sociedade e da história<sup>281</sup>.

Contra sua deliberação, a mulher negra que ecoa na narrativa do viajante foi forçada a recebê-lo e sua tropa. Embora em muitos momentos e lugares, mulheres negras tenham utilizado estratégias diversas para fazer valer suas decisões, demonstrando força e desembaraço para enfrentar os percalços que as rodeavam, em muitos outros sentiram a coerção que pesava sobre seus corpos sexuados e racializados. Essas marcas, histórica e

---

<sup>280</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 35.

<sup>281</sup> CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Corpos que importam: lugares para a história. **Labrys, Études Féministes/Estudos Feministas**, n. 30, n.p, jul. 2016/jun. 2017. n.p.

culturalmente forjadas, são assentidas como naturalizadas, servindo para justificar desigualdades, violências e subalternidade.

Como se a arbitrariedade de Saint-Hilaire não fosse suficientemente aviltante, a habitante do casebre teve, ainda, que suportar a afronta do guia, homem mestiço, integrante da caravana que, na ocasião, bradou: “ele é um homem mandado! (um emissário do governo)”<sup>282</sup>, sendo esse um dos argumentos de autoridade a que recorre o viajante em alguns momentos do texto, expressivo das relações de poder colocadas em jogo. Após a discussão e a pronúncia dessas palavras, a tropa foi hospedada na casa. Aqui, é importante observarmos os movimentos e dinamismos das relações sociais que envolvem esses sujeitos, pois, mesmo José Mariano estando em situação de inferioridade em relação ao viajante, sente-se confortável para gritar com a mulher que os atendeu na porta. Neste sentido, é provável que as marcas impressas no corpo negro feminino tenham legitimado tal comportamento, posto que esse tratamento não foi dispensado a outras mulheres encontradas pelo caminho, mesmo quando essas estavam sós, ou pareciam não estarem dispostas a receber os visitantes.

Quando passaram pelo Sítio de Furnas, a três léguas de Meia Ponte, por exemplo, tiveram dificuldade em convencer a dona da casa em aceitar a hospedagem do viajante e seu comboio. A senhora, cujo marido estava ausente, havia destinado um cômodo pequeno e sujo para os visitantes e, após muitas súplicas, conseguiu o viajante acordar sua instalação e de seus homens no paiol do sítio. Todo processo de negociação foi intermediado por uma negra que trazia as respostas de sua senhora. Da dona da casa ouviam-se apenas gritos ao fundo, insistindo para que sua escrava ratificasse a informação de que era casada legalmente e, em razão disso, merecia ser respeitada<sup>283</sup>. Embora a narrativa denote alguma impaciência por parte de Saint-Hilaire, ele parece não ter agido de modo ríspido e desrespeitoso como fez em relação a negra que encontrou no caminho para Corumbá.

Esteve Saint-Hilaire e José Mariano, pelo menos mais uma vez, irritados com mulheres negras ou mulatas com as quais se depararam. Ao alcançarem a Fazenda de Santo Antônio, propriedade em ruínas – mas que deveria ter sido próspera em outros tempos –, os visitantes, mais uma vez, aborreceram-se com o local destinado para alojá-los: um casebre infestado de pulgas e bichos de pé teria sido indicado por uma negra. Assim, insistiram com outra mulher mulata na esperança de conseguirem espaço melhor, mas ela lhes confirmou a

---

<sup>282</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 35.

<sup>283</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 101.

inexistência de outro lugar disponível. Acalmaram-se, entretanto, mais tarde com a chegada do proprietário: “seu ar amável e cordato me desarmou. Ele mandou varrer a choça que nos tinha reservado e eu ali me instalei”<sup>284</sup>.

Com isso, Saint-Hilaire denota certo descrédito às falas de algumas mulheres, especialmente as classificadas como negras, sugerindo a existência de má vontade ou incompetência por parte delas; talvez acredite, ainda, que a condição delas era tão degradante que não reconheciam nele a autoridade que julgava estar investido. As informações sobre a indisposição daquelas mulheres em receber os visitantes constroem um cenário de desconfianças e animosidades – o que diziam estava sob suspeição, pois não inspiravam confiança. Tratava-se, na visão de alguns viajantes, de um corpo feminino marcado pela raça e sua significação, desacreditado, que só teria seus dizeres e vontades validados por meio de outrem. As suspeitas e os descréditos que pesavam sobre elas produziram sentidos na/para a sociedade oitocentista no Brasil, esquadrinharam identidades, afirmaram hierarquias sociais e contribuíram para a elaboração do projeto de civilização e de nação que se desenhava. Não eram, portanto, neutras ou despropositadas, mas intencionalmente elaboradas e difundidas discursivamente.

Embora as narrativas de viagens inventem, eventualmente, “identidades comuns” para mulheres negras, em outras fixam diferenças entre elas. Mesmo não assinalando a condição social, em algumas passagens nota-se a fabricação de desigualdades nas observações tecidas sobre aquelas nominadas como negras em relação às classificadas como mulatas: as primeiras parecem mais próximas à escravidão, comumente associadas a algum trabalho em que servem ao viajante ou a um outro alguém, enquanto as mulatas, apesar de ligadas ao mundo do trabalho, aproximam-se de uma experiência de liberdade. Isso não incorre, todavia, na inexistência de escravas mulatas ou de outras combinações entre marcadores sociais de raça e condição social, mas sugere situações em que os viajantes, aparentemente, buscam organizar e esquadrinhar determinadas identidades a partir da tonalidade da pele, do trabalho desempenhado, da descendência ou mesmo de outros elementos classificatórios não marcados com clareza.

Enquanto as negras ofereciam frutas e verduras em bandejas, limpavam aposentos e atendiam a porta, conforme os casos elucidados anteriormente, certas mulatas exerciam atividades remuneradas, chegando a adquirir alguma riqueza. No entanto, em poucas oportunidades os viajantes esclareceram quais seriam os labores efetuados por elas. Saint-

---

<sup>284</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 42.

Hilaire, ao passar por uma aldeia dos índios Coiapós, em São José, informa sobre a presença de uma mulata entre os/as aborígenes, cuja função era ensinar as índias a fiar e tecer o algodão, recebendo pelo serviço a quantia de 50.000 réis, por ano<sup>285</sup>.

As diferenças nas formas de conceber essas mulheres foram notadas por Queiroz (1984) em sua análise sobre as negras escravas e livres na literatura de viagem. De acordo com a autora, os/as viajantes atribuíam às negras trabalhos mais pesados, enquanto às mulatas eram destinadas atividades mais delicadas. No Rio de Janeiro oitocentista, as primeiras eram incumbidas das vendas de produtos nas ruas, especialmente gêneros alimentícios, ao passo que as mulatas ficavam responsáveis pela costura e bordado. Nesse caso, a tonalidade da pele ou descendência representavam “fator de diferenciação e ascensão social no interior da própria camada escrava”<sup>286</sup>. Certamente, essas diferenças existiam e marcavam o cotidiano dessas mulheres, mas é provável que as afirmações de Queiroz sobre as atribuições de uma e de outra fossem, na prática, mais complexas e fluidas. Ademais, não se pode deixar de notar as imprecisões na definição entre quem eram as negras e quem eram as mulatas, pois, ao que parece, os/as observadores/as não tinham clareza a esse respeito. Também não é possível saber, ao certo, o que motivava essas distintas construções: se a cor da pele, o comportamento, a beleza, a subjetividade dos/as viajantes ou a combinação de todos esses elementos.

As argumentações de Lima (2003) ajudam-nos a pensar a construção de identidades raciais – e acrescentaria de gênero –, permitindo-nos entender que os termos negra, mulata, mestiça não se relacionavam apenas aos suportes naturais, como cor de pele ou descendência, mas compreendiam outras significações, preenchidas de valores, atributos e sentidos políticos. São atribuições carregadas de signos diversos, nem sempre claros aos observadores; são invenções que procuram acomodar certos valores e atributos em determinados corpos. Trata-se, portanto, de fabricação investida de elementos políticos e de poder no intuito de classificar e designar lugares sociais.

O processo de fabricação dos corpos negros femininos não estiveram, todavia, conformados apenas ao trabalho, uma vez que a produção de identidades e diferenças utilizou-se em demasia da ideia de sexualidade para nomear, “condenar” e controlar a sociedade, atingindo particularmente, mulheres e crianças. Os viajantes estavam convictos de

---

<sup>285</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 65.

<sup>286</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In: LEITE, Mirian Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC/Ed. da Universidade de São Paulo/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. p. 184.

que uma das razões para a imoralidade e a indolência que pairavam sobre os trópicos eram as relações sexuais estabelecidas entre os homens brancos e as mulheres negras; para eles, esses “encontros” resultavam em uniões ilegítimas que contrariavam os cânones preconizados pela Igreja Católica e pelo Estado. Além disso, colocavam em suspeição os/as filhos/as nascidos/as desses relacionamentos, pois também estavam condenados/as a carregar a pecha da ilegitimidade e da mestiçagem.

A respeito desses relacionamentos, os/as estrangeiros/as não pouparam críticas. Saint-Hilaire, ao passar por Goiás, em 1819, afirmou:

em nenhuma outra cidade o número de pessoas casadas é tão pequeno. Todos os homens, até o mais humilde obreiro, têm uma amante, que eles mantêm em sua própria casa. As crianças nascidas dessas uniões ilegítimas vivem ao seu redor, e essa situação irregular causa tão pouco embaraço a eles quanto se estivessem casados legalmente. [...] Esse relaxamento dos costumes data do tempo em que a região foi descoberta. Os primeiros aventureiros que se embrenharam nesses sertões traziam consigo unicamente mulheres negras, às quais o seu orgulho não permitia que se unissem pelo casamento. [...] Os descendentes dos primeiros colonos goianos devem forçosamente ter seguido as pegadas de seus antepassados; a libertinagem tornou-se um hábito, e o povo vê-se constantemente estimulado a entregar-se a ela pelo mau exemplo dos que o governam<sup>287</sup>.

Na visão do autor, o concubinato refletia o relaxamento dos costumes, hábito presente na sociedade goiana desde sua “descoberta”, sendo que a justificativa para tal prática esteve, inicialmente, alicerçada na ideia de ausência de mulheres brancas. Segundo a narrativa, quando os primeiros bandeirantes vieram para a região trouxeram consigo apenas as mulheres negras, com as quais não se uniram por meio do casamento. Mesmo depois, com a criação de núcleos de colonização, a região, distante do litoral, de caminhos tortuosos e onde faltava tanto para uma vida digna, não atraía as mulheres de “bons costumes”. Nessa trama, o concubinato tornou-se costume cômodo para homens de todas as classes: do obreiro aos magistrados, incluindo até mesmo os clérigos – essa prática, na concepção ocidental, afastava aquela sociedade dos caminhos do cristianismo e da civilização.

Entretanto, a contragosto da Igreja e do Estado, o concubinato foi importante forma de constituição de uniões livres e consensuais. Segundo Rangel Cerceau Netto (2008), estudos realizados nas décadas de 1990 e anos 2000 têm demonstrado a recorrência dessa prática, indicando que parcela significativa das relações conjugais na colônia e no império eram desse tipo e foram nomeadas como ilegítimas. Antes disso, muitos estudos questionavam a

---

<sup>287</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 53.



pertinência da família legítima enquanto instituição no Brasil – constituída por meio do matrimônio perante a Igreja e ao Estado –, dado o pequeno número de casamentos, referencial de comportamento familiar.

Em Goiás, a exemplo de outras regiões mineradoras, observa-se a formação de famílias caracterizadas pela união de indivíduos solteiros, com filhos/as ou sem eles/as, coabitando a mesma casa, ou não, e construindo vínculos afetivos, sexuais, consanguíneos e materiais. Isso significa que as famílias nessas regiões adquiriram configurações diversas e dinâmicas, afastando-se dos modelos preconizados pela tradição ocidental e reproduzida pela elite colonizadora, econômica e política do país (embora saibamos que, nem sempre, essa elite agia com o decoro que apregoava). Outra característica importante dessas relações é a formação de famílias mestiças provenientes de somas, trocas, encontros e desencontros étnicos, culturais, sociais e materiais diversos – grupos normalmente sem reconhecimento político por estarem à margem das regras sociais, mas não ausentes, resistindo e buscando por espaços de afirmação<sup>288</sup>.

Os discursos de viagem e, posteriormente, o historiográfico contribuíram para a fabricação de um imaginário de imoralidades e promiscuidades em torno das relações ilegítimas e constituição de famílias mestiças. O concubinato e os frutos resultantes dessas relações foram classificados como práticas fora das normas e, por isso, periféricas e desviantes. Salienta-se, entretanto, que as percepções dos viajantes são orientadas por uma série de outros discursos circulantes, pelo menos, desde o século XVI. A Reforma e Contra Reforma são marcos importantes nesse processo, pois ajudaram na elaboração de códigos sociais e políticos que reverberaram em discursos e práticas civis e religiosas normalizantes, bem como de disciplinarização dos corpos e costumes. Iluminados por esses códigos, costurou-se no Brasil uma moral alicerçada em representações sociais de gênero, raça e condição social que elege o casamento como pilar das relações sociais. De acordo com Helen Ulhôa Pimentel (2012), as legislações da Igreja e do Estado, nesse contexto, confluem-se e corroboram para a normalização das uniões matrimoniais:

ambas se voltam para a normalização da sociedade e eram aliadas nessa empreitada. Nelas, o casamento surge como elemento normalizador por excelência das relações sociais e como divisor de águas entre o lícito e o ilícito. As diferenças de gênero, de posições sociais e de etnia vão aparecer, a partir das normalizações, como elementos

---

<sup>288</sup> CERCEAU NETTO, Rangel. **Um em casa do outro**. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008. p. 40.

constitutivos da maneira de ver o mundo da época. São as normas que criam as hierarquias e divisões sociais, elas não pré-existem àquelas<sup>289</sup>.

Ainda de acordo com a autora, os documentos nos quais se embasavam essas instituições eram as Ordenações Filipinas e, no Brasil, particularmente, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>290</sup> – a primeira fora colocada em prática no final do século XVI, e a segunda data do início do XVIII. Imbuídos dos discursos colonizadores e religiosos, esses documentos ajudaram na configuração de um Brasil que ainda precisava ser ocupado, explorado, tutelado e, finalmente, civilizado. Para isso, no entanto, era necessário despertar na população o afincamento pelo trabalho e fazê-la superar os vícios e imoralidades que a consumiam; o casamento apresentava-se como saída possível para organizar esse processo, podendo disciplinar corpos e costumes, tornando-os produtivos<sup>291</sup>.

Desde a invenção do cristianismo, a Igreja e o Estado têm dispendido esforços para a implementação do casamento e do combate às uniões consideradas ilegítimas, porém, somente mais tarde, entre os séculos XI e XIII, que ele pode ser efetivado como prática. Esse processo tem como uma de suas consequências a afirmação política da Igreja, retificando seu lugar de poder no ocidente. Contudo, apesar dos esforços, a sacralização do matrimônio parecia não fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, dada a quantidade de relações de concubinato e o elevado número de filhos/as nascidos/as dessas relações e nomeados/as como ilegítimos/as. Foi preciso, então, a implementação de métodos coercitivos que pudessem repreender aquelas relações consideradas ilícitas, bem como instituir códigos morais baseados na cristandade.

Essa insistência em normalizar a vida conjugal das pessoas não intencionava apenas aproximá-las dos preceitos religiosos, mas fazia parte de uma trama mais ampla de saberes e poderes mobilizados no intuito de moldar comportamentos e controlar corpos indisciplinados e resistentes às normas. Certamente, essa era uma das razões para a insistência dos viajantes em reprovar a situação de concubinato em que vivia a maioria da população em Goiás na época em que passaram pela região. Essa repetição de temas – ou regularidades discursivas –, como a condenação do concubinato e, por conseguinte, a sexualidade desregrada da

---

<sup>289</sup> PIMENTEL, Helen Ulhôa. **Casamento e sexualidade**: a constituição das diferenças. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012. p. 61.

<sup>290</sup> *Ordenações Filipinas* trata-se de um código legal português promulgado em 1603 pelo então Rei de Portugal, Filipe I, constituindo-se de cinco livros, sendo o último deles dedicado ao direito penal. As *ordenações* foram mantidas em uso até o século XIX em Portugal e reverberou nos dispositivos civis no Brasil até 1916. Já as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foi o resultado de uma compilação de normas que objetivavam a organização da vida religiosa no Brasil Colônia, assumindo o papel de legislação eclesiástica.

<sup>291</sup> PIMENTEL, Helen Ulhôa. **Casamento e sexualidade**: a constituição das diferenças. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012. p. 62.

população, tem, do ponto de vista dos discursos, a intenção de produzir determinados sentidos.

Saint-Hilaire, na passagem citada anteriormente, insiste na reprovação das uniões afetivas, sexuais e materiais que encontra em Goiás – não apenas ele, mas outros viajantes também fizeram observações desse tipo, instituindo, ou melhor, inventando o concubinato como uma sexualidade polimorfa e periférica. Essa invenção, neste sentido, era necessária para a afirmação e a sustentação do casamento como norma, isto é, os olhares dos viajantes eram normativos e intentavam ordenar o social, fabricando identidades e assimetrias. Seus discursos não apenas dizem respeito a algo, mas, sobretudo, criaram e inventaram aquilo e aqueles/as dos/as quais falavam; serviram, também, para nomear as práticas indesejáveis e classificar comportamentos, definindo as imagens dos/as transgressores/as, criminosos/as, imorais e tantas outras.

Do ponto de vista da Igreja, o casamento constituía-se como espaço privilegiado para o controle da sexualidade, pois se esperava, com ele, “controlar a luxúria, educar os instintos, criminalizar o prazer e comprometer as pessoas com o caráter “civilizador” e “catequético” das normas morais e sociais que estavam sendo impostas”<sup>292</sup>. Já, para o Estado, essa normalização dos corpos e comportamentos beneficiaria a ordem pública, uma vez que, supostamente, ajudaria a conter as agitações e desobediências, fixaria a população à terra fomentando a ideia de pertencimento ao local, tornaria a população mais obediente às ordens reais e formaria um quadro de pessoas qualificadas para as atividades públicas de governança. Nessa perspectiva, a formação da família, por meio do casamento, despontava-se como meio para o ordenamento social e a normalização dos comportamentos.

Considerando a historicidade do termo e os deslocamentos de seus sentidos e significados no tempo, percebe-se que a compreensão sobre como deveriam ser as relações matrimoniais muda, ainda que lentamente, sem abandonar conceitos e práticas anteriores. Essas mudanças estão em consonância com outras transformações sociais, culturais e políticas, e acompanham os interesses da população, ou de parte dela, possibilitando a emergência de outros modos de ver, sentir e viver o mundo. Assim, até o século XVIII – e boa parte do XIX –, concebe-se o casamento como possibilidade de manutenção dos bens de uma família, formação de rede política de parentesco e sociabilidade e, ainda, como *locus* privilegiado para a imposição de regras. Para Foucault (2015), as relações de sexo nesse contexto deram lugar ao que chamou de dispositivo de aliança, compreendido como um

---

<sup>292</sup> PIMENTEL, Helen Ulhôa. **Casamento e sexualidade**: a constituição das diferenças. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012. p. 61.

sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens. [...] O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito. [...] O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que a rege<sup>293</sup>.

O casamento torna-se, portanto, a norma. A família, formada sob as bases do matrimônio religioso, passa a ser modelo ideal da ordem social e espaço privilegiado para produzir efeitos políticos sobre os corpos. Assim, não apenas a configuração da família estava sendo moldada por essa ordem discursiva, mas também os sujeitos que dela deveriam participar, bem como as funções que teriam de assumir e desempenhar no seu interior; assim, ao mesmo tempo em que se instituía o casamento como norma, seu oposto, o concubinato, era forjado e delineado. O concubinato passa a ser, portanto, o desvio, a transgressão à norma, devendo ser combatido e controlado. A ordem se estabeleceria a partir da lei, da justiça e de instrumentos coercitivos e punitivos, materializados no uso da força, da violência física, do encarceramento, do exílio, do açoite, entre outros<sup>294</sup>.

Acontece que esse modelo de controle foi, aos poucos, tornando-se ineficiente, não correspondendo aos processos econômicos e estruturas políticas das sociedades ocidentais modernas, sobretudo, a partir do século XVIII. Por essa razão, inventou-se e instalou-se um novo dispositivo, o de sexualidade, cuja atuação ocorre em concomitância ao dispositivo de aliança; o dispositivo de sexualidade, embora se articule aos parceiros sexuais, “funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos, e conjunturais de poder”. A punição deixou de ser a estratégia mais importante, pois entendeu-se ser mais eficiente um dispositivo que penetre “nos corpos de maneira cada vez mais detalhada”, podendo “controlar as populações de modo cada vez mais global”<sup>295</sup>. Apesar disso, conforme assinala Foucault (2015), o dispositivo de sexualidade não substitui o de aliança, nem o torna inútil, aliás, eles se entrecruzam. É a partir do dispositivo de aliança que a sexualidade se instala, sendo a família lugar privilegiado para a fixação desses dispositivos.

As preocupações dos viajantes com o concubinato no Brasil, no nosso caso em Goiás, inserem-se exatamente nesse princípio de controlar a sexualidade, além de classificar, nomear e buscar modelar as práticas sociais. Trata-se do olhar normativo dos viajantes, instituindo uma sexualidade polimorfa e periférica que deveria ser ordenada, regulada. Pensando com

---

<sup>293</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 115-116.

<sup>294</sup> FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 20.

<sup>295</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 116.

Foucault (2015), podemos compreender esses discursos de viagens como jogos de poder/saber em movimento, conformando e produzindo efeitos sobre os corpos dos “visitados/as”. Nessa ordem discursiva, o concubinato pode ser, ao mesmo tempo, desvio da norma e resistência a esses olhares normativos, afinal, estamos a falar de relações que estão necessariamente “no” poder e não exterior a ele. Sendo assim, embora as resistências sejam móveis e transitórias, elas podem ser responsáveis por clivagens, reagrupamentos e remodelamentos de corpos e almas; atravessam instituições, estratificações sociais e unidades individuais<sup>296</sup>.

As relações de concubinato em Goiás parecem desafiar as normas e espalharem-se por toda parte, envolvendo significativa parcela da população da região, sendo que tanto os homens mais “distintos”, como os mais “simples” construíram relações desse tipo. Trata-se de relações consensuais acontecidas no âmbito do costumeiro, sem a intervenção da Igreja e do Estado, sendo que as justificativas para suas ocorrências foram muitas, variando segundo o/a observador/a. Boa parte dos viajantes entendiam essas relações ilícitas como resultado do encontro de uma população desigual, da pequena quantidade de mulheres, da moral afrouxada dada a distância da civilização, da ausência de perspectivas com o trabalho e de exemplos negativos dados por aqueles que deveriam assegurar a moral e os bons costumes, como os membros do clero ou os homens do governo. Possivelmente, essas justificativas tivessem influências nos tipos de relações desenvolvidas em Goiás; no entanto, duas outras questões parecem-nos passíveis de destaque.

A primeira diz respeito ao sentido que a população dava a essas uniões, sendo muito provável que não estivessem desconfortáveis com elas, pois tinham se tornado o modelo possível ao grupo de habitantes. Muitas dessas relações pareciam ser duradouras e estáveis, semelhantes aos matrimônios celebrados pela Igreja Católica, e delas resultavam crianças que eram criadas pelo casal. Dividiam não apenas a criação dos/as filhos/as, mas também as demais responsabilidades conjugais. Há casos em que os casais não coabitavam a mesma casa ou não tiveram filhos/as e, ainda assim, construíram relações afetivas e materiais sólidas. Outra questão que gostaríamos de ressaltar concerne a ideia de inexistência de casamentos e, por conseguinte, a ausência de famílias, uma vez que, embora exista uma narrativa tradicional condicionando a existência das famílias ao casamento, entendemos que muitas uniões assemelharam-se ao modelo idealizado, ainda que não tenham assumido os contornos religiosos e legais prescritos.

---

<sup>296</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 104.

Essa associação entre casamento e constituição de famílias embasou interpretações historiográficas cuja argumentação indica que somente após 1850 o matrimônio teria passado a ter relevância em Goiás, pois, a partir dessa data, seria possível notar relações familiares mais estáveis e constantes – antes, predominariam relações consensuais, instáveis e informais, sendo a principal delas o concubinato. A importância atribuída a posse de terras e a articulação política das elites regionais e locais para se manterem no poder, por meio da realização de casamentos endogâmicos, teria sido a razão das mudanças ocorridas, principalmente, após a segunda metade do século XIX. Essa concepção influenciou a produção historiográfica em Goiás e resultou em interpretações que privilegiaram a narrativa de trajetórias políticas e familiares de determinados grupos da elite goiana, como Caiados e Bulhões. Trata-se, ainda, de produções preocupadas em negar a existência de determinados tipos de família na região, como a patriarcal – esta só teria se desenvolvido após o fim da mineração e o “aparecimento” da agricultura<sup>297</sup>.

A despeito dessas interpretações, estudos realizados nos últimos anos têm sugerido compreensões distintas dessas. Particularmente, a pesquisa de Lemke (2012) indica a necessidade de reconhecermos a pluralidade das relações familiares em Goiás durante os séculos XVIII e XIX; assim, reconhecer essa pluralidade significa admitir a importância das relações familiares e a relevância delas nas redes de poder articuladas pela elite regional e as instâncias de poder colonial e imperial. Além disso, permite-nos pensar as possibilidades de organização de famílias constituídas por pessoas pobres, escravizadas, libertas, entre outras, ampliando nossas concepções acerca das relações de compadrio, amizades e redes de proteção.

De acordo com a autora, parte da produção historiográfica sobre Goiás admitiu a ideia de que os modelos familiares variaram segundo as atividades econômicas de cada período. Assim, durante a mineração teríamos o predomínio de relações instáveis e cambiantes dada a grande mobilidade da população em busca de ouro, os altos custos dos casamentos e a ausência de mulheres “qualificadas” para os enlacs. Essas condições teriam contribuído para relações promíscuas e a propagação do desregramento moral da população, materializado no elevado número de concubinatos. Esse modelo de dividir a história da família acompanha as

---

<sup>297</sup> A esse respeito podemos destacar os trabalhos de: MORAES, Maria A. S. de. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974; TRISTÃO, Roseli M. Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX. 1998. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998; NUNES, Heliane Prudente. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, Nasr F.; RIBEIRO, Paulo R. (orgs.). **Goiás: identidade, paisagem, tradição**. Goiânia: UCG, 2001.

atividades ou “ciclos” econômicos, assim, somente a partir da metade do século XIX, quando a pecuária e a agricultura tornam-se preponderantes, teríamos o “surgimento” de famílias nos moldes tradicionais, mantendo-se a prática, entretanto, restrita à elite regional (ao menos aos olhos dessa historiografia). Lemke (2012) associa esse modo de interpretar e escrever a história regional ao uso que historiadores/as fizeram das fontes, particularmente, das narrativas de viagens. Para a autora, essa historiografia teria repetido as conclusões dos viajantes, para quem a população da região tinha costumes desregrados e imorais<sup>298</sup>.

Não apenas a predominância das narrativas de viagens levou a essas conclusões, mas também a inconsistência e a incompletude de outras fontes de pesquisas, como os levantamentos demográficos e os registros paroquiais. Maria da Conceição Silva (2009) mostra-nos que diversos/as autores/as tiveram dificuldades em reunir e interpretar dados sobre a população de Goiás. Desses poucos e lacunares documentos levantados por esses/as pesquisadores/as, retirou-se a informação de que a maioria da população era composta por homens e mulheres solteiros/as, sendo poucos os casamentos dos quais se tinham registros<sup>299</sup>; possivelmente, boa parte dessa sociedade estaria vivendo em concubinato, construindo, portanto, outras formas de relações afetivas, materiais e familiares.

Embora os viajantes não tenham visto ou não quiseram falar sobre elas, várias famílias, certamente, assentaram-se em Goiás desde o início da colonização e mantiveram-se na região. Essas relações não foram construídas e, tampouco, destruídas com o início e o fim das atividades mineradoras. Do mesmo modo, não foram possíveis apenas a partir de 1850, com a predominância da agricultura ou pecuária, atividades econômicas em que se valoriza o uso da terra. O que talvez esses viajantes e, posteriormente, alguns/mas historiadores/as não viram foi a família patriarcal do tipo extensa, o que, segundo Lemke (2012), não anulou a possibilidade de formação de redes de parentescos e outros laços de sociabilidades. Esses laços, quando relacionados a elite, particularmente, tiveram papel importante nos jogos políticos<sup>300</sup>. Ao contrário do que parece propor algumas interpretações, essas aproximações teriam tido papel fundamental em uma sociedade que enfrentava vários outros problemas,

---

<sup>298</sup> LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: notas do que os viajantes não viram em Goiás (1770-1847). 2012. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. p. 109.

<sup>299</sup> SILVA, Maria da Conceição. **Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009. p. 56-58.

<sup>300</sup> LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: notas do que os viajantes não viram em Goiás (1770-1847). 2012. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. p. 110.

garantindo relações estratégicas tanto no interior do território goiano como em espaços externos.

As análises desenvolvidas por Foucault (2015) – em que se considera a família como lugar privilegiado para a eclosão da sexualidade e do corpo feminino como um dos principais elementos desse dispositivo<sup>301</sup> – ajudam-nos a pensar a respeito dos olhares dos viajantes sobre as mulheres de Goiás, e a relação delas com os arranjos familiares ou afetivos. Embora, segundo eles, o concubinato fosse uma prática generalizada e enraizada entre a maioria da população, eram as mulheres, sobretudo, responsabilizadas e condenadas por essa prática, pois foram nomeadas como mulheres de “má qualidade” com as quais os homens não queriam contrair matrimônio – sobre elas deveria, portanto, incidir maior vigilância e controle, e seus corpos tornar-se-iam objeto privilegiado dos empreendimentos de saber e poder.

Com isso, percebe-se que, apesar da variedade de abordagens contidas nas obras de viagens, a preocupação com o concubinato, a ausência de casamentos/famílias e a imoralidade da população colocam a sexualidade no centro dessas narrativas, uma vez que, ao mesmo tempo em que se produzia a sexualidade, também se produziam as mulheres. Em ambos os casos, são domínios não naturais, portanto, produzidos no âmbito da cultura e do discurso. Além disso, mesmo o concubinato sendo prática costumeira da população branca, os relatos apontavam a escravidão e as mulheres negras como responsáveis pela constituição e manutenção de relações ilegítimas. Pohl (1976) foi enfático ao condenar os/as escravizados/as pela ausência de matrimônio e imoralidade da sociedade, e, ao descrever a cidade de Goiás, no início do século XIX, assinalou:

os sagrados laços do matrimônio são aqui muito frouxos e pouco apreciados. Quando se realiza um casamento, habitualmente é o ouro o catalizador da união. Entretanto, é dos escravos a culpa maior dessa desmoralização. Os seus filhos crescem como companheiros de brinquedo dos filhos da casa, e pervertidos como geralmente são, depositam o germe de todos os vícios nos corações juvenis. Mas, infelizmente, dada a escassez da população do país, os escravos são um mal necessário<sup>302</sup>.

Saint-Hilaire (1975) foi mais específico e atribuiu o comportamento inadequado da sociedade goiana às mulheres que vieram juntamente com os primeiros homens para ocuparem a região. Para ele, os primeiros aventureiros que vieram para Goiás trouxeram apenas mulheres negras com as quais se recusavam a casar e, por consequência, levavam uma

---

<sup>301</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 118.

<sup>302</sup> POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 142.



vida desregrada; a libertinagem teria, segundo o autor, se tornado um hábito<sup>303</sup>. Em ambos os casos, os relatos de viagens configuram-se como instrumentos que forjam sujeitos e determinam suas atuações, (re)produzindo hierarquias e assimetrias de gênero, raça e classe/condição social; trata-se, ainda, da fabricação de corpos negros sexualizados sobre os quais são conformados certos efeitos.

A necessidade de marcar essa diferenciação entre os corpos, verificada nas narrativas de viajantes, não servia apenas para nomear os corpos abjetos, mas também para inventar a norma. A insistência em registrar ou colocar em evidência as mulheres negras e, conseqüentemente, dissimular o discurso sobre as demais, utilizando-se da ideia de que as mulheres da elite eram mantidas escondidas, certamente se relaciona com a invenção de uma sexualidade diferenciada para cada uma delas. O corpo, como lugar privilegiado para afirmação da sexualidade está, nesse contexto, sendo desenhado como uma forma de afirmar a consciência de classe, a diferença e a hegemonia de uma elite.

Isso significa dizer que o dispositivo de sexualidade não funciona simetricamente e produz efeitos de classe específicos sobre os corpos. Conforme observa Foucault (2015), o dispositivo de sexualidade teria, inicialmente, sido instalado nas “classes dirigentes” e, longe de significar a interdição dos corpos ou dos prazeres, trata-se de conhecê-los e valorizá-los, tornando-os “coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável”<sup>304</sup>. Trata-se, então, do processo de produção e valorização de um corpo e sexualidade distintos, “um corpo ‘de classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autossexualização do seu próprio corpo, encarnação do sexo em seu corpo próprio, endogamia do sexo e do corpo”<sup>305</sup>.

A literatura de viagem é, portanto, circunscrita pelo discurso da diferenciação, onde é possível ler a invenção de tecnologias de saber e de poder delineando os corpos e comportamentos dos sujeitos. Assim, a diferenciação fabricada pelos relatos dos viajantes não é apenas um modo de sujeitar a população pobre, mestiça e negra, ou mesmo, de interditar e reprimir a sexualidade dessa parcela social, mas, sobretudo, trata-se de um investimento sobre a própria sexualidade “dominante”, dizendo respeito à valorização de um corpo forte, sadio, vigoroso e vivaz. O casamento e, por consequência, a constituição da família seriam, nessa

---

<sup>303</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 53.

<sup>304</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 131.

<sup>305</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 135.

ordem discursiva, ações desejáveis para a produção e a manutenção de um organismo e de uma sexualidade sadia<sup>306</sup>.

Essa pode ser, desta forma, a razão da insistência dos viajantes em reproduzir diálogos cujo teor valorize as uniões matrimoniais legitimadas pela Igreja e pelo Estado. Além disso, em alguns desses discursos ainda é possível perceber a intencionalidade de se criar e marcar diferenças “raciais”, como no registro de Saint-Hilaire em que descreve sua passagem pelo Sítio das Furnas, distante três léguas de Meia Ponte; na ocasião, teve de negociar com a proprietária da casa para que pudesse alojar a si e a sua tropa em lugar mais cômodo do que aquele inicialmente destinado a este fim. Segundo o viajante, não tratou diretamente com a dona da casa, mas com uma escrava dela:

não tratei diretamente com a proprietária. Ela mandava uma mulher negra trazer suas respostas, mas eu ouvia seus gritos nos fundos da casa, e sempre que a escrava aparecia não deixava de repetir que sua patroa fazia questão de que eu soubesse que ela era casada legalmente e merecia todo o respeito. Esse esclarecimento, tantas vezes repisado, indicava claramente como são os costumes da região. É preciso que o casamento ali seja muito raro para que o considerem dessa maneira um título de honra<sup>307</sup>.

O relato de Saint-Hilaire (1975) permite-nos algumas leituras: a mulher proprietária não se apresentou diante do viajante, apenas solicitava a sua escravizada que repassasse suas ordens; a mulher negra e escravizada era quem se colocava diante do estrangeiro, sugerindo que o recato era exclusividade da proprietária. Ademais, o autor se utiliza da insistência da dona da casa em dizer que é legalmente casada para reiterar a ideia de raridade dos matrimônios, construindo, em uma terra arrasada pela imoralidade, uma imagem de distinção para as mulheres casadas. Como temos sugerido em outras passagens, o diálogo descrito por Saint-Hilaire pode ser mera invenção, mas, de qualquer forma, corrobora com a construção de corpos marcados pela condição social e raça, informando sobre quais corpos importam e quais podem ser desprezados – supondo que o diálogo tenha existido, ele, certamente, representa mais a preocupação do viajante – e a construção e (re)afirmação de si –, do que propriamente da dona da casa.

A condenação das relações sexuais e afetivas praticadas em Goiás, a compreensão de que não havia mulheres qualificadas para o casamento, pois eram, em sua maioria, negras ou índias, e de que a mestiçagem da sociedade era resultado de relações ilegítimas ajudaram a

---

<sup>306</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 136-137.

<sup>307</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 101.

elaborar e a difundir a noção de que as brancas serviam para casar e as pretas e mulatas para o trabalho e a fornicção. Isso porque, enquanto as mulheres brancas de posses eram preparadas, desde a infância, para o matrimônio – qualificando-as para serem boas esposas, mães e donas de casa –, aquelas desprovidas de alguma fortuna, fossem brancas, negras ou mulatas, possivelmente, estavam mais preocupadas em prover meios de sobrevivência às penosas condições do dia-a-dia; essas últimas, possivelmente, tiveram que elaborar códigos morais e sociais distintos daqueles preconizados para as moças de posses. Esse movimento de hierarquização e classificação dos comportamentos forjados em/para distintos grupos sugere que os dispositivos de aliança e de sexualidade atingiram diferentes “classes” de forma desigual. De acordo com Foucault (2015),

se é verdade que a ‘sexualidade’ é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos. [...] a sexualidade é originária e historicamente burguesa e [...] induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classe específicos<sup>308</sup>.

A invenção dessas distinções serviu, também, para alimentar certo imaginário europeu, no qual mulheres negras serviam apenas para o trabalho e sexo – essa concepção ratifica muitas das violências que sofriam essas mulheres. Embora as justificativas para os intercursos sexuais entre elas e homens brancos transitem por diferentes compreensões, como a ausência de mulheres brancas, a preferência dos europeus por tipos “exóticos”, as estratégias femininas para conquista de bens ou mobilidade social, ou mesmo, o desejo e amor, não podemos negar as violências que envolviam muitos desses encontros – violências legitimadas pelo “exercício de poder do senhor branco que se impunha sexualmente a escrava negra”<sup>309</sup>. Contudo, em outros casos quando a violência sexual não envolvia, especificamente, senhores e escravas, ela era fundamentada na inferioridade fabricada sobre os corpos femininos negros.

Seja qual for a explicação para as diferentes experiências sexuais vividas por homens e mulheres da sociedade colonial e imperial, o certo é que o concubinato, mesmo à revelia dos esforços da Igreja e de outras autoridades, teve sua concretude; por onde passaram, os viajantes visualizaram, nomearam e condenaram esse tipo de relacionamento, e mesmo que não tenham admitido, foi por meio dele que muitas famílias se constituíram em terras brasileiras. A qualificação de ilegítima atrelou-se a esses arranjos familiares, servindo para

<sup>308</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 139.

<sup>309</sup> LOPES, Antônio Herculano. Vem cá, mulata! **Revista Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 80-100, jan. 2009. p. 82.

designar, também, as crianças nascidas dessas relações, muitas delas reconhecidas pelos pais somente em testamentos ou inventários.

Nem mesmo os clérigos, de onde deveria partir o exemplo, escaparam de se envolver afetiva ou sexualmente com mulheres negras, uma vez que notícias de possíveis relacionamentos entre elas e padres percorriam os caminhos de Goiás. Dessas uniões nasceram crianças, ora reconhecidas em testamentos ou inventários, ora abandonadas e esquecidas pelos religiosos. É bem verdade que não foram incomuns os relatos de desrespeito ao celibato no Brasil, mas, aparentemente, esse “deslize” causava mais perplexidade quando praticada com mulheres escravas, libertas ou livres negras. Ao percorrer o território de Natividade, ao norte de Goiás, Gardner descreve:

quando chegamos, havia na Vila três padres, um dos quais morreu durante nossa permanência. Estes padres, como quase todos os mais que encontrei, em vez de serem exemplo de moralidade para o povo, eram imorais em quase incrível extensão. O que morreu era um velho de mais de setenta e quatro anos [...]. Embora bem educado e de gênio humano e benévolo, deixou após si uma família de meia dúzia de filhos de suas próprias escravas, os quais, com as mães, deixados em cativeiro, foram vendidos depois, com outros bens, para pagamento das dívidas do morto<sup>310</sup>.

Esse comportamento não foi exclusividade dos sacerdotes de Goiás e, tampouco, daquela temporalidade, pois, desde o início do processo de colonização do Brasil, há preocupação com essas relações. Wellington Coelho Moreira (2010), ao investigar famílias e paternidades sacrílegas em Goiás, lembra-nos de correspondências do missionário jesuíta Manoel de Nobrega, datadas de meados do século XVI, nas quais o sacerdote descreve o ímpeto incontrolável do clero sobre os desejos carnis. Na sua visão, esses homens religiosos, cuja vida deveria ser honrada e exemplo para os demais colonos, transgrediam e desrespeitavam as leis da igreja e a doutrina de Cristo; causava indignação a Nobrega a justificativa de alguns deles de que era lícito estar em pecado com suas negras, porque eram suas escravas e, com isso, demonstravam o vínculo existente entre escravidão, dominação, violência e concubinato. A conduta desses padres não teve a castidade como diretriz, pois seus comportamentos igualavam-nos aos demais colonizadores, sendo que, pelo que aponta a

---

<sup>310</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 158.

pesquisa de Moreira (2010), o comportamento irregular dos clérigos perdurou por muito tempo<sup>311</sup>.

Em Vila Boa, no ano de 1819, Saint-Hilaire estarrecia-se com as atitudes de alguns padres, pois, segundo ele, havia até mesmo aqueles que se faziam acompanhar de sua amante quando iam à igreja<sup>312</sup>: um acinte! Se tal fato era um exagero do passante, não teremos certeza, o certo é que essas relações eram de conhecimento de boa parte da sociedade e, inclusive, do próprio clero – talvez fossem mais “naturalizadas” do que parece asseverar as normas que tentavam combatê-las. A trama da vida cotidiana foi, em sua concretude, mais dinâmica e complexa do que muitas fontes e tantas outras interpretações puderam denotar.

A tentativa de vincular essa transgressão à escravidão, como parece sugerir Manoel de Nobrega, e até mesmo parte da historiografia, é questionável. Embora seja muito provável que se utilizassem do poder de senhores para terem tratos ilícitos com suas escravas, e ainda tentassem justificar tais atitudes culpabilizando-as por sua sensualidade, seu desregramento moral ou pela própria situação delas de cativas, o envolvimento com outras mulheres, algumas, inclusive, de famílias abastadas, acabou por certificar que a “fraqueza” dos padres não estava diretamente relacionada a uma cor, procedência ou condição social.

Todavia, embora seja possível notar que o concubinato se espalhou por toda a sociedade, e que a violência sexual contra as mulheres não escolheu classe ou condição social, não podemos nos furtar de mencionar que mulheres pobres, negras ou escravizadas, possivelmente, estivessem mais propensas a diferentes tipos de violência em comparação as mulheres brancas e de posses. Isso porque, as relações sociais e sexuais não estão fora dos jogos de poder e, por essa razão, compreendemos que os marcadores de gênero, raça e classe/condição social influíram nas vivências femininas. A exemplo da observação de Gardner, é provável que muitas mulheres e seus/suas filhos/as tenham ficado desamparados/as com a morte do companheiro – se escravas, quando não alforriadas ou amparadas financeiramente pela vontade do moribundo, ficavam a mercê de suas sortes, correndo, por exemplo, o risco de serem vendidas e separadas de seus/suas filhos/as.

Faz-se interessante notar que a literatura de viagem, quando se refere ao concubinato, a constituição de famílias e as relações sexuais, de algum modo, enfatiza as ações das mulheres. Não queremos com isso dizer que os viajantes procuraram dar um lugar de destaque

---

<sup>311</sup> MOREIRA, Wellington Coelho. **Historicidades e representações**: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás, 1824-1896. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. p. 57-58.

<sup>312</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 53.

a elas, sublinhando-as como protagonistas de suas narrativas; pelo contrário, parecem depositar nelas uma boa parcela de culpa pelo desregramento moral daquela sociedade e, conseqüentemente, a constituição de famílias, por meio de uniões matrimoniais legítimas, ficava prejudicada, pois ou não havia mulheres qualificadas para tal ou o rebaixamento moral no qual viviam não exigia do homem o compromisso de desposá-las. Em síntese: na visão dos viajantes, as mulheres que viviam em concubinato estavam expostas a essa condição por não reunirem os atributos necessários para serem esposas. Por outro lado, a própria literatura de viagem insinua que a população de Goiás não estava, necessariamente, preocupada com a realização de casamentos, afinal, boa parte dela vivia relações não legitimadas pela Igreja ou pelo Estado sem maiores constrangimentos, denotando, mais uma vez, os olhares enviesados dos viajantes, preocupados em nomear, questionar, esquadrihar os corpos e comportamentos dessa população no afã de orientar suas práticas para um futuro “civilizado”.

Se para as mulheres havia um conjunto de regras e um modelo de moralidade prescrito e reivindicado pelos/as viajantes em suas narrativas, para os homens esses ideais não estavam marcados com clareza ou, no mínimo, eram bem mais frouxos. Seguramente, não escaparam as críticas sobre a situação de ilegitimidade em que viviam com suas parceiras e o estado de “incivilidade” ao qual estavam entregues. No entanto, não é sobre eles que incidiu o discurso de uma sexualidade desregrada e que necessitava de controle. Os corpos e comportamentos femininos deveriam ser continuamente vigiados e, nesse tocante, as narrativas de viagens nos permitem argumentar que os corpos e comportamentos dos homens representavam a norma e, por isso, a vigilância sobre eles dava-se de maneira menos acentuada. Assim, no percurso do século XIX essa ideia ficará mais clara quando há uma conversão de discursos – médicos, jurídicos, literários – que elegem as mulheres e as crianças como alvos principais de esquadrihamento e controle, sendo que é também sobre eles que incidem os dispositivos produtores de saber, prazer e poder.

O concubinato tornou-se, assim, lugar comum na sociedade goiana dos séculos XVIII e XIX designando qualquer relação que perdurasse por um tempo e não fosse legitimada pela Igreja. Apesar dessa ilegitimidade, tornou-se uma das principais formas de organização familiar do período, ainda que os/as viajantes insistissem em não o reconhecer dessa forma, afinal, para eles, o casamento constituía-se “a base do sentimento de família, o curso natural da sociabilidade do indivíduo”, ao passo que outras relações, dissonantes das normas da Igreja, eram consideradas “fundadoras do desregramento da vida social; na concepção

européia, a família é a chave da felicidade individual e do bem público, reprodutora da civilidade”<sup>313</sup>.

As assertivas de Saint-Hilaire, Pohl e Gardner indicam que o casamento, legitimado pela Igreja e pelo Estado, era a base para a constituição da família, estando, portanto, as demais relações condenadas à marginalidade. Entretanto, estudos como o da professora Lemke (2012) indicam que, embora haja diferenças entre concubinato e casamento, as uniões não sacramentadas pela igreja não deixaram de reproduzir a lógica das organizações familiares, pois, mesmo não havendo relação consanguínea, era por meio dela que se articulavam dependentes, apadrinhamentos, amizades e outras trocas que interessavam a certos grupos sociais; ainda, muitas dessas uniões estabeleceram-se dentro dos moldes do casamento legítimo, partilhando das mesmas premissas. Ampliar as redes familiares, consanguíneas ou não, poderia significar o aumento de redes de proteção desses extratos favorecidos. De acordo com Costa (2004), “afilhados, compadres e agregados tinham a ilusão de que, defendendo o ‘latifúndio’, defendiam a própria família”<sup>314</sup>.

Em razão disso, compreendemos que os arranjos familiares que se deram em Goiás não estiveram, necessariamente, relacionados à imoralidade da população que habitava aquelas terras. Como temos tentado demonstrar até aqui, as relações sexuais ou afetivas tramadas por aqueles/as homens e mulheres condiziam com a conjuntura cotidiana na qual estavam inseridos/as, tampouco esses arranjos, não legitimados pela Igreja e pelo Estado, significaram ausência de relações familiares.

Por ora, podemos afirmar que as narrativas de viagens fomentaram diferenças de gênero, orientando práticas distintas para o masculino e o feminino, reforçando códigos e padrões sociais – essas narrativas fazem parte de uma ordem discursiva normalizante cuja referência de valores e civilidade são europeias. Nesse movimento, constroem-se moças e senhoras enclausuradas, donas do lar e ausentes dos espaços públicos; mulheres rudes, tímidas, sedutoras. Fabrica-se um modelo feminino ideal, embora ele seja muito mais fruto da imaginação dos próprios viajantes, mas, também, deixaram escapar mulheres que viviam de seus próprios recursos, assumiram as rédeas de suas vidas, trabalhavam, davam ordens, hospedavam, dominavam algum saber.

---

<sup>313</sup> RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). **Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 38.

<sup>314</sup> COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 42.

A percepção e o registro de diferentes raças, comportamentos, vestimentas, formatos anatômicos, procedência, entre outros qualitativos inscritos nos corpos femininos são invenções coerentes à ordem discursiva na qual os viajantes estavam inseridos, fazendo parte da articulação de saberes e poderes em movimento, produzindo identidades e diferenças. Ou seja, são fabricações discursivas marcadas pelas ideias de raça, condição social e procedência, conformando nos corpos femininos negros predicados, valores e comportamentos que justifiquem a violência, a objetificação, a sexualização e a inferioridade que lhes atribuem. Segundo Hora (2014), “as marcas do que pode ser descrito como raça-etnia, do sexo-gênero e da vida no cativeiro” elaboraram “historicamente as evidências da diferença”, localizando-as “como inferiores na condição e na escala da civilização”<sup>315</sup>.

Finalmente, considerando a perspectiva em que compreendemos as fontes, as elaborações sobre as mulheres negras não dizem quem elas são, mas – por serem invenções historicamente situadas – informam sobre como elas foram produzidas em determinado tempo e lugar: as mulheres negras encontradas nas narrativas de viagens são e não são escravas, mulatas, pretas, concubinas, trabalhadoras, imorais...

---

<sup>315</sup> HORA, Claudia Regina Cabral Reis da. **Corpos desvendados ou esculpidos?** Discursos sobre mulheres negras nos livros de viagens no Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. p. 80.



## CAPÍTULO IV

### PARDAS, PRETAS, CRIOULAS E MUITAS OUTRAS: MULHERES NO PLURAL

Descobrem-se, assim, pedaços de um passado ainda vivendo no presente, sentem então o peso dos anos em seus próprios corpos, tomam consciência de que são raros porque carregam na materialidade do papel e da tinta que os compõem [...] a espessura do próprio tempo, se descobrem testemunhos deixados por uma época, descobrem que em meio a destruição generalizada de seus semelhantes [...] eles escaparam, eles estavam ali, quase sozinhos, na tarefa de indiciar para o presente o que fora esse passado. [...] Eles eram assim, raros, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade, pelo conteúdo que traziam. Eram raros por terem escapado da destruição generalizada, por virem de outro tempo [...]. Eram raros por fim, por serem documentos, por constituírem um arquivo<sup>316</sup>.

Arquivos e documentos exercem certo fascínio sobre muitos/as historiadores/as e, confesso, ser um desses entusiastas. Escarafunchar papéis velhos, amarelados pelo tempo, empoeirados, danificados por traças ou pela má conservação, embora seja tarefa difícil, é também prazerosa. Estar diante deles é se colocar na presença/ausência de testemunhos frágeis e fragmentados de outro tempo, é aguçar a percepção de que esses documentos podem “abrir” fendas sobre o passado, permitindo-nos inquiri-lo, interpelá-lo e imaginá-lo. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que somos nós, historiadores/as, quem damos forma a esse passado, “iluminados/as” pelas questões apresentadas no presente. Desse modo, os documentos são transformados em rastros do passado, cuja manipulação pode resultar em construções históricas possíveis de homens e mulheres no tempo, sendo que essa postura que assumimos diante dos documentos está em consonância com as observações de Foucault (2012), registradas em seu livro *Arqueologia do saber*. Neste trabalho, o autor propõe uma outra forma de olharmos os documentos e, conseqüentemente, produzir a história; para ele, o documento é um acontecimento discursivo e, por essa razão, é preciso interrogá-lo, interpelá-lo e não, simplesmente, tomá-lo como reflexo de um real ou acontecido. A história passa,

---

<sup>316</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: Os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan./jun. 2013. p. 11.

portanto, a considerar como tarefa primordial a análise interior e a elaboração dos documentos.

É nessa perspectiva que buscamos discutir os documentos apresentados neste capítulo, sendo que a maior parte deles está sob a guarda da Fundação Frei Simão Dorvi, na cidade de Goiás – antes, perambularam por cartórios ou casas improvisadas, alugadas para guardá-los. O imprevisto, descuido e abandono marcaram a trajetória desse amontoado de “papéis velhos”, uma vez que as políticas públicas brasileiras para conservação e guarda adequada desses documentos, bem como a falta de apoio a instituições dispostas a realizar essas tarefas, são excessivamente falhas. A persistência desses documentos que resistiram há anos de maus-tratos e desmazelos torna-os raros, o que faz aumentar as expectativas dos/as historiadores/as que com eles trabalham, permitindo o estabelecimento de relações bastante afetuosas com os lugares de guarda, as pessoas que nesses espaços atuam e, claro, com os arquivos utilizados em suas pesquisas. Trabalhar com esse tipo de documentação é, portanto, a costura de um emaranhado de emoções, habilidades, lamúrias pelo que se perdeu ou não foi encontrado, mas, também, de vibrações pelas “descobertas”. Essa tessitura, somada a imaginação, intenciona constituir ou dar alguma forma a um passado sempre inventado pela “operação historiográfica”.

Dentre os muitos documentos encontrados no arquivo da Fundação Frei Simão, em meio a inventários, testamentos e tantos outros, estão os processos criminais. A leitura desses registros indicou a possibilidade de pensarmos como as mulheres negras foram construídas pelo judiciário e envolvidas nas tramas de poder e saber intrínsecas a essa instituição. Esses processos ajudam-nos a imaginar o cotidiano de homens, mulheres e as relações que teciam com a sociedade, auxiliando-nos a interpelarmos os valores e códigos morais estabelecidos contextualmente, bem como provocando-nos a pensar os sentidos atribuídos à sexualidade, cor/raça e os modelos culturalmente construídos de ser “homem” e ser “mulher”.

Pelo menos desde os anos de 1980, esse tipo de documentação tem sido, frequentemente, utilizado por historiadores/as brasileiros/as, o que não significa que não tenha sido usado anteriormente, mas foi nesse período que seu emprego generalizou-se em diversas abordagens históricas. Destacam-se, nesse momento, obras como: *Crime e cotidiano*, de Boris Fausto; *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub; e, *Crime e escravidão*, de Maria Helena Toledo Machado<sup>317</sup>. Inicialmente, seus usos estiveram relacionados a ideia de compreender melhor as relações entre diferentes agentes sociais, particularmente,

---

<sup>317</sup> GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 125-126.

trabalhadores/as, seus valores e condutas; serviram, também, para a elaboração de estudos a respeito da justiça e dos/as homens e mulheres afetados/as por ela, em diferentes temporalidades.

Embora o uso de processos criminais tivesse se tornado, nas décadas de 1980 e 1990, cada vez mais constante, a prática não se deu sem contestações. De acordo com Grinberg (2009), de um lado estavam aqueles/as que acreditavam poder recuperar a voz dos “subalternos”, e, do outro, pesquisadores/as alertavam para a necessidade de se considerar os mecanismos de controle presentes na linguagem jurídica, a ação do/a escrivão/escrivã, as orientações dos defensores (dadas fora dos autos), as regras legais pré-estabelecidas pelos códigos penais, entre tantos outros elementos que colocavam em suspeição esse tipo de documento. Todavia, os questionamentos levantados foram compreendidos como pertinentes a qualquer tipo de fonte, que devem ser analisadas em suas contradições, interditos, lacunas e incoerências. Aliás, a comunidade de historiadores/as tem reconhecido os limites e a historicidade das fontes, admitindo que elas também são a “construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento”<sup>318</sup>.

Valendo-se dessas concepções que ampliaram o universo das fontes de pesquisa para os estudos históricos, importantes trabalhos foram elaborados tendo os processos criminais como fontes, sendo que muitos deles marcariam, sobremaneira, a produção historiográfica brasileira, como a obra *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, do historiador Boris Fausto. Publicada em meados da década de 1980, a pesquisa propôs-se a discutir tanto a criminalidade, quanto os crimes na cidade de São Paulo; naquele momento, o autor preocupava-se em analisar, a partir da transgressão das normas penais, regularidades que lhe possibilitassem perceber valores, representações e comportamentos sociais.

No ano de 1986, Sidney Chalhoub publica *Trabalho, lar e botequim*, no qual também priorizou a análise de processos criminais. A obra foi lançada em um cenário de acaloradas discussões teóricas e metodológicas envolvendo o campo da História. O autor preocupava-se em destacar os processos criminais como importantes fontes para os estudos históricos, particularmente, para se pensar a ação de trabalhadores/as em suas relações cotidianas, fora das experiências do movimento operário; e, embora o autor reconhecesse a impossibilidade de saber o que “realmente se passou”, acreditava poder mostrar explicações válidas do social. Mais tarde, Chalhoub publicou a obra *Visões da Liberdade* (1990), em que também se utilizou

---

<sup>318</sup> GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 128.

de processos criminais para estudar a ação de escravizados/as no Brasil, sendo que o estudo se tornou referência importante para os/as pesquisadores/as da agência escrava no Brasil.

Antes desses trabalhos históricos, contudo, a cientista política Mariza Corrêa havia publicado, em 1983, seu estudo *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Segundo argumentação apresentada na obra, o judiciário atuava como mecanismo de ordenação e manutenção de um sistema normativo de papéis sexuais. Os processos analisados pela autora, em sua maioria, dizem respeito a atos de violência cometidos por homens contra mulheres com as quais mantinham alguma relação afetiva e/ou sexual. A análise feita por Corrêa (1983) cuida para que não haja personificação dos casos de violência, pois procura compreendê-los como prática institucional e sistemática. A ênfase, contudo, não está nos atos criminosos cometidos, mas nos autos dos processos, evidenciando, assim, a intenção de problematizar a articulação entre discursos jurídicos e normas sociais, e como elas constroem realidades.

Esse momento de maior utilização dos processos criminais como fontes para os estudos históricos, assim como em outras áreas das ciências humanas e sociais, coincide com o cenário de efervescência dos movimentos sociais e aumento de estudos preocupados em promover a discussão sobre grupos populacionais até então considerados marginalizados por determinadas produções científicas. As pesquisas na área de História avolumavam-se em decorrência do aumento numérico de programas de pós-graduação e das produções resultantes desse processo. Assim, no interior desses programas diversificavam-se, também, as temáticas eleitas para pesquisa, fontes e referenciais teóricos e metodológicos utilizados.

Essas mudanças, certamente, contribuíram para a produção de estudos preocupados em sublinhar a participação e/ou o protagonismo de sujeitos negligenciados pela escrita da história. As pesquisas sobre mulheres de diferentes camadas sociais e, mais tarde, os estudos de gênero, permitiram a ampliação de debates a respeito das violências, das experiências e das representações femininas em diferentes temporalidades e espaços. No âmbito da historiografia brasileira, significativos estudos foram elaborados e publicados nas décadas de 1980 e 1990 fomentando as discussões que tangenciavam a temática, afirmando a necessidade de questionarmos, continuamente, as produções históricas<sup>319</sup>. Apenas para citar dois exemplos,

---

<sup>319</sup> Em relação a essas produções, podemos citar: SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; LEITE, Mirian Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC/Ed. da Universidade de São Paulo/INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo:

lembramos as pesquisas de Martha Abreu, no final da década de 1980, e de Sueann Caulfield, já no início dos anos 2000, respectivamente, as obras: *Meninas Perdidas*, cujas análises entrecruzam os domínios da história social e cultural e encontram-se com os estudos relativos a história das mulheres, e *Em defesa da Honra*, pesquisa que demonstra as contribuições dos estudos sobre história das mulheres e gênero para o alargamento das dimensões da história, privilegiando as concepções sobre a honestidade sexual no Brasil. Essas produções, guardadas as especificidades temáticas e de recortes espacial e temporal, examinam códigos morais e sexuais de diferentes grupos sociais, propostas que abririam caminhos para muitas outras pesquisas envolvendo, principalmente, mulheres, escravizados/as e pobres.

As obras mencionadas priorizaram os processos criminais em suas análises, demonstrando a pertinência desse tipo de documentação para os estudos históricos. Ainda, essas publicações deixaram marcas profundas no fazer historiográfico, não apenas pelo uso de arquivos do poder judiciário, mas também pelas contribuições teóricas e metodológicas que trouxeram ao campo da História. Embora reconheça a importância deles e as marcas que, certamente, deixam neste texto, procuramos trilhar outros caminhos, interrogando os sentidos e as representações que atravessaram as vidas e a existência das mulheres negras em Goiás, reconhecendo a multiplicidade de suas vivências e a interferência dos marcadores sociais de identidades inscritos em seus corpos.

Essas discussões ficariam mais evidentes com o aprofundamento dos estudos de gênero e a influência de autores/as como Michael Foucault, Joan Scott e Judith Butler. As contribuições do primeiro foram, particularmente, importantes para os estudos feministas por propor outro modo de pensar o sujeito. Em sua concepção, o sujeito não deveria ser compreendido como universal, fundante ou estático, mas possuidor de identidades múltiplas e plurais passíveis de transformações constantes e infundáveis. Para o autor, esse sujeito é produzido em um jogo de forças, sendo, portanto, efeito das relações de poder e saber, inventadas e constituídas. Além disso, Foucault desenvolveu a ideia de dispositivo de sexualidade, concepção significativa para os estudos históricos e para as discussões a respeito das relações de gênero. Sobre as relações de gênero, todavia, Scott e Butler estão entre as principais referências; embora signifiquem o tema de maneiras distintas, ambas tecem críticas ao binarismo e ao essencialismo, defendendo a ideia de que o sujeito se constitui dentro de significados e representações culturais – inclusive, segundo Butler, o emprego do termo gênero precisa ser pensado com cautela para não se incorrer no engano de essencializar

---

Brasiliense, 1995; FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993.

categorias como “mulheres” e, nessa direção, a autora critica a heterossexualidade “compulsória” utilizada nas análises sobre as relações de gênero.

É importante acrescentar que, concomitante, a ampliação dos estudos de gênero, alargava-se também o debate político e intelectual de parte do movimento feminista, especialmente as feministas negras que, incomodadas com a falta de representatividade, pressionavam para a construção de um movimento mais complexo, plural e atento às diferenças. Mesmo fundamentadas em diferentes campos teóricos, essa postura, entre tantas outras coisas, significou reconhecer a necessidade de se considerar outras dimensões no processo de constituição dos sujeitos, tais como: raça, classe, condição social, regionalidades, etc., não apenas somando variáveis de diferença, mas problematizando a intersecção entre elas.

Em conformidade com essas discussões, buscamos analisar como os documentos elencados produzem discursos e orientam práticas de diferenciação e de identificação que são conformados a determinados corpos, hierarquizando-os, buscando formas de discipliná-los ou defini-los segundo normalizações legitimadas por relações de poder e saber. Em outras palavras: buscamos perceber como os enunciados apresentados nos documentos analisados contribuem para formar e informar sobre os corpos e os comportamentos de mulheres negras no século XIX, em Goiás; por outro lado, advertimos que as definições que fazemos são fruto de nossas opções teóricas e metodológicas e, por isso, não devem ser compreendidas como universais ou encerradas. Assim, apoiados em Butler (2014), entendemos as mulheres como plurais e multifacetadas, não lhes atribuindo uma identidade comum. No mesmo sentido, ancoramo-nos em Lima (2003) para pensarmos os diferentes sentidos atribuídos aos marcadores sociais de raça/cor, percebendo-os de forma borrada (ou cinza) a depender do contexto de produção da fonte e das intencionalidades do/a pesquisador/a. Atentos a essas concepções é que procuramos interpelar as vivências de Thomazia parda, Joaquina crioula, Maria Escolástica preta e outras mulheres que, embora definidas por algumas adjetivações, possuem muitas outras faces.

#### 4.1 Thomazia Parda, Escolástica Preta e Joaquina Crioula: insubmissas e transgressoras

No dia 2 de fevereiro de 1866, o escrivão Ricardo José da Silva autuou, em seu cartório, petição em desfavor de Maria Thomazia Gomes<sup>320</sup> e, posteriormente, encaminhou o documento ao subdelegado de polícia para proceder aos trâmites necessários. A autuação é resultado da queixa de José Joaquim de Moura, apresentado como homem sexagenário, casado e residente na cidade de Goiás onde exercia o trabalho de alfaiate. De acordo com o queixoso, sua mulher e suas filhas encontravam-se em sua casa, na tarde do dia 29 de janeiro, quando foram ofendidas por Thomazia Gomes Machado, que proferiu contra elas insultos, xingamentos e palavras de baixo calão. Consta na queixa apresentada ao delegado de polícia, ainda, que Thomazia era mulher parda liberta e exercia o ofício de meretrício. As ofensas teriam ocorrido da casa de João Teixeira de Carvalho, vizinho – parede-meia – de José Joaquim, sua mulher e filhas. Segundo o relato do ocorrido:

Thomasia Gomes Machado, parda liberta, que vive de officio meretrício, do centro da casa de João Teixeira de Carvalho, q' he visinho da do sup<sup>e</sup>. parede=meia começou em voses altas a dirigir insultos contra a mulher do sup<sup>e</sup> e suas filhas, jovens e donzelas, q' vivem com com todo o recato debaixo da tutela paternal, chamando-as de putas, bruacas e injuriando-as com diatribes, e sarcamos, e ainda mais dizendo q' as mães do tempo presente, bem como am<sup>er</sup>. do sup<sup>e</sup>. nenhum zelo tinham pelas filhas, e somente se inciumavão pelos seus proprios filhos p<sup>r</sup>. que as querião para si<sup>321</sup>.

Como registrado no processo, a denunciada é classificada como mulher parda e liberta. Essa nomeação, certamente, não é despropositada e indica as artimanhas do discurso jurídico/legal no intuito de vincular certas descrições a determinados grupos sociais, produzindo efeitos de sentido e verdade. Isso não significa negar ou ignorar a existência de pessoas pardas ou libertas, mas indicar que essas denominações não são naturais e, sim, resultado de tramas de poder e saber que permitem o anúncio delas nesse momento – não existe previamente um/a sujeito/a pardo/a e/ou liberto/a, ele/a está sendo gestado/a em determinada condição histórica pelo processo criminal (estrutura judiciária) que, naquele momento, atuava como uma das muitas maquinarias acionadas para efetivação ou materialização do discurso.

---

<sup>320</sup> O nome de Thomazia aparece grifado ora com S ora com Z, e utilizarei as duas versões, conforme aparecem no documento. Ressalta-se, ainda, que a ré é chamada por dois nomes: Thomazia Gomes Machado e Maria Thomazia Gomes, não havendo, no decurso do processo, informações que nos permitam fazer alguma afirmação em relação a essas denominações. No entanto, imaginamos que isso pode estar relacionado ao fato de ter sido escravizada e, durante tal situação, tenha assumido o nome de seu/sua senhor/a.

<sup>321</sup> AHFSD – Queixa contra Thomasia Gomes Machado – 1866. Grifos nosso.

Poderíamos até mesmo questionar os sentidos das denominações parda e liberta na vida cotidiana de Thomazia. Com isso, não estamos, de forma alguma, negando as marcas raciais impressas em seu corpo, tampouco desqualificando a sua liberdade ou tomando-a como um não acontecimento. Apenas sugerimos que essas marcas, em alguns momentos de sua existência, não representassem, de fato, um abismo em relação a outras mulheres pobres, mesmo que brancas, visto que as condições de existência delas poderiam apresentar pontos de convergência se considerarmos, por exemplo, a carência de recursos materiais para a sobrevivência delas.

Dias (1995), na introdução de *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, observa exatamente isso. Ao pensar os registros escritos que informam sobre as vivências das mulheres naquela localidade, percebe a proximidade nas condições materiais de sobrevivência de mulheres pobres, brancas, escravas e forras. De acordo com a autora, elas dividiam os espaços de sobrevivências, circulavam pelas fontes, ruas, praças, pontes e outros espaços de convívio social, exercendo seus ofícios, conversando, fazendo circular informações, articulando-se, namorando, reclamando...

Useiras de murmurar e reclamar, urdiam pequenas transações e encomendas, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins, vizinhas [...] A improvisação da subsistência no seu dia-a-dia envolvia contínua troca de informações, bate-papos e toda uma rede de conhecimentos e favores pessoais, proteção, compadrio, concubinato, que intercedia por elas e que elas sabiam ativar e pôr em uso<sup>322</sup>.

Além disso, a mestiçagem era outro elemento a borrar a ordem de classificação imposta pela sociedade e cultura. Thomazia – parda e liberta – poderia, outrora, “diluir-se” na massa de mestiços/as que compunham a população de Goiás ao longo do século XIX. O censo populacional de 1872, embora ocorrido alguns anos depois do processo envolvendo a ré, apontava para uma maioria de pardos/as habitando as terras goianas; aliás, Palacín já havia observado a predominância de uma população parda entre os/as livres, pelo menos desde 1804, característica essa que, segundo o autor, estaria relacionada ao fim da mineração na região. Com o decréscimo dessa atividade, apenas aqueles/as presos à terra, pela escravidão ou pobreza, teriam permanecido ali<sup>323</sup>.

---

<sup>322</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 20.

<sup>323</sup> PALACÍN, Luiz. Os homens pardos de Goiás à procura de cidadania. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Noé Freire (orgs.). *A história escrita: percursos da historiografia goiana*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 106.



Todavia, importa-nos esclarecer que, no contexto de produção do censo populacional de 1872, a designação “parda” está revestida de aspectos científicos, políticos e classificatórios, uma vez que, como prática de identificação, objetivava o conhecimento e a ordenação da população. No tocante ao processo criminal ora em análise, contudo, não podemos simplesmente dizer tratar-se de uma designação baseada apenas em critérios científicos, embora não os descartemos. Porém, parece-nos plausível considerar, também, as dimensões políticas do enunciado, ou seja, do ponto de vista do discurso e dos poderes em movimento, o emprego dos termos são bastante significativos. Parda não serve para designar apenas cor/raça, bem como liberta não diz respeito somente à condição social. Pelo contrário, são termos circunscritos pela historicidade e servem para delinear as diferenças entre Thomazia e outras mulheres, regulamentando mecanismos de controle dos comportamentos e sentimentos, assim como orientando práticas sociais. No caso de Thomazia, a identificação racial serve para desqualificá-la e colocá-la em suspeição, afinal, como nos lembra Orlandi,

o discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outra. Por aí podemos perceber que as palavras não tem um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos são determinados ideologicamente<sup>324</sup>.

Ainda a esse respeito, parece-nos conveniente acrescentar: o discurso forjado pelo documento não precisou mencionar condição social ou raça/cor do senhor denunciante, sua mulher e filhas, ou seja, no caso deles/as não foi necessário afirmar ou negar uma identidade racial – por alguma razão, estavam isentos/as de qualquer inquirição desse tipo. Nem mesmo sabemos tratar-se de pessoas brancas, mas a construção discursiva que se faz sobre eles/as afastam-nos/as de preocupações com essas classificações, pois são, propositalmente, silenciadas. Conforme notou Hebe Mattos (1998), a inexistência de referências a raça/cor não significava, necessariamente, branqueamento, mas tratava-se de um signo de cidadania na sociedade imperial<sup>325</sup>. Assim, de acordo com Lima (2003), pensar as identidades raciais é também problematizar os momentos em que são silenciadas; daí a relevância de se

---

<sup>324</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009. p. 43.

<sup>325</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudoeste escravista, Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 98-99.

compreender essas classificações como circunstanciais e em constante deslocamento, sendo em alguns momentos proferidos e em outros não<sup>326</sup>.

Como parte desse jogo de dizibilidade e silenciamento, a narrativa construída pelo discurso jurídico utiliza-se de outros elementos para produzir as mulheres sobre as quais formam e informam. Thomazia, diz José Joaquim de Moura, vivia do ofício de meretriz, enquanto suas filhas, jovens, donzelas e recatadas viviam sobre a tutela do pai. Ao que tudo indica, os agentes operadores do documento – escrivão, delegado de polícia, juízes – acataram a fala do acusador e passaram a reproduzi-la como “verdade” ao longo do documento. Afinal, a palavra de um homem sexagenário, casado, com trabalho definido e pai de família teria, nessa lógica discursiva, maior credibilidade.

Dizer que Thomazia era meretriz poderia ser, também, estratégia definida pelo acusador no afã de nomear e desqualificar as práticas sexuais e/ou afetivas da ré. Conforme observa Magali Engel (2004), “associada à vadiagem, mendicância e alcoolismo, a prostituição é situada nos textos legais que vigoraram durante o período imperial, no âmbito da desordem moral e social”<sup>327</sup>. Na mesma perspectiva, negar ou esconder o trabalho da acusada era uma forma de desacreditar a sua palavra e as suas atitudes, pois ter um ofício poderia significar alguma deferência. A verdade é que, segundo o censo populacional de 1872, a maioria da população de Goiás foi classificada como sem profissão, incluindo as mulheres (ver Quadro 2). Essa não é uma novidade em relação a Goiás: a historiografia brasileira tem entendido que, ao longo do século XIX, formou-se uma camada populacional caracterizada pela ausência de trabalhos fixos, de grande mobilidade espacial e de trajetórias incertas<sup>328</sup>. A esse respeito, ao refletir sobre Goiás oitocentista, Danilo Rabelo acrescenta:

durante o século XIX, na Cidade de Goiás, as autoridades administrativas e policiais representando os interesses das elites dominantes, elaboraram um discurso desclassificatório dos trabalhadores livres chamando-os de vadios, ou seja, aqueles que se recusavam a trabalhar, não cumprindo o contrato de trabalho. Os argumentos usados pelas autoridades são semelhantes ao discurso sobre a falta de braços em toda a Província, o que era atribuído à preguiça e a indolência natural do trabalhador<sup>329</sup>.

---

<sup>326</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 75.

<sup>327</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 30.

<sup>328</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 14.

<sup>329</sup> RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo**: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889. 1997. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. p. 61.

A maioria das mulheres em Goiás atuava como lavradoras ou dedicava-se ao serviço doméstico; as mulheres escravas, da mesma forma, encontravam-se em maior número empregadas nessas atividades. De acordo com o recenseamento populacional de 1872, na Paróquia de Sant'Anna – onde estava alocada a maior parte da estrutura administrativa da Província – havia maior concentração de mulheres, tanto livres como escravas, empregadas em atividades domésticas, sendo que, ali, poucas foram classificadas como lavradoras. Por tratar-se da sede administrativa da Província, certamente, os habitantes da região concentravam-se em desenvolver alguma atividade urbana. Do outro lado, separada territorialmente apenas pelo Rio Vermelho, estava a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário e, apesar da proximidade, nesta localidade havia predominância das lavradoras. Na própria capital do país, Rio de Janeiro, a maioria das mulheres escravizadas, libertas ou negras livres ocupavam-se dos serviços domésticos. Conforme atesta Cowling (2018)

Os serviços domésticos [...] eram a principal ocupação das escravas. Com exceção dos serviços de costura, a maior parte das ocupações disponíveis para as mulheres de cor, escravas ou libertas, não era socialmente valorizada e não possuía um grande potencial de remuneração, diferentemente dos ofícios especializados [...]<sup>330</sup>

Quadro 02 – Principais atividades realizadas por mulheres no município de Goiás – 1872.

Profissões	Mulheres Livres	Mulheres Escravas	Total
Sem profissão	3.798	136	3.934
Serviço doméstico	2.408	222	2.630
Lavradoras	1228	180	1.408

Fonte: Recenseamento do Brazil em 1872 – Goyaz.

Embora essas fossem as profissões com superioridade numérica entre as mulheres no município de Goiás e na Província como um todo, elas também exerceram atividades manuais ou mecânicas como costureiras ou operárias em manufaturas de tecidos; aliás, de acordo com o censo populacional de 1872, muitas delas dedicaram-se aos serviços de costura. Em algumas localidades, como na Paróquia de Santa Rita do Anta, cuja população, entre livres e escravos/as, somava 1.559 habitantes, 109 mulheres – destas 105 livres e 4 escravas –

<sup>330</sup> COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 71-72.

exerciam o ofício de costureira. Outras dedicaram-se a profissões agrícolas, criando animais ou sendo assalariadas, servindo seus préstimos como criadas ou jornaleiras. Há, ainda, tantas ocupações não nomeadas pelo censo de 1872 ou dissolvidas nas profissões elencadas pelos recenseadores, nas quais, provavelmente, muitas mulheres atuavam, podendo-se citar: carregadeiras de água, lavadeiras, vendeiras, etc. Ademais, decerto assumiam muitas dessas funções ao mesmo tempo, pois, em uma região atravessada pelas dificuldades financeiras e de poucos trabalhos rentáveis, certamente algumas pessoas tiveram necessidade de exercer mais de um ofício para garantir a sobrevivência. Essa possibilidade não está aventada em documentos oficiais, a exemplo do recenseamento da população, afinal, a proposta da contagem estava em ordenar e classificar a população de modo a racionalizar e orientar práticas governamentais – esperava-se, então, criar regularidades e superar a variação. A esse respeito, Lima enfatiza que

conhecer a população – entendendo essa ação como criadora de certa realidade política – seria algo simultâneo à sua regulação e ordenação. No caso da formação do Estado Imperial as políticas para a composição da população se faziam necessárias, administrando fluxos internos e externos. A noção de população é subsidiária da economia política, e o instrumento principal de objetificação desta realidade seria a estatística, trazendo regularidades e racionalização à ocupação soberana do território<sup>331</sup>.

O meretrício era uma dessas ocupações silenciadas pelo recenseamento. Apesar disso, em outro momento, como no caso do processo contra Thomazia, o ofício era lembrado e parecia até mesmo ser vociferado ou bradado na direção de quem pretendia condenar-se. A imputação de prostituição, acrescida às demais qualificações, configuravam-se em mecanismos discursivos de identificação que procuravam formar e informar os comportamentos desviantes da acusada e, assim, corroborar com a denúncia feita em relação a ela. De acordo com essa construção discursiva, Thomazia era parda, liberta e meretriz, atributos pouco honrosos para a maioria das mulheres da sociedade brasileira no século XIX. Embora o termo parda e a condição de liberta pudessem lhe trazer algum benefício, facilitando sua vida cotidiana em alguns aspectos, nestas circunstâncias apenas a desabonavam frente as autoridades judiciárias.

A prostituição foi uma saída possível com a qual muitas mulheres pobres e até mesmo escravas se depararam para garantir sua sobrevivência, de seus familiares ou de outras pessoas de seu convívio. A restrição de trabalhos ou meios de prover o sustento foi uma das causas,

---

<sup>331</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 97.

apontada pela historiografia, a sustentar a prática da prostituição. Além disso, é preciso considerar que seus corpos estavam sujeitos a violência diárias, das quais, nem sempre conseguiam escapar.

Para elas, [...] a escravidão e a dependência social significavam que seus corpos estavam sujeitos, diariamente e sem muitas alternativas, ao sexo com seus proprietários ou aos homens que ocupavam posições de poder. Esses contatos variavam de estupros frequentes a algumas relações afetivas duradouras. Embora a ubiquidade e a tolerância a esses encontros tenham ajudado a ocultar seus detalhes na documentação histórica, eles constituem os incontáveis componentes essenciais, e dolorosamente construídos ao longo dos séculos [...]. Os corpos femininos serviam a outros tipos de trabalho também íntimos. Amas de leite escravas cuidavam dos filhos de seus senhores e os amamentavam, não raras vezes sendo forçadas a abandonar seus próprios rebentos. Enquanto isso, [...] o sexo estava à venda. [...] as escravas era obrigadas por seus senhores a se submeterem às atividades [...] da prostituição, e as mulheres livres vendiam seus corpos para incrementar a já precária renda.<sup>332</sup>

Magali Engel (2004) acrescenta que, além da necessidade, outras razões levaram as mulheres à comercialização sexual de seus corpos, dentre eles os códigos morais e os padrões de comportamentos vigentes, tais como valorização da virgindade, monogamia e patriarcalismo. Essas questões justificariam certa liberdade sexual conformada aos homens e garantiriam a ordem na desordem das paixões<sup>333</sup>. Ainda de acordo com Engel, não seria despropositado pensar a prática da prostituição como uma possibilidade de vivência – em termos sexuais, econômicos e emocionais – mais autônoma<sup>334</sup>. Todavia, apesar dos apontamentos, a autora conclui que a prostituição na sociedade brasileira do século XIX é tema complexo e contraditório e, por isso, deve ser pensado em sua multiplicidade, e não como um dado natural e universal.

Margareth Rago (2008), aprofundando-se nessa discussão, entende que a historiografia limitou-se a pensar a prostituição como reação à situação de miséria econômica vivida por algumas mulheres ou como transgressão a ordem moral instituída, que exigia delas castidade e bom comportamento. De acordo com a autora, o empobrecimento da população pode até ter contribuído para o aumento da prostituição, mas, por si só, dizia pouco sobre essa prática e suas funções. Além disso, continua Rago (2008), essas concepções acabam por dessexualizar a prática e abstrair o erótico, pois, se as mulheres se tornam prostitutas apenas por razões

---

<sup>332</sup> COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 72-73.

<sup>333</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 22.

<sup>334</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 26.

econômicas, isso poderia significar um sacrifício. Por outro lado, enxergar a prostituição como atitude de rebeldia, resistência e transgressão aos valores morais impostos poderia construir uma imagem romanceada de mulheres pobres e marginalizadas, no entanto, combativas – o receio da autora estava em reproduzir imagens femininas e masculinas naturalizadas. Assim, no contexto do século XIX, momento de explosão discursiva sobre o sexo e a constituição de práticas sexuais econômicas, a prostituição poderia ser compreendida como

linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar da desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo. Configurou-se, portanto, como espaço onde puderam emergir outros modos de funcionamento desejante – anárquicos, microscópicos, diferenciados –, mais do que como lugar da transgressão do interdito sexual [...] Nos territórios do prazer, vivem-se possibilidades de perda da identidade na relação, de desterritorialização subjetiva, ao inverterm-se papéis e dramatizarem-se situações, abrindo-se espaço à manifestação de ‘pulsões irreprimíveis’, que não podem se realizar na relação conjugal normalizada<sup>335</sup>.

A prostituição seria, então, para além das razões financeiras das mulheres pobres ou de seus atos de transgressão, prática que possibilitaria a performatividade de corpos desejantes; propiciava, ainda, uma fusão do indivíduo ao coletivo, assegurando solidariedades e sociabilidades. Nos espaços em que era praticada, poderia jogar-se cartas, beber, discutir políticas, trocar experiências de negócios, ouvir conselhos e aconselhar, sendo, quase sempre, lugar de trocas positivas. Na cidade de Goiás, assim como em outros núcleos urbanos do século XIX, as casas de prostituição ou as meretrizes avulsas estiveram presentes. Reportagem do ano de 1870, veiculada pelo periódico *Província de Goyas*, denunciava a presença e arruaça delas em meio as casas de família da cidade, reclamando, ainda, da inércia da polícia em relação ao caso. Segundo o jornal,

todo Goyaz sabe que prostitutas, morando no centro da cidade, em proximidade de casas de família, estão a fazer chinfrins todas as noites com escandalo da moralidade publica, e offensa immediata aos visinhos; no em tanto que a senhora policia... cochila!..

Será preciso acreditar-se que ella anda de convivencia nos deboches das meretrizes? Será preciso que os offendidos, em falta de melhores recursos, se vejam na dura necessidade de declinar nomes de pessoas que, durante o dia claro, andão de gravat’alta ao pescoço, e durante a noite não se pejam de fazerem conhecer as suas vozes e risadas em reuniões reprovadas pela moral e pela lei?<sup>336</sup>.

---

<sup>335</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 27.

<sup>336</sup> *Província de Goyaz*, n. 40, 30 de setembro de 1870.

A denúncia informa sobre o incômodo causado pelas meretrizes cuja circulação pela cidade, entre as casas de família, era reprovada; além disso, as mulheres faziam escândalos e perturbavam a moralidade pública e, para completar os atos desrespeitosos praticados por elas, o jornal acrescenta que dirigiam ofensas aos/as vizinhos/as. Por fim, a reportagem reclamava e questionava a morosidade da polícia em tomar alguma providência e ameaçava revelar nomes de engravatados que, durante o dia, pregavam a moral e os bons costumes e, à noite, misturavam-se as prostitutas em bebedeiras e risadas. Interessante observar que as denúncias, acusações ou reclamações sobre as prostitutas têm enredos parecidos, “naturalizando” determinados comportamentos ou criando regularidades discursivas a respeito delas. Assim, apesar das diferenças nos cenários e temporalidades, as meretrizes são associadas a algazarra, vozerio, risadas altas, uso excessivo de bebidas e ofensas dirigidas a vizinhos/as. É comum que, ao redor delas, aconteçam brigas, facadas e roubos, como se estivesse reservado a elas uma espécie de submundo, mas que estava exatamente ali, entre as casas de família.

Aliás, o processo contra Thomazia indica-nos que o discurso legal, associado a outros discursos recorrentes, expressava a preocupação em regular e ordenar as famílias, cada vez mais eloquente ao longo do século XIX, particularmente nas últimas décadas desse período. Como se vê no processo, já em 1866 o acusador recorria ao fato de suas filhas viverem de modo recatado e sob proteção paternal. A fala de José Joaquim de Moura apresenta duas questões interessantes a serem destacadas: a primeira, a valorização de determinada estrutura familiar, minimamente constituída pela mãe, pai e filhos/as; a segunda, diz respeito à centralidade da figura paterna em resolver querelas envolvendo as filhas e mulher, constituindo-se em expressão da autoridade paterna e signo de respeitabilidade. Ao que parece, era a vigilância da figura masculina, neste caso o pai, o que impedia as filhas de desviarem-se do “caminho correto”. Essa visão não está descolada a dos discursos de viagem apresentados anteriormente, a exemplo de Saint-Hilaire, que entendia o domínio do pai sobre as filhas como cuidado e proteção para que não corressem o risco de se “perderem” em uma localidade onde a prostituição estava tão presente<sup>337</sup>.

A narrativa construída pelo processo nos permite ler os diferentes lugares inventados para Thomazia e filhas do reclamante, tratando-se de um jogo discursivo onde nem tudo precisa ser dito, mas não deixa de ser insinuado: as filhas de José Joaquim são aquilo que a ré não é. O recato, a moralidade e a família que possuem é tudo aquilo que a acusada não tem,

---

<sup>337</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 24.

ao menos, não nos termos aceitáveis para a época, pois, conforme consta na documentação, embora isso não pareça contar muito para o desenrolar da confusão, Thomazia era casada com Egidio de Sousa Oliveira; além disso, disse viver de suas agências e do serviço de costura. Essas duas afirmações, a primeira apresentada por uma das testemunhas de acusação e a outra feita pela própria ré, já no final do processo, sugerem-nos dois questionamentos: o que significava viver de suas agências? E como, mesmo sendo casada, Thomazia poderia viver do meretrício?

Desde já adiantamos não ter respostas conclusivas para tais questões. O que sabemos é resultado de inferências e interpelações que nos permitem ensaiarmos algumas respostas. Assim, dizer que vivia de suas agências era algo comum no período, mesmo porque é preciso lembrar da grande massa de pessoas sem ocupações definidas, o que não significa dizer que elas não trabalhavam, apenas que viviam de trabalhos incertos e esporádicos. Por outro lado, ao declarar viver de suas agências e do serviço de costura, Thomazia (ou melhor, o documento) abre uma fenda para suspeitarmos dessa colocação: qual a razão para não nomear essas agências? Havia algo a esconder ou que não gostaria que fosse declarado? Poderíamos compreender a declaração como uma forma de sintetizar vários afazeres julgados como menos importantes pela linguagem oficial e legal, não fosse o fato de o queixoso ter, logo no início do processo, afirmado ser a acusada meretriz.

É plausível que Thomazia pudesse exercer o meretrício, uma vez que a prática não era incomum e, muitas vezes, poderia ser conciliada com outras atividades, como as de costura, ofício declarado pela própria ré. Mas, nesse caso, como seria, então, Thomazia casada com Egidio? – aliás, o marido foi citado como tal tanto por ela como por uma das testemunhas. Foi ele também quem ouviu a proposta de conciliação do queixoso e assinou o termo de bem viver, já que a mulher não sabia ler nem escrever. A resposta talvez não seja tão complicada se considerarmos a possibilidade de os códigos morais serem mais fluidos e complexos do que pressupomos, ou seja, o fato de ser casada não parece ter impedido a prática de prostituição. Luciano Figueiredo (1993), estudando o cotidiano feminino em Minas Gerais no século XVIII, depara-se com considerável quantidade de processos de devassa envolvendo mulheres forras, acusadas da prática de prostituição, havendo entre eles, também, em menor número, mulheres escravas e brancas. De acordo com o autor:

a prostituição representa, nesse sentido, também uma alternativa acessível para que mulatas e negras libertas, e muito raramente brancas, garantissem os meios para sua sobrevivência imediata e de seus dependentes. Em geral, servia para complementar a renda de pequenas atividades comerciais de gênero quase sempre por elas mesmo



produzidos, como eram o sabão, doces e comestíveis variados. Na verdade, raramente a prostituição servia como único meio de vida. Nesse processo não seriam poucas aquelas empurradas para essas atividades por seus pais, padrastos, *ou mesmo maridos*, com o que, muitas vezes, asseguravam sua própria sobrevivência<sup>338</sup>.

Egídio poderia até ser conhecedor do fato de Thomazia exercer o meretrício e mesmo assim manter-se casado com ela; poderia, inclusive, beneficiar-se financeiramente disso, o que não seria de tudo despropositado. Segundo consta no documento, a ré, mesmo quando pode falar, não confirmou, mas também não desmentiu se exercia tal ofício, preferindo utilizar-se de expressão vaga e de interpretações dúbias. Se o enredo for esse mesmo, estimula-nos a imaginar a complexidade daquela sociedade, onde uma mulher parda, liberta e prostituta poderia estar casada com um homem que, aparentemente, não demonstrou incômodo com uma das profissões da esposa – os padrões morais e sociais talvez fossem mais frouxos e o poder do Estado e da Igreja mais tênue. No dia-a-dia, as relações se misturavam, imbricavam-se e emaranhavam-se contrariando o ordenamento, a linearidade e a lógica que as instituições intentavam impor.

Aliás, o depoimento da segunda testemunha de acusação, Eva de França Pereira, que estava na mesma casa de João Teixeira de onde Thomazia proferiu as injúrias à família do queixoso, é bastante sugestivo em relação as tramas nas quais os/as personagens do processo estavam envolvidos/as. De acordo com Eva, a querela entre a ré e a família de José Joaquim deu-se porque Maria Cristina, irmã do marido de Thomazia, queria se casar com Inocencio, um dos filhos de José Joaquim. A família do queixoso era contrária à união do rebento com tal mulher, daí a inimizade e a implicância da ré que, antes disso, até se dava bem com os/as acusadores/as. Segundo a testemunha, Thomazia e Maria Cristina tinham, ainda, acordado surrar as filhas de José Joaquim. O depoimento de Eva confirma as injúrias acrescentando a ela mais conteúdo: ela teria dito que as mulheres eram negras da costa e mulheres damas, e que as filhas do queixoso viviam parindo e jogando as crianças no rio.

Embora a fala de Thomazia tenha sido tomada no processo como injúria, ela poderia indicar que as filhas de João Joaquim não fossem tão recatadas ou donzelas como ele quis fazer acreditar inicialmente; no mínimo, a acusação de parirem e jogarem os filhos no rio lança alguma suspeita sobre elas. Além do mais, ao mencionar as idades do queixoso e de sua esposa, Eva diz serem idosos/as e já terem até netos/as. Não há, no entanto, qualquer informação em relação a maternidade ou paternidade dessa(s) crianças. Poderiam ser filhos/as

---

<sup>338</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993. p. 78-79. Grifo nosso.

de outros/as filhos/as do casal, mas, por que não de uma das filhas injuriadas? Todavia, a informação mais estranha trazida por esse depoimento é o fato de Thomazia ter chamado as mulheres de “negras da costa”. Este qualitativo fez parte de uma ordem discursiva específica sendo, comumente, empregado para designar procedência de certo grupo étnico, o que, aparentemente, não era o caso. Desta forma, provavelmente tenha sido utilizado para insinuar algo sobre raça/cor das mulheres e servido para colocá-las em um lugar social mais próximo de si – dada a mestiçagem dos habitantes da região, essa seria uma versão possível desse enredo, mas apenas isso!

Com o desenrolar do processo vimos Thomazia ser condenada por injúria e ter a pena agravada por ser os injuriados pessoas mais velhas, que teriam idade para serem seus pais. Em conformidade com os artigos 236, 237 e 238 do Código Criminal do Império, de 1830, no dia 02 de março de 1866 o juiz sentenciou a pena: recolhimento a prisão pelo período de três meses, pagamento de multa e das custas do processo. Acontece que, poucos dias depois, José Joaquim de Moura procurou a justiça para informar que ele e sua mulher concediam perdão a Thomazia e, por essa razão, retiravam a denúncia e, como condição, a condenada deveria assinar termo de bem viver<sup>339</sup>, comprometendo-se a não injuriar mais nenhum/a membro da família do queixoso; além disso, deveria arcar com as custas do processo. Thomazia aceita os termos do documento com a condição de também não ser mais ofendida. As motivações para o perdão não são mencionadas, mas podemos imaginar girar em torno da proximidade e, quiçá, amizade que teria a ré com a família do queixoso, ou, ainda, a parda liberta tivesse uma rede de sociabilidade que interveio a seu favor. Porém, isso são versões e imagens possíveis.

Parda liberta, casada, lavadeira, meretriz... Maria Thomazia Gomes era, também, Thomazia Gomes Machado. Thomazia(s) no plural!

Outra Maria que esteve com problemas na justiça foi Maria das Dores, mais conhecida por Maria Escolástica – nome possivelmente herdado da mãe, Escolástica de tal. Maria Escolástica tinha, em 1884, 23 anos, vivia de lavagem de roupas e não sabia ler nem escrever. No Termo de Declaração feito por Pedro Xavier de Barros, inspetor do 7º quarteirão, foi nomeada como “a preta” Maria Escolástica. O professor particular Joaquim José de Sant’Anna disse ter sido vizinho dela há mais ou menos dois anos atrás e, naquela época, já era prostituta, embora não tivesse postura escandalosa. Por mais de uma vez, ela passou pela

---

<sup>339</sup> Consta no Código do Processo Criminal de 1832, artigo 121, o termo de bem viver. Trata-se de documento disciplinador de condutas no qual se faz menção às provas arroladas, ao modo de bem viver prescrito pelo juiz e a pena, quando houver. O termo, conforme explicitado no mesmo Código, serviria para mendigos, vadios, bêbados e prostitutas que perturbarem a ordem pública ou ofenderem os bons costumes, a tranquilidade e a paz pública ou das famílias.

delegacia de polícia e depois pela cadeia pública da província, sendo que, em todas as ocasiões, tinha sido acusada de praticar atos considerados ilícitos e perturbadores do sossego público ou das famílias; em uma dessas ocasiões fora acusada de viver em constante estado de embriagues.

Comportamentos como esses tornavam-se cada vez mais repreendidos e passíveis de responsabilização dada as perspectivas de disciplinarização e governo dos corpos, acentuadas no decurso dos séculos XVIII e XIX. Esse processo de controle e regulação funcionava como mecanismo político-judicial cuja intencionalidade estava em garantir a vigilância dos gestos e das palavras, utilizando-se de práticas e discursos punitivos para coibir os desvios. Isso significa dizer que há, nesse período, a articulação de poderes e saberes que deram condições para a existência de discursos, práticas judiciárias e uma série de outras instituições, como a policial (também envoltas nas mesmas relações de poder e saber), que formam e informam sobre determinados padrões de comportamento e seus desvios. Segundo Foucault, as práticas judiciárias dizem respeito

a maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades, os modos pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em razão dos erros que haviam cometido, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras, todas essas regras ou, se quiserem, todas essas práticas regulares, é claro, mas também modificadas sem cessar através da história – me parecem uma das formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, formas de saber<sup>340</sup>.

Como uma das artimanhas do processo de constituição da nação após a promulgação do Império, acentua-se a preocupação em regulamentar as condutas da população. Era preciso, então, construir uma legislação que possibilitasse a superação do costumeiro e da pessoalidade (ao menos em tese), definindo papéis, diretrizes e contornos à sociedade nacional. As ações consideradas criminosas, penalidades, personagens jurídicas e procedimentos empregados para cada tipo de crime passam a ser sustentados pelo Código Criminal e pelo Código do Processo Criminal, de 1830 e 1832, respectivamente. O segundo complementava o primeiro e ambos delineavam o que seria considerado o desvio e, por conseguinte, a norma, ao mesmo tempo em que davam origem a um determinado número de formas de verdade.

Algo importante a se observar no processo de constituição desse equipamento de normalização é o fato de servir de aparato para vigilância e coerção popular. Conforme

---

<sup>340</sup> FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 11.

mencionado no próprio documento, bêbados, vadios, mendigos e prostitutas teriam suas ações nomeadas, vigiadas e modeladas por esse dispositivo e instrumento do poder político, sendo, portanto, um poderoso mecanismo de controle utilizado pelas autoridades para coagir pobres livres ou libertos/as ao trabalho. Em uma sociedade ainda de base escravista, mas com crescente número de libertos/as ou livres, o “incentivo” ao trabalho era uma forma de “livrar” a população pobre da vadiagem ou mendicância e, ao mesmo tempo, estabelecer sobre ela certa vigilância e controle.

Os documentos envolvendo Escolástica permitem-nos imaginar a importância que parte daquela sociedade desejava atribuir ao trabalho no intento de reafirmá-lo como algo necessário ao desenvolvimento digno e ao enriquecimento humano. Intencionava-se, com isso, atribuir ao trabalho valores positivos de modo a promover o progresso, a ordem social e o processo de construir, nos trópicos, uma sociedade “civilizada”. Assim, a menção ao ofício do sujeito servia como uma espécie de nomeação e classificação de condutas, atenuando ou não a suspeição sobre alguém, ou seja, auxiliava na qualificação ou na desqualificação dos sujeitos envolvidos na trama. Em um dos processos contra Escolástica encontra-se a cópia de uma denúncia relativa a processo anterior, no qual a autoridade responsável por seu registro fez questão de mencionar o fato da ré e outras mulheres não terem profissão, articulando isso a outras desqualificações:

comparesserão Maria Theresa, Auta da Cruz, Maria Escolastica e Jacintha Hutim, *prostitutas, sem profissão onesta*, por onde passão subsistirem perturbadoras ao sucego publico consitando desordem e ofendendo a moral publica com palavras obsenas e jestos considerados na opinião publica offensivas ao bom costume [...] <sup>341</sup>

Esse recurso discursivo parece reiterar ou embasar a denúncia, porém, não pelo que elas fizeram, mas por quem eram; tratá-las por prostituta e sem profissão honesta ajudaria na composição do sujeito criminoso ou desviante, como se justificasse as ações de perturbação do sossego público, desordem e ofensa a moral com atos e palavras obscenas. Ainda na cópia dessa denúncia, insiste-se na ideia de que as mulheres acima mencionadas não se ocupavam de trabalhos honestos e faziam ajuntamentos de soldados em suas casas, resultando em frequentes barulhos. Por fim, reitera: são prostitutas! Essa desqualificação das mulheres infratoras a partir da menção ao meretrício ou comportamento imoral delas faz parte da engrenagem do sistema de penalidades do final do século XVIII e decurso do XIX, momento em que a legislação se afasta daquilo que seria utilidade social ou defesa geral da sociedade e

---

<sup>341</sup> AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1884. Grifos nosso.

passa a se preocupar mais com o “controle e reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos”<sup>342</sup>. Nesse processo, os indivíduos passam a ser concebidos e controlados ao nível de suas virtualidades – daquilo que se julga ser capaz ou poder fazer –, e não ao nível de seus atos. É exatamente isso que parece acontecer quando, nestes documentos, descrevem-se mulheres como Thomazia e Escolástica, pois, além das infrações cometidas ou, antes mesmo delas, são constituídas como mulheres pardas ou pretas pobres e prostitutas.

Em muitos casos, essas denúncias eram feitas por Inspectores de quarteirão, em tantas outras, corroboradas por eles, também não sendo incomum a presença de cabos ou soldados arrolados como testemunhas das arruaças e desrespeito das acusadas. Inspectores, cabos e soldados, embora muitas vezes envolvidos nas confusões e suspeitos de serem frequentadores das casas dessas mulheres, ajudavam a movimentar a engrenagem de vigilância sobre a população, especialmente a pobre. Foi sob a égide do Código Criminal de 1830, de seus dispositivos seguintes e de suas atualizações ao longo do século XIX que essa perspectiva da vigilância ampliou-se. Inspectores de quarteirão, e a própria polícia, fazem parte de uma rede de instituições de vigilância e correção desenvolvida em torno da instituição judiciária, e servindo de apoio a ela.

José Catharino, praça da companhia de polícia, por exemplo, foi depoente em um dos processos de quebra do termo de bem viver movido contra Maria Escolástica. De acordo com ele, já teria visto desordens levantadas por ela e ter ouvido dela palavras obscenas. Curioso observar neste processo, datado de 1883, que apesar de constar de quatro depoimentos de acusação, não há clareza sobre quem é ou são o/s denunciante/s ou reclamante/s – tal situação foi, inclusive, questionada pela defesa da ré, que buscou colocar em suspeição os depoimentos das testemunhas alegando estarem agindo por razões pessoais. Segundo o defensor, trata-se de “indisposições gratuitas, de revolta com inimizades mesquinhas [...], mas quem é seu acusador?”<sup>343</sup>. Para ele, duas das testemunhas eram inimigas da ré e, certamente, por isso queriam prejudicá-la. Já o depoimento de José Catharino, praça da companhia de polícia, foi posto em suspeição por ser considerado pelo defensor como indivíduo sem consciência moral de seus atos, ignorante da santidade do seu julgamento, tendo apenas repetido o que lhe ditou o Capitão Beraldo, também testemunha. A estratégia da defesa parece seguir o mesmo caminho da acusação, apenas tangenciando o ato infracional que, em tese, deveria ser julgado para focar a identidade daquelas pessoas: de um lado dois inimigos da ré, de outro, alguém sem consciência moral de seus atos, repetindo o que certo Capitão havia lhe ditado.

---

<sup>342</sup> FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 85.

<sup>343</sup> AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1883.

A estratégia da defesa não consistiu em negar as denúncias contra a ré ou refutar as acusações imputadas a ela, isto é, a fala do defensor não remete ao possível ato criminoso de Escolástica. De acordo com ele, a mulher era vítima das circunstâncias e não teria cometido crime algum, acrescentando que, de um tempo para cá, a fatalidade parecia persegui-la, sem dar trégua ou descanso. Prosseguindo em sua argumentação, o defensor constrói outra mulher, diferente daquela anunciada pela denúncia policial, pois, segundo ele, a ré era uma pobre mulher vivendo do serviço de lavadeira, e que sua vivência resumia-se ao trabalho para ganhar o pão. As poucas palavras proferidas por ele permitem-nos imaginar uma mulher desamparada, a quem restaram poucas possibilidades na vida; aliás, a voz ou a fala dessas mulheres, muitas vezes silenciadas, parece transformar-se em prática de resistência. O vozerio, os gritos, os xingamentos e as reclamações, normalmente feitos em voz alta, podem ser lidos como expressões da inconformidade e do desassossego daquelas almas – não apenas de Escolástica, mas de tantas outras mulheres pobres cuja esperança, muitas vezes, resumiu-se em ganhar o pão e desejar um dia ensolarado.

Maria Escolástica, a pobre ré Maria Escollastica [...]

Uma pobre lavadeira!

Quem não dará ouvidos a vós poderosa daquela ainda mesmo que ela não seja se não a expressão d' um capricho? d' uma má vontade? A lavadeira só pode ganhar o pão. Só Deus a pode livrar da tempestade.<sup>344</sup>

Dos documentos em que foi possível localizar Maria Escolástica – dois processos de quebra do termo de bem viver e uma execução criminal –, em apenas um deles percebe-se alguma referência a raça/cor. A designação “preta” aparece antes do nome da ré, no Termo de Declaração assinado pelo inspetor de quartirão, Pedro Xavier de Barros; não há qualquer menção a condição social dela, apenas diz tratar-se de uma pobre lavadeira. Embora possa se falar em silenciamento da cor em determinados discursos, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, aqui, ao qualificar a ré, essa referência parece “escapar”. No campo das análises historiográficas e linguísticas, o emprego do termo “preto/a” associava-se, comumente, à procedência africana ou ao estado de escravidão, particularmente durante o período colonial, estendendo-se até meados do século XIX. Contudo, as mudanças sociais e culturais vivenciadas a partir de 1850, com o fim do tráfico, maior número de libertos/as e crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, Lei do Ventre Livre, incentivo

---

<sup>344</sup> AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1883.

ao branqueamento, entre outras questões, acabam por complexificar a sociedade, tornando as definições sobre quem é livre ou liberto mais difíceis de serem verificadas.

Apesar disso, é muito pouco provável que Escolástica fosse escrava, pois, neste caso, haveria alguma menção ao/a seu/sua senhor/a. O fato de dizer exercer o serviço de lavadeira também colabora para deixar essa possibilidade um pouco mais distante e, por suposto, dada a sua idade de 23 anos, em 1884, e o fim do tráfico transatlântico, em 1850, dificilmente fosse africana. Mais uma vez percebemos que, apesar das regularidades, nem sempre é válido ou possível estabelecer definições entre raça/cor, procedência e/ou condição social, embora não se possa desconsiderar que esse era um mecanismo discursivo de identificação presente no jogo de diferenciação social, “sem que haja, porém, uma equação absoluta entre os termos”<sup>345</sup>. Assim, o termo “preta”, mesmo desprovido de qualquer informação sobre a qualidade de livre, liberta ou escrava, forma e informa a respeito da trajetória de Escolástica, das práticas e dos discursos que a envolveram, chamando atenção para o fato de que a própria dinâmica social impunha essa transitoriedade e (re)significação dos termos.

Com o fim dos processos envolvendo a ré, ela também “desaparece”, tendo sido condenada pela quebra do termo de bem viver pelo menos em duas ocasiões: em 1883, amargou 40 dias de prisão e, em 1884, mais 50 dias. Nos dois casos, o prazo de permanência na cadeia pública fora prolongado em razão do não pagamento da multa estabelecida pela justiça; nessas circunstâncias, convertia-se o valor monetário em dias de cárcere. Preta, prostituta, embriagada, de vida dissoluta, desregrada, lavadeira e engomadeira... são versões possíveis de Maria Escolástica – seguramente, há outras! Trata-se de invenções e imagens controladas pelos limites impostos pelos documentos utilizados, mas que, certamente, dizem respeito a muitas Marias.

Maria Escolástica era também Maria das Dores, as duas, ao mesmo tempo. Maria(s), no plural!

Quem também esteve com problemas na justiça foi Joaquina. Era por volta das cinco ou seis horas da tarde do dia 27 de junho de 1858, quando Joaquina de Tal, crioula que foi escrava da casa de D. Anna Clara, vindo pela rua das Dores com destino ao chafariz para buscar água, entrou na venda de D. Izabel Joaquina de Almeida, a Doninha, e lhe perguntou pelo preço do Berem<sup>346</sup>; foi-lhe, então, respondido custar 30 reis. Isso foi o bastante para a

---

<sup>345</sup> LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 127.

<sup>346</sup> Berem era a forma popularmente conhecida de um bolinho de milho, envolto em folha de bananeira, chamado Aberém.

exaltação de Joaquina de tal – também nomeada de Joaquina Clara –, que passou a fazer a mais completa descompostura, proferindo nomes injuriosos e acusando Doninha e sua família de serem ladrões – tudo isso em voz alta e na presença de outras pessoas que, mais tarde, serviriam de testemunhas ou informantes no processo. A denúncia acerca do comportamento impróprio de Joaquina foi feita pelo inspetor de quartirão Mauricio Joze de Siqueira, alguns dias após o ocorrido, pois naquela data encontrava-se ausente. Ao fazer o relato do caso ao Subdelegado de Polícia, o inspetor acrescenta o fato de Doninha ser mulher de idade, decente e viver honestamente, razões pela qual deveria ser muito bem tratada<sup>347</sup>.

Novamente, a denúncia havia sido registrada por um inspetor de quartirão. Mesmo estando ausente do lugar no dia do acontecido, parece ser aquele olho aberto e atento que tudo via, observava, vigiava. Essa vigilância era legal e institucionalizada pelo Código Criminal no intuito de controlar os atos dos indivíduos, mas também de forçá-los a mudanças de conduta; era mais um dispositivo normalizador atravessado pelo poder e agindo na vida cotidiana das pessoas<sup>348</sup>. A ação do inspetor e o desdobramento dela – denúncia aos órgãos competentes, julgamento e prisão – atualizam os sentidos da constituição de uma sociedade disciplinar que se desenhava. Como parte dessa perspectiva judiciária e policial do século XIX, observa-se que, como nos processos anteriormente apresentados, preocupou-se primeiramente em fabricar determinada identidade para a ré, marcando sua condição “racial” e social: crioula e forra, atentando-se mais para quem é o indivíduo do que para o que ele/a fez; tende-se, assim, a valorizar mais o/a autor/a do ato do que a qualificação penal<sup>349</sup>.

Embora a atuação de Mauricio Joze de Siqueira tenha sido importante para a qualificação e, posteriormente, condenação da ré, a própria Joaquina diz ter bebido um pouco de água ardente antes do episódio. Essa confissão pode, por um lado, tê-la complicado um pouco, pois a embriaguez estava associada a imoralidade e vadiagem – hábitos repudiados, cujo o combate deveria se dar de modo efetivo. Por outro lado, entretanto, essa manifestação pode ter sido uma estratégia para atenuar o conflito com D. Izabel, e não admitir as palavras injuriosas desferidas no ato da desavença; estratégia porque, ao afirmar estar sobre o efeito de água ardente, alegava não se lembrar do que havia dito, ou mesmo poderia – como de fato fez – tentar dissimular suas palavras.

---

<sup>347</sup> AHFSD – Sumário de Culpa ex officio contra Joaquina de tal crioula forra Maria Escolástica – 1858.

<sup>348</sup> MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver**: novas formas de controle social no Império do Brasil. 2003. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003. p. 63.

<sup>349</sup> FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. p. 104.



Joaquina admite que talvez tenha dito algumas “palavras esquentadas de agoa ardente” a D. Izabel, uma vez que havia se surpreendido com o preço do quitute, pelo qual pagava 20 reis e, agora, havia subido para 30 reis. No meio da confusão, Doninha explicou a razão da alta no preço: milho e rapadura tinham subido muito nos últimos tempos. Segundo Joaquina, sua revolta e palavras esquentadas foram contra esse fato e não contra a dona da venda, a quem tinha algum apreço, pois ela, inclusive, a ajudava com alguns favores. Justificou ter dito essas coisas a ela somente essa vez e que nem sabia estar injuriando-a. Assim, segundo a autora da querela, ao dizer “vão furtar nos infernos, ladrões!”, não estava se referindo a D. Izabel e sua família, mas a alguém indeterminado; assim, utilizando-se desses subterfúgios Joaquina tentava livrar-se do crime que lhe imputavam. Pode ser, contudo, que estivesse sendo sincera e tivesse se exaltado em razão da bebida, mas já era tarde! Todas as testemunhas do processo confirmaram a versão do inspetor de quarteirão e de D. Izabel em desfavor da acusada.

A existência de Joaquina, no entanto, não se resumia em ser mulher crioula, forra e filha de escrava, pois, segundo consta na documentação, exercia várias atividades no intuito de garantir a sobrevivência: no primeiro interrogatório disse viver de suas agências, sem maiores especificações; no segundo, afirmou não ter ofício algum, vivendo de carregar lenhas e lavar roupas, atividades que mal davam para a comida. Além desses serviços mencionados por ela, podemos imaginar que também se ocupava de carregar água do chafariz ou fontes para a casa de outros/as, uma vez que ela mesma havia afirmado estar a caminho do chafariz para buscar água. Uma das testemunhas, Clara Teixeira, disse que Joaquina chegou na venda com um pote na cabeça.

O relato de tal depoente corrobora para a criação de algumas versões dessas mulheres. Carregar água, certamente, não foi atividade incomum entre mulheres pobres no Brasil. A ausência de água encanada tornou a prática de transportar o líquido em potes sobre as cabeças em uma maneira de ganhar alguma quantia para ajudar na sobrevivência. Em Goiás, no entanto, essa atividade parece ter ganhado outras facetas. Brito e Prado (2018) observam como algumas narrativas – literárias, visuais, memorialistas – atualizam ou manipulam as lembranças sobre essas mulheres, conferindo-lhes certa poesia ou sentido lírico. Consoante os/as autores/as, Cora Coralina, Octo Marques, Regina Lacerda e Lazaro Ribeiro, apenas para citar alguns, apresentam as carregadeiras em suas narrativas como presença de um passado

que insiste em aparecer<sup>350</sup>; pelas narrativas, o número de mulheres que ganhavam a vida com essa atividade era relativamente grande. Enquanto faziam o trajeto entre casas, comércios e órgãos públicos, cantavam, riam, reclamavam, injuriavam, faziam circular informações entre famílias ou pessoas, ganhando até algo a mais por isso. O pagamento pelo serviço era pouco; com sorte, conseguiam ainda algum resto de comida ou canto para dormir.

Ainda sobre o processo envolvendo Joaquina, ocorre-nos mais uma questão: Joanna Ferreira Marques, testemunha do ocorrido, mulher viúva, de 60 anos, qualificou-se (ou foi qualificada) como sendo de nação Benguela. No mesmo depoimento, disse ter presenciado os fatos ao chegar da casa de seu patrão, Pedro Luis Xavier Brandão, em casa de D. Izabel, onde morava – o arranjo de moradia entre D. Izabel e Joanna permite-nos intuir sobre as prováveis redes de sociabilidade e solidariedade tramadas entre (e por) elas. Essas redes, certamente, não se limitaram a esse caso específico e, possivelmente, tenham sido mais frequentes do que supomos. Aparentemente, apesar de dona da venda, D. Izabel parece não ser uma mulher de muitos recursos e, em razão disso, talvez alugasse algum cômodo à Joanna, que supomos ser liberta. Duas razões nos levam a essa suposição: o fato de se declarar de nação Benguela e de dizer chegar da casa de seu patrão. A primeira afirmação sugere sua “identificação racial”, já a segunda procura deixar claro não ser escrava, pois tem patrão ao invés de senhor.

A liberdade, ou mesmo a pobreza, trazia consigo a necessidade cotidiana de sobrevivência: ter onde comer ou dormir, provavelmente, tenham sido um dos maiores desafios enfrentados por essas mulheres. Algumas delas conseguiam, com o tempo, estabelecerem-se, comprando uma casa ou montando alguma venda, de onde poderiam retirar o sustento; outras, passariam a vida sem essas conquistas. Para estas, o aluguel de quartos poderia ser saída interessante. Muitas mulheres pobres, libertas e até mesmo escravas jornaleiras associavam-se para dividir pequenos espaços de moradia; em muitos deles, o espaço de morar era compartilhado com pequenas vendas, com portas para as ruas. Autores/as como Dias (1995) e Figueiredo (1993) já haviam observado isso em regiões como São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. Mais recentemente, a historiadora Virginia Queiroz Barreto (2016) verificou comportamento semelhante no recôncavo sul do Bahia:

misto de bar, armazém e domicílio, eram nesses espaços que mulheres pobres residiam e administravam o pequeno negócio onde podiam conquistar algum dinheiro, cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. Frequentados pela população de libertos, escravos e pobres livres, que ali compravam gêneros de primeira

---

<sup>350</sup> BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Carregadeiras de águas: gênero, patrimônio e trajetórias no tempo. *Revista Nós – Cultura, Estética e Linguagens*, v. 3, n. 2, p. 203-2019, ago. 2018.

necessidade, as quitandas e vendas eram espaços de sociabilidade das populações pobres, local onde toda a trama da vida cotidiana se desenrolava. Era ali que corriam boatos, faziam-se planos, discutiam-se “causos”, acertavam-se trabalhos<sup>351</sup>.

Esse parecia ser o caso da venda de D. Izabel, em torno da qual deveria reunir-se gente de todos os tipos e com os mais variados intuitos. Na ocasião da descompostura de Joaquina, várias outras mulheres estavam por ali; uma à janela, outra dentro de casa, mais uma de passagem... essas informações permitem visualizarmos a venda como ponto de sociabilidade, onde “celebrava-se” o encontro de mulheres de muitos tipos: forras, africanas, decentes, honestas, bêbadas, em sua maioria pobres. A pobreza, no entanto, não foi o único destino dessas mulheres, pois bastava ver os (poucos, é verdade!) testamentos de algumas delas, mencionados nos capítulos anteriores, que conseguiram angariar alguma fortuna.

Os processos envolvendo Thomazia, Escolástica e Joaquina sugerem as investidas do controle moral sobre as sociedades mais pobres, efetivada com maior aparato a partir de fins do século XIX e início do XX, mas rascunhadas bem antes disso. A ideia estava em controlar e punir comportamentos e valores incompatíveis com as normas morais, sexuais e mesmo amorosas. O propósito de tal vigilância estava na construção de uma sociedade disciplinar, incidindo-se fortemente nas mulheres e crianças. Objetivava-se diminuir os nascimentos ilegítimos, proteger as famílias constituídas nos padrões estabelecidos com a Igreja e o Estado e, mais tarde, forjar a mãe higiênica que atuaria na difusão desses valores no interior da família, aliada aos discursos e às práticas médicas, colaborando, portanto, para a produção de sujeitos ordenados, trabalhadores e alinhados aos valores liberais e capitalistas que despontavam<sup>352</sup>.

Indubitavelmente, nem todas as mulheres alinharam-se a esse modelo; por isso, as práticas de correção. É preciso admitir que elas são muitas e plurais, e suas trajetórias imbricam-se, encontram-se e estranham-se. Embora a pobreza as atravesse, o meretrício as tangencie, as descomposturas e vozes altas marquem alguns de seus dias e as identificações de gênero, raça e condição social acompanhem suas trajetórias, isso não as define, não dizem tudo o que são. Certamente, elas existiram, mas foram inventadas pelos discursos presentes nos documentos em que as encontramos; são, agora, mais uma vez inventadas pelo historiador

---

<sup>351</sup> BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade**: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). 2016. 249 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 127.

<sup>352</sup> ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro as Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 31.

que as concebe. Assim, resta-nos dizer que Joaquina de Tal era também Joaquina Clara, as duas (e muitas outras) ao mesmo tempo!

#### **4.2 Anna(s), Romana(s) e Muitas Outras: tramas da emancipação, dramas da maternidade**

João Luiz Brandão residente e fallecido a muitos annos no districto do Currallinho, libertando sua escrava Romana, teve com ella muitos filhos. Por sua morte, seus herdeiros collateraes venderam estes filhos de Romana.

Entre outros que, em tempos idos e de que nos pesa avivar a memoria, conseguirão reivindicar sua liberdade, existe ainda a de nome Anna Maria, que foi vendida a João Gomes Dutra, residente na villa de Corumbá, a qual, depois de gerar em injusto captiveiro por dilatados annos, conseguiu, finalmente, por meio de um peculio, obtido por herança de sua irmã Theodora, fallecida nessa cidade à poucos annos, libertar-se, indemnizando a seu pretenso senhor.

Mas seus filhos, João, Jacob, Firmino e Ritta continuão como propriedade de Dutra<sup>353</sup>.

A reclamação de Anna, datada em fins de julho de 1885, circulou pelas páginas do jornal Goyaz, em outubro de 1886. Tratava-se, na verdade, de um pedido de ajuda para que pudesse comprovar a escravização indevida dela e de seus/suas filhos/as. Na ocasião, um homem de nome Henrique Alfredo Péctat contribuiu para a feitura do relato e publicação no periódico. Declarou ser pobre e desvalida e, por essas razões, valia-se da força e da proteção das leis e, igualmente, da caridade do presidente da província, de quem esperava dar providências a seu caso. Anna desejava que fosse movido pela justiça processo de ação de liberdade em favor de seus/suas filhos/as, bem como pretendia reaver o dinheiro pago pela sua liberdade usurpada. Com esse intuito, solicita-se ao Reverendo Senhor Governador do Bispado sua certidão de batismo, registrada nos livros da freguesia do Currallinho e arquivados na câmara eclesiástica; informava ser filha de Romana, liberta pelo finado Capitão João Luiz Brandão.

Em atenção a tal requerimento, Joaquim Manoel Corrêa, escrivão da câmara eclesiástica, certifica ter encontrado em livro de batismo da Paróquia de Currallinho, à folha 29, o assento solicitado. O documento consultado informava ter a inocente Anna Maria nascido em 06 de novembro de 1841. O batismo da menina foi realizado em 18 de abril do ano seguinte. Nele constava a informação de que a mãe da inocente era Romana, livre em razão da carta de liberdade passada pelo seu senhor, o capitão João Luiz Brandão. Pelo

---

<sup>353</sup> Usurpação de liberdade. *Goyaz*, p. 04, 17 de out. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

registro de batismo já era possível deduzir que Anna Maria fosse realmente livre, conforme reclamava, pois sua mãe já se encontrava em estado de liberta no momento de seu nascimento, e como no regime escravista o *partus sequitur ventrem*, ou seja, o parto segue o ventre – pelo menos até a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871, cujo teor alterou drasticamente essa interpretação – Anna deveria ser livre.

Como se vê, não apenas o assento de batismo oferecia informações sobre a liberdade de ambas; havia, ainda, o registro da carta de liberdade passada a Romana. Tal carta aparece, na íntegra, em um outro periódico da capital, O publicador Goyano<sup>354</sup>, também no ano de 1886. Segundo o documento, Romana tinha conquistado sua alforria em fins de 1835, mas o registro no cartório só seria feito no ano seguinte. De acordo com o disposto no livro de notas de número 38, João Luiz Brandão declarava que, dentre os bens que possuía, estava Romana, crioula, a quem declarava liberta e livre de qualquer escravidão. O ato do capitão, como de costume, foi justificado pelos bons serviços prestados e em razão de sua caridade – a liberdade era, entretanto, condicional, ficando Romana obrigada a servir o senhor até a morte dele.

No registro havia, também, uma informação adicional, não muito comum em documentos como estes: dizia o referido capitão já ter descontado o valor de 120 mil réis de sua terça, para não prejudicar seus herdeiros. O adendo não deve ter sido ditado ao escrivão, perante as testemunhas, despropositadamente; pelo contrário, parece estratégia para garantir a legitimidade da transação. Possivelmente, tivesse da parte de Brandão (ou mesmo de Romana) algum receio de que os/as herdeiros/as contestassem a decisão de alforriar a escrava. Aqui é importante recapitular algumas informações: Romana fazia parte da escravaria de Joaquim Luiz Brandão (pai); João Luiz Brandão, como filho mais velho, tornou-se administrador dos bens da família após a morte do pai; eram, portanto, herdeiros naturais dos bens do pai ele e os/as demais irmãos/ãs.

Pelo desenrolar da história, a hesitação tinha razão de ser: mais tarde, algo em torno de 16 anos, morreu o capitão João Luiz Brandão e, oportunamente, seu irmão Joaquim Luiz Brandão (filho) apossou-se de seus bens, dentre eles Romana e Anna Maria, vendendo-as para outra localidade. Alguns/mas dos/as muitos/as escravizados/as nascidos/as no cativeiro de Joaquim Brandão (pai) conseguiram reivindicar a liberdade, enquanto outros/as amargaram anos no cativeiro – Anna Maria, infelizmente, esteve entre esses/as últimos/as, e foi vendida a João Gomes Dutra. Do seu nascimento até a data do registro no jornal, mais de 40 anos

---

<sup>354</sup> MUBAN – Carta de Liberdade conferida a Romana pelo seu senhor João Luiz Brandão – Tabelião Sant’Anna – Rua direita. **O Publicador Goyano**, p. 2-3, 28 de ago. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

havam se passado e, destes, muitos em cativeiro. Junto dela, seus/suas filhos/as acompanhavam o mesmo destino. Mas, como explicar tal situação? Por que a liberdade dessas pessoas fora negada, ignorada ou negligenciada? E por que Anna Maria teria passado tanto tempo em cativeiro?

A história de Anna Maria e seus/suas filhos/as não foi apenas um caso de desrespeito as vontades do falecido, mas, sobretudo, do estabelecimento de práticas ilegais de reescravização, isto é, quando se obriga a retornar ao cativeiro pessoa já liberta. Keila Grinberg (2006) observa que esta prática, mesmo parecendo absurda para o século XIX, esteve presente no cotidiano escravista desse período. De acordo com a autora, a reescravização ocorria quando o/a senhor/a ou um/a pretense/a senhor/a (muitas vezes herdeiros/as) desejava retornar ao cativeiro pessoa que já estivesse vivendo em liberdade. Nos casos de reescravização (embora esse não tenha sido o nome dado a esse tipo de documento, à época), quem propunha a ação era o/a pretense/a senhor/a<sup>355</sup> – foi isso que parece ter acontecido a Anna Maria, segundo informações presentes nos jornais até novembro daquele ano. De acordo com a edição 83 do jornal *Publicador Goiano*, de 25 de setembro de 1886, após a morte de seu senhor João Luiz Brandão, ela teria sido levada a força juntamente com sua mãe Romana para a cidade de Bonfim. O malfeitor teria sido Joaquim Luiz Brandão, irmão de João. Lá, ele teria proposto uma injusta ação de escravidão contra mãe e filha, contrariando “todo sentimento de humanidade”<sup>356</sup>.

Embora até aqui tenhamos informações desse processo apenas pelas páginas dos jornais, é provável que Joaquim Brandão tenha logrado sucesso em tal ação (se é que ela realmente tenha existido!), pois, posteriormente, conforme informa Anna Maria, ela teria sido vítima de várias transações comerciais até ser vendida a João Gomes Dutra, homem que estava de posse de seus/suas filhos/as. Sobre a relação da escravizada com Dutra durante o seu cativeiro, nada podemos saber a não ser a informação de que teria tentando, várias vezes, provar sua liberdade, todavia, sem sucesso. Apenas mais tarde teria conseguido, utilizando-se da herança de uma irmã para comprar sua alforria; aliás, sua irmã Theodora – também filha de Romana e João Luiz Brandão – havia sido alforriada pelo próprio pai, ainda na década de 1840, conforme atesta carta de liberdade registrada em livro de notas de número 73<sup>357</sup>. Sobre

---

<sup>355</sup> GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil**: Ensaio de História Social. Campinas: Ed. da Unicamp/CECULT, 2006. p. 101-128.

<sup>356</sup> Questão de Liberdade – Em aditamento às certidões publicadas no n. 79 deste jornal. **O publicador Goyano**, p. 4, 25 de set. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>357</sup> Livro de Notas. Lançamento de hum título de carta de liberdade de Theodora. n. 73, p. 27-28, 1845.

as circunstâncias de nascimento dos/as filhos/as de Anna Maria, tais como datas, idades, locais de nascimentos, nome/s do/s pai/s, nada sabemos. Apenas sabemos terem nascido sobre o julgo do cativo do dito Dutra, uma vez que foram por ele registrados/as como seus/suas escravos/as.

A história envolvendo Anna Maria torna-se ainda mais complexa quando observamos a narrativa trazida por Henriques A. Peclat, na edição 83 do Publicador Goyano, cuja intencionalidade está em recuperar a trajetória de parte da família, em uma espécie de genealogia, informando os parentescos de Anna e a forma como se deu a desagregação de sua família após a morte de Luiz Brandão. A narrativa, embora bastante confusa, permite-nos inferir que as relações entre aqueles/as escravos/as e senhores/as eram antigas e tiveram como palco principal o Engenho da Senhora da Abbadia. Lá vivia Joaquim Luiz Brandão, pai de João Luiz Brandão, filho mais velho. Ali também morava a negra mina Ignez, de propriedade do pai; ela tivera três filhos/as, dentre elas, Maria, que, por sua vez, pariu seis rebentos/as, sendo Romana – mãe de Anna Maria – uma delas.

Romana tivera alguma relação amorosa/sexual com João Luiz Brandão. Esse relacionamento, provavelmente, não tenha sido muito fugaz, posto ter dele nascido três crianças: Silverio, Theodora e Anna Maria. Porém, esses não eram os/as únicos/as filhos/as da mulher, havendo, ainda, Sabina, Florinda e Helena. Deles/as, Theodora tivera carta de liberdade passada pelo pai e Helena teria sido alforriada em batistério pelos seus padrinhos, mesmo assim fora dada ao Sr. Francisco Brandão. Sabina ficou na fazenda e mais tarde foi doada a D. Maria Amelia da Silva Brandão. Anna Maria, como se sabe, foi vendida como escrava; já Silverio, “ninguém atreveu-se a captivar-o porque era um rapaz esperto que soube fazer valer os seus direitos”.<sup>358</sup>

Interessante perceber, aqui, como a fala de Henriques A. Peclat reproduz certo discurso de dominação atravessado pelas relações de gênero e condição social. Para ele, o rapaz conseguiu escapar às tramas armadas pelos herdeiros do Brandão (pai), por ser esperto e fazer valer seus direitos – o que Peclat não diz, no entanto, é que a masculinidade inscrita no corpo de Silverio certamente contribuiu para tal desenvoltura, livrando-o ou afastando-o de alguns perigos e “destinos”. Dadas as informações que temos, e considerando as contribuições da historiografia da escravidão para se pensar a constituição das famílias no Brasil colônia e império<sup>359</sup>, não seria despropositado supor que outros homens da família Brandão, além de

---

<sup>358</sup> Foro. **O publicador Goyano**, p. 2. 19 de nov. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>359</sup> A esse respeito, ver: SLENES, Robert. W. **Na senzala, uma flor** – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011; FLORENTINO, Manolo; GÓES,

João Luiz Brandão, também tivessem algum tipo de relacionamento, consensual ou não, com suas escravas.

As relações de parentesco e sociabilidades dentro do cativeiro tornavam-se, assim, bastante intrincadas, dando lugar a um sem número de filhos/as naturais, irmãos/ãs, primos/as, escravizados/as, libertos/as e livres dividindo os mesmos espaços, trabalhos e relações cotidianas. Nesse cenário, mulheres escravizadas e libertas poderiam ter mais dificuldades de deslocamento e ação, seja por conta das relações familiares constituídas, da maternidade – fruto de relação consensual ou estupro – ou mesmo pelas minguadas possibilidades de sobrevivência fora dali. É preciso lembrar que a província de Goiás era predominantemente rural nesse período; isso, nem de longe, significa dizer que não fossem espertas ou não fizessem valer seus direitos. Essa seria, talvez, a imagem que gostariam de construir sobre elas, esculpindo corpos e comportamentos subjugados, disponíveis à dominação e às vontades de outrem. Em outras palavras: são corpos “engendrados”, forjados em determinada ordem política e de poder onde as representações dos corpos femininos negros são significados culturalmente, valorados e hierarquizados<sup>360</sup>.

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas por muitas mulheres escravizadas ou libertas de movimentarem-se no cativeiro ou entre ele e a liberdade, não se pode ignorar o fato delas terem sabido ler as relações de poder e construir estratégias de escapes. Muito além das fugas, suicídios ou seduções, souberam maquirar formas variadas de subjetivação que as permitiram estabelecer práticas de sobrevivências mais dignas no interior do regime escravista. Não foram incomuns, por exemplo, as cartas de alforrias cujo enredo destacava o bom cuidado que determinada escravizada havia devotado àquela pessoa ou aos/as seus/suas filhos/as. Mesmo limitado pela linguagem formal adotada por esses documentos, o emprego de algumas palavras nas justificativas para alforria permite-nos imaginar que muitas dessas mulheres direcionavam politicamente seus comportamentos com o objetivo de constituir melhor cativeiro ou alcançar a liberdade.

As mulheres desempenharam um papel central nas lutas pela alforriarem muitas sociedades escravistas, mesmo que, de modo geral, as taxas de alforrias tenham variado consideravelmente. Havia muitas razões para isso. Proprietários [...] poderiam, em alguns casos, libertar as mulheres, ou seus filhos, como consequência de suas relações sexuais. Mesmo assim, e como

---

José Roberto. **A paz nas senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. São Paulo: Ed. da UNESP, 2017.

<sup>360</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 208-209.



as mulheres sabiam muito bem, isso não era, de forma alguma, uma garantia. Em vez disso, como a maioria dos escravos que eventualmente alcançaram a liberdade, as mulheres tiveram que lutar constantemente para que tais encontros resultassem em liberdade, ou ao menos, em melhores condições para elas ou para seus filhos.<sup>361</sup>

Imagens como essas não foram construídas apenas nas cartas de alforria, onde corriqueiramente o/a proprietário/a desejava deixar evidente a sua caridade e benevolência. Elas estão também em outros documentos, como no registro de testamento do Conego Manoel José do Coultto Guimarães: segundo declaração do religioso, ele não possuía herdeiros, pois nunca tivera filhos/as e, em razão disso, fazia como seu legítimo herdeiro um dos seus sobrinhos. No entanto, como mais uma de suas últimas vontades, estabelecia que seu corpo deveria ser sepultado na Igreja São João, ao lado de seu pai. Seu cadáver seria conduzido por seus escravos,

aos quais meu testamenteiro dará uma esmola [...] – Declaro livre de qualquer escravidão aos meus escravos João mulato meo pagem, filho legítimo de minha escrava Anna, casada com Paulo pardo [...] Maria cabra que a houve por compra do finado Luis Antonio da Cunha Santos [...]; Florencia crioula já velha *por me ter amamentado*<sup>362</sup>.

Já na velhice, e apenas após a morte de seu senhor, Florencia seria alforriada; certamente, a velha escravizada acompanhava a família do Conego há algum tempo, pois tinha o amamentado. Assim, a justificativa denota algum carinho ou gratidão por parte do testador, uma vez que, embora haja vários/as outros/as escravizados/as em seu testamento, somente no caso de Florencia há o registro de alguma justificativa para a liberdade, o que não ocorria com João e Maria, também mencionados. Talvez pudéssemos pensar em Florencia como uma escravizada simbolicamente incorporada a família do/a senhor/a como uma figura materna. Ter amamentado o Conego Manuel poderia ter propiciado uma espécie de laço familiar que, “por sua vez, criava vínculos de obrigação”.<sup>363</sup> O mesmo não deve ter ocorrido com João e Maria, também alforriados, mas sem nenhuma justificativa. Portanto, outros/as escravizados/as foram doados/as a afilhados/as de Manoel José do Coultto Guimarães. A fugaz referência a Florencia remete-nos à política de produção de amas-de-leite – essas mulheres

---

<sup>361</sup> COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 73.

<sup>362</sup> AHFSD – Registro de testamento solene – Conego Manoel José do Coultto Guimarães. 16 de maio de 1880. Livro de registro de testamentos (1878-1881), s/n. Grifo nosso.

<sup>363</sup> COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 158.

tiveram seus corpos desposados para nutrirem crianças de outrem, normalmente, em detrimento da alimentação de seus/suas próprios/as filhos/as.

Em seu estudo a respeito das amas-de-leite no Rio de Janeiro, Carneiro (2006) procurou analisar a emergência de enunciados ocupados na produção de saberes e políticas de identidades das amas-de-leite naquela sociedade. Depreendeu-se daí a percepção de que a produção dessas mulheres estava delineada por marcadores de gênero, raça, condição civil, idade e outros mecanismos instauradores de identidades e diferenças. Embora o termo amade-leite não tenha sido encontrado nos diferentes documentos utilizados por nós, como marca produtora de identificações dos corpos das mulheres negras em Goiás, podemos sugerir, embasados no estudo de Carneiro (2006), que a justificativa utilizada pelo Conego Manoel José do Coultto Guimarães, embora não fosse necessário fazê-la, é sugestiva da presença delas, provavelmente, ocupando um outro campo semântico, sem, contudo, deixar escapar outras marcas, como a idade – já avançada – e a procedência, posto o termo crioula ser utilizado para designar escravizados/as nascidos/as no Brasil<sup>364</sup>.

Voltemos, então, à trama de Anna Maria: em novembro de 1886 sua história ganha mais uma página no jornal *O Publicador Goyano*. Dessa vez, a matéria segue assinada apenas pelas iniciais F. de P. L. dos G. P., acrescida da função: Procurador da corôa interino. Por meio dessa publicação podemos ler e imaginar um pouco mais de Romana, Anna e seus/suas filhos/as. O texto apresentado tem caráter mais formal, expondo argumentos jurídicos e fazendo citações a legislação imperial – pelo visto, foi retirado de um processo de ação de liberdade ou faz uma síntese dele. Logo no início, reafirma a existência e o teor da carta de liberdade passada a Romana e o fato de Anna Maria ter sido batizada como livre; prossegue a argumentação dizendo que a alforria concedida a Romana não poderia ser revogada, nem por ingratidão nem por nenhum/a herdeiro/a. Por consequência,

sendo Anna Maria ou simplesmente Maria filha de Romana, demonstrado está que nasceu de ventre livre e por um capricho da sorte, do destino ou da prepotência, ficou reduzida a escravidão, bem como seus filhos João, Jacob, Rita e Firmino [...] os quaes todos foram nascidos de ventre livre como está claramente provado<sup>365</sup>.

Para confirmar a argumentação apresentada, recorre-se a vários acordos homologados pela Relação da Corte desde, pelo menos, a década de 1860, além, é claro, da Lei do Ventre

---

<sup>364</sup> CARNEIRO, Elisabeth Ribeiro. **Procura-se uma “preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 419 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 283.

<sup>365</sup> Foro. **O publicador Goyano**, p. 2, 19 de nov. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

Livre de 1871<sup>366</sup>. A promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, trouxe algumas mudanças nas formas de perceber e conceber a liberdade. Além da determinação que recaía sobre o ventre da escrava, o reconhecimento da legitimidade do pecúlio e a exigência da matrícula do/a escravizado/a corroboraram com a perspectiva de uma abolição lenta e gradual. A legislação de 1871 pode orientar, de forma mais clara, as decisões judiciais relacionadas à escravidão e liberdade, tanto que, após essa data, constatou-se diminuição das ações de liberdade na Corte de Apelação no Rio de Janeiro – possivelmente, essas ações puderam ser resolvidas com mais facilidade na primeira instância<sup>367</sup>.

A Lei do Ventre Livre contribuiu, então, para que decisões tomadas no âmbito do costumeiro fossem melhor embasadas. Significava, também, maior interferência do Estado no âmbito privado, provocando incertezas na política de domínio e poder moral dos/as senhores/as: se, por um lado, a lei assegurou a intenção de promover uma abolição lenta e gradual e “controlar” as alforrias, por outro teria representado um golpe nas expectativas senhoriais. As relações costumeiras entre senhores/as e escravos/as, certamente, não desapareceram, mas a lei abriu brechas para se conseguir a liberdade mesmo contra a vontade do/a proprietário/a. De acordo com Chalhoub,

o texto final da lei de 28 de setembro foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das litas dos negros. Isso é verdade não só em relação ao pecúlio e à indenização forçada, como também no que diz respeito à ideia mestra do projeto, isto é, a liberdade do ventre – mesmo que essa ‘liberdade’ tenha sido relativizada por um sem-número de sutilezas [...] Os próprios escravos sempre valorizaram bastante a alforria das mulheres, pois isso significava a garantia de uma prole livre. Na verdade, a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como exemplo de uma lei cujas disposições mais importantes foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias<sup>368</sup>.

Sem provocar reduções aos inúmeros dispositivos da Lei do Ventre Livre, Chalhoub (1990) foi certo: o que estava em jogo era o ventre da escrava. Foi essa a discussão que animou o parlamento nas décadas de 1860 e 1880, promovendo debates acalorados<sup>369</sup>. Nesse

---

<sup>366</sup> Sobre essa legislação, ver: GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil: Ensaio de História Social**. Campinas: Ed. da Unicamp/CECULT, 2006. p. 101-128; GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade – ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

<sup>367</sup> GRINBERG, Keila. **Liberata: a lei da ambiguidade – ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 57.

<sup>368</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 160.

<sup>369</sup> Sobre esses discursos, ver: FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

sentido, queremos corroborar com a proposição do autor de que a lei de 1871 pode e deve ser interpretada de muitas formas, ademais, acrescentamos: esta lei trouxe o corpo feminino negro para a centralidade das discussões sobre a manutenção ou a desestruturação da escravidão. Toda a argumentação utilizada na defesa de Anna Maria perpassa pela justificativa de que a mãe já era liberta quando do seu nascimento. A mesma alegação é utilizada por ela para reivindicar a retirada dos/as filhos/as do cativeiro: “confessada a liberdade da mãe [...] não se pode julgar o cativeiro dos filhos”<sup>370</sup>.

Assim, o que propomos pensar com o caso de Romana e Anna não são apenas as questões jurídicas envolvidas na trama de sua liberdade, mas também o drama para continuar a exercer a maternidade ou garantir a liberdade dos/as filhos/as e, para tanto, ela aciona a sua condição de filha e mãe. Nossos olhares voltam-se, então, para as relações de gênero e, conseqüentemente, de poder, circunscritas nessas tramas. A documentação nos permite ler as relações tumultuosas entre senhores, escravizadas e libertas – sem maniqueísmos, mas considerando as contradições e complexidades dessas relações, já vultuosamente discutidas pela historiografia<sup>371</sup>. A tentativa de Henrique Alfredo Peclat de estabelecer uma genealogia da família de Anna Maria sugere-nos duas questões: a primeira, diz respeito ao protagonismo feminino daquele cativeiro ou, ao menos, daquela família que tinha como progenitora a preta mina de nome Ignez – é dela, e somente dela, a descendência de toda a família, sendo que os escravos aparecem apenas como filhos das mulheres daquele cativeiro. Outra figura-chave do processo é Romana: seu destaque não está no fato de ter mantido uma relação com um dos filhos de seu senhor, mas por ter (em razão desse vínculo ou não) obtido sua liberdade.

Apesar e em razão disso, é que fazemos uma segunda observação: não se pode deixar de sugerir, considerando a materialidade discursiva produzida pelo jornal, que a relação entre Romana e João Luis Brandão não fosse marcada pela violência e submissão que esteve presente em tantas histórias de mulheres escravizadas e libertas, uma vez que, muitas delas, tiveram seus corpos violados, usurpados, usados e descartados apenas para satisfazer a sanha sexual de alguns homens. Por outro lado, houve aquelas que souberam ou quiseram aproveitar dessa condição e forjar relacionamentos “proveitosos”, aproximando-as da liberdade ou de melhores condições de sobrevivência para si e os/as seus/suas. Não sabemos se esse foi o caso de Romana, apenas intuímos que o fato de ter três filhos com Luis sugere alguma regularidade ou estabilidade na relação.

---

<sup>370</sup> Foro. **O publicador Goyano**, p. 2, 19 de nov. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>371</sup> Para uma síntese desse debate, ver: DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 360-381.

Retomando a discussão a respeito da Lei do Ventre Livre e o infortúnio de Anna Maria, percebemos a circulação de outros enunciados que corroboram para a produção de um elo entre gênero, escravidão e liberdade, exatamente por entendermos que a legislação de 1871, incidindo diretamente sobre os corpos das mulheres escravas ou libertas (como no caso de Anna Maria, cuja alforria foi desprezada), possibilitou a produção de mais uma identidade para elas: a de mães. Uma das notícias publicadas pelo *Correio Official*, em junho de 1883, é sugestivo da dimensão dessa identidade: o testador de Constança Maria das Dores vendo uma das últimas vontades da senhora ser contrariada, em razão da inclusão da escrava Josepha, de 15 anos, no inventário, contesta os/as herdeiros/as. Segundo ele, era vontade da senhora que a escrava ficasse liberta após sua morte; grassava o testamenteiro que, após sua interferência, os/as herdeiros/as prontamente aceitaram sua argumentação chegando a dizerem: “não punhã a menor duvida, requerendo logo ao juiz inventariante a baixa da escrava no respectivo inventário, ficando assim gosando de plena liberdade uma mulher que mais tarde poderá ser uma bôa mãe de família”<sup>372</sup>. Repara-se que Josepha não seria apenas uma mulher liberta, mas também poderia ser boa mãe. Há, portanto, uma urdidura entre liberdade e maternidade, indicando mudanças na compreensão dos “papéis” das mulheres negras, especialmente no tocante a maternidade.

Não sabemos se essa conversa realmente existiu ou se não passou de uma invenção dos redatores do jornal a fim de justificar seus intentos. Seja como for, ela é sintomática da emergência de uma ordem discursiva em que se aventa a possibilidade de escravizadas tornarem-se livres e, quiçá, no futuro, boas mães – mas, não apenas boas mães, e, sim, mães de família! O trecho destacado sugere que não apenas os argumentos legais faziam parte das investidas pela liberdade da escravizada. Recorria-se também a alegações de cunho emocional e humanitárias, cada vez mais presente nos debates sobre escravidão e abolição no Brasil.

os debates sobre escravidão e abolição, tanto no Brasil como no contexto mais amplo do mundo atlântico, invocavam não apenas as questões políticas e econômicas, mas também uma nova linguagem baseada em emoções e na simpatia pela causa dos escravos. Essa linguagem encontrou sua melhor expressão ao evocar os sofrimentos das mulheres escravas e de seus filhos. Juízes e advogados não estavam indiferentes às mudanças mais amplas que ocorriam no contexto atlântico, e estavam eles mesmos envolvidos no tecido social e político do Império brasileiro.<sup>373</sup>

---

<sup>372</sup> Noticiário – manumissões. *Correio Official*, p. 4, 1883. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>373</sup> COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 141.

Esse discurso desenha aproximações entre as práticas de mulheres de diferentes condições sociais e materiais balizadas pela experiência (ainda que futura) da maternidade e da constituição de família. Percebe-se, então, uma ampliação (de ordem discursiva) no conceito de família burguesa gestado ao longo do século XIX. Ele começa – timidamente, é verdade – a incluir outras classes; essa inclusão, contudo, é “engendradora”, pois está motivada pela produção de mulheres ideais, mães higiênicas e empenhadas na missão civilizadora. Considerando tais proposições, arriscaria dizer que a Lei do Ventre Livre de 1871 e, conseqüentemente, a importância atribuída às mães escravizadas e/ou libertas é um primeiro aceno para uma inclusão mais acertada e efetiva das classes populares em uma política sexual, ou melhor, no dispositivo de sexualidade. Trata-se de uma fratura relevante, pois, até então, à escravidão negava a homens e mulheres a custódia de seus/as filhos/as.

É claro que não apenas a lei de 1871 baliza essas mudanças. Não se pode ignorar as transformações pelas quais passaram as famílias ao longo do século XIX. Influenciadas pela prática médica e higiênica, a família colonial ganhou novos contornos nesse período, dando espaço para a emergência da família higiênica. Nessa nova concepção são (re)definidos e alocados os lugares ocupados por cada membro. Há um cuidado com a casa e com as pessoas que a habitam ou frequentam. A casa é transformada em espaço da intimidade familiar. A escravidão tornava-se cada vez mais incômoda, por ser considerada agente de degradação social e moral. Em síntese,

Vagarosa e seguramente, a família, conduzida pela atenção benevolente do médico, fazia de seus laços e de sua casa aquele ambiente ‘doce e encantador’ tão solicitado pela higiene. Seu grande corpo latifundiário, patriarcal, teológico foi esfacelado. Inicialmente expulso da casa antiga para a cidade moderna; em seguida recalçado e reintroduzido no novo lar íntimo, higienicamente reorganizado. No convívio interno, reduziu seus prolongamentos e aproximou seus membros, constituindo a família nuclear. No convívio externo, aprendeu pelo medo a rearticular suas ligações como mundo. Em vez de absorver, antropofagicamente, o ambiente social, desenvolveu um metabolismo seletivo bem regulado, assimilando certos fatos, rejeitando outros, mantendo seu equilíbrio pela obediência às leis de saúde. Aprendeu, igualmente, a depender da cidade, do todo social. A não mais considerar-se auto-suficiente, nem querer para si essa tarefa, quando já podia utilizar a divisão social do trabalho. Seu contato com o mundo tornou-se mais orgânico, menos onipotente. A família converteu-se, de grande corpo sócio-econômico, em célula da sociedade.<sup>374</sup>

Essas transformações, somadas ao aumento do contingente de libertos/as e, após 1871, a certeza de que a escravidão estava com os dias contados, impulsionava a preocupação em administrar e ordenar os comportamentos populares. Seguindo a lógica esboçada por Costa

---

<sup>374</sup> FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 140-141.

(2004), a punição não seria suficiente para conter os desvios, daí a importância do discurso médico na construção de efeitos e subjetividades sobre os corpos e comportamentos sociais. A intenção era adaptar os indivíduos à ordem do poder a partir da regulação deles, não apenas punindo ações indesejáveis, mas evitando que elas acontecessem. Ao invés de reprimir, produziam-se características corporais, sentimentais e sociais novas, como as mães escravizadas e libertas. Dessa forma, as políticas do Estado moderno passavam a agir por meio de intervenções normativas:

a primeira dessas intervenções deu-se através da medicina doméstica. Esta medicina, no interior da burguesia, estimulava a política populacionista, reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças. A segunda, dirigiu-se às famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a medicina concertaram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos. Essas intervenções demográficas junto aos ricos e demográfico-políciais sobre os pobres permitiram a proliferação e a liberação de uma mão-de-obra politicamente dócil para o livre jogo do mercado de trabalho<sup>375</sup>.

Não estamos desprezando ou deixando de reconhecer as experiências e as práticas maternas anteriores dessas mulheres; nem mesmo perdemos de vista as impossibilidades, dores e violências que provavelmente envolveram a experiência de maternidade de muitas delas: estupros, gravidezes indesejadas, abortos, interdição da amamentação, entre tantos outros desmazelos. Estamos, apenas, indicando que, anteriormente, pouco se preocupava com a maternidade de mulheres escravas, libertas e pobres, não estando o tema na ordem do dia.

Isso parece mudar, sobretudo a partir de 1860, quando se intensificam os debates sobre o fim da escravidão no Brasil e cogita-se a liberdade do ventre das escravas como possibilidade para se efetivar tal empreendimento. Legalistas, representantes políticos, escravizados/as e boa parte da sociedade reconheciam o significado simbólico e prático da lei, assim como sabiam que a prática de alforriar as escravizadas contribuía para a possibilidade de uma prole livre – falamos em possibilidade por entendermos que o caso de Anna Maria não foi algo isolado. Contudo, não se pode desprezar o fato do direito materno das escravizadas e libertas ser usado para justificar e legitimar a liberdade, uma vez que outros casos parecidos ao dela foram noticiados por parte da imprensa da capital. Aliás, inegavelmente, a imprensa goiana exerceu papel fundamental no fomento de práticas abolicionistas durante as décadas de 1870 e 1880. Os grupos políticos regionais

---

<sup>375</sup> FREIRE, Jurandir Costa. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. p. 52.

aproveitavam-se da oportunidade para tramarem acordos políticos e se destacarem utilizando do discurso abolicionista.

Na década final da escravidão, por exemplo, alguns desses jornais empenharam-se em registrar e publicizar os resultados de ações de liberdades, cartas de alforrias e promover debates políticos sobre o tema. Em 10 de janeiro de 1880, *A Tribuna Livre* noticiava a liberdade de três indivíduos que se encontravam presos na cadeia da província de Goiás. Sabia os redatores que, em Porto Imperial, uma ação de liberdade era movida em favor desses encarcerados. Para o jornal, a polícia, em conluio com o suposto proprietário dos libertandos, manteve-os presos<sup>376</sup>. Mais tarde, mandou o juiz passar carta de liberdade a esses sujeitos, antecedendo as decisões da ação que corriam em Porto Imperial. O mesmo jornal, em julho de 1880, publica as preocupações de Manoel Pereira Cassiano, da Villa do Sacramento, Província de Minas Gerais. A matéria esboçava a importância de se verificar a veracidade dos documentos de escravizados/as, entregues a agentes públicos, sobretudo, o registro de matrícula. Cassiano ilustra a relevância do ato utilizando-se da denúncia de falsificação de matrícula de seis escravos/as pertencentes a Dona Ambrosina Christina de Paiva, que residia em Caldas Novas, município de Santa Cruz, em Goiás, tendo, mais tarde, se mudado para Villa do Sacramento. Escravizados/as de Dona Ambrosina não foram matriculados/as no prazo estipulado pela Lei do Ventre Livre de 1871 e, mesmo assim, foram peças de inventário e, posteriormente, vendidos/as em transações comerciais ilegais<sup>377</sup>.

O jornal *Goyaz* também propagou em suas páginas notícias sobre ações de liberdade, dedicando espaço em alguns de seus editoriais para a discussão. Os números 92, 93 e 94, de junho e julho de 1887, por exemplo, insistiram na discussão sobre a filiação desconhecida nas matrículas dos/as escravizados/as<sup>378</sup>. O discurso do periódico corroborava com as exigências promulgadas pela Lei do Ventre Livre de 1871, destacando o item que obrigava a necessidade de apresentar declaração de filiação para registro de escravizados/as. De acordo com o jornal, após as leis de 1831 e 1850, o ventre teria sido a fonte que alimentou a escravidão; daí a declaração de filiação ser prova indispensável para afirmar a condição de cativo/a. A escravidão não poderia ser presumível, mas comprovada. Assim, os editores cuidavam de noticiar as decisões favoráveis aos/as escravizados/as de outras províncias e chamavam a atenção dos juízes de Goiás para as jurisprudências. Ao se destacar a questão da filiação, novamente os corpos das mulheres negras são “chamados” para o cerne do debate.

---

<sup>376</sup> *A Tribuna Livre*, p. 02, 10 de jan. 1880. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>377</sup> *A Tribuna Livre*, p. 03-04, 03 de jul. 1880. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

<sup>378</sup> *Goyaz* – Órgão Democrata, p. 02, 01 de jul. 1887; *Goyaz* – Órgão Democrata, p. 02, 23 de jun. 1887.



Como se vê, há uma intensificação do movimento abolicionista nos discursos da imprensa goiana na última década da escravidão. Ainda naquelas páginas era possível ler sobre a criação de sociedades emancipadoras na capital e perceber o alcance da campanha, pois, além da divulgação das atividades promovidas por esses grupos, exaltava-se a doação financeira para as caixas emancipadoras ou as liberdades “concedidas” aos/às escravizados/as – embora essas sociedades tenham se popularizado nos anos de 1880, a obrigação da criação de um fundo de emancipação foi mais uma das determinações estabelecidas pela Lei do Ventre Livre de 1871. As mulheres foram agentes importantes dessa empreitada: as da elite goiana, conforme apontou Sant’Anna (2005), deram inegáveis contribuições para a campanha, estando à frente da organização de quermesses, saraus, bailes e outros eventos promovidos com a finalidade de incentivar as alforrias<sup>379</sup>.

Não apenas as senhoras de elite foram importantes nesse cenário, mas, conforme buscamos argumentar até aqui, mulheres escravizadas e/ou libertas souberam operar politicamente diante dessas “brechas”; muitas delas, por meio de seus defensores, recorreram à maternidade como estratégia para alcançar o intento. Declarar-se como uma mãe em busca de auxílio para libertar os/as filhos/as ou manter-se junto deles/as parecia pedido difícil de ser negado, fosse pela carga sentimental envolvida no ato ou pela “lógica do ventre livre”. Tal expressão tem sido empregada por Camillia Cowling (2012) e tem servido para reflexões sobre mulheres negras, ventre e escravidão. Segundo a autora, a lógica do ventre livre foi pensada após perceber a recorrência de cartas de alforrias concedidas pelo fundo emancipatório da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Tal lógica não operava tão somente no plano das ideias legais abstratas ou de debates das elites sobre o processo de emancipação. Ela também influía no cotidiano de pessoas escravizadas e de suas famílias livres ou libertas. Em geral, as famílias priorizavam a manumissão da mulher porque assim as crianças que viessem a nascer seriam livres. Ademais as próprias mulheres sempre se destacaram na luta pela manumissão de seus filhos, seja poupando dinheiro para libertá-los, seja reivindicando a liberdade deles por intermédio de processos legais nos tribunais<sup>380</sup>.

Foi exatamente assim, lutando pelos direitos de liberdade de seus/suas filhos/as que Anna Maria se “materializava” na história. Ao mesmo tempo, outros tantos enunciados

---

<sup>379</sup> SANT’ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

<sup>380</sup> COWLING, Camillia. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: Gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 216.

relativos as mulheres escravizadas ou libertas emergiam nas páginas da imprensa goiana, formando e informando essas mulheres, produzindo identidades e diferenças. Seus corpos cativos iam sendo esculpidos e (re)significados, metamorfoseados em corpos maternos, outros corpos, outros efeitos. As tramas da emancipação imbricavam-se aos dramas da maternidade, produzindo uma Anna Maria escravizada, liberta, filha, mãe... tudo ao mesmo tempo. Anna(s), no plural!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Para os que entram no mesmo rio afluem sempre outras águas” (Heráclito).

Nós escrevemos a História de dentro dela mesma, escrevemos a História navegando em seus leitos [...]. A História é viagem que conecta e mistura tempos e espaços, que interpenetra coisas e representações, realidades e discursos, razões e sentimentos, matéria e sonho, desejo, obrigação, liberdade e determinação. O historiador está condenado [...] a navegar indefinidamente, a nunca aportar em porto seguro, a seguir o (dis)curso, a realizá-lo. Ancorar em uma das margens [...] não lhe garante segurança, porque essas não cessam de ser erodidas, mudadas de forma pela passagem do tempo. [...] na História [...] nem sempre tudo passa, nem sempre tudo se transporta para frente, nem tudo se arrasta para um tólos oceânico. Há redemoinhos, há espirais, há retornos, há águas paradas, há águas desconectadas em poças apodrecidas, há águas que se desencaminham, que saem do curso, que se bifurcam e se esquivam furos, igarapés, riachos, pequenos braços de rio que vão dar em nada ou em lugar nenhum. No rio, como na História, há multiplicidade<sup>381</sup>.

Encontrava-me no primeiro ano da graduação quando, pela primeira vez, ouvi falar sobre Heráclito. Naquela época, não poderia fazer ideia que com ele iniciaria as considerações finais de minha tese de doutorado. Mas, o certo, é que as palavras do filósofo me acompanharam até aqui e, certamente, estarão comigo por mais algum tempo. Heráclito parece-me tão perspicaz e sensível ao proferi-las, e elas fazem muito sentido para essa minha trajetória. As águas pelas quais navego não são mais as mesmas, mas eu também não sou. Ter-me aventurado pelos estudos feministas e de gênero permitiu-me outras subjetivações; naveguei por águas bastante desconhecidas, mas que me trouxeram outros sentidos – existenciais e históricos.

Apesar disso, preciso deixar claro que não tive (e não tenho) intenção de falar pelas mulheres negras brasileiras. Meu lugar de fala é de um homem negro, cisgênero, historiador e vinculado a academia. Reconhecer essa posição é compreender alguns dos limites desse trabalho, que não deixou de ser menos honesto, ou algo do tipo, mas marcado e posicionado a

---

<sup>381</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. p. 29-31.

partir de onde falo. Corroborando com Djamila Ribeiro (2019), entendo ser necessário delinear de onde falamos no intuito de assumirmos uma postura ética e evidenciarmos como estamos pensando hierarquias, desigualdades, racismos e sexismo<sup>382</sup>.

Nesse momento final de escrita da tese devo dizer, ainda, que as águas pelas quais passei ou passaram por mim levaram muitas das minhas certezas e deixaram no lugar as dúvidas e a segurança do devir e da fluidez. Portanto, esse texto é temporal, histórico e inacabado; é elaborado, pensado, refletido, mas também é parte de seu autor, seus sonhos, razões, limites, desejos e obrigações... se considerarmos a metáfora de Albuquerque Junior (2007), este texto pode dizer sobre os caminhos navegados até aqui e como as águas e as margens do rio os delinearão – elas deixaram marcas no autor e na obra. Por isso, certamente, há vestígios de histórias aprendidas em outras épocas, de autores/as diversos/as, de práticas e experiências outras que me impediram de ancorar solidamente em apenas uma das margens. Em mim, como no que escrevo, há multiplicidade!

Ariscaria dizer que pensar em termos de multiplicidade e pluralidade talvez tenham sido a maior aprendizagem desse percurso. Do mesmo modo, diria que as mulheres que me propus a ler (construir) em enunciados de diferentes materialidades discursivas sejam, também, múltiplas e plurais. Claramente marcadas por eixos de poder ou identificadores sociais, as mulheres negras goianas do século XIX foram produzidas como sendo negras, mulatas, pretas, pardas, forras, crioulas, mães e muitas outras; foram forjadas na intersecção entre gênero, raça e condição social. Esses diferentes marcadores incidiram violentamente na produção de seus corpos e comportamentos e orientaram o trânsito de suas existências. Compreendi-os como opressões que não se sobrepõe, mas deslizam-se de um lado ao outro a depender de quem profere o discurso, da intencionalidade dele ou das condições de sua emergência. Assim, cada série discursiva utilizada mobilizou-os de maneiras distintas, possibilitando-me pensar o questionamento orientador desse estudo: como mulheres negras foram produzidas em Goiás, no decurso do século XIX. De antemão, afirmo haver descontinuidades nesses modos de produzir e representá-las, mas também permanências.

Os discursos da historiografia regional produziram mais silenciamentos do que versões sobre essas mulheres, uma vez que poucos foram os estudos dedicados, particularmente, a observá-las. Desde os anos 1990 percebe-se, todavia, a movimentação de pesquisas preocupados em localizar e discutir “lugares” ou “papéis” ocupados por elas, tanto em Goiás como fora dele. As reflexões no campo da história das mulheres e dos estudos de gênero na

---

<sup>382</sup> RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019. p. 83.

historiografia goiana acompanharam a dinâmica de produção historiográfica nacional, sendo assim influenciada pelas mudanças temáticas, teóricas, metodologias e maneiras de conceber as fontes ocorridas no interior da própria área de conhecimento.

Pude perceber que as publicações relacionadas a temática, em Goiás, estiveram estritamente relacionadas a expansão dos programas de pós-graduação e ao movimento de professores/as dispostos/as a dedicarem-se a essa área de estudo. As análises desses trabalhos mostraram haver uma preferência pelo uso da categoria “mulheres” ao invés de “gênero”. Notei, ainda, que quando utilizada esta última, normalmente, é empregada de maneira descritiva, servindo para ressaltar as diferenças entre masculino e feminino, sem, contudo, aprofundar no porquê dessas diferenciações. Em relação as mulheres negras, constatei serem “tomadas” no/pelo discurso, sobretudo como escravizadas – há poucas representações sobre libertas ou negras livres, bem como são tímidos os relatos acerca das práticas familiares, de trabalho e resistência dessas mulheres. Percebo, ainda, que as análises realizadas não se preocuparam em pensar os usos semânticos dos termos empregados, como: parda, mulata, crioula e a maneira como seus usos diz respeito à produção de identidades e assimetrias, atuando na constituição de corpos “engendrados”, racializados e socialmente localizados. Por fim, noto a necessidade de outros estudos envolvendo a temática e reconheço a importância daqueles realizados até o momento.

Ao me debruçar sobre as narrativas de Goiás percebi a constituição de enunciados preocupados em assinalar a importância do período minerador para a região e, ao mesmo tempo, evidenciar as consequências do fim dessa atividade. Esses enunciados acabam por produzir uma “realidade” ou “verdade” a respeito da região, definindo-a como decadente – e o termo torna-se uma espécie de paradigma explicativo. No intuito de colaborar para tal explicação, forjou-se uma sociedade abandonada, pobre, pouco afeita ao trabalho e mantida pelos laços do concubinato. Procurei deslocar um pouco essa explicação e atribuir-lhe outros sentidos e significados: entendo, portanto, que a questão central para analisar Goiás nos séculos XVIII e XIX não está no “paradigma da decadência”, mas na centralidade que as discussões sobre raça (mestiçagem), sexualidade e gênero ocupam nas narrativas – tanto a produção historiográfica como as obras de viagem indicaram-me essa perspectiva. Com isso, não estou perdendo de vista a ideia de que um discurso se apoia em muitos outros e, portanto, não desconsidero a importância das abordagens sociais e econômicas, todas elas políticas, entretanto. Daí a razão das representações sobre as mulheres fazerem questão de ressaltar os

marcadores sociais de identidades e produtores de diferenças, tais como gênero, raça e condição social. Esses marcadores formavam e informavam tais mulheres.

As narrativas de viagens, compreendidas como parte de um conjunto discursivo do século XIX, estiveram atentas a essa produção de identidades e assimetrias. O olhar do viajante forjou o “outro” como colonial e incivilizado, arquitetando a população das colônias e ordenando-a a partir de uma visão racista, androcêntrica, classista e sexista. Esse(s) olhar(es) pode(m) ser visto(s) como jogo(s) discursivo(s), onde saber e poder movimentam-se no intuito de normatizar, ordenar e controlar. São esses olhares, apoiados em outros discursos, que elaboram ou ressignificam a(s) norma(s), inventando mulheres rudes, mestiças, inaptas para o casamento e para a constituição de famílias; mulheres negras e concubinas sem aptidão para o trabalho e com poucas expectativas de colaborarem para a constituição de uma sociedade “civilizada”.

Os processos jurídicos e policiais compõem outro conjunto de enunciados em que foi possível visualizar a emergência de mulheres inventadas de modo racializado e sexualizado. Em processos de quebra do termo de bem viver interpelei a maquinaria de produção dessas mulheres, observando que as nomeações preta, parda ou crioula, embora cinzentas, fazem parte do processo de constituição de identidades raciais. O interesse em definir a condição social delas também se insere nesse propósito. As arruaças, a gritaria e a descompostura provocadas por elas, assim como a menção ou silenciamento de suas ocupações, inserem-se nessa mesma ordem de produção de corpos periféricos, marginalizados e de comportamentos reprováveis e imorais, portanto, sujeitos a intervenção. A prisão, a multa ou o próprio processo tinham finalidade de punição/repressão, mas também o papel pedagógico de prevenção. Para completar a composição dessas mulheres negras, acionavam-se componentes específicos para a engendragem de seus corpos: elas estavam quase sempre nas ruas, no espaço público, acompanhadas de outros homens – normalmente soldados; eram solteiras, bêbadas e prostitutas. A menção à prostituição, sempre negada por elas, parece ter sido questão de grande importância para a invenção desses corpos. Juntos, esse conjunto que, à primeira vista, parece a reunião de vários qualitativos despropositados, determina identidades e assimetrias atravessadas por eixos de poder; constituem mulheres que, no trânsito de suas vidas, sofrem o impacto (a colisão) desses marcadores.

Finalmente, deparei-me com documentos que sinalizaram para um deslizamento dessa ordem discursiva constituída ao longo do século XIX. As ações de liberdade, as práticas abolicionistas (sobretudo aquelas manifestadas pelas sociedades emancipadoras) e os

discursos professados em prol da Lei do Ventre Livre e, depois, pelo fim da escravidão, sugerem uma outra identidade para mulheres negras, ou melhor, atualizam as identidades que atravessam os corpos femininos negros (cativos e libertos) – se não foram capazes de alterar práticas, é possível inferir que, pelo menos, as tenham borrado. Entendo, ainda, as discussões anteriores e posteriores a Lei do Ventre Livre como momentos de abalo no sentido atribuído ao corpo das mulheres escravizadas. O ventre delas passa a ser o centro das discussões sobre o fim da escravidão. Além disso, ela e seus/suas filhos/as são timidamente “acrescentado/as” a um outro discurso em gestação – particularmente, na segunda metade do século XIX: o discurso médico-higienista e civilizatório. As escravizadas, libertas e livres pobres poderão, no futuro, tornarem-se boas mães, mas, antes, seus corpos deveriam ser moldados e orientados para tal.

Mesmo borrados, os discursos sobre as mulheres negras continuaram a subsistirem uns aos outros e produziram mecanismos de identificação e de diferenciação, inventando o próprio discurso, as práticas, os sentidos e os significados do “fazerem-se” mulheres negras em Goiás.

Thomazia(s), Escolástica(s), Joaquina(s) e Anna(s) Maria(s) são muitas, de muitos tipos, plurais!

## FONTES

**A Tribuna Livre**. p. 02, 10 de jan. 1880. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

**A Tribuna Livre**. p. 03-04, 03 de jul. 1880. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1883.

AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1884.

AHFSD – Processo por infração de termo de bem viver contra Maria Escolástica – 1883.

AHFSD – Queixa contra Thomasia Gomes Machado – 1866.

AHFSD – Registro de testamento solene – Conego Manoel José do Coulto Guimarães. 16 de maio de 1880. Livro de registro de testamentos (1878-1881), s/n.

AHFSD – Sumário de Culpa ex officio contra Joaquina de tal crioula forra Maria Escolástica – 1858.

BITTAR, Maria José. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

BULHÕES, J. B. Félix. As saudades da Preta Joana. **Revista Oeste**, Goiânia, ano II, n. 4, maio 1943.

CASSIMIRO, Hugo Leonnardo. Echos do sertão: falas de mulheres em Goiás no séc. XIX. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (org.). **Mulheres em narrativas, Goiás século XIX**. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011. p. 67-94

FLEURY, Camargo. **Discurso com que o presidente da província de Goyaz fez a abertura da primeira Sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial**. Goyaz: Typ. Provincial, n. 1, de julho de 1837.

Foro. **O publicador Goyano**, p. 2, 19 de nov. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

**Goyaz** – Orgão Democrata. p. 02, 01 jul. 1887.

**Goyaz** – Orgão Democrata. p. 02, 23 jun. 1887.



LEANDRA, Sonia Nogueira. **Mulheres negras: cartas de alforria na busca por liberdade (1871-1888)**. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

Livro de Notas. **Lançamento de hum título de carta de liberdade de Theodora**, n. 73, p. 27-28, 1845.

MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o Atlântico e o sertão: mulheres e vida urbana na Capitania de Goiás**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MUBAN – Carta de Liberdade conferida a Romana pelo seu senhor João Luiz Brandão – Tabelião Sant’Anna – Rua direita.

Noticiário – manumissões. **Correio Oficial**, p. 4, 1883. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens: famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. **O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz, século XIX**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

Província de Goyaz, n. 40, 30 set. 1870.

Questão de Liberdade – Em aditamento às certidões publicadas no n. 79 deste jornal. **O publicador Goyano**, p. 4, 25 set. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

SANT’ANNA, Thiago Fernando. **Escravas em ação: Resistências e Solidariedades Abolicionistas na Província de Goiás – Século XIX**. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 12, p. 53-67, 2008.

SANT’ANNA, Thiago Fernando. **Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)**. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANT’ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SILVA JUNIOR, Elis Braz da. **Velha Goiás, velha cadeia**: as vozes que se pode ouvir. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

SOUZA, Lucia Ramos de. **Crimes de Marias**: o gênero representado nos processos crimes. Província de Goiás na segunda metade do séc. XIX. 2012. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

Usurpação de liberdade. **Goyaz**, p. 04, 17 out. 1886. (Hemeroteca da Biblioteca Nacional).

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: Os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan./jun. 2013.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822**. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993.
- BARRETO, Virginia Queiroz. **Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)**. 2016. 249f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2016.
- BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 8-19, jun./ago. 1996. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i30p6-19>
- BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. **Revista UFG**, ano VIII, n. 1, p. 62-67, jun. 2006.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- BORGES, Rosane da Silva. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane da Silva (orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii/Brasília: ABPN, 2012. p. 180-203.
- BRITTO, Clovis Carvalho; PRADO, Paulo Brito do. Carregadeiras de água: gênero, patrimônio e trajetórias no tempo. **Revista Nós – Cultura, Estética e Linguagens**, v. 3, n. 2, p. 203-209, ago. 2018. <https://doi.org/10.32411/revistanos-2448-1793-v3n2-8160>
- BRITTO, Clovis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina: raízes de Aninha**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CARNEIRO, Elisabeth Ribeiro. “**Procura-se uma “preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**”: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888). 2006. 419 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. **Corpos que importam: lugares para a história. Labrys, Études Féministes/Estudos Feministas**, n. 30, jul.2016/jun. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFÓBIA E GÊNERO, Durban, 2001. **Anais...** Durban, 2001. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2015.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 45-59.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (org.). **Mulheres em narrativas: Goiás século XIX**. Goiânia: PUC-GO/Kelps, 2011.

CERCEAU NETTO, Rangel. **Um em casa do outro**. São Paulo: Annablume/Belo Horizonte: PPGH/UFGM, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2015.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. da UFGD, 2014. <https://doi.org/10.14393/CEF-v28n2a2015-9>

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COWLING, Camillia. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: Gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 214-226.

CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro as Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul. 2000.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EDUNB, 1993.

FOUCAULT, Michael. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALVÃO, Cristina Carrijo. **A escravidão compartilhada: os relatos de viajantes e os interpretes da sociedade brasileira**. 2001. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GARCIA, Ledonias Franco. **Goyaz: uma província no sertão**. Goiânia: Cênone Editorial/Ed. da PUC-Goiás, 2010.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Artificio e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 613-627, set./dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300009>

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambiguidade – ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. <https://doi.org/10.7476/9788599662762>

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil**: Ensaios de História Social. Campinas: Ed. da Unicamp/CECULT, 2006. p. 101-128.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, ano VIII, n. 2, 2017. Disponível em: [http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/#\\_edn4](http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/#_edn4). Acesso em: 12 jun. 2018.

HORA, Claudia Regina Cabral Reis da. **Corpos desvendados ou esculpidos?** Discursos sobre mulheres negras nos livros de viagens no Rio de Janeiro, primeira metade do século XIX. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind - E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, s/v., n. 12, p. 43-56, out. 1995.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEANDRA, Sonia Nogueira. **Mulheres negras**: cartas de alforria na busca por liberdade (1871-1888). 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de viagem**: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.

LEITE, Mirian Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC/Ed. da Universidade de São Paulo/INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social**: notas do que os viajantes não viram em Goiás (1770-1847). 2012. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

LEMES, Cláudia Graziela Ferreira. **De “minhoca a beija-flor”**: a participação feminina na política do sudoeste goiano, 1930-1947. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2009.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas**: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Ivana Stolze. **O Brasil mestiço**: discursos e práticas sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX. 1994. 106 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias para a liberdade**: escravos e libertos na capitania de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 2009.

LOPES, Antônio Herculano. Vem cá, mulata! **Revista Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 80-100, jan. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100005>

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, p. 235-245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2011.

MACHADO, Maria Helena P. T. Corpo, gênero e identidade no limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ouvídia, escrava (Sudeste, 1880). **Afro-Ásia**, n. 42, p. 157-193, 2010.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Prefácio. In: SANTOS, Claudia. **Narrativas de viagem e escrita da história**: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 09-13.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, set./dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>

MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver**: novas formas de controle social no Império do Brasil. 2003. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes**: o olhar britânico 1800-1850. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana et al. **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006. p. 281-294.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudoeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do corpo místico de Cristo**: irmandades e confrarias na capitania de Goiás (1736-1808). Goiânia: FUNAPE, 2012.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de uma oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974.

MOREIRA, Wellington Coelho. **Historicidades e representações**: celibato, conjugalidades e paternidades sacrílegas em Goiás, 1824-1896. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MOTT, Maria Lucia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1991.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. O (des)conhecimento do outro: pensando o “provinciano”. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: UDUFU, 2005. p. 345-360.

NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004. p. 431-454.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. A Revista “Oeste”: seus intelectuais e a organização da cultura e modernidade em Goiás (1942-1944). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, Aracaju, 2008. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

NORONHA, Gilberto César de. Joaquina do Pompéu: Sinhá Braba ou Dama do Sertão? In: MAIA, Cláudia; PUGA, Vera Lúcia (orgs.). **Histórias das mulheres e do gênero em Minas Gerais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2015. p. 183-212.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007. <https://doi.org/10.7476/9788526814707>

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: noras sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297-313.



PALACÍN, Luis. **Goiás (1722-1822):** estrutura e conjuntura numa capitania de minas. Goiânia: Oriente, 1982.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás.** Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PALACÍN, Luiz. Os homens pardos de Goiás à procura de cidadania. In: ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Noé Freire (orgs.). **A história escrita:** percursos da historiografia goiana. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 105-116.

PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio:** vivências cotidianas das mulheres do século XIX. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022015>

PEREIRA, Gabriel da Silva. **Senhoras de bens:** famílias, negócios e patrimônios administrados por mulheres no sertão dos Guayazes – 1760-1840. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2013.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente de sorte:** a invenção dos mulatos no Brasil Colonial. Goiânia: Ed. da UFG, 2013.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. **Casamento e sexualidade:** a constituição das diferenças. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro. In: LEITE, Mirian Moreira (org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, Século XIX:** antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC/Ed. da Universidade de São Paulo/INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. p. 175-206.

QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de Mulher:** o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.

RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo:** a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889. 1997. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

RAGO, Margareth. O corpo exótico, espetáculo da diferença. **Labrys, Estudos Feministas**, v. 1, n. 13, n.p, jan./jun. 2008.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, 1995. <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85207>

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Margareth. A “mulher cordial”: feminismo e subjetividade. **Verve**, São Paulo, v. 6, p. 279-296, jun. 2004.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). **Goiás: Identidade, Paisagem e Tradição**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 25-56.

ROGER, Chartier. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2002.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, Goiânia, 1971. **Anais...** São Paulo: FFLCH-USP, 1973.

SANT’ANNA, Thiago. **Mulheres goianas em ação**: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888). 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SANTOS, Claudia. **Narrativas de viagem e escrita da história**: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver**: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. p. 39-62.

SILVA, Maciel Henrique. Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no Recife da primeira metade do séc. XIX. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 219-240, 2005.

SILVA, Maria da Conceição. **Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920**. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

SILVA, Martiniano José. **Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava, 1719-1888**. Goiânia: Kelps, 2003.

SILVA, Martiniano José. **Sombra dos quilombos**. Goiânia: Ed. Barão de Itararé/Ed. Cultura Goiana, 1974.

SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, Rogério Chaves da. Revisitando os caminhos historiográficos de Luís Palacín. **História Revista**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 249-266, jan./jun. 2008. <https://doi.org/10.5216/hr.v13i1.5425>

SILVA, Rogério Chaves da; SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Deslindando os caminhos das pesquisas sobre história das mulheres e de gênero na produção historiográfica em Goiás (1990-2006). **Rev. Hist. UEG**, Porangatu, v. 5, n. 2, p. 152-175, ago./dez. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 72-102.

SOARES, Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Negras-minas no Rio de Janeiro: gênero, nação e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2011. p. 193-226.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero – um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 77-87, 1998.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 275-296.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, p. 281-300, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SWAIN Tânia. Mulheres indómitas e malditas: a loucura da razão. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL FOUCAULT, 10, 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/brasil/foucault2011br.htm>. Acesso em: 21 mai. 2019.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na literatura de viagem. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul. 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKILAR, Carlos (orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

WIESEL, Elie. Prefácio. In: **A intolerância**. Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997/Academia Universal das Culturas; publicação sob a direção de Françoise Barret-Ducroq. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.